

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades



A alimentação contemporânea, principalmente no espaço urbano, é marcada por uma desconexão entre os indivíduos, os alimentos e o próprio ato de comer. Como consequência do processo de industrialização da alimentação há um distanciamento do ciclo de vida dos alimentos e uma padronização dos alimentos consumidos, além de uma perda de sentido sobre o que se come e como se come.

Neste contexto, as hortas surgem como espaços estratégicos para promover a saúde no território. Elas propiciam a troca de saberes e o fortalecimento de uma concepção holística de saúde, estimulando a autonomia, o autocuidado e a participação social. As hortas revelam ainda um valioso potencial de aprendizagem e podem ser usadas como um instrumento para apoiar a conexão entre o cultivo de alimentos e hábitos alimentares saudáveis. Além disso, unem e fortalecem o trabalho sobre temas ambientais, alimentares e dietéticos em uma mesma atividade.

Ao promoverem um aprendizado coletivo por meio da vivência e da experimentação, as hortas urbanas podem ser vistas como um espaço repleto de oportunidades

para a prática da alimentação adequada e saudável. Ademais, podem favorecer o acesso a alimentos frescos produzidos de forma sustentável e com respeito à biodiversidade e à cultura alimentar. Assim, contribuem para a promoção de uma alimentação adequada e saudável e para a construção de territórios e cidades saudáveis e sustentáveis.

Assumindo as hortas urbanas como uma inovação integradora da alimentação adequada e saudável, da segurança alimentar e nutricional e da promoção da saúde, este livro busca apoiar pesquisadores e profissionais, contribuindo para a qualificação do uso das hortas como estratégia eficaz na promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional nas cidades.

Boa Leitura!

Mariana Tarricone Garcia

Cláudia Maria Bógus

Denise Eugenia Pereira Coelho

**Hortas Comunitárias Urbanas:
promovendo a saúde e
a segurança alimentar e
nutricional nas cidades**

Instituto de Saúde

Rua Santo Antonio, 590 – Bela Vista

São Paulo-SP – CEP: 01314-000

Tel.: (11) 3116-8500

www.isaude.sp.gov.br

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo**Secretário de Estado da Saúde de São Paulo**

Eleuses Paiva

Instituto de Saúde**Diretora do Instituto de Saúde**

Silvia Helena Bastos de Paula

Diretora do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para o SUS-SP

Claudia Malinverni

Diretora do Centro de Tecnologias de Saúde para o SUS/SP

Maritsa Carla de Bortoli

Diretor do Centro de Apoio Técnico-Científico

Samuel Antenor

Diretora do Centro de Gerenciamento Administrativo

Bianca de Mattos Santos

Coleção Temas em Saúde Coletiva**Volume 36 – Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades**

ISBN 85-88169-01-0 Coleção Temas em Saúde Coletiva

ISBN 978-65-997616-8-3

Tiragem: 500 exemplares

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades

Organização: Mariana Tarricone Garcia, Cláudia Maria Bógus, Denise Eugenia Pereira Coelho

Edição: Samuel Antenor

Imagem da capa: Fabio H. Lima Jr.

Revisão: Fator Gestão Ltda.

Editoração, capa e tratamento de imagens: Fator Gestão Ltda.

Impressão: Colorsistem

Comunicação

Evelyn Karla Lira Viana

Administração

Bianca de Mattos Santos

Conselho Editorial Executivo

Bianca de Mattos Santos

Cláudia Malinverni

Evelyn Karla Lira Viana

Fabiana Santos Lucena

Maria Izabel Sanches Costa

Maria Thereza Bonilha Dubugras

Mariana Tarricone Garcia

Monica Martins de Oliveira Viana

Monique Borba Cerqueira

Samuel Antenor

Silvia Helena Bastos de Paula

Tania Izabel de Andrade

Bibliotecária

Tania Izabel de Andrade

Este livro não pode ser comercializado e sua distribuição é gratuita.

A versão online está disponível no site www.saude.sp.gov.br/

instituto-de-saude/producaoeditorial/temas-em-saude-coletiva.

FICHA CATALOGRÁFICA

É permitida a reprodução total ou parcial para fins pessoais, científicos ou acadêmicos, autorizada pelo autor, mediante citação completa da fonte.

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Saúde - IS

H821

Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades / organizadores: Mariana Tarricone Garcia, Cláudia Maria Bógus, Denise Eugenia Pereira Coelho – São Paulo: Instituto de Saúde, 2024.

384 p. (Temas em saúde coletiva; 36)

Vários autores.

Inclui bibliografia ao final de cada capítulo.

ISBN 978-65-997616-8-3

1. Promoção da saúde 2. Segurança alimentar e nutricional 3. Agricultura urbana 4. Sistema alimentar sustentável I. Garcia, Mariana Tarricone. II. Bógus, Cláudia M. III. Coelho, Denise Eugenia Pereira IV. Série.

CDD 614

Bibliotecária: Tania Izabel de Andrade – CRB/8 7241

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades

**Mariana Tarricone Garcia
Cláudia Maria Bógus
Denise Eugenia Pereira Coelho**
Organizadoras

**Instituto de Saúde
São Paulo – 2024**

ERRATA

No capítulo “Hortas Comunitárias em Escolas”, página 242:

Onde se lê: “No final do mesmo ano, foi desenvolvida uma parceria com uma empresa da sociedade civil, dando início ao projeto Viva Agroecologia de hortas escolares com PANC, que se articulava à Rede de Viveiro de PANC em São Paulo, realizada pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo e o Instituto Kairós^V.”

Leia-se: “No final do mesmo ano, foi desenvolvida uma parceria com uma entidade da sociedade civil, Instituto Kairós^V, dando início ao projeto Viva Agroecologia^{VI,VII} de hortas escolares com PANC, que se articulava à Rede de Viveiro de PANC em São Paulo, realizado pelo Instituto Kairós e UMAPAZ/Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo.”

Notas de rodapé:

- V O Instituto Kairós – Ética e Atuação Responsável é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2000, que fomenta novas práticas de Produção, Distribuição, Comercialização e Consumo Responsáveis (PDCCR), através da experimentação direta, da articulação de redes e políticas públicas e da produção e disseminação de conhecimentos – em prol da construção de uma sociedade mais justa, sustentável e saudável (<http://institutokairos.org.br/institucional/apresentacao>).
- VI Viva Agroecologia. Hortas escolares biodiversas: a experiência do Projeto Viva Agroecologia no município de São Paulo [Internet]. Red RAES Brasil. Disponível em: <https://redraes.org/pt-br/hortas-escolares-biodiversas-a-experiencia-do-projeto-viva-agroecologia-no-municipio-de-sao-paulo-br/>
- VII Viva Agroecologia. Home – Viva Agroecologia na horta, no prato e na arte [Internet]. Disponível em: <https://www.vivaagroecologia.org.br>”.

Sumário

Hortas Comunitárias Urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades

Prefácio: Maria Rita Marques de Oliveira.....9

Autores da Obra 17

Parte I – Fundamentos teóricos dos campos da Promoção da Saúde, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia

1. Tecendo o enfoque da alimentação adequada e saudável na perspectiva brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)

Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas
e Silvia do Amaral Rigon 29

2. Raízes da agroecologia e suas convergências na Promoção da Saúde e Soberania Alimentar no Brasil

Fernanda Savicki de Almeida
e Marina Augusta Tauil Bernardo 49

3. Aproximações e interfaces entre Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional

Denise Eugenia Pereira Coelho
e Cláudia Maria Bógus 69

Parte II - Sistemas e ambientes alimentares no contexto urbano

4. Sistemas agroalimentares e alimentação contemporânea

Vanessa Daufenback 87

5. Os ambientes alimentares e as hortas urbanas

Mariana Tarricone Garcia e Jessica Vaz Franco 107

6. Sistemas alimentares inter-relacionados e coexistentes em regiões metropolitanas

Larissa Loures Mendes, Milene Cristine Pessoa, Luana Lara Rocha, Mariana Zogbi Jardim e Melissa Luciana de Araújo 135

7. Territórios saudáveis e sustentáveis: agriculturas urbanas, agroecologia e a produção do espaço urbano

Heloisa Costa, Daniela Almeida, Diana Rodrigues e Marina Coimbra 151

Parte III - A agricultura urbana e suas articulações com agendas contemporâneas e políticas públicas

8. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as hortas

Ana Maria Bertolini, Alisson Diego Machado e Aline Martins de Carvalho 173

9. Enlaces entre agricultura urbana, Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional

Cláudia Maria Bógus, Mariana Tarricone Garcia, Denise Eugenia Pereira Coelho, Jessica Vaz Franco, Natália Gebrim Doria e Roberta Maria Miranda Ribeiro 187

10. Políticas públicas de agricultura urbana: trajetória, aprendizados e desafios

André Ruoppolo Biazoti e Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão 205

Parte IV - Relatos de experiências em hortas urbanas

11. Hortas nas Unidades Básicas de Saúde do município de Guarulhos

Silvia Rosana dos Santos e Ana Paula Branco do Nascimento 225

12. Hortas comunitárias em escolas

Roberta Maria Miranda Ribeiro e Cláudia Maria Bógus 239

13. Defesa do território na Promoção da Saúde: a luta pelo acesso à terra na Horta das Flores (SP)

André Ruoppolo Biazoti 249

14. Produção e implantação de cultivo orgânico biodiverso de vegetais em um hospital urbano para a alimentação hospitalar	
Guilherme Reis Ranieri, João Padula, Mauro Spalding, Fernanda Carvalho, Tatiana Bononi e Ana Flávia Borges Badue	263
15. Uma leitura sobre o projeto Cultivando Horizontes	
Leticia Machado, Bernardo Teixeira Cury e Maria Paula de Albuquerque	277
16. Cooperapas: origens, desafios e uma possibilidade de organização cooperativa de agricultores do município de São Paulo	
Valeria de Marcos e Angélica Campos Nakamura	295
17. Hortas urbanas e ativismo	
Gustavo Nagib	307
18. Políticas públicas exitosas de fomento à agricultura urbana – o caso de Belo Horizonte	
Darklane Rodrigues Dias, Edglênia Lopes do Nascimento e Ana Maria Caetano Pereira	321
19. Uma experiência agroalimentar no ambiente urbano: o caso da Cooperacra em Americana/SP	
Natália Gebrim Doria e Paulo Eduardo Moruzzi Marques	339
20. Experiências de protagonismo feminino na agricultura urbana agroecológica da cidade de São Paulo	
Laura Martins de Carvalho, Clara Ribeiro Camargo e Márcia Tait Lima	355
21. Horta comunitária da Faculdade de Saúde Pública da USP	
Cláudia Maria Bógus, Denise Eugenia Pereira Coelho, Mariana Tarricone Garcia, Adriana Fiorussi Higino, Flávia Negri, Samantha Marques Vasconcelos Bonfim e Iris Hunnicutt Bazilli	369
Índice Remissivo	381

Prefácio

Maria Rita Marques de Oliveira¹

Foi uma grata satisfação prefaciá-lo este livro, que trata de uma política pública pulverizada em inúmeras iniciativas, mas que ainda não floresceu conforme esperado pela sociedade civil, a qual tem lutado na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A coletânea de olhares e vivências retratada em quatro partes e 21 capítulos dão a grandeza daquilo que uma política de agricultura urbana e periurbana deveria ser. O livro apresenta os pressupostos teóricos que fundamentam a importância dessa política. Mostra a agricultura urbana e periurbana como objeto de estudo de importantes grupos da academia, experiências desenvolvidas em duas metrópoles (Belo Horizonte e São Paulo) e outras cidades no Estado de São Paulo. Executa uma importante tarefa de sistematizar um grande número de experiências e refletir criticamente sobre elas, colocando em evidência as funções da agricultura urbana e periurbana, algumas não tão tangíveis, mas que se mostram como fruto dessa reflexão.

Nunca como antes visto, as cidades têm tomado espaço nas discussões de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tomadas como um contínuo da relação com o campo, buscando romper a dicotomia campo/cidade no reencontro do humano com a natureza. Nesse sentido, o livro *Hortas urbanas comunitárias: promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional na prática* representa uma obra seminal, ao colocar em debate os pressupostos epistemológicos da agricultura urbana e a agroecologia, resgatar a história das hortas urbanas como política e prática social, registrar experiências de grupos de estudos, municípios e coletivos.

Na primeira parte do livro, as autoras nos brindam com reflexões importantes sobre as abordagens da SAN e agroecologia. A agroecologia é apresentada como ciência, prática social e movimento político

¹ Maria Rita Marques de Oliveira é nutricionista, docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) de Botucatu, coordena o Centro de Ciência e Tecnologia para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP (INTERSSAN) e a Rede Temática de Ensino, Pesquisa e Extensão em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP. maria-rita.oliveira@unesp.br

contra-hegemônico, frente ao atual modelo econômico que privilegia a monocultura e a produção de commodities, na busca de resultados imediatistas e excludentes. Pautadas em princípios sólidos e totalizantes, as práticas agroecológicas não prescindem da tecnologia, mas valorizam a reconexão do homem com a natureza e, com isso, preenchem uma grande lacuna da vida no concreto das cidades. Os ambientes saudáveis são apontados como primordiais nas ações de promoção da saúde e nutrição, sejam eles físicos ou sociais, considerando a vida no território como peça-chave na determinação social da saúde. Ambientes promotores de saúde e bem-estar são também ambientes promotores de segurança alimentar e nutricional, nos quais as hortas urbanas favorecem a paisagem e as interações no território.

Na parte dois, são colocados em discussão os sistemas e ambientes alimentares, com recorte especial para as metrópoles. É mostrado que as leis, que regem a economia global, envolvendo a produção e o mercado de alimentos, têm produzido resultados catastróficos na saúde humana e do planeta. A insegurança alimentar tem afetado multidões e, no Brasil, é agravada por questões estruturais como o racismo, o machismo e outras diferenças de oportunidades que discriminam as pessoas e afetam suas vidas. Além da fome, a má nutrição vem sendo favorecida pelo baixo preço e abundância dos alimentos ultraprocessados, o que tem tornado alarmante a prevalência de obesidade em todos os ciclos da vida no país. A Política Nacional de SAN, decorrente da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica têm indicado alguns caminhos na conquista do DHAA e da saúde como direito, mas não foram implementadas na sua plenitude e a população ainda padece com a falta de políticas mais efetivas que lhes garantam saúde nutricional e bem-estar.

As escolhas alimentares são determinadas também pelo contexto, envolvendo o ambiente físico, econômico, político e socioambiental. As cidades, em especial suas periferias, estão repletas de desertos alimentares, o que não favorece escolhas saudáveis. Nesse sentido, as hortas urbanas se apresentam como um modelo alternativo para transformação das práticas alimentares.

As metrópoles são espaços produtores de desigualdades e, dado as suas características, proporcionam maior distanciamento da natureza no contexto de um ritmo de vida muito acelerado, onde o asfalto é a paisagem predominante. No entanto, ao mesmo tempo, a complexidade da metrópole cria oportunidades de inovação pelo uso, por exemplo, da economia circular, valorização da agroecologia, eminentemente urbana e periurbana, com potencial de modificar os desertos alimentares. Belo Horizonte é apresentada pelas autoras como uma metrópole que tem buscado aproveitar essas oportunidades e tem conseguido ampliar as iniciativas de comercialização de produtos agroecológicos.

A produção do espaço urbano passa pela oportunidade gerada pela agricultura urbana de base agroecológica na instituição de territórios saudáveis e sustentáveis, envolvendo organizações coletivas, jovens e mulheres. Comunga com os pressupostos do direito à cidade, como uma política social e ambiental com potencial de geração de renda e transformação das paisagens. Em Belo Horizonte, o grupo de estudos em agricultura urbana (AUÊ) tem desempenhado um importante papel na sistematização e fortalecimento dessas experiências.

Na parte três, o conjunto de capítulos trata da abrangência da agricultura urbana como política, passando pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as políticas de promoção da saúde e de SAN, para concluir com a experiência dessa política em São Paulo.

As hortas urbanas formam um mosaico de experiências que variam de tamanho, de cenário e de propósitos, que, no seu conjunto, transcendem o resultado imediato sobre a diversificação e promoção de boas práticas alimentares. As hortas guardam em si todos os pressupostos dos ODS, considerando que permitem a produção de alimentos saudáveis em bases sustentáveis, são ferramentas de educação e promoção da saúde, permitem experiências de comércio justo e equitativo e promovem a biodiversidade. Entre outros, atuam como espaço de mitigação das mudanças climáticas e economia circular.

Frente à saúde, nos é mostrado que as hortas urbanas são equipamentos de segurança alimentar e nutricional legitimados pela população. São ambientes de aprendizagem, geram autonomia na promoção

da saúde, têm caráter psicossocial, geram vínculo e permitem um novo olhar sobre o meio ambiente. A horta escolar promove incidência na família quanto aos bons hábitos, aguça a curiosidade da criança e modifica o consumo fora da escola e, ainda, promove a parceria com os pais. Na comunidade promove o protagonismo feminino e o resgate de hábitos e práticas tradicionais. Promove espaços de aprendizagem e trocas interpessoais.

As hortas, como equipamentos de SAN, têm sido pouco valorizadas como política nacional, mas têm sido alvo de investimento em muitos municípios. A pandemia de covid-19 chamou a atenção da produção doméstica como alternativa frente às situações de emergência alimentar. São Paulo tem apresentado várias iniciativas, citam-se iniciativas do governo Montoro e outras com registros desde finais dos anos 1970, rumo a uma política de agricultura urbana e periurbana, que aos poucos vêm se consolidando. Em 2021 a Capital registrou 939 hortas escolares.

Uma grande riqueza de experiências com as hortas urbanas é apresentada na parte quatro deste livro, com destaque para o protagonismo da sociedade civil nos cenários mais variados.

As Unidades Básicas de Saúde constituem-se em equipamentos de política pública dos mais relevantes para potencializar a vida em comunidade e as hortas nessas unidades têm se apresentado como elemento agregador e ferramenta para a educação, além de transformador da paisagem do território. A horta inspira cuidado, pertencimento, eleva o espírito e, isso, gera bem-estar. Em Guarulhos, apesar dos desafios financeiros e demandas elevadas de trabalho para a manutenção das mesmas, as hortas nas unidades de saúde têm se mostrado como espaços de produção de conhecimento em sintonia com a natureza e o território, apresentando-se como possibilidade de resgate de memórias e construção coletiva.

A leitura desse livro aguça a nossa memória, nesse ponto, não resisti em contar um pouco das minhas: “Trago comigo a horta da minha mãe, às vezes com muita variedade de legumes e verduras, outras vezes, nem tanto, apenas o almeirão resistia ao sol. Lembro também da horta da minha tia, onde conheci os morangos, foi uma experiência incrível vê-los

crescer e de verdes e azedos tornarem-se vermelhos e doces como mel. E a horta do meu Grupo Escolar, que tinha de tudo. As frutas nem sempre chegavam a ficar maduras e nunca se sabia ao certo quem as comeu. Cada sala de alunos tinha um canteiro para cuidar e às vezes os pais eram chamados para ajudar. Sinto que nenhuma criança deveria ser privada da experiência com a terra, em especial quando ela vive em meio ao asfalto da cidade.”

As hortas escolares são ambientes pedagógicos e podem transformar a vida da comunidade escolar, envolvendo inclusive os pais. Espaço físico, pessoal e insumos para as hortas escolares em todas as escolas deveriam ser garantidos por lei. São Paulo Capital tem investido e mostrado que é possível envolver cozinheiras, nutricionistas, estudantes e famílias. As autoras da experiência propõem um diálogo reflexivo para um maior envolvimento de todos no fortalecimento das hortas escolares da Capital.

As hortas urbanas também são espaços de luta pelo direito à cidade, na Capital de São Paulo, existindo e resistindo desde 2003, a Horta das Flores na Mooca já foi campo de muita disputa, envolvendo o direito das pessoas em situação de rua e diversos seguimentos da sociedade na defesa desse direito.

Falei da horta do meu grupo escolar e não poderia deixar de lembrar de hortas que encontrei nas Santas Casas, lá pelos anos de 1980. Em terrenos dos hospitais essas hortas produziam, sem agrotóxico, as verduras para suprir a cozinha do hospital e comercializar o excedente para os seus funcionários. Não é de agora que o investimento na autoprodução em hortas hospitalares promove diversificação e melhora na qualidade do cardápio hospitalar e isso foi comprovado na experiência do hospital São Camilo, em São Paulo. Um empreendimento dessa natureza também agrega à comunidade hospitalar uma visão mais abrangente de saúde e compromisso com a natureza.

A horta também pode ser um elemento catalizador de mudança entre famílias que vivem ameaçadas pela insegurança alimentar e pela má nutrição de suas crianças. A venda da produção ainda é um desafio para as famílias envolvidas, mas sem dúvida a horta tem funcionado, no Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN), como importante ferramenta socioeducativa e que pode também gerar renda para os envolvidos.

A Cooperapas é uma cooperativa instalada na região Sul da Capital de São Paulo e desde 2011 vem apresentando história de sucesso e lutas. Um desafio tem sido a venda para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), frente a diversas exigências, tais como a padronização de produtos e a burocracia das compras institucionais. Assim, uma saída que encontraram foi realizar vendas para restaurantes.

As hortas urbanas representam uma prática social, que pode promover geração de renda, melhorar o abastecimento alimentar, proporcionar atividades pedagógicas e de lazer. Representam uma Política de SAN e podem se constituir numa pauta ativista. São uma forma legítima de ocupação dos espaços públicos e, também, uma forma de conexão de diferentes experiências e coletivos, por meio do uso das mídias sociais. Os hortelãos urbanos e a união das hortas comunitárias de São Paulo vêm mostrando como o ciberativismo e a mão na terra podem potencializar a defesa do direito à cidade.

Belo Horizonte tem histórico no investimento público na agricultura urbana desde 1993, com criação de Lei em 2011, seguida de diversas iniciativas. Entre 2017 e 2023, o governo fortaleceu a política de agroecologia centrada na agricultura urbana, apostando no uso social das áreas públicas, produção e distribuição de alimentos, melhoria do microclima, desenvolvimento econômico e promoção da saúde física e mental das pessoas. No entanto, aponta-se a falta de uma política nacional mais robusta de agricultura urbana e de melhores bases de dados, até mesmo para a tomada de decisão.

A Cooperacra, em Americana-SP, existe desde 1985 como uma experiência de agricultura em ambiente urbano associada a uma área de preservação permanente e sistema agroflorestal. Na sua experiência com o PNAE chegou a atender outros municípios. A participação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional tem acompanhado a história da Cooperacra, que considera o PNAE fator importante para a sobrevivência da cooperativa.

Outras duas experiências relatadas na parte quatro do livro referem a do Instituto Lia Esperança e as Caravanas Agroecológicas do projeto “Agricultura Urbana Agroecológica, Direito à Cidade e Promoção da Saú-

de: Intercâmbios para o fortalecimento de Práticas e Redes”. São histórias de lutas e parcerias que favorecem o acesso ao alimento natural, a geração de renda, o desenvolvimento comunitário, o atendimento a crianças e adolescentes, o empreendedorismo popular e a educação socioambiental.

As hortas também se constituem em ambientes pedagógicos e de práticas sociais nas universidades, a exemplo a Horta da FSP-USP, que existe desde 2014 como um espaço de trocas, construção e disseminação de saberes. Essa horta está vinculada ao grupo de pesquisas em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (PSSAN).

Concluindo, este é um livro que não pode faltar nas bibliotecas e no acervo pessoal de quem se interessa pela SAN e agroecologia. É um registro histórico que tem potencial para dar sustentação à criação de uma robusta política nacional de agricultura urbana e periurbana, transformando as paisagens das nossas cidades e as práticas alimentares das pessoas que nelas vivem.

Autores da Obra

Adriana Fiorussi Higino é bióloga pelo Instituto de Biociências da USP, agente popular em Agroecologia pelo Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pós-graduada em Vigilância Laboratorial em Saúde Pública pelo Instituto Adolfo Lutz. ahigino@alumni.usp.br

Aline Martins de Carvalho é nutricionista, professora doutora no Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do Núcleo de Extensão Sustentarea e membra do Grupo de Estudos em Saúde Planetária do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP). alinenutri@usp.br

Alisson Diego Machado é nutricionista, mestre e doutor em Ciências. Atualmente, é pesquisador de pós-doutorado do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). alissondmachado@gmail.com

Ana Flávia Borges Badue é mestra em Saúde Pública, gestora de projetos no Instituto Kairós e articuladora de políticas públicas de agroecologia, segurança alimentar e nutricional, educação ambiental e cultura de paz. anaflaviabbadue@gmail.com

Ana Maria Bertolini é nutricionista, doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e mentora no Núcleo de Extensão Sustentarea. ana.bertolini@usp.br

Ana Maria Caetano Pereira é socióloga e mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG, analista de políticas públicas e, desde 2021, assessora de planejamento e gestão da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte. anamaria.caetano@pbh.gov.br

Ana Paula Branco do Nascimento é doutora em Ecologia Aplicada – Ambiente e Sociedade pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/CENA/USP). apbnasci@yahoo.com.br

André Ruoppolo Biazoti é gestor ambiental, mestre em agricultura urbana pela Universidade de São Paulo (PPGI-EA/USP), integrante do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU/ANA) e assessor técnico no Instituto Pólis. andrebiazoti@gmail.com

Angélica Campos Nakamura é doutoranda pelo Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É mestra, bacharela e licenciada pelo mesmo departamento. angelicanakamura.geo@gmail.com

Bernardo Cury é psicólogo e atua como educador social no Centro de Recuperação Educação Nutricional (CREN) em São Paulo. bernardocury@gmail.com

Clara Ribeiro Camargo é bacharel em Relações Internacionais (UNESP, 2009), mestra em Ciência Ambiental (USP, 2015); doutoranda do Programa de Ciência Ambiental (USP, 2023). clara.camargo@usp.br

Cláudia Maria Bógus é pedagoga, professora associada da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e membra do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). claudiab@usp.br

Daniela Almeida é bióloga, doutora em Geografia e coordenadora do Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG. daniadil.aue@gmail.com

Darklane Rodrigues Dias é assistente social, pós-graduada em Poder Legislativo e Políticas Públicas. Desde 2017 atua como subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte. darklane.dias@pbh.gov.br

Denise Eugenia Pereira Coelho é nutricionista e filósofa, mestra e doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. deepcoelho@gmail.com

Diana Rodrigues é nutricionista, pesquisadora do Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG e presidenta do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte. nutridianarodrigues@gmail.com

Edglênia Lopes do Nascimento é engenheira florestal e especialista em administração pública, planejamento e gestão governamental. É gerente de fomento à agroecologia, agricultura familiar e agricultura urbana da Subsecretaria de SAN de Belo Horizonte. edglenia.nascimento@pbh.gov.br

Fernanda Carvalho Nunes de Moraes é bacharel em Nutrição e supervisora de Nutrição no Hospital São Camilo Granja Viana. fernanda.nunes@hospitalsaocamilosp.org.br

Fernanda Savicki de Almeida é agrônoma e doutora em Recursos Genéticos Vegetais, pesquisadora em Saúde Pública da Fiocruz Mato Grosso do Sul. É presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA Agroecologia. fernanda.savicki@fiocruz.br

Flávia Negri é nutricionista, mestra em Saúde Pública e pós-graduada em Gestão Pública em Saúde. É técnica colaboradora no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (InterSSAN/Unesp) e integra o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/SP). flangord@yahoo.com.br

Guilherme Reis Ranieri é gestor ambiental, mestre em Ciência Ambiental (PROCAM/USP), doutorando em Patologia (FMUSP), especialista em PANC com atuação em projetos de agroecologia pelo Instituto Kairós. reisguilherme@gmail.com

Gustavo Nagib é geógrafo, pós-doutorando na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados da USP. guganagib@icloud.com

Heloisa Costa é arquiteta-urbanista, doutora em Demografia, professora titular do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora de produtividade em pesquisa do CNPq e coordenadora do Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG. hsmcosta@ufmg.br

Iris Hunnicutt Bazilli é graduanda em Nutrição na FSP/USP. É bolsista na Horta Comunitária da FSP. Já foi feirante na venda de produtos orgânicos da família e auxiliar na pesquisa "A adaptação transcultural de um instrumento para mensurar habilidades culinárias na APS" na FSP/USP. irishunnicuttbazilli@usp.br

Jessica Vaz Franco é nutricionista, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e membra do Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional da FSP/USP. jessicavazfranco@gmail.com

João Padula é mestrando do MP FIS (Mestrado Profissional - Formação Interdisciplinar em Saúde/USP), bacharel em Administração (FEA/USP), coordenador local do projeto Horta Urbana São Camilo pelo Instituto Kairós (2020-2023). joao.padula@gmail.com

Larissa Loures Mendes é nutricionista, professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). larissa.mendesloures@gmail.com

Laura Martins de Carvalho é cientista social (PUC-SP, 2007), pesquisadora, doutora em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP-USP, 2021); pós-doutoranda no CEUCI – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – UNICAMP. lauramarcarvalho@gmail.com

Leticia Machado é geógrafa, mestra em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Faz parte do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional e participa como mentora do Sustentarea. leticia.machado@alumni.usp.br

Luana Lara Rocha é nutricionista, doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). luanalararochoa@gmail.com

Márcia Maria Tait Lima é mestra e doutora em Política Científica e Tecnológica (DPCT/UNICAMP) e professora do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (IEL/UNICAMP). marcia.tait@gmail.com

Mariana Tarricone Garcia é nutricionista, mestra em Nutrição em Saúde Pública e doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. É pesquisadora científica no Instituto de Saúde (IS/SES-SP) e docente permanente do programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva do IS/SES-SP. mariana.garcia@isaude.sp.gov.br

Mariana Zogbi Jardim é nutricionista, doutoranda em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). zogbij@gmail.com

Maria Paula de Albuquerque é pediatra e nutróloga, gerente geral clínica do CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional e Vice-Coordenadora do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do IEA/USP. mariapauladealbuquerque@gmail.com

Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas é nutricionista, professora adjunta do Curso de Nutrição da Escola de Medicina e Ciências da Vida e membra do Grupo de Pesquisa em Ciências da Nutrição (GEPECIN) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). teresa.ribas@pucpr.br

Marina Augusta Tauil Bernardo é advogada, mestra em Extensão Rural e doutoranda em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná. Coordena o GT Mulheres da ABA Agroecologia. marina.atb@gmail.com

Marina Coimbra é cientista socioambiental, mestranda em geografia e pesquisadora do Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG. marinaribeirocsa2014@gmail.com

Mauro Spalding é engenheiro agrônomo especialista em Agricultura Natural, pós-graduando em Fitoterapia e Plantas Medicinais EEP-HCFMUSP e gestor do projeto Horta Urbana São Camilo pelo Instituto Kairós (2020-2023). ambientspalding@gmail.com

Melissa Luciana de Araújo é nutricionista, doutoranda em Saúde e Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). melissaluciana20@gmail.com

Milene Cristine Pessoa é nutricionista, professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). milenecpessoa@gmail.com

Natália Gebrim Doria é nutricionista, mestra em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora na área de soberania e segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural. nataliagebrimdoria@gmail.com

Paulo Eduardo Moruzzi Marques é docente da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo e coordenador do Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas (AGREMAL). pmarques@usp.br

Roberta Maria Miranda Ribeiro é nutricionista, doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), coordenadora de curso e docente do curso de Nutrição da Faculdade Estácio de Santo André. robsmiranda@yahoo.com.br

Samantha Marques Vasconcelos Bonfim é técnica em Nutrição e Dietética pela Etec Mandaqui e graduanda em Nutrição pela FSP/USP. Membro do Projeto Horta Comunitária da FSP-USP e do Núcleo de Extensão da USP - Sustentarea. samantha.mbonfim@usp.br

Silvia do Amaral Rigon é nutricionista, professora associada aposentada do Departamento de Nutrição e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR). silviarigon@gmail.com

Silvia Rosana dos Santos é assistente social e bióloga, especialista em Saúde na Prefeitura de Guarulhos, mestra em Sustentabilidade na Gestão Ambiental pela UFSCAR. asilvia.rs@gmail.com

Tatiana Cristina Sales Bononi é bacharel em Nutrição, gerente de Nutrição Corporativa da Rede de Hospitais São Camilo de São Paulo e pós-graduada em Gestão de Negócios de Alimentação e Nutrição pelo Centro Universitário São Camilo. tatiana.bononi@hospitalsaocamilosp.org.br

Valeria de Marcos é professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e membra do Grupo de Estudos de Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP - demarcos.vale@usp.br

Vanessa Daufenback Ramos é socióloga e nutricionista, doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e membra do Grupo de Promoção de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional da FSP-USP. vdaufen@gmail.com

Vitória Leão é pesquisadora, doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e membra do Grupo de Estudo de Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP). vitorialeao.usp@gmail.com

**Parte I – Fundamentos teóricos dos
campos da Promoção da Saúde, da
Soberania e Segurança Alimentar e
Nutricional e da Agroecologia**

Tecendo o enfoque da Alimentação Adequada e Saudável na perspectiva brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)

Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas^I,
Silvia do Amaral Rigon^{II}

A questão alimentar é relevante quando se discute o conceito da promoção da saúde¹. Descobertas científicas iniciais, que marcam o predomínio da visão biologicista nos primeiros estágios da ciência da Nutrição, evidenciaram informações fundamentais sobre as necessidades energéticas e nutricionais do corpo humano². A partir de então, mais estudos têm realizado o esforço de ampliar esse campo do saber, com uma perspectiva mais integral sobre a temática. Ou seja, a importância da alimentação não se delimita à área da saúde. A questão alimentar apresenta uma dimensão social, ambiental, econômica, política, cultural e espiritual e ocupa uma centralidade na vida das pessoas, das comunidades e dos países³.

No entanto, mesmo com o reforço constante das evidências científicas e do reconhecimento público, a garantia de acesso a uma ‘alimentação adequada e saudável’ consiste ainda em desafio para a sociedade contemporânea. Um grande contingente da população mundial vive ainda em Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN)⁴.

As situações de IAN se concretizam em todo o ciclo desde a pro-

I Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas é nutricionista, professora adjunta do Curso de Nutrição da Escola de Medicina e Ciências da Vida e membro do Grupo de Pesquisa em Ciências da Nutrição (GEPECIN) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). teresa.ribas@pucpr.br

II Silvia do Amaral Rigon é nutricionista, professora associada aposentada do Departamento de Nutrição e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR). silviarigon@gmail.com

dução ao consumo dos alimentos^{5, 6}. Ou seja, sistemas alimentares com práticas não sustentáveis em relação aos recursos naturais não renováveis, produção de alimentos sem qualidade nutricional e sanitária; emprego de tecnologias inseguras e geradoras de contaminação, relações de trabalho exploratórias no campo e cidade na produção alimentar, acesso econômico limitado pela baixa renda e por preços abusivos de alimentos; homogeneização e desvalorização das práticas alimentares tradicionais, desembocando em efeitos danosos à saúde (deficiências nutricionais, obesidade, doenças crônicas, transtornos, alergias e intolerâncias alimentares), a partir do consumo insuficiente e inadequado de alimentos e da falta de transparência nas informações de rotulagem e na comunicação com o consumidor.

Mas frente a essas questões, que exemplificam situações de IAN, no que consiste então a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)?

Interesses e conflitos na construção global do conceito de SAN

No contexto internacional, o delineamento desse conceito irá ocorrer ao longo da primeira metade do século XX, tendo inicialmente um sentido similar ao da soberania nacional, como estratégia frente aos embargos econômicos pelos conflitos bélicos entre os países⁷.

A ascensão dos EUA e da União Soviética como lideranças mundiais no pós-guerra transformou a discussão da temática da SEGURANÇA ALIMENTAR (SA), relacionada então à ajuda alimentar, em um assunto estratégico aos interesses políticos e de dominação internacional⁷. Nesse período, as causas da fome mundial foram associadas à produção insuficiente de alimentos, sobretudo pelos países mais pobres. Mesmo não sendo a explicação mais coerente para justificar o problema, a solução proposta pelo bloco americano para o seu enfrentamento passou a ser a modernização da agricultura. Dessa forma, os EUA tornaram-se os principais disseminadores da Revolução Verde, que propunha o uso de sementes híbridas selecionadas, fertilizantes químicos, inseticidas e demais agrotóxicos, além do uso de mecanização para implementar a produtividade⁸.

Somente na década de 1980 é que se inicia a discussão do conceito considerando também a necessidade da garantia do acesso aos alimentos. Tal debate se fez necessário em função de não ter ocorrido o decréscimo esperado da fome no nível mundial, mesmo com a implementação da industrialização da agricultura. Essa constatação gerou a retomada do debate sobre a produção social da fome, passando agora a ser entendida como uma consequência direta da pobreza⁹.

Já na década de 1990, outros componentes vão sendo incorporados ao conceito original de SA como a importância da qualidade nutricional, biológica, sanitária, além da garantia do suprimento adequado de alimentos⁹. A partir daí, a dimensão “nutricional” passa a ser agregada a “alimentar”, consolidando o termo “SAN”. Foi a contribuição brasileira que reforçou a necessidade da explicitação dessa complementação em âmbito internacional⁷. Nesse contexto, a sustentabilidade do modelo de produção e o reconhecimento do direito humano à alimentação também são considerados fundamentais¹⁰.

Tais mudanças ocorrem principalmente por pressão da sociedade civil no âmbito internacional⁷, que faz pesadas críticas ao modelo da Revolução Verde relativas à contaminação ambiental e aos prejuízos à saúde humana pelo uso dos agrotóxicos. Há também a preocupação com a degradação dos solos, atrelada ao uso inadequado de máquinas agrícolas, sobretudo nos países tropicais, conforme constatado em âmbito acadêmico¹¹.

Entretanto, independente de tais constatações, o processo de modernização da produção agrícola avança, contribuindo para a elevação do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados, energeticamente densos e de baixa qualidade nutricional¹². Atualmente, estudos demonstram a relação sincrônica entre as pandemias de sobrepeso/obesidade e desnutrição com o modelo industrial de produção de alimentos e as mudanças climáticas, causadas pelo aquecimento global¹³.

Considera-se que todas essas manifestações são resultantes de aspectos estruturais da sociedade moderna e pós-moderna ligados à produção capitalista e ao neoliberalismo¹⁴. Nesse contexto, mais do que nunca, torna-se fundamental, em primeira instância, que os países adotem políticas de SAN amplas, articulando ações para a garantia do direito à alimentação adequada com proteção da saúde e do meio ambiente.

Compreendendo o processo histórico e construção de conceitos relacionados à SAN na realidade brasileira

No Brasil, a construção do conceito de SAN apresenta sintonia com a discussão internacional, mas valoriza as reflexões acumuladas pelos movimentos sociais e os campos acadêmico e técnico das áreas correlatas¹⁵.

O problema da fome e da IAN têm a sua origem no país com a chegada dos portugueses e o processo de colonização. Tal dinâmica deu-se com a exploração do trabalho indígena e depois com a mão de obra escrava a partir da diáspora dos povos africanos. Mesmo com a Independência e com o advento da República, o processo de enriquecimento de uma oligarquia se consolida e perpetua a situação de pobreza resultante da elevada desigualdade econômica, social e étnico-racial⁷.

No contexto da primeira metade do século XX, ocorre a denúncia da fome presente na população brasileira pelo médico e cientista Josué de Castro, que possibilita, a partir de seus estudos, uma convergência da vertente da Escola Social nas ciências da Nutrição e da Geografia no Brasil¹⁶.

A chegada da Revolução Verde, na década de 1970 ao país, contribui para a modernização conservadora da agricultura e mudança de vida no campo, intensificando o êxodo rural e a urbanização¹⁷. Assim, além da condição de fome e de IAN existentes no campo, em função da concentração agrária e falta de acesso aos bens de produção, passa a haver uma população urbana aumentada, bastante empobrecida, que também vive em IAN na cidade, dependendo do acesso à renda monetária para a aquisição dos alimentos⁷.

O Brasil adentra os anos 1990 com sérios problemas econômicos e sociais como a alta inflação, baixos salários e elevado valor da cesta básica. Em 1993, verifica-se o aumento da insegurança alimentar com a divulgação do Mapa da Fome, denunciando a marca de 32 milhões de brasileiros vivendo em indigência¹⁸. A situação mobiliza a sociedade civil e governo para a organização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1994¹⁹. No entanto, apesar desse importante movimento, o governo subsequente não dará continuidade às propostas formuladas

no âmbito da conferência. Somente no ano de 2003 houve a retomada do processo de construção da SAN no país com a sua priorização na agenda governamental. Em 2006, ocorre a aprovação da Lei Orgânica que instituirá do Sistema Nacional de SAN (SISAN)²⁰. A sanção da Política Nacional de SAN se efetivará em 2010²¹. O conceito brasileiro de SAN é referendado ao longo de todo esse processo e enfatiza a realização do direito humano à alimentação adequada, de modo qualitativo, quantitativo e permanente, indissociado do atendimento de outras necessidades fundamentais humanas e marcando três dimensões de sustentabilidade (social, econômica e ambiental), com destaque à promoção da saúde mediada por práticas alimentares culturalmente referenciadas²².

O conceito brasileiro de SAN envolve dois princípios básicos: o do direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA) e o da soberania alimentar (SOBAL). Quanto ao primeiro, demarca um compromisso com a garantia de todas as pessoas estarem livres da fome e da má nutrição e em condição para acessar uma alimentação adequada e saudável, considerada um direito humano fundamental⁶. O conceito de SOBAL se relaciona à potencialidade dos povos na autodeterminação do modelo de produção alimentar, com promoção da saúde humana e ambiental, pela valorização da agricultura local, camponesa. Consiste na ampliação da autonomia na produção da comida com a valorização da agrobiodiversidade local, em detrimento das monoculturas de exportação^{6,23}.

A SOBAL se constrói no campo, mas também na cidade. Assim, é preciso haver autonomia para o uso de sementes crioulas e outros insumos para a produção e o acesso à água potável, tanto para a produção como para o consumo. Busca-se a autossuficiência na produção dos alimentos básicos e a garantia de variedade alimentar, culturalmente referenciada²³. Como uma forma de produção em sintonia com essa proposta tem-se a agroecologia, que realiza o cultivo dos alimentos em cooperação com a natureza e sem a utilização agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados²⁴. Considerando esses aspectos fundamentais, tem-se utilizado no Brasil o termo Soberania e Segurança Alimentar (SSAN) de forma associada, reforçando a interdependência dos conceitos²⁵.

Nesse caminho, é possível compreender o acesso à Alimentação Adequada e Saudável (AAS) como conceito-base da promoção e manu-

tenção da saúde. Essa ideia consiste em uma prática alimentar adequada aos aspectos sociais e biológicos das pessoas, em sintonia com a fase de vida e as necessidades alimentares especiais, baseada na cultura alimentar local. Precisa atender os princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer e sabor e as dimensões de gênero e etnia. Os alimentos utilizados devem advir de formas de produção ambientalmente sustentáveis, estando livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados²⁶.

Considerando todos esses conteúdos, torna-se possível compreender o papel estratégico que a agricultura urbana e periurbana representa para a consecução da SSAN na cidade. Tais aspectos se inserem nas diretrizes da Política Nacional de SAN quando se referem à promoção **do acesso universal à alimentação saudável e adequada, mediante o enfrentamento das desigualdades**, com prioridade para as famílias em situação de IAN; **à estruturação de sistemas justos de produção e abastecimento de alimentos de base agroecológica e sustentáveis** de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos e ao **fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde**, de modo articulado às demais estratégias de SSAN²¹.

A produção e enfrentamento da IAN: o desafio urbano

Conforme já mencionado, o processo do êxodo rural contribuiu para a industrialização e urbanização do país¹⁷, com o adensamento populacional das cidades. Esse fenômeno passa a ser naturalizado pela sociedade como sinalização de um avanço civilizatório. No entanto, na medida em que essa dinâmica avança e repercute, tende a mostrar-se bastante desafiadora na qualidade de vida da população^{27,28}. Assim, para entender tais desdobramentos, a discussão da produção social do território e do espaço, no ambiente das cidades e, principalmente, das metrópoles é questão crucial.

Alta concentração de habitantes, jornadas de trabalho cumulativas, dificuldade na mobilidade urbana, verticalização e mudanças no modo de vida são algumas das principais características desse tipo de espacialidade do tecido urbano. Para atender a todas as demandas do capital a

urbe se transforma, se adensa, reduz e concentra as suas áreas verdes e de lazer. Modifica-se, priorizando as funcionalidades do mundo econômico²⁷, em detrimento do direito à cidade²⁹.

Destaca-se que, com o advento da globalização da economia e do denominado campo técnico-científico-informacional²⁸, com as redes digitais, o perfil de trabalho disponível se altera e o desemprego aumenta. A renda se concentra e a pobreza se dissemina em suas diferentes formas, aumentando a desigualdade social especialmente em território urbano²⁷. Nesse contexto aumenta o risco à IAN e a sua magnitude⁷.

Tais processos de exclusão e de desigualdade reverberam nas condições de saúde, alimentação e nutrição da população, perpetuando o ciclo intergeracional da pobreza. Mecanismos promotores da pobreza intergeracional acontecem no cenário urbano, sobretudo relativos a mulheres em condições de vida vulneráveis. A exploração do trabalho, a violência doméstica, a precariedade dos cuidados de saúde em fases estratégicas da vida, como no caso da gestação adolescente, intensifica privações para além da dimensão material da pobreza³⁰. Ou seja, as concepções, representações e condutas sociais necessitam ser visibilizadas quando se discute o direito social à SSAN. Há necessidade de espaços participativos da população vivendo na pobreza com a escuta de suas demandas pela gestão pública das cidades.

Essa forma de (des)organização da cidade implica no desenvolvimento de modos de vida submetidos a essa realidade. Ou seja, há na cidade uma produção econômica e social do espaço que privilegia as classes sociais de maior renda no acesso aos serviços e à infraestrutura ao passo que condena a população pobre à periferia²⁸. Tal processo de construção de um território tão desigual implica diretamente na produção da IAN urbana⁷. Vivenciando toda ordem de exclusão social, além da insuficiência de renda para a garantia da alimentação, há maior dificuldade de acesso físico aos alimentos entre os pobres⁷. No cenário urbano contemporâneo é preciso destacar a implicação entre os ambientes alimentares e as escolhas de consumo que se impõem à população. Áreas denominadas de desertos alimentares se configuram no espaço urbano, onde não há acesso a alimentos saudáveis e ocorre a falta de disponibilidade a alimentos frescos a preços acessíveis³¹. Existem também áreas onde predomina o

comércio de produtos ultraprocessados ou de baixa qualidade nutricional. Esse fenômeno contribui para a constituição de “territórios alimentares de risco”, sobretudo em função da ausência do Estado e de políticas de SAN.

O processo de produção da insegurança alimentar na cidade, associado a um modo de vida precário, encontra-se relacionado a uma gama de agravos nutricionais³², conforme mencionado no início do capítulo. Esse conjunto de morbidades, além do expressivo sofrimento humano que produz, traz enorme sobrecarga ao sistema público de saúde, demonstrando como questões de IAN são complexas³³ e demandam uma abordagem intersetorial³⁴. Há que se desenvolver políticas públicas promotoras de saúde no âmbito das cidades, que sejam estruturantes de maior qualidade de vida para a população. Essa proposta está em consenso com a política de SAN e sua execução no SISAN e exige uma ação estratégica intersetorial. Como decisão da agenda política municipal essa proposta tem como horizonte a articulação necessária entre a área de produção dos alimentos, de abastecimento urbano, de geração de trabalho e renda, de assistência social, de educação, da cultura, do meio ambiente e da saúde para a efetivação da SSAN³⁴. Possibilita assim a transversalidade para um adequado enfrentamento do problema da IAN e dos enormes impactos que tem apresentado no perfil de morbimortalidade da população³². Esse contexto permite abrir um campo de possibilidades de viabilização do acesso à AAS para a população que vive na cidade. A agricultura urbana e periurbana podem ser consideradas como um eixo desse processo quando valorizadas e priorizadas em sintonia aos objetivos da Política Municipal de SSAN. Podem, assim, ser consideradas alicerces potentes de restituição à cidade, do seu papel na produção e abastecimento alimentar³⁴.

Hortas comunitárias e domiciliares: patrimônio alimentar e resiliência urbana frente à IAN e na contribuição da construção da SSAN

A partir desse ponto passa-se a dialogar sobre o enfoque das ações locais e políticas públicas de SSAN para o acesso à AAS e à nutrição

no cenário urbano, destacando a diversidade de contribuições das estratégias que envolvem a produção de alimentos em hortas comunitárias e domiciliares.

As metrópoles se constituem em espaços de interesse para a instalação de grandes plantas de mercados, que avançam e inviabilizam a permanência dos pequenos mercados, mercearias e outros tipos de comércio e vão concentrando poder com seus monopólios³⁵. Mas, por outro lado, surgem a partir dos movimentos sociais e também do estímulo de governos locais, as hortas, os pequenos varejos e mercados, as feiras, os bancos de alimentos, as cozinhas e unidades de panificação comunitárias, dentre tantas outras experiências criativas de contribuição para a construção da SSAN na cidade. Iniciativas que, historicamente, despontam em meio ao caos e anomia, emergindo com vigor e dando colorido e diversidade ao espaço monocromático, saturado e, muitas vezes, desvitalizado das metrópoles³⁴.

Nesse sentido, a metrópole pode e deve realizar comércio com cidades vizinhas, sobretudo naquelas denominadas de “cinturão verde”, para garantir o abastecimento alimentar. Mas tem se tornado consenso o processo libertador e transformador de ocupar espaços urbanos livres e ociosos, transformando-os em áreas verdes e de produção de alimentos, como verdadeiros jardins de plantio de frutas, legumes e hortaliças, entre outros grupos de alimentos³⁶.

E nesse contexto há que se considerar a importância estratégica das hortas urbanas, com todas as suas características comuns e especificidades de acordo com o local de desenvolvimento^{37,38,39}. Além de contribuírem diretamente para a SSAN da população, proporcionam renda, colaboram para o aumento da permeabilidade dos solos e prevenção das enchentes, constituem em agentes de mitigação dos impactos das mudanças climáticas e colaboram no enfrentamento da degradação ambiental³⁹. Além disso, transformam as paisagens e os espaços em ambientes amáveis a partir de uma estética onde o natural e o cultural interagem produzindo beleza, promovendo o encontro das pessoas e os trabalhos comunitários, além de fazerem uma importante contribuição para a saúde pública^{37,39,40,41}.

Aqui se ressaltam os impactos diversos das hortas como contri-

buição ancestral e engenhosa voltada à nutrição e a saúde, na busca do desenvolvimento humano sustentável, no ambiente das cidades.

A partir das referências conceituais sobre a resiliência urbana⁴² é possível pensar na identidade das hortas comunitárias ou domiciliares como proposição de estratégias de SSAN. Isso porque tratam da possibilidade de recuperação de danos referentes à produção de riscos nutricionais a partir do modelo de produção industrial, que permeia a disponibilização e acesso facilitado a alimentos ultraprocessados no cenário urbano. Ou seja, trabalham concretamente como evento oportuno ao embate da IAN que se concentra nas cidades, se apresentando como um quadro avassalador.

Há dados nacionais sobre alimentação infantil demonstrando que quase 1/3 de crianças menores de 5 anos não consomem frutas e hortaliças. Esse panorama tem como contraposição o indicador de que aproximadamente metade da população nessa mesma fase da vida experimenta o consumo de bebidas adoçadas⁴³. Esse marcador consiste no registro de consumo de alimentos ultraprocessados como refrigerantes, sucos industrializados artificiais em pó ou líquidos e com adição de açúcar, além de bebidas tipo xaropes de frutas⁴⁴.

Considerando essa questão, as hortas urbanas passam também a tratar de conteúdos operativos que trabalham na perspectiva da promoção de saúde. Ou seja, sintetizam práticas de viabilizar no espaço urbano um campo estratégico de produção da “comida de verdade” como forma de enfrentamento ou redução da magnitude dos danos nutricionais que se traduzem no aumento significativo da prevalência/incidência do excesso de peso em fases precoces da vida. Também podem se concretizar em espaços de organização nos territórios, onde se vê potencializada a oportunidade de participação nos processos restaurativos ao dano em saúde, traduzido em estado nutricional debilitado desde a infância e em seguimento de todo o curso da vida.

Assim compreendido, as hortas urbanas também traduzem e representam um caminho de restauração de “patrimônios alimentares”⁴⁵ em seu fundamento mais pleno, de resgate da heterogeneidade dos cultivos crioulos, caracterizando um processo de “continuar vivas” as práticas históricas de produção de alimentos e ressignificando esse fazer no plano

coletivo. Tudo isso dando sentido de permanência de uma alimentação e nutrição próprias, cultural e ambientalmente referenciadas e, assim, em consenso com uma atitude possível de SOBAL e de saúde.

Outro aspecto a ser discutido diz respeito a que, dentre as complexas conexões determinantes do ciclo intergeracional de pobreza, figura a convivência da desnutrição, com a ausência de infraestrutura e serviços públicos básicos, em situações de falta de oportunidades produtivas. Isso ocorre sobretudo nas áreas favelizadas, onde o investimento local da produção de alimentos encontra um terreno estratégico para a SSAN⁴⁶.

A participação no trabalho com as hortas estimula o plantio para o consumo doméstico, as trocas solidárias de alimentos e de conhecimentos, com a diversificação da alimentação e a comercialização de excedentes para a produção de renda, com a melhoria da qualidade de vida e da saúde das famílias envolvidas. Há também o resgate e troca de sementes e cultivares tradicionais, dos conhecimentos sobre plantas, temperos e ervas medicinais, com a retomada de práticas de plantio e consumo das pessoas que viviam no campo e hoje estão na cidade. Há com isso o resgate de memórias e o fortalecimento das relações entre gerações. A prática do cultivar, tão presente no meio rural, passa a ter a adesão pelos mais jovens, o que repercute também nos processos de autocuidado, com o estímulo ao ato de cozinhar e do resgate das práticas culinárias tradicionais^{40,41}.

Por outro lado, os moradores urbanos têm a oportunidade de adentrar a uma nova dimensão de relação com a natureza presente na cidade, a partir da prática de cultivo das hortas, sobretudo com a prática da agroecologia⁴⁷. Processos tão ricos se constituem em impulso aos modos de vida saudáveis para as equipes de Saúde da Família atuarem nos territórios a partir da Atenção Primária em Saúde (APS)^{33,40}. As hortas de produção de alimentos domiciliares, escolares ou comunitárias, reforçam o resgate de práticas integrativas e complementares em saúde e sustentam o estabelecimento de uma relação mais próxima entre a unidade básica de saúde⁴⁰ e a comunidade, na implementação de ações de contribuam para a promoção da SSAN. Pode-se considerar que a estratégia das hortas na dimensão de prática de AAS ressignifica a integralidade entre indivíduo, família e comunidade no seu território de vivência³³.

Nesse panorama, o setor saúde se movimenta na revisão de práticas da atenção nutricional na APS, na direção de uma atuação que contribua para a transformação nos determinantes da IAN mediante parcerias e políticas públicas intersetoriais adequadas à dimensão e às características complexas do problema. Em iniciativa recente, no escopo de diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, as estratégias de cuidado em alimentação e nutrição devem buscar a identificação das famílias e grupos expostos à condição de IAN⁴⁸ para a construção de ações locais transversais.

O serviço de saúde necessita atuar de maneira permanente no território de forma a estar próximo das populações, sobretudo dos grupos mais vulnerabilizados³³. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância do enfoque estratégico no planejamento em saúde, em articulação ao planejamento urbano e em sintonia com o plano diretor da cidade, na busca da intersetorialidade para efetivação da SSAN.

Sobre a cidade e o direito à saúde e nutrição: a contribuição das hortas urbanas para (re)construir espaços seguros de “plantar, colher e comer”⁴⁹

Neste capítulo buscou-se demonstrar a identidade da cidade na construção do direito à saúde e nutrição que culminam com a SSAN. Foi destacado que, no espaço que vai sendo preenchido pelas forças representativas dos grupos de maior ou menor poder, também se estabelece a dinâmica dos movimentos da vida, se desenvolvendo segundo as condições produzidas socialmente, no processo complexo de determinação da saúde, do adoecimento e do cuidado.

Nesse percurso, a construção das identidades concreta e simbólica que permeiam a produção de alimentos em hortas urbanas foi apontada. Entendeu-se que todos esses valores se articulam aos princípios do DHAA e da SOBAL, que sustentam a construção permanente de um estado de SSAN para a população, numa perspectiva de permanência.

Assim, se procurou evidenciar que as hortas urbanas se constituem em território de reconstrução de saberes tradicionais e apoderamento. Nessa trama entre ser, saber e fazer, esse espaço que congrega o ato de

plantar e colher para poder comer e se sustentar, também tem a potência de se tornar um lugar de pertencimento, seja em casa ou na comunidade. Então se discute que a prática de produzir a comida percebida como “de verdade”, “de perto” e “da gente” se traduz ou se revela como possibilidade do próprio direito à cidade³³ como oportunidade de viver melhor, nos planos individual e coletivo, diante dos desconfortos experimentados no ambiente urbano e, especialmente, quando este se dá em escala metropolitana.

A convergência de políticas promotoras de saúde, do reforço da ação comunitária, e do desenvolvimento das habilidades pessoais dos cidadãos¹ voltado ao enfoque da SSAN, se apresenta como campo de possibilidade ao desenvolvimento de municípios saudáveis¹. Nesse cenário, se pensa a realização da questão alimentar e ambiental em caminhos conjuntos, a partir da agricultura e das hortas urbanas desenvolvidas numa perspectiva de sustentabilidade social, cultural e econômica na direção da construção coletiva de “uma sociedade solidária, sustentável e saudável”⁵⁰.

No entanto, estudos de avaliação sobre essa prática ainda registram o apoio insuficiente que as hortas urbanas recebem do poder público, o que, entre outros aspectos, dificulta a destinação do orçamento adequado para o seu fortalecimento. Demandas como a discussão ampliada da agricultura urbana no tema de uso e ocupação do solo; fomento à produção intraurbana de alimentos, incentivando o uso de terrenos “ociosos, baldios ou não utilizados” para o plantio, são barreiras representadas pela defasagem ou inexistência da base cadastral desses espaços urbanos. Além desses processos, informalidade na organização social comunitária; fragilidades nas instâncias de participação social associadas a práticas de agricultura urbana; se somam à falta de formulações específicas sobre aspectos administrativos, de gestão descentralizada e intersetorial das ações ligadas a esses espaços de produção. Há necessidade de ampliar formalmente a articulação do marco legal da agricultura urbana ao da SSAN, questão central que se impõe como estratégia de fortalecimento de uma ética e da soberania alimentar^{37,38,46,51}.

Em função da priorização da PNSAN e do enfrentamento da pobreza, mediante um conjunto de políticas públicas intersetoriais, desen-

volvidas a partir de 2003, o Brasil avançou no enfrentamento da IAN e, em 2014, deixa de integrar o Mapa da Fome da FAO²². Infelizmente, há uma descontinuidade importante no processo de implementação dessa política a partir de 2015, o que juntamente com os desdobramentos da pandemia do Covid-19⁵², contribuiu para o aumento da fome, que atingiu 33,1 milhões de brasileiros em 2022⁵³.

Nesse panorama, considera-se que os princípios e diretrizes da política de SSAN guardam vigor para a proposição de ações no campo da agricultura urbana como temática prioritária para os planos diretores das cidades e sobretudo para o planejamento da Política Municipal de SSAN nos municípios de pequeno, médio e grande portes das cidades brasileiras. Todos esses esforços devem estar voltados para possibilitar, no âmbito da cidade, a realização de uma alimentação adequada e saudável, dada a importância capital deste direito fundamental para a manutenção da natureza e da qualidade de vida, bem como para a promoção da integridade no direito à saúde da população.

Referências

1. Buss PM, Hartz ZMda, Pinto LF, Rocha CMF. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). *Ciênc saúde coletiva*. 2020 Dec;25(12):4723-35. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.15902020>
2. Castro J. Geografia da fome: o dilema brasileiro pão ou aço. São Paulo: Todavia; 2022.
3. Lang T, Barling D, Caraher M. Food Policy: integrating health, environment & society. New York: Oxford University Press; 2009.
4. FAO - Ifad, Unicef, Wfp and Who. The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable [internet]. 2022 [acesso em 10 abr 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0639en>
5. Le Bihan G, Delpuch F, Maire B. Alimentação, nutrição e políticas públicas. São Paulo: Instituto Pólis; 2003.
6. CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. (Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Brasília (DF): Positiva; 2004.

7. Valente FLS. Do combate à fome, à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. R. Nutr. PUCAMP.1997;10(1): 20-36.
8. Paula NM de. Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios. Curitiba: CRV; 2017.
9. Pinheiro ARO. Análise histórica do processo de formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003-2006): atores, ideias, interesses e instituições na construção de consenso político [tese]. Brasília: Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília; 2009.
10. Maluf R. Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes; 2011.
11. Azevedo E, Rigon SA. Sistema alimentar com base no conceito de sustentabilidade. In: Taddei JA, Lang RME, Toloni, MHA, organizadores. Nutrição em Saúde Pública. 2 ed. Rio de Janeiro: Rubio; 2016. p. 467-478.
12. Diez Garcia RW. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. Rev Nutr [internet]. 2003;16(4):483-92. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732003000400011>
13. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR, et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. The Lancet [internet]. 2019;393(10173):791-846. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)
14. Friedmann H, McMichael P. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. Sociologia Ruralis. 1989; 29 (2):93-117. <https://people.duke.edu/~rcd2/Dissertation/Friedmann%20and%20mcmichael%201989.pdf>
15. Burlandy LA. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. Ciênc saúde coletiva [internet]. 2011;16(1):63-72. <http://doi: 10.1590/S1413-81232011000100010>
16. Vasconcelos FdAGd, Batista Filho M. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. Ciênc saúde coletiva [internet]. 2011;16(1):81-90. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100012>
17. Maluf R, Menezes F, Valente F. Contribuição ao tema de segurança alimentar no Brasil. Cadernos de Debate [internet]. 1996 [acesso em 10 jan 2023]; 4: 66-88. [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf)

18. Peliano AM, coordenadora. O Mapa da fome: subsídios à formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Documento de Política. 1993:14. Brasília (DF): IPEA; 1993.
19. CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania. In: I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Revisão de James A. Segurado Paranyba. Brasília (DF); 1995.
20. Brasil. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006; Seção 1:1.
21. Brasil. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 26 ago 2010; Seção 1:6
22. Maluf RS, Zimmermann SA, Jomalinis E. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). ESA [internet]. 2021;29(3):517-544. [acesso em 02 fev 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-2>
23. Vivas E. O que é a soberania alimentar? [internet]. 2014 [acesso em 07 fev 2023]. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/528106-o-que-e-a-soberania-alimentar-artigo-de-esther-vivas>
24. Caporal RF. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: Caporal RF, Paulus G, Costabeber JA, organizadores. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: Autores; 2009. p.9-64.
25. Burlandy L, Maluf R. Soberania alimentar: dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo. In: Taddei JAAC, Lang RME, Longo-Silva G, Toloni MHA, editores. Nutrição em saúde pública. Rio de Janeiro: Rubio; 2011. p.457-469.
26. CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Grupo Técnico de Alimentação Adequada e Saudável: relatório final. Brasília (DF); 2007.
27. Haesbaert R, Porto-Gonçalves, CW. A nova dês-ordem mundial 2. reimpr. São Paulo: Unesp; 2006. (Paradidáticos - Série Poder)
28. Santos M. Pobreza urbana. São Paulo: EDUSP; 2009.

29. Lefebvre H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro; 2011.
30. Motta AM, Parente C. Reprodução intergeracional da pobreza: o caso do complexo de favelas do São João – Rio de Janeiro – Brasil. In: 7º Congresso Ibero Americano de Investigação Qualitativa em Ciências Sociais [internet]. 2018;3: 410-421. [acesso 14 fev 2023]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Tx3J8TkmWsZpWQk4Q7gjFhF/?lang=pt>
31. CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Secretaria Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico: mapeamento dos desertos alimentares no Brasil [internet] Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social; 2018 [acesso em 15 fev 2023]. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsp/noticias/arquivos/files/Estudo_tecnico_mapeamento_desertos_alimentares.pdf
32. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição [internet]. Brasília (DF); 2013 [acesso em 20 mar 2023] Disponível em: https://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf
33. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde [internet]. Brasília (DF); 2022 [acesso em 29 jan 2023]. Disponível em: https://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/matriz_organizacao_cuidados_alimentacao_aps.pdf
34. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BR). Subsídios para a implantação de sistemas descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília (DF); 2008.
35. Porto SI. Supermercados: a nova realidade. Como intervir? Porto Alegre; 1994.
36. Sá Filho AL, Kottas MG, Santos Júnior JE, Santos VML. Hortas urbanas no Brasil: evolução, desafios e perspectivas. Journal on Innovation and Sustainability [internet]. 2021;12 (1): 30-44. Doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2179-3565.2021v12i1p30-44>
37. Curan RM, Marques PEM. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. Estud av [internet]. 2021;35(101):209-24. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013>
38. Cunha MAd, Cardoso RdCV. Urban gardens in promoting Food and Nutrition Security and sustainable development in Salvador, Brazil. Ambient soc [internet]. 2022;25:1-22. Doi: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210094r3vu->

2022L4OA

39. Costa BMD, Sakurai T. A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas, Horta da Dona Sebastiana, Agrofavela-Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. *Rev LABVERDE* [internet]. 2021;11(1):171-95. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.labverde.2021.188679>
40. Costa CGA, Garcia MT, Ribeiro SM, Salandini MFds, Bógus CM. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. *Ciênc saúde coletiva* [internet]. 2015;20(10):3099-110. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152010.00352015>
41. Yamamoto T, Moreira CM do A. Hortas urbanas como intervenções temporárias: uma breve reflexão. *Mosaico* [internet]. 2019; 10(16). Doi: <https://doi.org/10.12660/rm.v10n16.2019.80023>
42. ISDR - Internacional Strategy for Disaster Reduction. Terminology on disaster risk reduction. United Nations International Strategy for Disaster Reduction [internet]. Geneva; 2009 [acesso em 20 abr 2023]. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf
43. ENANI - Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil. Alimentação Infantil I: prevalência de indicadores de alimentação de crianças menores de 5 anos, ENANI -2019 [internet]. 2021 [acesso em 20 abr 2023] Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>
44. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica [internet]. Brasília (DF); 2015 [acesso em 20 abr 2023] Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/marcadores_consumo_alimentar_atencao_basica.pdf.
45. Contreras Hernández J. Patrimônio e globalização: o caso das culturas alimentares. In: Canesqui AM, organizadora. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005. (Coleção Antropologia e Saúde)
46. Margem CGFS, Silva NM. Agricultura urbana, governança territorial e planejamento urbano em área protegida de Manaus - Brasil. *Cad Metrop* [internet]. 2021;23(51):809-834. Doi: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5116>
47. Ribeiro SM, Bógus CM; Watanabe HWW. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde soc* [internet]. 2015 ;24(2):730-743. Doi: [10.1590/S0104-12902015000200026](https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026)
48. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Depar-

- tamento de Promoção da Saúde. Insegurança alimentar na atenção primária à saúde: manual de identificação dos domicílios e organização da rede [internet]. Brasília: 2022a [acesso em 17 mar 2023]. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_inseguranca_alimentar_aps.pdf
49. Brandão CR. Plantar colher comer: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Editora Graal; 1981.
 50. Breilh J. Las três S de la determinación de la vida y el triângulo de la política. In: Nogueira RP, organizador. Determinação social da saúde e reforma sanitária. Rio de Janeiro: Cebes; 2010. p.87-125
 51. Biazoti AR, Sorrentino M. Political engagement in urban agriculture: power to act in community gardens of São Paulo. *Ambient soc.* 2022;25:e0056. Doi: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210056vu2022LIAO>
 52. Alpino TdMA, Santos CRB, Barros DCd, Freitas CMd. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cad Saúde Pública* [internet]. 2020;36(8): e00161320. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>
 53. Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final [internet]. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2022. (Análise; 1) [acesso em 15 mar 2023]. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>

Raízes da agroecologia e suas convergências na Promoção da Saúde e Soberania Alimentar no Brasil

**Fernanda Savicki de Almeida^I,
Marina Augusta Tauil Bernardo^{II}**

Nos últimos anos, interpretações de Agroecologia passaram a ser empregadas por um número crescente de instituições e em determinados espaços de debate acadêmico e político. Por um lado, isso é interessante porque demonstra certa reflexão sobre as condições sociais e ambientais atuais e busca por soluções. Contudo, como predominantemente ocorre, quando há muitos olhares e interesses difusos envolvidos, há uma disputa de narrativa, ora intencional de cooptação, ora de “boa-fé”, mas superficial, servindo para legitimar ou reponder aspectos pontuais e individuais ou até mesmo fortalecendo processos desarmônicos com a agroecologia que defendemos e respaldaremos aqui. É um conceito em disputa e, portanto, precisamos visibilizar a nossa narrativa para estabelecermos os princípios que nos orientam e as conexões com outros movimentos científicos, políticos, sociais e ideológicos que fazem sinergia com a nossa perspectiva e promovem efetivas transformações no atual contexto de crise ecológica.

Desse modo, é necessário traçar um breve histórico para identificar momentos-chave que fundamentam a Agroecologia. De início, se requer a compreensão do processo eurocêntrico de colonização do nosso país, quando foram introduzidos os mais diversos projetos expansionis-

I Fernanda Savicki de Almeida é agrônoma e doutora em Recursos Genéticos Vegetais, pesquisadora em Saúde Pública da Fiocruz Mato Grosso do Sul. É presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA Agroecologia. fernanda.savicki@fiocruz.br

II Marina Augusta Tauil Bernardo é advogada, mestra em Extensão Rural e doutoranda em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná. Coordena o GT Mulheres da ABA Agroecologia. marina.atb@gmail.com

tas, embasados na colonialidade do poder, do saber e do ser¹. Importante apontar que o termo “descobrimento” só tem eficácia quando o processo de colonização do continente latino-americano é contado sob uma ótica científica eurocêntrica, pois “na verdade, os espanhóis e portugueses não descobriram nada. Tudo já existia, tinha nome e dono. A América já está povoada milenarmente, ainda que parcamente em algumas regiões”².

Subalternizada por tal processo, a natureza tornou-se unicamente fonte de matéria-prima e do extrativismo vegetal realizado por países eurocêntricos e se perpetua através da constituição da estrutura fundiária brasileira. Institucionalizada a partir do regime de sesmarias (1530-1822), essa estrutura se consolida com o advento da Lei de Terras, promulgada em 1850, que reconhece os imensos latifúndios distribuídos e constituídos, mesmo que adquiridos pela prática de grilagem. Surge, portanto, a classe dos grandes “proprietários de terras” no Brasil³, que atualmente perpetuam a colonialidade através da manutenção do poderio econômico e continuidade do modelo agroexportador de monocultivos de *commodities*.

Em contraponto à classe de “proprietários de terra”, a estrutura agrária rural abarca uma outra classe multifacetada que engloba os “não proprietários de terra”³, como ex-escravizados, indígenas e pequenos agricultores que lutam para manter o acesso à terra. E como fruto desse processo histórico-social de formação brasileira os saberes e conhecimentos ancestrais de povos não eurocêntricos foram invisibilizados⁴. E que de acordo com Shiva⁵, “quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizada, faz com que desapareça, negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhes os adjetivos de *primitivo* e *anticientífico*”.

Com o advento da formação da sociedade capitalista brasileira, um novo “processo de integração da economia mundial” (p. 9)⁶ se articulou através da proposta de desenvolvimento industrial centralizado nas necessidades dos países europeus e dos Estados Unidos da América. Nessa integração, não existem países excluídos, todos estão incluídos na lógica do capitalismo que produz ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento, como um produto do desenvolvimento capitalista mundial. O que reflete no modelo de produção agrícola difundido e incorpo-

rado pelo Brasil após a Segunda Guerra Mundial, conhecido como Revolução Verde que, de maneira geral, assegurou a marginalização completa dos conhecimentos, práticas e manejos tradicionais e forçou, sob o mote desenvolvimentista e de progresso, o acesso a crédito agrícola atrelado à adoção do pacote tecnológico de máquinas, insumos e produtos industriais, a monocultura de *commodities* para exportação e todas as suas consequências nefastas.

As mudanças se deram unicamente no modelo de produção agrícola, mas não se encarregaram de transformar a estrutura agrária brasileira, ou seja, os meios de produção mudaram, mas a estrutura fundiária continuou a mesma. Esse período ficou conhecido como Modernização Conservadora, justamente por essa condição^{7,8}. E, inclusive, a “modernização” dos processos produtivos acirrou ainda mais os conflitos socioambientais, agravando a já insustentável desigualdade na distribuição da terra no país, pois as famílias camponesas que trabalhavam nas lavouras como assalariadas perderam seus empregos, já que foram substituídas por maquinários e insumos e outra parte das famílias camponesas, que tinham a posse da terra, acessaram os créditos e as perderam porque não conseguiram saldar suas dívidas. O resultado disso, para além da desigualdade de acesso a terra, foi o inchaço das grandes cidades, desempregos e precarização do trabalho, entre muitas outras mazelas.

Mas a movimentação do capital não se deu apenas na agricultura, estrategicamente se estendeu para outros sistemas imbricados ao produtivo agrícola. As relações com as indústrias farmacológicas e alimentares se ampliam e sinergizam resultando nas grandes transnacionais atuais que envolvem todo o sistema agroalimentar⁹, da definição do que será cultivado e para quem, matriz produtiva, sementes e insumos, comercialização, transporte, logística, transformação e beneficiamento, produção de comestíveis ultraprocessados, suprimentos alimentares e medicamentos para manter a condição de consumo da população.

E ainda nessa perspectiva de consolidação dos sistemas agroalimentares hegemônicos, essa incorporação da agenda da alimentação e (in)segurança alimentar para o mercado, passou a ser denominado de ‘regime alimentar corporativo neoliberal ou imperial’, termo empreendido por diversos grupos que se debruçam sobre a temática em todo o

mundo^{10,11,12}. Essa dinâmica redefine o significado de alimentação e como bem trazem Paula, Bezerra e Paula⁹, “esterelizando-o nos circuitos financeiros”, mediante o rótulo de *commodities*. Desse modo, o complexo agroquímico-farmacêutico-alimentar não mais se restringe a definir sobre a comercialização dos seus produtos, mas interferem diretamente no mercado financeiro e na soberania dos governos, que passam a depender dessas indústrias para formulação de políticas públicas.

Nesta perspectiva, longe de esgotarmos o debate, temos a pretensão lançarmos reflexões sobre as bases conceituais da Agroecologia, identificando seus princípios e a interface entre a agroecologia e diferentes áreas do conhecimento, com foco na promoção da saúde e soberania alimentar, de modo a evidenciar que “lutar pela saúde é também lutar pelas transformações sociais” (p. 317)¹³, trazendo possíveis estratégias de fortalecimento e ampliação da Agroecologia como uma fundamental força motriz para alcançarmos sistemas agroalimentares contra hegemônicos.

Importante considerar aqui que, para essa análise, foi necessário buscar fundamentos e autores/as que prezam pelo o que Alimonda¹⁴ chama de “virada decolonial”, possibilitando emergir uma diversidade epistêmica que nos permita reescrever as narrativas da modernidade incluindo as culturas e povos dominados e suas histórias de resistência. Desse modo, tornou-se possível realizar o estudo a partir de uma perspectiva não eurocêntrica e priorizar o refletir-agir-transformar que colabora para uma transformação social¹⁵.

A Agroecologia na Contra Hegemonia dos Sistemas Agroalimentares

De modo primordial, quanto à base conceitual de Agroecologia, desde a sua emergência até agora, seu conceito tem se transformado, acompanhando a evolução do seu campo de atuação. Isso se refere diretamente à definição de Agroecologia como Ciência, prática social e movimento político que traremos mais adiante a partir da perspectiva da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA- Agroecologia), sociedade científica da qual pertencemos. Ela é ciência – tem bases teóricas, epistemológicas e metodológicas; é prática, porque discute processos e rela-

ções entre seres humanos e natureza; mas é também movimento, porque interage no tempo e no espaço, ou seja, diferentes contextos, diferentes cenários políticos e sociais, diferentes vozes, diversidade de vida. E esse tripé é indissociável, interage entre si e, a cada momento, um aspecto demanda novos ajustes dos demais, desde que não fira seus princípios éticos que essencialmente se referem à saúde, equidade e direitos das pessoas e da natureza⁹.

Assim, passou de uma concepção de manejos e práticas agrícolas menos impactantes ao ambiente, já apontando sua interdisciplinaridade e, paulatinamente, incorporou outras perspectivas científicas e metodológicas, trazendo o protagonismo das diferentes populações e povos do campo, floresta e águas não apenas como objetos de estudo, mas sujeitas e sujeitos promotoras e promotores de tecnologias sociais, detentores de conhecimentos e agentes de transformações sociais. Nesse sentido, segundo Leff (p. 37)¹⁶, “os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população”.

Com base neste aspecto, considera-se como marco inicial do debate agroecológico, a obra “Primavera Silenciosa” (*Silent Spring*), publicada por Rachel Carson¹⁷, em 1962, nos Estados Unidos, referência científica pioneira que denuncia o envenenamento causado pela substância química DDT. Reconhecida como marco do movimento ambientalista moderno, essa obra integra escritas científicas importantes relativas às temáticas da Agroecologia, mas que naquela época defendiam uma agricultura alternativa ao modelo convencional já implementado. Entretanto, entre as décadas de 1970 e 1980, publicações como as de Efraim Hernández-Xolocotzi¹⁸ e Stephen R. Gliessman¹⁹, que discutiram sobre a proposta de um modelo agrícola que se aproximou do realizado pelos mantenedores dos sistemas agrícolas tradicionais e defendido pelos movimentos sociais, tornando-se precursoras do termo “Agroecologia” no continente americano.

Já no Brasil, a agroecologia surgiu de forma conceitual e científica, entre as décadas de 1970 e 1980, a partir da atuação de pesquisadores como Adilson Dias Paschoal, Ana Maria Primavesi, José A. Lutzenberger,

Sebastião Pinheiro (Silveira, 2016)²⁰. Isso porque houve uma compreensão de que era necessário subverter as concepções científica, técnica e produtiva da agricultura, uma vez que a grande crise social, política e ambiental, pelas quais o país e o mundo estavam passando, e continuamos até hoje, era originada pela estrutura capitalista para a agricultura já apresentada.

Neste contexto, a exclusão social e a falta de um olhar específico para o segmento rural familiar por parte do Estado geraram problemas sociais, que desencadearam a organização social, vinculados aos agricultores familiares em torno dos movimentos sindicais, principalmente capitaneada pela CONTAG e Central Única dos Trabalhadores (CUT), em busca de reconhecimento como uma categoria diferenciada da agricultura nacional²¹.

Ainda nas décadas de 1970 e 1980, foram organizados os primeiros eventos sobre agricultura alternativa no país²², como também de organizações de coletivos movimentos sociais em prol dessas temáticas e práticas se estabeleceram ou potencializaram suas ações, como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), dentre outros. Ademais, nessa mesma época, importantes obras científicas e críticas sobre os impactos dessa modernização agrícola foram publicadas, como “Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro”²³, “Pragas, Praguicidas e a Crise ambiental: Problemas e Soluções”²⁴, “Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais”²⁵.

Já no final dos anos 1980, com o advento da Constituição Federal de 1988 e movimento de redemocratização do Estado brasileiro, “uma maior intervenção dos atores sociais, a qual se viabilizou através dos conselhos gestores de políticas setoriais e das políticas gerais de desenvolvimento nas diversas esferas governamentais” estava ativa²⁶. Ainda na década de 1980, a educação formal em agroecologia também começa a ser discutida no Brasil²⁷, mas sua institucionalização como um campo científico ocorre somente a partir dos anos 2000²⁸, com seu reconhecimento como um curso da área de ciências agrárias²⁹, e com a criação de Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs)³⁰.

Ainda na década de 1990, a partir de reflexões produzidas por Maria Emília Pacheco sobre a esfera da divisão sexual do trabalho e da submissão feminina, a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais ganha destaque e o conhecimento científico agroecológico passa, sutilmente, a ser repensado diante da necessidade de se discutir as múltiplas realidades e diversidades. Assim, se percebeu a necessidade de diálogo da Agroecologia com outras áreas do conhecimento que também fazem associações com a perspectiva agroecológica.

Dessa forma, formulando e construindo processos sólidos de aproximações, foi concebido, então, o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo, na Bahia em 2011, que reuniu representantes de movimentos sociais, organizações e instituições de diversas áreas para discutir os aspectos sinérgicos das suas pautas e debates mais recentes e radicais, construindo coerentemente estratégias de ações conjuntas para enfrentamento das políticas neoliberais e do capitalismo e promoção da transformação social³¹. Os desdobramentos desse encontro foram significativos para estruturação de princípios agroecológicos que pedagogicamente consideram o respeito à diversidade em todas as suas diferentes dimensões (desde a genética à produtiva, cultural e social) como aspecto inegociável na ação agroecológica com vistas à transformação dos sistemas agroalimentares.

É a partir desses debates e diálogos que a ideia de sistemas agroalimentares passa a ser mais amplamente discutida no ambiente da Agroecologia no Brasil³¹. Não basta uma matriz produtiva limpa e ecológica, se grande parcela da população não acessa esses alimentos; se há uma série de benefícios e subsídios para padronização dos sistemas agroalimentares e alimentos ultraprocessados, e apenas políticas compensatórias para a produção de comida de verdade, ainda descolada de debates sobre saúde pública e nutricional da população; se a produção agrícola não se pauta no direito de acesso aos bens comuns - água, terra, agrobiodiversidade etc., em especial daquelas populações que as salvaguardam e sem reforma agrária popular como política pública; se essa produção é fruto de algum tipo de exploração ou violência de gênero, étnica, racial ou etária; se o desenvolvimento urbano está calcado nas políticas de

especulação imobiliária, em detrimento do direito à cidade e uso coletivo dos espaços urbanos, como espaços educativos e de acesso à comida da verdade; entre muitas outras questões fundamentais, de cunho ético e político, que necessitam ser refletidas e elucidadas coletivamente, na conjunção de diversos olhares.

Nesta perspectiva, a Agroecologia interage de forma interdisciplinar a diferentes áreas do conhecimento, através de uma “hibridação de ciências, tecnologias, saberes e práticas” (p. 40)¹⁶, que se consolida através de diálogos de saberes de técnicos e de sujeitos/as que as vivenciam. É nesse rico “caldo primordial” que a ABA - Agroecologia elabora e publica, em 2015, o atual conceito de Agroecologia, que propõe incorporar essa diversidade de perspectivas. No Artigo 2º, 1º parágrafo do seu Estatuto, a ABA - Agroecologia define Agroecologia como “ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões”³².

De acordo com Schmitt et al. (p. 52)³³:

A construção da agroecologia encontra-se vinculada a um amplo projeto de transformação das formas de produção, processamento, distribuição e consumo presentes no atual sistema agroalimentar. Seus princípios e práticas possuem uma longa trajetória de enraizamento nos modos de vida dos camponeses e camponesas, povos indígenas e comunidades tradicionais nas mais diferentes partes do mundo. Suas bases seguem os princípios de justiça social, sustentabilidade ambiental e soberania alimentar, assumindo compromisso político com a democratização do direito à terra, à água, aos recursos naturais e às próprias estruturas de produção do conhecimento.

Segundo Bezerra e Paula (p. 29)³⁴:

A agroecologia se faz presente a partir das mentes/mãos de quem constrói o conhecimento, planta, colhe, distribui, comercializa, alimenta e nutre, nos fazendo perceber que a construção de uma outra lógica vai além de promover siste-

mas alimentares locais, eles precisam ser também ambiental-mente, culturalmente e socialmente sustentáveis.

Com o desafio de “promover abordagens cada vez mais integradas, onde seja possível visualizar ações que cuidem da saúde ao mesmo tempo em que garantem a integridade ambiental e a equidade social [...]”, de acordo com Bezerra *et al.* (p. 14)³⁵, a Agroecologia depende, em parte, de investimentos em pesquisas científicas, bem como da promoção de debates dentro e fora da academia.

Trabalha-se a Agroecologia, como uma ciência que tem interface com outras áreas, desta forma, praticar Agroecologia não é simplesmente mudar a forma de produzir alimentos, mas sim a forma de viver e interrelacionar-se com o meio. Trata-se da transformação do modelo de Desenvolvimento Rural, buscando modificar as variáveis sociais, econômicas e culturais, tratando o homem, e não o capital, como centro, sendo o desenvolvimento responsabilidade de todos os agentes.

Como instrumento de transformação social, a Agroecologia não trata somente de um modelo agrícola. Trata da busca pela reconexão do ser humano à natureza e o descolamento gradual das imposições do capital sobre a agricultura³⁶ e a transformação total dos Sistemas Agroalimentares. Conforme Guhur e Silva³⁷, não há possibilidade de coexistência entre o regime alimentar corporativo neoliberal, ou seja, os modelos capitalistas hegemônicos – se incluem aqui todos os modelos reformistas e do capital verde – com a Agroecologia, porque é uma contradição radical e basal.

Entretanto, o rompimento imediato entre os Sistemas Agroalimentares Hegemônico e Agroecológico não é possível, é preciso estratégia e estrutura para tal. Dessa maneira pleiteamos a transição agroecológica, na perspectiva da prática social em agroecologia, entendendo que a ruptura cultural foi realizada, ou seja, há a negação consciente do estado anterior, da hegemonia do modelo capitalista e a busca concreta da contra-hegemonia³⁸. E, uma vez que a agricultura envolve uma complexa estrutura de correlação entre organização social e modos de produção

diversos, característicos da agricultura familiar como afirmou Schmitt³⁹ – que sugerimos ampliar para povos do campo, floresta, águas e cidade. Somente uma transição contextualizada, mas fortemente ancorada nos princípios agroecológicos pode responder assertivamente na transformação dos sistemas agroalimentares, porque promove também as conexões necessárias com outros campos do conhecimento.

A Interface com a Saúde Coletiva e Soberania Alimentar e as Sinergias para um Bem Viver

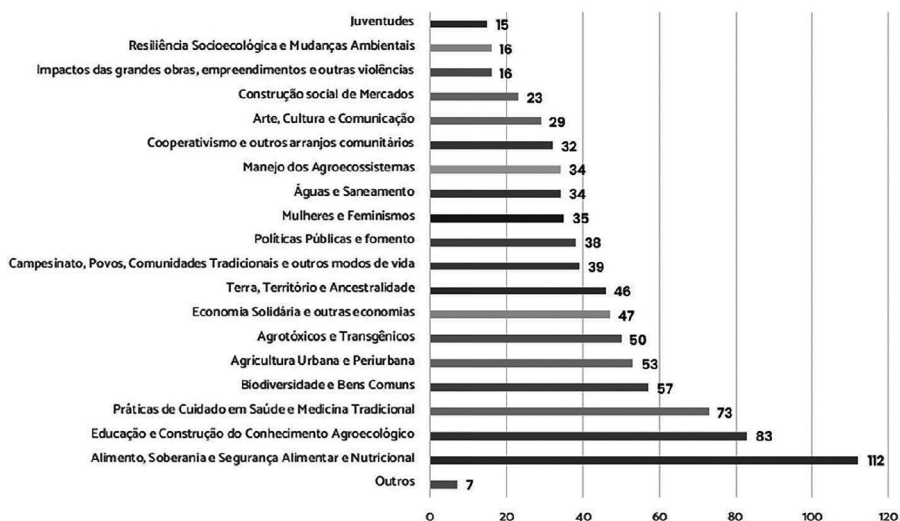
Já explanamos como historicamente se deu essa aproximação e pretendemos, agora, falar das conexões e sinergias. Nas elaborações históricas de construção do conhecimento agroecológico, a conexão com a saúde sempre foi evidenciada. Nas denúncias das consequências dos agrotóxicos e a perspectiva da produção saudável e limpa, em reflexões sobre a diversidade alimentar, sobre a qualidade dos alimentos orgânicos ou agroecológicos, das plantas medicinais e fitoterápicos, produção de bioinsumos, sementes criolas, enfim, uma vasta gama de relações. Embora muito presente nos textos científicos, muito superficiais eram as reflexões. O Grupo de Trabalho de Saúde da ABA Agroecologia está na iminência de publicar um dossiê sobre as conexões saúde e agroecologia, cujos textos de abertura e apresentação trarão maior detalhamento sobre esse assunto.

Contudo, pouco se percebe a presença da agroecologia nos debates da Saúde Coletiva. Soares *et al.*⁴⁰ discorrem sobre o esvaziamento conceitual e relativo dessas duas áreas a partir da Saúde, em que as poucas publicações que fazem correlações pressupõem conceituações pouco abrangentes ou parciais, focando na perspectiva de modelo produtivo, o que remete à essa disputa de narrativas acerca da agroecologia e a pouca interlocução da saúde com os movimentos científicos, sociais e políticos da agroecologia.

Achado que dialoga diretamente com o processo de mapeamento das experiências de Saúde e Agroecologia disparadas pela Fiocruz, ABA Agroecologia, Coletivo EITA e Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, em âmbito nacional. Foram 165 experiências mapeadas em dois

meses de colheita de informações, entre elas três de outros países latino-americanos, e que envolveram 96 organizações e instituições diferentes, conforme o relatório final⁴¹. Algumas reflexões sobre o mapeamento: existiam muitas experiências com essa interface, mas muitas delas, especialmente articuladas a partir da saúde e da própria Fiocruz, não traziam a agroecologia como escopo porque a desconheciam ou não tinham sua dimensão. Há uma significativa diversidade de temas que articulam as duas áreas de conhecimento, mas o debate da alimentação e segurança e soberania alimentar é a maior aproximação. O banco de dados desse e de outros mapeamentos está disponível para consulta gratuita na plataforma Agroecologia em Rede^{III}.

Figura 1: Temas principais ou prioritários das experiências, no mapeamento de Saúde e Agroecologia.



Fonte: Adaptado de Portela e Santos, 2020.

E o conjunto dessas experiências, sem a menor pretensão de assegurar que seja o total de experiências entre Saúde e Agroecologia no Brasil, afirma a capacidade mobilizadora e a sinergia entre elas, e o ganho do aprofundamento teórico que ambas as áreas alcançam a partir desse enlace.

III Para conhecer mais: www.agroecologiaemrede.org.br

O campo da Saúde Coletiva que é o que dialoga diretamente com a agroecologia e traz na sua base conceitual a perspectiva teórica crítica e decolonial da Determinação Social da Saúde^{42,43,44}. É essa perspectiva que fundamenta o conceito ampliado de Saúde assumido pelo Sistema Único de Saúde, cunhado na emblemática VIII Conferência Nacional de Saúde:

Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (p. 04)⁴⁵.

Embora a determinação social da saúde faça as conexões necessárias e suficientes para afirmar a bandeira dos movimentos agroecológicos, de que a Agroecologia promove Saúde, gostaríamos de sustentar aqui uma provocação mais ampliada considerada por Jaime Breilh⁴⁶, na qual afirma que deveríamos considerar a “Determinação Social da Vida”, conceito esse que se assenta como princípio agroecológico, a partir da reconexão seres humanos – Natureza:

(...) Por lo pronto, bástenos con argumentar que no es completa la acción por la salud humana, sin integrarla a la lucha por la defensa de la vida en la madre naturaleza, o en otras palabras, que no es adecuado y viable para la salud colectiva en el plazo mediano, enfocar todas nuestras operaciones con un sentido antropocéntrico solo en la promoción y defensa de la vida humana, sin proteger y ampliar la reproducción de la vida en la naturaleza. Podría reforzarse este argumento diciendo: no es posible hacer una epidemiología crítica eficaz y efectiva, sin trabajar complementariamente una ecología crítica orientada a la sustentabilidad; no es viable lograr modos de vida, plena y sostenidamente saludables, con sólo construir una sociedad solidaria, sin que ésta sea a la par sustentable.

Aterrisando essas construções científicas a partir da reflexão agroecologia – saúde – alimentação, é urgente fomentar, fortalecer, ampliar e visibilizar processos que emergem desse enlace e que atinjam reflexões concretas para muito além do consumo, produção de comida de verdade, cultura e patrimônio alimentar. Mas elas partem desse lugar. Ao refletir sobre alimentação e de saúde no âmbito da agroecologia, também cria pontes para estabelecer diálogos campo-cidade, entendendo que essa segmentação rural-urbano é uma abstração que não dá conta da complexidade das relações e interações socioecológicas.

A reconexão entre seres humanos e natureza não se basta pela transformação do modo de produção, mas também na reconexão com comida e bebida, das relações subjetivas e simbólicas que estão imbricadas no ato de comer, para além de nutrir o corpo e saciar a fome. É o que preconiza a concepção de Soberania Alimentar do CONSEA⁴⁷, que “diz respeito ao direito que os povos têm de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir”, a partir de suas vivências, culturas e modos de vida.

Considerações finais

De forma sistematizada a agroecologia, hoje, se materializa a partir do fortalecimento da democracia, respeito a todas as formas e modos de vida, ecologia de saberes⁴⁸, decolonização epistêmica^{49,50} e ciência cidadã⁵¹, relações sociais horizontais, equânimes e não violentas, ressignificação das práticas de consumo, principalmente as alimentares^{52,53,54}, nas relações com a Natureza e no fomento à diversidade em todos os seus aspectos – genéticos, agrobiológicos, culturais, sociais, de gênero, raciais, étnicos, espirituais e religiosos. Esses princípios ressonam em outras áreas do conhecimento que fazem interface com a agroecologia a partir da transformação dos sistemas agroalimentares hegemônicos, baseados no capitalismo e todos os sistemas que o sustentam: racismo, machismo, patriarcado, expropriação da Natureza, conservadorismo.

Historicamente o movimento agroecológico, que inclui a pauta científica, compreendeu que para se fortalecer e criar as transformações necessárias nos sistemas agroalimentares é preciso diálogo e conexões.

E nessas aproximações há uma reverberação importante na Saúde Coletiva, a partir do tema da alimentação e soberania alimentar e tem incorporado abordagens teóricas que complementam e aprofundam aspectos importantes para o desenvolvimento da agroecologia enquanto Ciência, prática social e movimento político.

A centralidade da análise dos Sistemas Agroalimentares, ampliam as reflexões para além da matriz produtiva, incorporando conceitos da soberania alimentar que reforçam a importância da comida – e da bebida – nesse processo. Desde quem cultivou e como cultivou, como chegou no prato e no corpo das pessoas e se chegou para todas as pessoas e o que aquela comida e aquela bebida comunicam ou conectam no plano cultural e afetivo das pessoas, ressaltando mais uma vez a complexa e maravilhosa diversidade humana, a qual temos responsabilidade de perpetuar.

Buscar as sinergias que nos fortalecem e que ampliem significativos processos de resistência ao complexo agro-hidro-minero, negócio e indústria alimentar e promovam processos contra hegemônicos e transformações sociais concretas é uma estratégia fundamentalmente ética e política, mesmo que pareça utópico, pois é a utopia que nos faz caminhar, de fato, rumo a sistemas agroalimentares que promovam sociedades do bem viver^{55,56,57}.

Referências

1. Quijano, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos avançados, v. 19, p. 9-31, 2005.
2. Zimmermann, Roque. América Latina – o não-ser: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986
3. Da Fonseca, Bruno Costa. Colocações sobre o debate oitocentista de José de Souza Martins. Extensão Rural, v. 26, n. 4, p. 7-22, 2019.
4. Borges, Cristina. Colonialidade do ser e sustentação do racismo: entendimento à luz de Néelson Maldonado-Torres. In: Congresso em Desenvolvimento Social. 2018. p. 2261-2268.
5. Shiva, Vandana. Monoculturas da Mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.
6. Santos, Theotônio dos. “A teoria da dependência: um balanço”. In: Teoria da

dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

7. Delgado G. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: Ramos Filho LO, Aly Jr O, organizadores. Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA; 2005.
8. Fernandes F. As mudanças sociais no Brasil. In: Ianni O, Fernandes F, organizadores. São Paulo: Ática; 1991. (Coleção Sociologia).
9. Paula NF, Bezerra I, Paula NM. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. Saúde debate. 2022; 46 (especial 2): 262-276.
10. Corbari, Fábio et al. O regime alimentar corporativo e a resistência desde os mercados alternativos e agroecologia. Revista Fitos, Rio de Janeiro, v. 14, supl., p. 31-41, 2020.
11. Ribeiro BLB. Do lixo à mesa: um olhar sobre o programa Câmbio Verde de Curitiba sob a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional [dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2020.
12. Paula NF, Paula NM. Ambiente Alimentar Neoliberal. III Seminário Latino-Americano sobre Ambiente Alimentar e Saúde. 2021.
13. Souza ASA, Sawaia BB. A Saúde como Potência de Ação: uma análise do coletivo e de Comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Revista Psicologia Política. 2016; 16(37): 305-320.
14. Alimonda H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: Alimonda H, coordenador. La naturaleza colonizada. Ecología política e minería em América Latina [internet]. Buenos Aires: Ciccus, Clacso, 2011. p. 21-58. [acesso em 15 abr 2021]. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/alimonda.pdf>
15. Calças, Ingrith Raphaele Rodrigues et al. A formação do nutricionista sob a perspectiva do currículo em saúde. INTERFACES DA EDUCAÇÃO, v. 7, n. 19, p. 361-375, 2016.
16. Leff E. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. 2002; 3(1): 36-51.
17. Carson R. Primavera silenciosa. São Paulo: Melhoramentos; 1969.
18. Hernández- Xolocotzi E, Alanis Flores G. Estudio morfológico de cinco nuevas razas de maíz de la Sierra Madre Occidental de México; implicaciones filogenéticas y fitogeográficas. 1970.
19. Gliessmam SR, Garcia RE, Amador MA. The ecological basis for the applica-

- tion of traditional agricultural technology in the management of tropical agro-ecosystems. *Agro-ecosystems*. 1981; 7(3):173-185.
20. Silveira PS. *Pegadas agroecológicas: história e práticas educativas de grupos de Agroecologia*. 2016.
 21. Picolotto, Everton. (2014). Os atores da construção da Categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 52. 63-84. 10.1590/S0103-20032014000600004.
 22. Costa MBB et al. *Agroecologia no Brasil - 1970 a 2015*. *Agroecología*. 2015;10(2): 63-75.
 23. Lutzenberger JA. *Fim do futuro?: manifesto ecológico brasileiro*. Editora Movimento; 1976.
 24. Paschoal AD. *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*. Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas; 1979.
 25. Primavesi A. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. NBL Editora; 2002.
 26. Mattei, L. (2014). O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, n. 05, v. 45, p. 71-79.
 27. Sobral VCS. *Agroecologias: um estudo dos programas de pós-graduação em Agroecologia no Brasil*. 2019.
 28. Jacob LB. *Agroecologia e Universidade: entre vozes e silenciamentos [tese]*. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2011.
 29. Balla JVQ, Massukado LM, Pimentel VC. *Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil*. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 2014; 9(2).
 30. Petersen P. *Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto*. *Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável*. 3. ed. Altieri: MA Ed; 2012. p. 7-14.
 31. ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. *Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo - Salvador, Bahia [internet]*. Rio de Janeiro: 2013. [acesso em 15 abr 2021]. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2013/01/24/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias-2/>
 32. ABA - Associação Brasileira de Agroecologia. *Agroecologia. Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia [internet]*. Belém: 2015. [acesso em 15 abr

- 2021]. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/estatuto-aba-agroecologia/>
33. Schmitt C, Monteiro D, Londres F, Pacheco ME, Brochardt V. Agroecologia no Brasil: valorizando as dimensões da ciência, das práticas, dos movimentos sociais e das inovações institucionais. In: Santos M, Glass V, organizadores. Atlas do agronégocio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; 2018.
 34. Bezerra, I.; Paula, N. F. Sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis: diálogos e convergências possíveis. *Revista Faz Ciência*, [S. l.], v. 23, n. 37, p. 12–33, 2021. DOI: 10.48075/rfc.v23i37.27021. .
 35. Bezerra I, Sousa R, Londres F, Monteiro D. Apresentação Ana e Aba-Agroecologia. *Cultivando diálogos e convergências: colhendo saúde e agroecologia*. In: Burigo AC, et al, organizadores. Caderno de estudos: saúde e agroecologia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2019. v. 1.
 36. van der Ploeg, J. D. (2021). Political Agroecology: Advancing the Transition to Sustainable Food Systems. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 45(3), 472-475. <https://doi.org/10.1080/21683565.2020.1836827>.
 37. Guhur, Dominique; Silva, Nivia R. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre P. et al. (orgs.). *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 50-70.
 38. Machado, Luis Carlos Pinheiro; Machado Filho, Luis Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
 39. Schmitt, C. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiênciabrasileira. In: Sauer, S.; Balestro, M. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 177-203.
 40. Soares LP, Oliveira RM, Moraes DR. Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia. *Saúde debate* [internet]. 2022 [acesso em 26 jun 2023]; 46(esp 2):133-148. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E209>
 41. Soares LP, Santos S. *Tecendo redes de experiências em saúde e agroecologia: Sistematização de Experiências*. Rio de Janeiro: Agroecologia em Rede [internet]. 2020 [acesso em 14 fev 2021]. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Boletim-ABA-08-Tecendo-Redes-de-Experiencias-em-Saude-e-Agroecologia.pdf>
 42. Garboise JA, Sodré F, Dalbello-Araujo M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. *Saúde debate*. 2017; 41(112): 63-76.

43. Borde E, Hernandez-Alvarez M, Porto MFS. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. *Saúde debate* (Rio de Janeiro). 2015; 39(106): 841-854.
44. Breilh J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública. *Revista da Facultad Nacional de Salud Pública*. 2013; 31(1):13-27.
45. Brasil. Ministério da Saúde. Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde - CNS. Brasília (DF); 1986.
46. Breilh, Jaime. Las tres 'S' de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación de la vida y de la salud. In: Nogueira, Roberto P. (org.). *Determinação social da saúde e Reforma Sanitária* Rio de Janeiro: Cebes, 2010. p. 87- 125.
47. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (2017). *Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, Presidência da República, 86p.
48. Laranjeira NPF et al. Para uma ecologia de saberes: trajetória da construção do conhecimento agroecológico na ABA. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Agroecologia* [internet]. 2019 [acesso em 17 abr 2021]. 14(2):15. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22959>
49. Prieto LP. Epistemología Feminista y conocimientos desde el Sur Global. Sevilla: *Ecología Política* [internet]. 201 [acesso em 02 abr 2021].7; 54:12-15. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44645631>
50. Zaragocin S. La Geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In: Cruz D, Bayon M, organizadores. *Cuerpos, territorios y feminismos*. Quito: Abya Yala y Estudios Ecologistas del Tercer Mundo; 2018. p. 83-100.
51. MCC - Movimento Ciência Cidadã. Manifesto da Ciência Cidadã. Curitiba: Seminário Internacional 10 anos de transgênicos no Brasil [internet]. 2013 [acesso em 17 abr 2021]. Disponível em: <http://www.movimentocienciacidada.org/manifesto>
52. Azevedo, Elaine de e Pelicione, Maria Cecília Focesi. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. fe 2012, n. 3, p. 361-378, 2012.
53. Giordani RCF, Bezerra I, Anjos MCR. Semeando agroecologia e colhendo nutrição: rumo ao bem e bom comer. In: Sambuichi RHR et al., organizadores. *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil* [internet]. Brasília: Ipea; 2017. p. 433-454. [acesso em 07 abr 2021]. Disponível em: <http://>

repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8819

54. Bezerra I, Sousa RP, Barros FB. Pandemia da Covid-19 e seus efeitos à saúde e ao ambiente: a agroecologia como caminho necessário. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Agroecologia. 2020; 15(4):01-03.
55. Acosta A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: Sousa CM, organizadora. Um convite à utopia [internet]. Campina Grande: EDUEPB; 2016. p. 203-233. v. 1. [acesso em 15 abr 2021]. Disponível em: doi: 10.7476/9788578794880.0006.
56. Alcantara LCS, Sampaio CAC. Bem viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. San Jose: Revista Rupturas [internet]. 2017 [acesso em 13 abr 2021];02(7): 1-31. Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-24662017000200001&lng=en&nrm=iso
57. Baniwa AF. Bem viver e viver bem: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro. Curitiba: Ed. UFPR; 2019.

Aproximações e Interfaces entre Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional

Denise Eugenia Pereira Coelho^I,
Cláudia Maria Bógus^{II}

Apresentação

A Promoção da Saúde, em seu entendimento moderno, desenvolveu-se e ganhou força em países como o Canadá a partir dos anos de 1970 e as Conferências Internacionais de Promoção da Saúde tiveram grande contribuição para mudanças conceituais e entendimentos de saúde para referenciar as ações neste campo. No Brasil, a Promoção da Saúde teve importantes desdobramentos, tanto para a produção do conhecimento neste campo, como para o desenvolvimento de estratégias e ações, que, institucionalmente, conformaram a Política Nacional de Promoção da Saúde.

Neste capítulo pretendemos apresentar o campo da Promoção da Saúde e sua atual relevância para a construção de ações, estratégias e políticas públicas. Ademais, abordamos a relação entre o campo da Promoção da Saúde e a segurança alimentar e nutricional e de que modo essa relação vem contribuindo para a construção de estratégias e políticas promotoras da saúde no âmbito de territórios e cidades saudáveis e sustentáveis.

I Denise Eugenia Pereira Coelho é nutricionista e filósofa, mestre e doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. Atualmente é pós-doutoranda do INCT Combate à Fome, vinculado ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). deepcoelho@gmail.com

II Cláudia Maria Bógus é pedagoga, professora associada da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). claudiab@usp.br

Promoção da Saúde no Brasil

Na área da saúde, há um processo contínuo de estruturação e reestruturação de práticas sanitárias e modelos de assistência e atenção em função das articulações entre sociedade e Estado que vão sendo definidas, em acordo com as circunstâncias históricas, como resposta às demandas de saúde presentes¹. Os novos desafios sociais, as sucessivas discussões em torno do paradigma biomédico e a mudança do perfil epidemiológico da população nas últimas décadas, foram fatores definidores para o aparecimento de novas formulações sobre o pensar e fazer sanitários. Entre essas novas formas pode-se destacar o projeto da Promoção da Saúde (PS). A PS surge em decorrência da compreensão de que o conceito de saúde pode ser diverso para cada população, assim como da problematização de que as doenças são processos com múltiplas causas².

A implementação da PS no Brasil foi influenciada pelos movimentos de saúde de outros países e do debate internacional pautado principalmente pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, ocorrida em 1986, em Ottawa no Canadá, apresentou o conceito de promoção da saúde como:

o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global³.

Discussões posteriores sobre a concepção e as práticas de PS foram definindo importantes princípios norteadores, tais como: 1) a PS envolve a população como um todo, muito mais do que a focalização nas pessoas em risco de serem acometidas por doenças; 2) a PS é dirigida para a ação sobre os determinantes sociais da saúde, como os econômicos, culturais, políticos e ambientais; 3) a PS combina métodos e abordagens diversos e complementares; 4) a PS tem como um de seus objetivos a participação social; 5) a PS é uma atividade dos campos social e da saúde e não somente uma ação dos serviços de saúde⁴.

No Brasil, o período entre 2005 e 2013 foi marcado pelo nascimento e desenvolvimento da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS)⁵. Em 2005, a área técnica para construção da PNaPS estava junto à Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT) na Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e foi criado o Comitê Gestor da Política Nacional de Promoção à Saúde (CGPNaPS). Ainda em 2005 foi produzida a versão inicial da PNaPS submetida à avaliação de um Grupo de Trabalho de Vigilância em Saúde (GTVS) de caráter tripartite com representantes do Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), que aprovou a PNaPS em 2006⁵. Em 2007, o Comitê Gestor teve sua composição ampliada com a participação dos representantes do Conass, do Conasems e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)⁵.

Em 2014, a PNaPS foi redefinida, por meio de uma Portaria do Ministério da Saúde, de forma a incorporar o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde. Nesse sentido, passou a destacar a promoção da saúde como:

um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social⁶.

A revisão da PNaPS foi desencadeada pelo MS e coordenada pela SVS por meio do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde (DANTPS), criado em 2013, e da CGPNaPS, em parceria com a OPAS e o Grupo Temático de Promoção da Saúde da Abrasco⁵. O processo de revisão ocorreu entre os anos de 2013 e 2015, com o envolvimento de gestores, trabalhadores, conselheiros, representantes de movimentos sociais, profissionais de instituições de Ensino Superior entre outros⁷. Essa revisão indicou a necessidade de articulação com outras políticas públicas para seu fortalecimento⁶ e possibilitou a ampliação do leque de intervenções da PNaPS - para além de intervenções centradas nas Doenças Crônicas Não Transmissíveis, com um escopo mais amplo e diverso decorrente da consulta realizadas nas diferentes regiões brasileiras^{5,6}. A revisão contribuiu também para avanços na ação intersetorial, buscando articular ações destinadas a políticas específicas como, por exemplo, planejamento urbano, acesso a espaços seguros e saudáveis para população de baixa renda, projetos de melhoria de inclusão de pessoas com deficiência e idosos, projetos de mobilidade urbana, promoção da saúde no trabalho e na comunidade⁵.

Essa mudança expressou a importância de se considerar a diversidade e singularidade dos territórios no planejamento e desenvolvimento de ações e políticas promotoras da saúde, além de reforçar que os modos de viver e as escolhas relacionadas à saúde e à qualidade de vida não dependem apenas dos indivíduos, mas estão localizadas e determinadas pelos seus contextos social, econômico, político e cultural⁸. É nessa perspectiva que a PNaPS estabelece como um de seus temas transversais - ou seja, temas norteadores "para a formulação de agendas de promoção da saúde e para a adoção de estratégias e temas prioritários, operando em consonância com os princípios e os valores do SUS" (p. 14)⁸ -, a importância de que a promoção da saúde esteja alinhada aos territórios, de modo que as ações de promoção da saúde sejam construídas de forma participativa e dialógica, tendo em vista também os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) e o desenvolvimento sustentável⁸.

O estabelecimento da PNaPS fez com que os princípios da PS fossem incorporados na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)⁹. A PNSAN foi criada com o objetivo de assegurar a todos

os habitantes do território brasileiro o direito humano à alimentação adequada, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham:

acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis⁹.

O conceito e as formas de operacionalização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) estabelecidos reconhecem o provimento dos direitos como obrigação do Estado e a inter-relação do direito humano à alimentação adequada com o conceito mais amplo de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)^{10,11}. O campo da SAN é um espaço de cooperação de distintos saberes e áreas de atuação, na medida em que o enfrentamento dos problemas da fome e da má nutrição demanda a transformação dos determinantes estruturais destes problemas em vista da garantia do direito à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e para todos¹².

Nessa perspectiva, a SAN conecta-se com a Promoção da Saúde, fortalecendo este movimento de aproximação entre diversos campos disciplinares, na busca pela integralidade. As iniciativas, programas e atividades de SAN planejadas, elaboradas e executadas em consonância com a Promoção da Saúde, com base em seus princípios (concepção holística; intersetorialidade; equidade; participação social e sustentabilidade) e seus campos de ação (elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; reforço da ação comunitária; criação de espaços saudáveis; desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação dos serviços de saúde) têm sua origem em diferentes setores e seus efeitos sobre a situação de saúde das populações são cruciais¹³.

Além dessa relação entre a PNSAN e a PNaPS, é importante destacar que o processo de revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), versão publicada em 2011, consolidou a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) como diretriz, o que signifi-

cou a ampliação do escopo das ações para uma perspectiva promotora da saúde. As estratégias previstas para a PAAS estão baseadas nos campos de ação da promoção da saúde e, portanto, em estreito diálogo com a PNaPS. A PNAN indica ainda que a PAAS deve estar alinhada às demandas dos diferentes grupos, considerando as dimensões sociais, culturais e econômicas da alimentação, o que implica em um olhar atento às demandas dos territórios¹⁴.

Cabe salientar que a alimentação saudável, como conceito orientador de ações e estratégias no escopo da PNAN, não é um conceito unívoco e há tensões e conflitos em torno da sua compreensão que, para além de ser uma questão teórica, traz implicações fundamentais para as práticas em saúde e nutrição, assim como para a agenda política¹⁵. Burlandy et al. (2021)¹⁵, a partir de análise documental, identificaram a conformação histórica de diferentes perspectivas conceituais de alimentação saudável e seus desdobramentos práticos, e que podem ser agrupadas nas seguintes categorias: nutricional biologicista, nutricional biologicista e medicalizante – que poderia também ser chamada de preventivista, pelo destaque ao conceito de risco e o foco na prevenção de doenças –, multi-dimensional e a sistêmica.

A perspectiva sistêmica do conceito de alimentação saudável é um desdobramento do processo da construção do conceito de SAN – conceito este que se conformou a partir da mobilização em torno do combate à fome e da garantia do direito à alimentação, assim como na interlocução entre governo e sociedade civil¹⁵. Essa perspectiva pode ser considerada uma importante inflexão em relação às demais, como identificadas pelas autoras, pois passa a pressupor uma abordagem integrada, intersetorial e participativa, assim como passou a abranger as dimensões cultural, social, econômica e ambiental da alimentação¹⁵. A revisão da PNAN, o segundo Guia Alimentar para a População Brasileira e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas expressam as repercussões dessa perspectiva. Pode-se dizer que tal perspectiva dá bases a ações e políticas que, por exemplo, apoiam a agricultura familiar, a agroecologia e a soberania alimentar, ou seja, reforçando esse olhar sistêmico para os sistemas alimentares, a sustentabilidade, a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada¹⁵.

Nessa perspectiva, é importante destacar esse alinhamento que se conformou nos anos 2010 entre essas três políticas, a PNaPS, a PNSAN e a PNAN. Esse processo foi fruto de uma abertura, no âmbito da agenda política, de uma maior integração das demandas sociais à formulação das políticas públicas, assim como pela entrada da SAN na agenda política. Além das implicações formais e institucionais, esse alinhamento abre possibilidades para a produção de ações e estratégias mais integradas em uma perspectiva promotora da saúde, atravessando e integrando diferentes campos de ação das políticas, o que na perspectiva do território encontrou lugar na PS através do movimento por Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis (MCCS).

Promoção da Saúde, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis (MCCS)

A estreita vinculação entre a alimentação e seu impacto no meio ambiente e, inversamente, o modo como as mudanças ambientais e climáticas impactam a alimentação globalmente vêm ganhando cada vez mais destaque e evidenciando ao campo da alimentação e da nutrição novos desafios. Nessa perspectiva, a construção de alternativas, ações e políticas públicas que possam enfrentar adequadamente a complexidade dos cenários de má-alimentação na sociedade pode se beneficiar de uma perspectiva territorial, mais alinhada às suas dinâmicas, especificidades, desigualdades e, também, potencialidades. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, a Nova Agenda Urbana e próprio campo da PS indicam a importância da construção de cidades e comunidades sustentáveis, com foco nos contextos locais e cotidianos, sem perder de vista a perspectiva global/planetária dos desafios colocados para uma sociedade mais justa e sustentável.

Fortune *et al.*¹⁶, destacam os enlaces e potencialidades entre a promoção da saúde e os ODS, como perspectivas e estratégias que dialogam em seus princípios fundamentais e que podem mutuamente se fortalecer, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas favoráveis à saúde e ao bem-estar das populações em uma perspectiva

ampla e integrada. Os autores destacam ainda que, especialmente considerando as desigualdades persistentes na região das Américas e Caribe, as agendas da promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável exigem o enfrentamento das iniquidades¹⁶.

Diversas iniciativas para a promoção da saúde foram desenvolvidas nas últimas décadas, muitas delas dando ênfase à criação de ambientes saudáveis (ou ambientes favoráveis à saúde), e baseadas em políticas públicas, que incluem ações intersetoriais, para o desenvolvimento de cidades saudáveis, e que podem ser centrais para alcançar os ODS por meio das estratégias da promoção da saúde¹⁶. Por outro lado, tais iniciativas e experiências sinalizam importantes contribuições que as cidades podem ter para a promoção da saúde e para o cumprimento dos ODS, colocando em destaque o papel que prefeitos e lideranças municipais/locais podem ter para o sucesso dessas iniciativas¹⁶.

A inclusão da saúde e da qualidade de vida como perspectiva para a elaboração de políticas públicas não é recente e acompanha o desenvolvimento do campo da promoção da saúde. A carta final de Conferência Internacional de Adelaide, ocorrida em 1988, já indicava que “as políticas públicas saudáveis se caracterizam pelo interesse e preocupação explícitos de todas as áreas das políticas públicas em relação à saúde e à equidade, e pelos compromissos com o impacto de tais políticas sobre a saúde da população”, o que “exige uma abordagem que enfatiza consulta e negociação”³.

Uma iniciativa central nesse sentido, é o movimento por cidades/municípios saudáveis, que foi impulsionado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e seus escritórios regionais, principalmente, a partir da década de 1990, tendo em vista a crise da saúde urbana em âmbito mundial e considerando a proposição de uma estratégia que pudesse impulsionar o desenvolvimento das potencialidades locais com políticas mais participativas que objetivassem a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento sustentável^{17,18,19}.

Colocava-se, então, a possibilidade de se desenvolver políticas públicas alinhadas às potencialidades dos municípios, ou seja, considerando as especificidades e potencialidades dos territórios. Isso não significava um abandono das políticas e dos determinantes “macroestruturantes”

da saúde, mas salientava que tais políticas pudessem estar mais em acordo com as dinâmicas territoriais e pudessem ser construídas de forma mais democrática e participativa²⁰. Tal perspectiva se alinha aos eixos da Promoção da Saúde, como a participação social, a intersetorialidade e a criação de ambientes saudáveis.

A cidade saudável pode ser compreendida como “é aquela que está continuamente criando e modificando seu ambiente físico e social e expandindo seus recursos para que as pessoas se capacitem a apoiar umas às outras, para que todos desempenhem a contento todas as funções da vida e desenvolvam ao máximo seu potencial” (p. 43)²⁰, ou seja, coloca a saúde como parte da formulação das políticas para a cidade, tendo a qualidade de vida como uma meta geral dos governos locais. No Brasil, na década de 1990, algumas iniciativas começaram a se desenvolver para fortalecer os municípios saudáveis, mas foi apenas no final dos anos 2000 que a articulação entre algumas universidades e governos locais começaram a conformar Redes de Municípios Saudáveis. No início dos anos 2000, o Ministério da Saúde, o Conasems e a OPAS articularam a formação da Rede Brasileira de Municípios Saudáveis²⁰.

Se a estratégia da OMS em organizar uma rede entre municípios permaneceu mais restrita a algumas iniciativas, promover a saúde nas cidades segue como estratégia central em agendas internacionais como a Agenda 2030, o Pacto de Milão e a Nova Agenda Urbana, que podem ser orientadoras, por exemplo, das revisões de planos diretores municipais²¹. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável traz entre seus objetivos a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, com a promoção da agricultura sustentável, assim como a garantia de uma vida saudável e a promoção do bem-estar. Ademais, aborda as cidades e comunidades sustentáveis, considerando como objetivo tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Ainda em estreito diálogo com os objetivos anteriores, a Agenda 2030, tem como objetivo a garantia de padrões de produção e de consumo sustentáveis²².

O Pacto de Milão sobre uma Política de Alimentação Urbana é outro instrumento que vem na perspectiva de fortalecer o alcance da Agenda 2030, considerando o cenário de pobreza e insegurança alimentar, as-

sim como de aumento de sobrepeso, obesidade e das transformações nos padrões alimentares em âmbito mundial e seus impactos para o aumento de doenças crônicas²³. Ademais, considera o impacto dos sistemas alimentares vigentes nas mudanças climáticas e como as cidades tornam-se pontos críticos nesse cenário²³. Assinado em 2015, por mais de cem prefeitos de várias cidades, como um “acordo não vinculativo sobre políticas alimentares urbanas concebido pelas cidades para as cidades”, ratificou o compromisso com o desenvolvimento de “sistemas alimentares sustentáveis e resilientes”, de forma a “oferecer alimentos nutritivos e acessíveis a todos, proteger a biodiversidade e combater o desperdício de alimentos”, indicando o “papel das cidades na contribuição para a transformação dos sistemas alimentares urbanos rumo à sustentabilidade”²³.

Por fim, a Nova Agenda Urbana foi adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em Quito (Equador), em 20 de outubro de 2016²⁴. A Nova Agenda Urbana coloca a segurança alimentar e nutricional no centro do desenvolvimento urbano sustentável, além de incluir um plano de implementação, que abrange os seguintes temas gerais: desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza; prosperidade e oportunidade urbana inclusiva e sustentável para todos; desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente²⁴.

Tais agendas internacionais podem contribuir para orientar a formulação de políticas públicas. Considerando essas agendas e as possíveis contribuições da promoção da saúde é incontestável que o enfrentamento dos determinantes da saúde e a promoção da equidade em saúde não podem ser abordados apenas de forma intrasetorial, mas exigem incluir a intersetorialidade como parte ações e políticas setoriais²⁵. A intersetorialidade é um dos pilares da Promoção da Saúde - incluído como eixo operacional na PNaPS - e se refere “ao processo de articulação de saberes, potencialidades e experiências de sujeitos, grupos e setores na construção de intervenções compartilhadas, estabelecendo vínculos, corresponsabilidade e gestão para objetivos comuns” (p. 26)⁸.

Os arranjos institucionais intersetoriais são uma forma de “promover uma integração horizontal (entre setores de políticas públicas) e vertical (entre entes federativos) e de absorver de forma substantiva a di-

menção territorial” (p. 50)²⁶, ou seja, colocando a abordagem territorial no centro da implementação da política pública. Iniciativas que demandam tais arranjos enfrentam desafios ligados à cultura setorial na gestão pública, assim como desafios ligados à cultura “institucional de privilégio dos resultados alcançáveis em curto prazo” (p. 50)²⁶, que podem implicar em arranjos setoriais frágeis, muito mais temáticos e com pouco diálogo administrativo, podendo enfraquecer tais iniciativas²⁶. Nesse sentido, dentre os inúmeros desafios para a construção de políticas e iniciativas promotoras da saúde, a articulação intersetorial se coloca como um importante desafio a ser enfrentado.

Em 2023, a OPAS publicou uma chamada para dar “visibilidade e reconhecer os esforços de governança local para promover municípios, cidades e comunidades mais saudáveis, que considerem dimensões-chave da promoção da saúde, como a intersetorialidade, a participação comunitária e um enfoque de equidade”, o que reforça a atualidade dessa agenda e a importância do olhar sobre experiências exitosas que possam contribuir para a superação dos desafios à construção de políticas e ações promotoras da saúde.

No Brasil, uma das experiências selecionadas nesta chamada e indicada como experiência de destaque foi a Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA)²⁷. O PROTEJA foi criado em 2021 pela Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) do Ministério da Saúde, como uma estratégia intersetorial que teve como objetivo o manejo da obesidade infantil e o cuidado e melhoria da saúde e da nutrição de crianças até dez anos²⁷, tendo como base uma perspectiva mais ampla, complexa e inovadora, podendo ainda “contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas de prevenção da obesidade”²⁸.

Essa estratégia foi direcionada a municípios de pequeno porte (com menos de 30 mil habitantes) e tinha como fundamento a promoção de ambientes e cidades favoráveis à saúde, contribuindo para escolhas e hábitos de vida saudáveis. Ela propunha que, por meio do diagnóstico situacional e do mapeamento de espaços estratégicos potencialmente promotores da saúde, fossem elaboradas ações intra e intersetoriais, tendo como base o trabalho articulado entre atores de diferentes setores

municipais e a elaboração de um plano de ação, como estratégia de planejamento e monitoramento das ações a serem desenvolvidas. Diversas experiências indicam que o PROTEJA contribuiu para a gestão municipal, fortalecendo e potencializando diversas ações promotoras da saúde integradas ao planejamento municipal de forma intersetorial e participativa.

Dentre as diversas ações fomentadas por essa estratégia, um dos seus eixos era centrado na construção de ambientes favoráveis à saúde, para a promoção da alimentação adequada e saudável e da atividade física, propondo criação e fortalecimento de “feiras e outras estratégias de comercialização direta dos produtores locais” e de iniciativas de agricultura urbana²⁷. A Agricultura Urbana pode ser desenvolvida em espaços urbanos públicos e privados vinculados à produção de alimentos para o abastecimento da população. É um mecanismo importante na promoção da saúde, por inserir o indivíduo nas questões ambientais, levando-o a desenvolver a sua autoestima, sentimento de pertencimento, a integração e a participação social em prol de habilidades pessoais e coletivas na transformação de seus territórios, além da aproximação com o alimento que consome, favorecendo também reflexões sobre a alimentação^{29,30}. O contato com a produção de alimentos, além de propiciar conhecimentos, contribui para a formação de vínculo com o alimento produzido, além de ser um espaço potencial para a participação ativa dos sujeitos, favorecendo a sociabilidade e a construção de vínculos de cuidado consigo, com o outro e com a natureza³¹.

Nessa perspectiva, a experiência do PROTEJA pode ser considerada como uma expressão recente e relevante da agenda política resultante da convergência da Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como perspectiva orientadora o território, considerando a construção de cidades e municípios saudáveis. Recentemente, a publicação do Decreto nº 11.822, que cria a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, vem reforçar tal perspectiva, apontando a atualidade dessa agenda estratégica do campo da Promoção da Saúde, assim como seu diálogo com as principais agendas internacionais que se propõe a orientar políticas públicas urbanas, conectando ainda o direito à saúde e à alimentação ao direito à cidade³².

Considerações finais

Neste capítulo apresentamos o campo da promoção da saúde e sua relação com a segurança alimentar e nutricional e as conexões entre as políticas já estabelecidas nesses campos, colocando em evidência de que modo essa relação pode contribuir para a construção de estratégias e políticas promotoras da saúde no âmbito de territórios e cidades saudáveis e sustentáveis. Para tanto, tivemos como orientação os conceitos de SAN e DHAA, além da própria construção histórica do campo da PS e sua institucionalização na PNaPS.

No campo da alimentação e nutrição há potencial e necessidade de proposições e experiências apoiadas nesses conceitos que possam contribuir para a formulação e implementação de políticas e estratégias inovadoras, mais integradas e alinhadas às dinâmicas territoriais e às demandas locais das populações. Aqui apresentamos uma iniciativa recente que parece trazer elementos que não apenas conectam os conceitos e políticas apresentadas, como parece estar alinhada a agendas internacionais que indicam a importância da construção de cidades e comunidades sustentáveis, com foco nos contextos locais e cotidianos, sem perder de vista a perspectiva mais ampla e global dos desafios colocados para uma sociedade mais justa e sustentável.

Referências

1. Paim JS, Almeida Filho N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Rev Saúde Pública*. [Internet]. 1998; 32(4):299-316. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101998000400001>
2. Westphal MF. Promoção da Saúde: uma nova agenda para a saúde. In: Rocha AA, Cesar CLG. *Saúde Pública: bases conceituais*. São Paulo: Atheneu; 2008. p. 163-197.
3. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Políticas de Saúde. *Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde*. Brasília, DF; 2002.
4. Goumans M. *Innovations in a Fuzzy Domain: Healthy Cities and (Healthy) Policy Development in the Netherlands and the United Kingdom* [tese]. Maastricht: Faculty of Health Sciences of Universidade de Maastricht; 1997.
5. Malta DC, Morais Neto OL, Silva MMA da, Rocha D, Castro AM de, Reis

- AAC dos, et al.. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. *Cienc Saúde Coletiva* [Internet]. 2016; 21(6): 1683-1694. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.07572016> .
6. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde - PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília, DF; 2014.
 7. Rocha DG, Alexandre VP, Marcelo VC, Rezende R, Nogueira JD, Franco de SR. Processo de revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde: múltiplos movimentos simultâneos. *Cien Saúde Colet*. [Internet]. 2014;19(11):4313-4322. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.11232014>
 8. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde - Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
 9. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
 10. Albuquerque MFM. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Revista de Nutrição*. 2009; 22(6): 895-903.
 11. Pinheiro ARO, Carvalho MFCC. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. *Cienc Saúde Coletiva*. [Internet]. 2010; 15(1): 121-130. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000100018>
 12. Rígon SA, Schmidt ST, Bógus CM. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para a construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. *Cad Saúde Pública*. [Internet]. 2016; 32(3): e00164514. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00164514>
 13. Restrepo HE. Agenda para la acción en Promoción de la Salud. In: Restrepo HE, Málaga H. Promoción de la Salud: cómo construir vida saludable. Bogotá - Buenos Aires - Caracas - Madrid - México - São Paulo: Editorial Medica Panamericana; 2001.
 14. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério

- da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
15. Burlandy L, Castro IRR de, Recine E, Carvalho CMP de, Peres J. Reflexões sobre ideias e disputas no contexto da promoção da alimentação saudável. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2021;37:e00195520. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00195520>
 16. Fortune K, Becerra-Posada F, Buss P, Galvão LAC, Contreras A, Murphy M, Rogger C, Keahon GE, de Francisco A. Health promotion and the agenda for sustainable development, WHO Region of the Americas. *Bull World Health Organ*. 2018; 1;96(9):621-626. Disponível em: <https://doi.org/10.2471/BLT.17.204404>.
 17. WHO - World Health Organization. Building a Healthy City: A practioners guide - a step-by-step approach to implementing healthy city projects in low-income countries. WHO: Geneva, 1995. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/62542/WHO_EOS_95.10.pdf
 18. Westphal MF, Oliveira SC. Cidades saudáveis: uma forma de abordagem ou uma estratégia de ação em saúde urbana? [Internet]. *Revista USP*. 2015; 107: 91-106.[citado 2023 dez. 21] Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i107p91-102>
 19. Caiaffa WT, Ferreira FR, Ferreira AD, Oliveira CDL, Camargos VP, Proietti FA. Saúde urbana: "a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora". *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2008; 13(6):1785-96. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000600013>
 20. Westphal MF. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2000;5(1):39-51. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100005>
 21. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional. Guia para elaboração e revisão de planos diretores. Brasília; 2021.
 22. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Agenda 2030/ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF; 2018. [acesso em 27 ago 2023]. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8636>
 23. FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Pacto de Milão sobre política de alimentação urbana - Marco de acompanhamento. Tradução Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Alimentação Consciente. Brasil; 2021.
 24. ONU - Organização das Nações Unidas Habitat III. Nova Agenda Urbana. Genebra, 2017. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>

25. Akerman M, Franco de Sá R, Moyses S, Rezende R, Rocha D. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!. *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2014;19(11):4291-300. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.10692014>
26. Lotta GS, Favareto A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Rev Sociol Polit.* [Internet]. 2016; 24(57): 49-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245704>
27. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. PROTEJA: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
28. Bortolini GA, Pereira TN, Carmo AS do, Martins AMTM, Silva JP da, Silva SA da, et al. Analysis of the elaboration and proposal of a Brazilian intersectoral strategy for the prevention and care of childhood obesity. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2023; 39(10):e00117722. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN117722>
29. Ribeiro SM, Azevedo E, Pelicioni MCF, Bógus CM, Pereira IMTB. Agricultura urbana agroecológica - estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde* [Internet]. 2012; 25(3): 381-388. Disponível em <https://doi.org/10.5020/2269>
30. Ribeiro SM, Bógus CM, Watanabe HAW. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde Soc.* [Internet]. 2015; 24(2): 730-743. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026>
31. Coelho DEP, Bógus CM. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. *Saúde Soc.* [Internet]. 2016; 25(3): 761-770. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016149487>
32. Brasil. Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades. *Diário Oficial da União.* 2023 dez 12; 235-C (seção:1-Extra C):3.

Parte II - Sistemas e ambientes alimentares no contexto urbano

Sistemas agroalimentares e alimentação contemporânea

Vanessa Daufenback¹

A pandemia de covid-19 evidenciou o debate sobre sistemas alimentares, quando preocupações com a destruição do meio ambiente, aquecimento global, recursos energéticos e, principalmente, emissões de gases de efeito estufa, crises alimentares, levaram a sistematizações sobre os contornos da produção e consumo de alimentos.

Paralelamente, o debate público sobre a fome e insegurança alimentar e nutricional ressurgiu neste mesmo cenário. Enquanto os veículos jornalísticos traziam à tona os números da fome, relativos aos inquéritos VIGISAN em suas duas versões, circularam neste campo várias teorias causais sobre este fenômeno, dentre os grupos que o reconheceram: o peso da pandemia, a Guerra entre Ucrânia e Rússia, ou até ao comportamento dos *sistemas alimentares dominantes* antes e durante o período da pandemia.

O *leitmotiv* deste conceito reside na necessidade de enxergar os fenômenos relativos à alimentação, aliando-o à nutrição de uma forma complexa, específica, integrada e contínua, de modo a se produzir respostas objetivas que possam mitigar cenários como fome, desnutrição, obesidade e doenças crônicas. Por isso, atualmente, este é um dos conceitos mais populares e utilizados no campo da nutrição e saúde coletiva, em interface com outros campos e saberes que o permeiam. A partir desse balizamento inicial, este capítulo tem como objetivos evidenciar algumas definições sobre o tema e apresentar alguns desdobramentos conceituais que surgem a partir deste paradigma, bem como desfechos negativos desvelados a partir do funcionamento do sistema agroalimentar dominante.

¹ Vanessa Daufenback Ramos é socióloga e nutricionista, doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e membra do Grupo de Promoção de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional da FSP-USP. vdaufen@gmail.com

Paradigmas e conceitos

O debate sobre sistemas agroalimentares, nos contornos como hoje conhecemos, foi iniciado na década de 1980 por Harriet Friedmann, sob o conceito mais amplo de *regimes alimentares*, ocasião em que se adicionou à tradição sociológica, mais especificamente, no campo da sociologia rural, as reflexões sobre esta dinâmica específica dentro da lógica de funcionamento do capitalismo contemporâneo. No limite, este conceito permitiu o entendimento sobre a centralidade da produção e consumo de alimentos na dinâmica de acumulação do sistema capitalista (*idem*), destacando-o de outras dinâmicas dentre deste mesmo sistema.

Para entender como a dinâmica política desenvolve a teia de relações de poder que sustenta este sistema, o conceito de *regimes alimentares* traz luz ao debate ao localizar, dentro da dinâmica histórica, geopolítica e ecológica do sistema capitalista, os alimentos, locais, ações, decisões, instituições e sujeitos envolvidos na produção, distribuição e consumo de alimentos¹.

Os regimes alimentares são definidos como as estruturas governadas por regras de produção e consumo de alimentos em escala mundial, permeadas por relações de poder político e econômico. Desta forma, cada período histórico seria regido por ordens econômicas e políticas que determinam as relações entre agricultores, governantes, indústrias de processamento e distribuição e consumidores, sustentados por um sistema geral de regulação. Consequentemente, cada período possui suas formas de competição, relações entre capital e trabalho, lógicas econômicas dominantes e de inserção das economias nacionais no cenário internacional².

Os tipos de regimes alimentares encontram-se, desta forma, inseridos na dinâmica capitalista e se modificam de acordo com as próprias transformações deste, com os seus períodos de desenvolvimento: *período colonial, pós-colonial, pré e pós 2ª Guerra Mundial*. O regime alimentar atual seria de tipo corporativo, no qual grandes corporações dominariam toda a extensão da cadeia alimentar e exploração dos recursos produtivos (*idem*) de países de terceiro mundo. Nesta dinâmica, as atividades locais

seriam articuladas numa única dinâmica sob o comando de agentes globais, marcada, principalmente, pelo crescimento do consumo de proteínas de origem animal, o que modificou todo o sistema agroalimentar. A cada crise alimentar, o próprio sistema se reinventa, passando por períodos de transição e dando luz a novas estruturas de regulação e formas de capital dominantes².

A evolução do conceito de regimes alimentares culminou, atualmente, no conceito de sistemas alimentares ou agroalimentares. Observa-se que a definição de sistemas alimentares mais divulgada e utilizada atualmente pela literatura especializada no Brasil vem do relatório do painel de especialistas organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition, publicado em 2017:

Um sistema alimentar reúne todos os elementos (meio-ambiente, pessoas, contribuições, processos, infraestruturas, instituições etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, e as consequências destas atividades, incluindo os resultados socioeconômicos e ambientais³.

Para estes especialistas, os sistemas alimentares diferem entre si de acordo com a abrangência territorial e as características de produção, distribuição e comércio, de acordo com o alcance local, regional ou global. Tanto o conceito de regimes alimentares como o de sistemas alimentares trazem uma perspectiva paradigmática, se pensarmos na ideia de *paradigma* tal como desenvolvido por Thomas Kuhn, pois ambos apresentam formas de se enxergar um tipo de comportamento sistemático, destacando de outras dinâmicas de funcionamento, e que em seguida apresentam “soluções para problemas concretos”, procurando explicar fenômenos de uma nova ótica científica⁴.

Neste sentido, ao longo de seu desenvolvimento, observa-se que o conceito de sistemas alimentares foi agregando soluções a serem pensadas pela comunidade científica, organizações internacionais ligadas a este campo, gestores públicos e privados e outros atores da sociedade civil. Este conceito, inclusive, foi aceito e incorporado com maior intensidade em relação ao seu predecessor, *regimes alimentares*.

A partir destes dois paradigmas, surgiram muitos aprofundamentos, informados por necessidades oriundas de outros campos de conhecimentos, práticas e grupos sociais. Destacamos aqui, no entanto, aprofundamentos teóricos que trazem maior diversidade e visam qualificar estes dois paradigmas iniciais, e que surgem a partir da necessidade de apresentação de uma abordagem mais ampla, na procura de relacionar processos, atores e conexões⁵, e da superação da ideia de cadeia de alimentos, por sua vez restrita a uma visão vertical e limitada entre produção e consumo.

O conceito de *processos alimentares* se alinha a esta perspectiva, procurando agregar saberes oriundos de povos tradicionais e do “sul global”. Primeiramente, este conceito parte do princípio de que, ainda que outros sistemas alimentares persistam, são dominados por um único sistema alimentar global agroindustrial hegemônico, liderado por atores que concentram poder político e econômico nos países centrais. Além dos determinantes basilares já destacados pela definição do HLPE, citada acima, este sistema também é impulsionado estruturalmente por fenômenos como a financeirização, o patriarcado e o neocolonialismo. As suas dinâmicas são impulsionadas por interesses que vêm tanto do campo político quanto mercadológico, que por sua vez enxergam o alimento enquanto mercadoria, e não como um direito humano a ser realizado (*idem*). Neste sentido, processos alimentares se referem:

à complexa cadeia de eventos ou momentos que resultam na nutrição humana ou no “facto alimentar”. É um processo multidimensional, circular na sua aparência e espiral em sua evolução. A sua articulação não é rígida, pois em determinadas circunstâncias, um determinado elemento pode preceder ou suceder a outro, ou mesmo não estar presente. Esses momentos ou elos são: a aquisição de alimentos (que inclui a produção, mas não se reduz a ela); processamento de alimentos (que inclui processamento industrial, mas nem de longe é o mais importante); intercâmbio de alimentos (que não é apenas o mercado); consumo de alimentos; utilização biológica; e a regeneração das capacidades vitais, espirituais, materiais e da biota, que são uma pré-condição para reiniciar o processo alimentar⁵.

Este conceito procura incluir práticas alimentares diversas, pertencentes ao conhecimento popular, de comunidades e povos tradicionais, que, por exemplo, não trabalham com a ideia de produtividade ou processamento industrial de alimentos, mas sim, com mecanismos como troca de alimentos, bem como desfechos em nutrição, saúde humana, da flora e da fauna. A inserção de dimensões como a regeneração de capacidades vitais e espirituais, que trazem lógicas para além da científica, promovendo formas de entendimento sobre alimentação por meio da inclusão de visões diversas sobre este processo.

Essa concepção também destaca a necessidade de se levar em conta relações de poder político e econômico, conflitos de interesses, incorpora interpretações advindas de movimentos sociais, com o objetivo de produzir sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e equitativos a partir das vozes desses sujeitos. Grupos como agricultores familiares, povos e comunidades indígenas tradicionais possuem soluções para dilemas alimentares como a fome, insegurança alimentar e o colapso ambiental, por meio de práticas regenerativas e resilientes⁵.

Já o conceito de sistema *agroalimentar* supera a perspectiva de um fluxo que conecta personagens, instituições e alimentos, presente no paradigma de sistemas alimentares, convidando à reflexão sobre a lógica inerente a este sistema, que move as suas engrenagens e é composta por mecanismos de regulação, marketing, difusão de hábitos de consumo, relações de poder e conflitos de interesses que estruturam este sistema⁶.

A inclusão do prefixo *agro* destaca a importância da análise crítica e atenta ao papel desenvolvido por este sistema em países agroexportadores da periferia capitalista, pois acirra contradições já presentes nestes contextos. Este sistema conecta formas globais de produção, os fluxos de capitais globais e formas de consumo global aos níveis locais. Consequentemente, este processo gera perda de identidades locais e ameaça culturas de produção e consumo tradicionais, difundindo maior consumo de alimentos ultraprocessados e de origem animal⁶.

As agriculturas locais são transformadas à luz da lógica do mercado global, atendendo necessidades de produção massiva de alimentos destinados à exportação, com a modificação das relações de trabalho em direção à precarização, alongando o distanciamento entre produtores e

consumidores, utilizando muitos entrepostos de comercialização até que este alimento alcance o consumidor final. As decisões sobre este processo ficam a cargo de grandes conglomerados financeiros, auxiliados por múltiplas instâncias políticas sob as quais mantém influência sob a forma de *lobby*⁶.

O sistema agroalimentar também é caracterizado pela urbanização massiva, que cria uma dinâmica campo-cidade desproporcional, em que o primeiro detém o domínio sob o segundo, comprometendo o funcionamento de ecossistemas e trabalhadores do campo. Caracteriza-se também pela incorporação de tecnologias progressivas, que geram produção de *commodities* no cenário local por intermédio da aquisição de pacotes tecnológicos (sementes transgênicas, fertilizantes, agrotóxicos, maquinário etc.), que recebe isenções fiscais e incentivos por parte de governos. A integração entre os mercados nacionais e a complexidade da relação entre agricultura e indústria, combinadas para a incorporação de tecnologias e geração de valor agregado aos alimentos, também determina o modo de funcionamento dos sistemas agroalimentares^{6,7}.

O resultado desta combinação de processos complexos resulta na formação de ambientes alimentares desfavoráveis à saúde, alimentação e nutrição, principalmente de grupos vulneráveis, que se veem forçados ao consumo crescente de ultraprocessados e alimentos *in natura* contaminados por agrotóxicos, devido ao aumento dos preços dos alimentos e à dificuldade de alcance de alimentos adequados.

Neste sentido, estes dois últimos conceitos questionam a existência de um grande sistema agroalimentar em extensão global, que impossibilita uma dinâmica humana e ambiental saudável e sustentável, pois permanece à mercê de variados interesses econômicos e políticos, destacando o nível local como o detentor de respostas consistentes em direção a um sistema social e ambientalmente favorável.

Neste sentido, outras interpretações também procuram associar os impactos do funcionamento do sistema agroalimentar dominantes sobre a saúde humana e ambiental.

Os impactos ambientais, em conjunto com a pandemia de desnutrição, obesidade e doenças crônicas, são resultantes do funcionamento dos sistemas alimentares, compondo o que alguns autores chamam de “Sindemia global”⁸.

Outra abordagem sobre o conceito de sistemas alimentares, que leva em conta impactos ambientais, porém em consonância com as desigualdades sociais, também deve ser destacada:

Conjuntos complexos conformados pelos fluxos de interdependência entre seus componentes cuja evolução envolve complementaridades, conflitos e contradições, portanto, requerendo mecanismos públicos e privados de coordenação entre os componentes dos respectivos sistemas que têm funcionamento não harmônico e cuja evolução é aberta a várias possibilidades. Esses componentes, por sua vez, podem ser organizados em distintas dimensões, interconectadas, mas que configuram práticas específicas nos âmbitos da produção, da comercialização, do abastecimento e do consumo alimentar⁹.

Este conceito traz em si as relações de poder, os conflitos e a não linearidade e harmonia do funcionamento deste sistema. Os impactos destes sistemas dependem dos determinantes das desigualdades sociais presentes em cada contexto onde atuam e o grau de assimetria política, de influência das corporações alimentares, as modalidades de produção agroalimentar e os hábitos alimentares de cada grupo.

De forma geral, os sistemas alimentares globais produzem e acentuam desigualdades e vulnerabilidades por meio da influência de políticas e programas, devido à assimetria de poder entre atores e instituições diferentes (estado, consumidor e mercado)¹⁰.

Desigualdades e sistemas agroalimentares

Os conceitos derivados do paradigma de sistemas alimentares, apresentados acima, reconhecem a produção de desigualdades provocadas devido às assimetrias de poder que sustentam este sistema, pois partem de uma perspectiva geográfica do sul global, de regiões onde a produção de *commodities* impactam todo o tecido social e ambiental de variadas formas.

A assimetria política e econômica entre atores e instituições que compõem esta dinâmica é o principal fator determinante das desigualda-

des. Esta assimetria, conseqüentemente, privilegia atores com mais poder e influência em espaços decisórios, subjugando atores e instituições que representam as pautas da promoção da saúde, sustentabilidade, povos e comunidades tradicionais, agroecologia, inclusão e reforma agrária. Alguns destes atores e instituições possuem inclusive mais poder e influência do que países mais pobres, que gradativamente tendem a perder soberania alimentar e, conseqüentemente, a deixar de produzir políticas de segurança alimentar e nutricional e medidas de mitigação necessárias. A perda de soberania e segurança alimentar, por sua vez, prejudica grupos mais vulneráveis, como povos tradicionais, agricultores familiares, mulheres, negros e grupos mais empobrecidos¹⁰. Vale destacar que estes atores, nacionais e internacionais, são ligados à produção e comercialização de agrotóxicos, de tecnologias produtivas excludentes, da formação de latifúndios e monoculturas e extermínio de povos originários em países agrário-exportadores como o Brasil.

Esta grande assimetria de poder entre esses atores centrais do sistema agroalimentar hegemônico e atores como comunidades tradicionais, agricultores familiares, ativistas e pesquisadores do campo, demonstra a desigualdade de influência nas decisões políticas e econômicas, refletindo o *lobby* e capacidade de pressão política e econômica dos primeiros.

A partir desta primeira grande assimetria, surge uma segunda, de reprodução de desigualdades já existentes e novas desigualdades nos variados contextos. Grupos pobres (povos tradicionais, agricultores familiares, grupos periféricos, famílias rurais empobrecidas e despossuídas), carentes de acesso a serviços e bens públicos, bem como à alimentação saudável e adequada, sofrem de forma mais intensa os impactos negativos destes sistemas, tanto pela falta de acesso quanto pela capacidade reduzida de diminuir os seus impactos devido à baixa remuneração e inserção precária no mercado de trabalho. Desta forma, a pobreza e as desigualdades não são entendidas apenas como fatores de risco, mas sim como aspectos estruturantes destes impactos negativos. Uma terceira assimetria gerada, ou conjunto de assimetrias, diz respeito aos impactos tanto na saúde humana quanto ambiental, por meio do uso de agrotóxicos, perda de culturas de cultivo e consumo de alimentos, vividos também de forma crítica por agricultores familiares¹¹.

No contexto brasileiro, as nossas principais desigualdades também advêm das características coloniais e raciais do nosso capitalismo. Consequentemente, nosso sistema alimentar também assume esta lógica, produzindo o que Azevedo¹² denomina “colonialidade alimentar”, ao manter a lógica de concentração de terras, monocultura, produção de commodities para exportação, desvalorização da agricultura familiar. Desta forma, mesmo que a agroindústria procure dialogar com tendências de consumo atual (orgânicos, “saudáveis” e “sustentáveis”), continua gerando exclusão, impactos ambientais negativos, destruindo culturas alimentares tradicionais e desigualdades sociais e alimentares, causando fome e insegurança alimentar de diferentes níveis e características em grupos vulneráveis.

Fome e Insegurança Alimentar no Brasil

Tendo em vista que, a lógica de funcionamento dos sistemas alimentares sempre teve a geração da fome como a sua lógica inerente, fenômenos como as crises alimentares, as situações de fome e insegurança alimentar e nutricional não podem ser considerados anomalias deste sistema, mas sim efeitos do seu *modus operandi*, manifestações intrínsecas da dinâmica deste sistema.

A configuração destes sistemas influencia a permeabilidade a práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental ou social, bem como o grau e tipo de adoecimento dos indivíduos e de fome e insegurança alimentar e nutricional, consequências da violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos, à água e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada, entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social¹³.

A forma de realização deste direito se dá por meio da concretização de políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN). Entende-se SAN como

à realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis¹⁴.

O Estado é o principal responsável pela garantia da SAN, devido ao compromisso constitucional assumido a partir de 2010, proporcionando condições de acesso, regulamentando produção, circulação e compra de alimentos¹⁵.

Já o direito humano à alimentação adequada é um valor universal, reconhecido internacionalmente desde 1966, por meio do artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que obriga os Estados a oferecerem, no mínimo, comida segura e nutricionalmente adequada e que livre as pessoas da fome¹⁶.

Quando há violação ao direito humano à alimentação adequada, portanto, os grupos apresentam insegurança alimentar e fome, com manifestações biológicas como desnutrição, doenças carenciais, ou mesmo sobrepeso e obesidade.

A desnutrição, diagnosticada de acordo com índices antropométricos ou carências nutricionais, é a forma mais comum de se enxergar o fenômeno da fome. Entretanto, a desnutrição encontra variadas formas de expressão, por exemplo, na manifestação do excesso de peso e obesidade, demandando olhares e ações diferenciadas, além das ações clássicas relativas a este tipo de carência que se limitam ao provimento de alimentos em quantidade, e que não levam em conta a qualidade¹⁰.

Há estudos pioneiros anteriores, como os de Josué de Castro, que antecedem este debate sobre sistemas alimentares e trazem à tona a discussão sobre a causalidade deste fenômeno. “Geografia da Fome”, deste autor, revoluciona o campo do pensamento sociológico, ao singularizar o fenômeno da fome e trazer a sua multicausalidade e impactos sociais gerados por ela. Para além da desigualdade social produzida pela dinâmica da exploração inerente ao sistema capitalista, Castro mostrou que a forma de produção dos alimentos também causava fome.

Nesta obra, Josué de Castro alertava para a questão da fome no

Brasil como fenômeno diverso e complexo, de origem política. O autor categoriza os principais tipos de fome coletiva: endêmica, que diz respeito às carências ocorridas em uma determinada região; a epidêmica, que diz respeito ao consumo insuficiente/inadequado de alimentos em um determinado período, por questões sazonais e de forma transitória; e a subnutrição, que atinge grupos menores, de formas mais discretas ou manifestas¹⁷.

A fome oculta ou parcial, diferente da inanição da fome total, se caracteriza pela alimentação por meio de itens sem valor nutricional, e que causam desnutrição apesar do hábito de se alimentar¹⁷. O autor procura, de forma revolucionária, desnaturalizar o fenômeno da fome, desassociando as imagens mais comuns sobre este fenômeno, trazendo a sua complexidade e multiplicidade nas diferentes regiões do Brasil, nos diferentes corpos e classes sociais.

Além de retirar do campo da culpabilização dos indivíduos pelas situações de fome, um primeiro grande salto qualitativo realizado pelo autor é a *territorialização* deste fenômeno. O segundo grande salto se deu quando, ao mostrar como as diferentes dinâmicas regionais no Brasil são capazes de produzir diferentes matizes de fome, o autor desnaturaliza este fenômeno, relativizando noções enraizadas até então, de que, por exemplo, a fome só existiria na região Nordeste do Brasil. Outro grande ganho conceitual para a tradição do pensamento social deste campo foi o conceito de *fome oculta*, que permitiu vislumbrar a sua forma escondida nos corpos de indivíduos vulneráveis, invisíveis a olhares desatentos ou indiferentes. Desta forma, grupos de indivíduos com formas corporais aparentemente “aceitáveis” carregam dentro de si a fome oculta em decorrência da deficiência de micronutrientes, que também compromete a reprodução de suas vidas.

Os resultados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, publicado em 2022, ou II VIGISAN18, relatam um aumento das situações de fome e insegurança alimentar e nutricional em relação ao Inquérito de 2021 (I VIGISAN)¹⁹. Se em 2020 constatou-se que a IA em seus vários graus atingia 55,2% da população brasileira, em 2021 a porcentagem encontrada aumentou para 48,8%.

O aumento da IA observado foi maior em relação a 2004, quando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) começou a ser utilizada em inquéritos nacionais. Quando se analisam os tipos de alimentos consumidos, incluindo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2002, entre 2002 e 2018 houve redução do consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados e aumento dos ultraprocessados. Na edição da POF de 2017 - 2018 houve relato de fome em 42,4% dos domicílios com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, enquanto nos domicílios com renda *per capita* maior a um salário mínimo essa proporção é de 6,4%. O consumo de ultraprocessados é maior em classes com maior nível de renda, porém a variedade do consumo de alimentos, principalmente *in natura*, é menor em classes mais pobres²⁰.

O aumento da pobreza surge como o principal determinante do consumo de ultraprocessados e desfechos desfavoráveis na saúde e qualidade de vida de grupos empobrecidos. Na América Latina, após um período de diminuição, a partir de 2018 ela surge após crises políticas e econômicas, ameaçando o alcance do objetivo 2 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, ligado à erradicação da fome, mesmo em países como o Brasil, que apresentou um dos maiores percentuais de redução da subalimentação entre 2000 e 2017²¹.

Fatores como desigualdades de gênero, etnia e cor teriam um papel preponderante na influência de diferentes formas de desnutrição e, por isso, 8,4% das mulheres latino-americanas estariam em situação de IA, enquanto homens atingem 6,9%. Com relação à renda, 20% das crianças mais pobres sofrem 3 vezes mais desnutrição crônica, e indígenas e populações rurais sofrem mais desnutrição do que povos não indígenas e urbanos.

Tais desigualdades evidenciam, por contraste, o fato de que para o alcance da SAN, o pertencimento a centros urbanos, com ganhos de renda maiores, ser homem e branco, seriam características sociais que garantiriam maior distância de situações de fome. Mesmo que estas características já revelem tendências conhecidas dos estudiosos do campo, esse panorama coloca como necessidade o entendimento das origens das desigualdades alimentares.

PPSAN e Sistemas Alimentares no Brasil

Como solução para as desigualdades alimentares, foram desenvolvidas, desde meados do século XX, políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (PPSAN). Nosso país possui um histórico de políticas públicas com o objetivo de mitigar situações de fome derivada do processo histórico deste fenômeno. Suas estratégias, que possuem caráter intersetorial, abrangem diferentes eixos: inclusão rural e produtiva, geração de trabalho e renda, abastecimento alimentar, alimentação escolar, fornecimento de alimentos e refeições. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os Restaurantes Populares são exemplos destas estratégias.

A consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), ativo desde 2006, através da Lei Orgânica de SAN, permitiu a institucionalização da agenda de SAN, garantida por meio da atuação de movimentos sociais²² e da abertura institucional ocorrida ao final dos anos 1990, especialmente na década de 2000.

Em conjunto, o PAA, PBF e PNAE, bem como o fortalecimento do cenário econômico, político e de outras estratégias de suplementação nutricional e de proteção social durante os governos Lula e Dilma, auxiliaram na diminuição da fome, desnutrição e IAN²³, ainda que de forma desigual para alguns grupos sociais mais vulneráveis, como mulheres pobres, pretas e com baixo grau instrucional formal²⁴, condições estruturais, cujos desfechos desfavoráveis, assim como a dificuldade de acesso à terra, foram pouco enfrentados em nossa sociedade²⁵.

A recessão econômica ocorrida a partir de 2015 e a grande crise política que culminou no golpe contra Dilma Rousseff levaram a rupturas institucionais e programáticas e redução do financiamento da política de alimentação e nutrição, trazendo retrocessos aos direitos adquiridos²³.

Os cortes programáticos e de financiamento dos programas de SAN supracitados, bem como a EC95 e a Reforma Trabalhista, seguida pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em janeiro de 2019, bem como pela crise inflacionária deflagrada pela pandemia de covid-19 lançaram os índices de fome e IAN

aos patamares anteriores aos observados na PNAD de 2004, bem como o aumento na liberação do uso de agrotóxicos e transgênicos, a ofensiva contra povos e comunidades tradicionais quilombolas, ribeirinhas e indígenas, a fragilização de órgãos de fiscalização dificultaram a garantia do DHAA à população brasileira, principalmente aos grupos mais vulneráveis^{26,23,19,20}.

Além do contexto econômico e político interno e externo, as políticas de SAN e, conseqüentemente, a garantia do DHAA e de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e justos também dependem do sucesso de políticas que possam atingir outras determinações sociais, como as de redistribuição de renda, do acesso à terra, assistência técnica rural e oferta de serviços como assistência social, trabalho, saúde e educação de qualidade, que foram descontinuadas/enfraquecidas nos últimos anos.

No limite, o acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, produzida de forma socialmente e ambientalmente sustentável, sempre esteve distante da realidade da maioria dos brasileiros. Por tal motivo, Josué de Castro¹⁷ ponderava que o fenômeno da fome é constituinte da nossa formação histórica. A permanência da condição de IAN e fome ao longo da história da sociedade brasileira demonstra a existência de uma lacuna entre as ações estatais e as necessidades de alimentação da população, principalmente de grupos marginalizados por meio de fenômenos próprios da nossa formação social e histórica (racismo, patriarcalismo, classismo e o sexismo), e que continuam sendo excluídos do acesso à cidadania, permanecendo em situações duradouras de IAN e exclusão do acesso a outros direitos sociais²⁵.

Com base nas análises apresentadas acima, não há dúvidas, no entanto, sobre os impactos das PPSAN desenvolvidas nos anos 2000 na formação de sistemas agroalimentares no Brasil, ou de *processos alimentares* locais e regionais baseados na agricultura familiar, por meio das compras institucionais, com incentivo inovador a comunidades tradicionais, aos produtos da reforma agrária, à produção e consumo de alimentos *in natura* e culturalmente referenciados, baseados no Guia Alimentar para a População Brasileira, documento que tem norteado tais políticas e direcionados a grupos vulneráveis.

Estas permanências são fruto das alianças entre governos com a

elite agrário-exportadora e industrial, bem como soluções encontradas de forma alheia a grandes transformações estruturais, como foi o caso da adesão a programas de ajuda internacional²⁵.

No entanto, após o golpe parlamentar de 2016, estas permanências históricas das desigualdades alimentares foram novamente intensificadas, interrompendo o processo de expansão de *processos alimentares* locais para que o sistema alimentar hegemônico agroexportador pudesse ser o único protagonista. A redução de políticas públicas destinadas, como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o PAA a estes setores provocou a diminuição da agricultura familiar, além do consumo de alimentos adequados e saudáveis. No entanto, mesmo neste período de expansão do apoio à agricultura familiar, houve pouco enfrentamento da concentração fundiária e promoção da reforma agrária, principalmente a partir de 2010 (Daufenback et al., 2020, 2021). Desta forma, a tendência observada ao longo do histórico do desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil é de concentração produtiva, em poucos commodities, principalmente a soja, e desativação de pequenas propriedades rurais²⁷.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), conseqüentemente, não foram implementadas em sua plenitude. A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Inclusão Produtiva para as Mulheres são exemplos de estratégias extintas, substituídas ou subfinanciadas pelo último governo de Jair Bolsonaro²⁸.

Desde a segunda metade do século XX até as duas primeiras décadas do século XXI, o aumento da produção de monoculturas e a área ocupada de lavouras de milho, soja e cana-de-açúcar, além da pecuária, foi vertiginoso assim como o desmatamento e a concentração de terras realizadas para estas atividades. Conseqüentemente, a produção e área de plantio de alimentos básicos como arroz, feijão e mandioca foram reduzidas, seguindo ainda a lógica colonialista aplicada durante os vários ciclos econômicos da história brasileira. Desta forma, a lógica colonial do sistema agroalimentar permaneceu e continuou promovendo desigualdades alimentares, por conta do seu caráter concentrador de tecnologia

e de renda. Esta cadeia de produção de *commodities* se alia à produção de alimentos ultraprocessados e/ou ricos em açúcares, gorduras e sais, além de promover perda de soberania alimentar, contaminação ambiental e humana, por meio do uso abusivo de agrotóxicos e desequilíbrios ambientais provocados²⁹.

A diminuição da produção da agricultura familiar durante a pandemia, por meio da interrupção de circuitos de compra institucional e consumo devido à pandemia de covid-19 levou à queda de renda deste grupo, principalmente no Amapá, Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e Roraima. Neste sentido, se não houver apoio à organização e redes de comercialização da agricultura familiar, pode haver evasão rural e migração rumo às cidades³¹, o que ameaça a própria existência de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. A crescente complexidade e o alto custo de tecnologias empregadas na atividade agrícola também atuam como ameaça à resiliência da agricultura familiar³⁰.

O agronegócio e os setores da sociedade brasileira que o apoiam se valem do fato de que o Brasil atualmente é um importante “player” no cenário internacional, devido ao tamanho e potencial da oferta de *commodities* e alimentos. No entanto, a promessa de contribuição social por meio da diminuição da fome, por meio da produção massiva de *commodities* agrícolas, não se cumpriu, uma vez que não se observou a redução das desigualdades alimentares, como nos mostra o último Inquérito VI-GISAN¹⁸. Ela operou no sentido contrário, de aumento das desigualdades tanto para agricultores familiares quanto para grupos vulneráveis. Além de provocar situações de fome por meio da inflação de alimentos básicos decorrente da financeirização das *commodities*, este sistema agroalimentar dominante provoca violência no campo, principalmente contra agricultores alimentares, povos originários e comunidades tradicionais³⁰.

Conclusões

O “descolamento” de um sistema específico dentro do próprio sistema capitalista, que se comunica com outros, mas possui suas próprias características, se mostrou estratégico no sentido de mapear e responsabilizar atores e instituições que violam o Direito Humano à Alimentação

Adequada, bem como apontar soluções de mitigação para que se tornem saudáveis e sustentáveis. As abordagens apresentadas, ainda que possuam as mesmas preocupações, são diversas em suas matrizes teóricas e apontam o fortalecimento e aprimoramento conceitual e de tentativa de expansão dos aspectos envolvidos neste sistema e de suas soluções.

No limite, o fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis depende da reconfiguração de inúmeras relações sociais, econômicas e políticas. É necessário também o entendimento sobre as dinâmicas e as necessidades alimentares de grupos vulneráveis, situações diversas de violação ao Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, principalmente daqueles que não se encaixam em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

A transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis deve considerar práticas ligadas à soberania alimentar, agroecologia e justiça alimentar, evitando o foco único em soluções tecnológicas, soluções pontuais ou focadas em apenas uma ou algumas etapas do sistema predominante e, principalmente, soluções prontas e únicas. Por este motivo, as soluções devem ser desenvolvidas com base no DHAA e na SAN, adequadas a contextos específicos³¹.

Referências

1. Friedmann H, McMichael. Agriculture and the state system: rise and decline of national agricultures, 1970 to the present. *Sociologia Ruralis*. 1989; XXIX.
2. McMichael P. The world food crisis in historical perspective. *Monthly Review*. 2009; 61(3).
3. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome; 2017.
4. Kuhn T. A tensão essencial: tradição e inovação na investigação científica. In: Kuhn TS. A tensão essencial. Pacheco R, tradutor. Lisboa: Edições 70; 2009.
5. Recine E, Franco AS, Gonsalves C. O Surgimento do Discurso dos Sistemas Alimentares e as Soluções Corporativas para a Fome e a Desnutrição. *Global Network for the Right to Food and Nutrition*; 2021.
6. Paula NM. Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios. Curitiba: CRV; 2017.

7. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; 2015.
8. Swinburn B et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, 2019; 393(10173):791-846.
9. Burlandy L, Magalhães R, Maluf R, organizadores. Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional: aspectos produtivos, de consumo, nutricional e de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ceresan; 2006.
10. Salles-Costa et al. Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2022.
11. IPES-FOOD - International Panel of Experts on Sustainable Food Systems. Unravelling the foodhealth nexus: addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. Geneva: The Global Alliance for the Future of Food and IPES-Food; 2017.
12. Azevedo E. Colonialidade alimentar. In: Campelo T, Bortoletto AP, organizadoras. Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; 2022. p. 203-206.
13. Conti IL. Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar. Notícias CONSEA; 2014.
14. BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 15 set 2006.
15. Maluf R, Reis R. Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. Em Rocha C, Burlandy L, Magalhães. Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013.
16. Schutter O. Large-scale Land Acquisitions and Leases: A Set of Core Principles and Measures to Address the Human Rights Challenge. BUN Office of the High Commissioner for Human Rights, Geneva, 2009.
17. Castro J. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1984.
18. Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [internet]: II VIGISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; 2022.

19. Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [internet]: I VIGISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; 2020.
20. Ribeiro J, JR. Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; 2022.
21. FAO – Organização das Unidas para a Alimentação e a Agricultura, OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde, WFP – Programa Mundial de Alimentos, UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe. Santiago; 2018.
22. Castro IR. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Cad. saúde pública*. 2019;35(2).
23. Vasconcelos et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. *Rev. nutr. (Impr.)*. 2019; 32.
24. Santos T et al. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. *Cad. saúde pública*. 2018; 34(4).
25. Daufenback V, Jesus JGL, Machado L, Bógus CM e Marques MC. Desigualdade no acesso à terra e insegurança alimentar e nutricional: um olhar sobre os marcos políticos, legais e institucionais da segunda metade do Império até o primeiro governo de Getúlio Vargas (1850-1945). *Revista Ingesta*. 2020; 2(1): 96-117.
26. Santarelli M. et al. Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil. Brasília: FIAN Brasil; 2017.
27. Chamma ALS, Sparovek G. De onde vem e para onde vai: o caso do setor agropecuário brasileiro. In: Campelo T, Bortoletto AP, organizadoras. *Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; 2022. p.148-153.
28. Pacheco MEL. Agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais: disputa por terra e território e afirmação de identidades. *Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro*. In: Campelo T, Bortoletto AP, organizadoras. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; 2022. p. 170-177.
29. Campelo T, Bortoletto AP. *Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro*. Parte IV Pão ou Commodity: geografia da produção de alimento. São Paulo:

Cátedra Josué de Castro; 2022. Parte IV, p.134-147.

30. Schneider S, et al. Os efeitos da pandemia da covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estud. av. (Impr.)*. 2020; 34(100):167-88.
31. Maluf RS, Burlandy L. *Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2022.

Os ambientes alimentares e as hortas urbanas

Mariana Tarricone Garcia^I, Jessica Vaz Franco^{II}

A saúde dos indivíduos pode ser determinada por um conjunto de fatores e condicionantes, como alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, transporte, lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, entre outros¹. Os referenciais da Promoção da Saúde reconhecem o papel central dos determinantes gerais sobre as condições de saúde da população, relacionando fortemente as condições de vida com as condições de saúde. A chamada “Nova Promoção da Saúde” introduziu a perspectiva socioambiental na determinação da saúde².

Na Carta de Ottawa, fruto da 1ª Conferência Internacional e marco de referência para a Promoção da Saúde, a garantia dos direitos humanos fundamentais é colocada como pré-requisito para a saúde, sendo que a equidade em saúde é um dos focos principais³. Na Declaração de Sundsvall é reforçada a importância de ambientes favoráveis à saúde, referindo-se aos aspectos físicos e sociais, destacando as evidentes desigualdades neste campo e propondo que sejam realizadas ações de saúde pública em nível local⁴. A promoção da saúde pode ser vista como uma estratégia de mediação entre as pessoas e seu ambiente, combinando escolhas individuais com responsabilidade da sociedade pela saúde⁵.

Assumir que a saúde é construída diariamente, em todos os locais

I Mariana Tarricone Garcia é nutricionista, mestre em Nutrição em Saúde Pública e doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. É Pesquisadora Científica no Instituto de Saúde (IS/SES-SP) e docente permanente do programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva do IS/SES-SP. mariana.garcia@isaude.sp.gov.br

II Jessica Vaz Franco é nutricionista, doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e membro do Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional da FSP/USP. jessicavazfranco@gmail.com

que as pessoas frequentam, é perceber que estes ambientes, sejam eles de trabalho, escolar, de lazer, o lar e a própria cidade têm importância fundamental na promoção da saúde da população⁶. Para alguns autores, a saúde coletiva ainda deve explorar a inter-relação entre os direitos humanos, as condições de vida e trabalho, o equilíbrio ambiental e a situação de saúde de periferias urbanas por serem os que mais sofrem os impactos do modelo hegemônico de desenvolvimento e da decorrente estrutura social⁷.

O cenário do ambiente urbano atual tem sido objeto de estudo de pesquisadores no âmbito da saúde pública que buscam compreender a forma como a industrialização, urbanização, desenvolvimento econômico e globalização podem influenciar a saúde da população. Este cenário contribui para mudanças do estilo de vida e da dieta dos indivíduos⁸. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o impacto é mais significativo nos países em desenvolvimento que sofrem com a ausência de ambientes favoráveis, comprometendo as práticas alimentares saudáveis⁹.

Apesar de muitos estudos epidemiológicos sobre o processo saúde-doença ainda explorarem majoritariamente os fatores individuais, sabe-se que essa abordagem é insuficiente. Estudos do tipo ecológico buscam investigar a interdependência entre os indivíduos, a saúde destes e o ambiente em que vivem. Diversos autores propuseram modelos conceituais ecológicos para explicar as escolhas alimentares dos indivíduos e os desfechos em saúde. Foi se construindo a ideia de que o ambiente, seja ele micro ou macro, físico, econômico, político ou sociocultural, promovem hábitos alimentares saudáveis ou não, influenciando os desfechos em saúde, como obesidade e doenças crônicas não transmissíveis.

A insegurança alimentar, que pode comprometer tanto a quantidade energética quanto a qualidade nutricional da dieta, emergiu como um fator importante que pode contribuir para o desenvolvimento desproporcional da obesidade em pessoas que vivem em locais de baixa renda, por exemplo¹⁰. Entre os processos de determinação da insegurança alimentar, o ambiente constitui um importante fator. Na ausência de ambientes favoráveis, a adoção de práticas alimentares adequadas é uma tarefa ainda mais árdua.

O argumento central dos estudos sobre ambientes alimentares é o

de que as escolhas alimentares não são atribuídas apenas a fatores individuais, como renda, preferências, escolaridade etc., mas que são também, em grande parte, atribuídas aos contextos nos quais os indivíduos vivem, trabalham, estudam etc. Esse contexto contempla fatores do ambiente físico, econômico, político e sociocultural e influencia fortemente a maneira como os indivíduos adquirem, preparam e consomem alimentos¹¹. A escolha de alimentos para o consumo é influenciada por vários fatores, incluindo sabor, preço, conveniência, conhecimento e disponibilidade¹². Apesar de o custo dos alimentos ser uma importante barreira para o consumo alimentar, a localização dos estabelecimentos também pode impedir os indivíduos de terem uma alimentação adequada e saudável^{13,14}. Portanto, o ambiente alimentar pode ser compreendido como o contexto em que as escolhas alimentares são disponibilizadas e efetivadas, determinando o comportamento alimentar¹⁵⁻¹⁷.

Pode-se afirmar que o ambiente alimentar no qual se está inserido e ao qual se está exposto pode promover tanto escolhas alimentares saudáveis como não saudáveis, mediadas por fatores sociodemográficos, econômicos, individuais, psicossociais, domésticos e pela percepção do ambiente^{18,19}, o que significa que, efetivamente, as escolhas são relativas, pois dependem da possibilidade de escolher e do que se tem de opções disponíveis. Estudos mostram que ambientes alimentares de regiões socioeconomicamente desfavorecidas são menos saudáveis em relação à disponibilidade de frutas e hortaliças, qualidade dos alimentos, tipos de estabelecimentos, preços dos alimentos, falta de estabelecimentos com infraestrutura para estocar certos tipos de alimentos, entre outros²⁰⁻²⁶. Uma das consequências disso é o que tem sido chamado de “desertos alimentares”.

O termo deserto alimentar veio originalmente do Reino Unido, com a intenção de descrever os bairros de baixa renda, tanto urbanos como rurais, que tinham acesso limitado a supermercados ou mercearias²⁷. Os “desertos alimentares” foram definidos como “áreas que não propiciam o acesso a alimentos que compõem uma dieta saudável, devido à baixa disponibilidade de estabelecimentos que comercializam esses produtos ou difícil acessibilidade física a esses estabelecimentos”²⁸.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos operacionali-

zou o conceito de desertos alimentares por meio da combinação de indicadores, com diferentes pontos de corte para populações urbana e rural. Nessa abordagem, o deserto alimentar é a área relativa a um setor censitário de baixa renda com pelo menos 500 pessoas, ou 33% da população, vivendo a uma distância de mais de 1 milha (áreas urbanas) ou mais de 10 milhas (áreas rurais) de um supermercado ou mercearia²⁹. Essa definição de distância tem sido a mais utilizada para caracterização de desertos alimentares. O componente "deserto" do termo é inerentemente espacial e enfatiza a ausência física de fornecedores de alimentos que oferecem opções saudáveis em bairros de baixa renda²⁷. Leete et al. usaram o conceito *hinterland-home*, para caracterizar os ambientes que não têm disponibilidade adequada aos supermercados, mas que não são considerados desertos alimentares, pois não existe concentração de vulnerabilidade socioeconômica³⁰.

No Brasil, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), por meio do Estudo Técnico "Mapeamento de Desertos Alimentares", propôs, em 2018, uma metodologia nacional para a identificação desses desertos alimentares. Para isso, os estabelecimentos que comercializam alimentos foram divididos, de acordo com o perfil de aquisição relatado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, em três classes: i. estabelecimentos de aquisição de alimentos *in natura*; ii. estabelecimentos de aquisição de alimentos ultraprocessados; iii. estabelecimentos mistos³¹. O cálculo para desertos alimentares tem como base a densidade de estabelecimentos saudáveis por 10 mil habitantes. Para a vizinhança ser classificada como um deserto alimentar, ela precisa estar abaixo ou no percentil 25, ou seja, com pior acesso aos alimentos saudáveis³¹.

O termo "pântanos alimentares" também é utilizado na literatura para descrever as áreas nas cidades que não contribuem para as práticas alimentares adequadas e saudáveis pela população. Mas, diferente dos desertos alimentares, os pântanos alimentares se referem "à exposição excessiva a estabelecimentos que comercializam alimentos não saudáveis em comparação com estabelecimentos que comercializam alimentos saudáveis"³², ou ainda, "áreas geográficas com acesso desproporcional a pontos de venda de alimentos, com uma abundância de alimentos ricos

em energia e pobres em nutrientes”³³. O termo “pântanos alimentares” também é usado para denominar os ambientes com grande estímulo ao consumo desses alimentos, como restaurantes do tipo *fast food*, que oferecem porções extras, ou ainda, áreas com forte apelo de marketing e propaganda de alimentos não saudáveis³⁴.

As pesquisas que buscam entender a influência do ambiente alimentar na saúde da população aumentaram significativamente, o que contribuiu para o aprofundamento teórico e metodológico da temática. Além disso, é possível observar também a inclusão da discussão do ambiente alimentar em agendas de saúde pública de diferentes países como Canadá, Estados Unidos, México, Inglaterra, Escócia, Nova Zelândia, Austrália, Costa Rica, Chile, Brasil, entre outros. A temática também ganha destaque em organizações do terceiro setor, que atuam no incentivo e defesa da alimentação adequada e saudável³⁵. Dessa forma, cabe mencionar alguns estudos que se dedicaram a analisar o conceito mais detalhadamente, bem como as definições importantes que contribuíram para colocar a temática em pauta.

A apresentação da literatura sobre ambiente alimentar, pode-se iniciar por Swinburn et al., que apontaram a influência do ambiente sobre as práticas alimentares e de atividade física¹⁶. E trazem uma das primeiras discussões que demonstram o impacto que as características e condições ambientais têm sobre as escolhas e hábitos de vida dos indivíduos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da obesidade. O ambiente "obesogênico" incentiva o consumo de alimentos energeticamente densos e desencoraja o consumo de alimentos considerados saudáveis pela combinação dos aspectos ligados à disponibilidade e ao custo desses alimentos¹⁶.

Nessa abordagem, sobre o impacto do ambiente na obesidade, são considerados dois “níveis” de ambiente (micro e macroambiente) e quatro tipos de ambiente (físico, econômico, político e sociocultural). Segundo os autores, indivíduos interagem com o ambiente em múltiplos microambientes, incluindo escolas, ambientes de trabalho, domicílios e bairros. Estes cenários microambientais, por sua vez, são influenciados por macroambientes mais amplos, como educacional, sistemas de saúde, níveis de governo, indústria de alimentos, e atitudes e crenças da sociedade, que são menos palpáveis ao controle dos indivíduos¹⁶.

Nos anos seguintes, foram apresentadas outras características do ambiente que podem influenciar o comportamento alimentar dos indivíduos. Wansink propôs dois componentes do ambiente alimentar: o *eating environment* que está relacionado ao ato da alimentação, englobando aspectos sociais e culturais da alimentação e o *food environment* que está ligado aos fatores que se referem diretamente aos alimentos, como por exemplo, a variedade e os locais em que eles são ofertados, o tamanho das embalagens e porções³⁶. No mesmo período, Stroebele e De Castro apontaram que os fatores intrínsecos ao ambiente (temperatura, som, cheiro, cores e luz) e extrínsecos aos alimentos também podem influenciar o comportamento alimentar³⁷.

Já Glanz et al. se referiram a quatro tipos de ambientes alimentares: i. comunitário (definido como a densidade e localização de estabelecimentos de comercialização de alimentos em uma comunidade e a proximidade dos estabelecimentos das residências, escolas e trabalho); ii. organizacional (que se refere aos locais onde são encontrados, como escolas, locais de trabalho, entre outros); iii. do consumidor (descrito como variáveis coletadas no interior dos estabelecimentos que caracterizam a disponibilidade, variedade, qualidade, preço, entre outras); iv. da informação (inclui a mídia e a publicidade de alimentos inseridos nos diversos ambientes)¹⁸. Segundo os autores, todos esses tipos de ambientes sofrem influências pelas políticas governamentais e pela indústria de alimentos. Além disso, os ambientes podem influenciar os padrões alimentares, mas também podem passar pela percepção do consumidor¹⁸.

Em 2008, Story et al.³⁸ apresentaram uma extensão do modelo teórico proposto por Glanz et al.¹⁸. Para os autores, a relação entre o ambiente alimentar e as práticas alimentares dos indivíduos ocorre em três níveis: físico, social e do macroambiente. O ambiente físico compreende os locais em que as pessoas consomem suas refeições ou adquirem seus alimentos (residência, escola, trabalho, restaurantes, supermercados, entre outros). O ambiente social inclui as interações com a família, amigos, vizinhos e outros membros da comunidade. Já o macroambiente envolve aspectos como produção e comercialização dos alimentos, normas sociais e marketing³⁸.

Charreire et al. aprofundaram o conceito de acesso aos alimentos,

inspirados no proposto por Penchansky e Thomas³⁹ que abordaram diferentes dimensões do acesso a serviços de saúde: disponibilidade, acessibilidade física, acessibilidade financeira, aceitabilidade e ou conveniência⁴⁰. A disponibilidade está associada à adequação do tipo de estabelecimento que está disponível para a compra de alimentos. A acessibilidade física diz respeito à distância a ser percorrida até os estabelecimentos, além das facilidades e barreiras físicas para acessá-los. Os preços e as percepções dos indivíduos em relação aos custos dos alimentos são aspectos que envolvem a acessibilidade financeira. A aceitabilidade refere-se às atitudes dos indivíduos em relação aos atributos do ambiente alimentar local e busca avaliar se o fornecimento de produtos satisfaz ou não os padrões pessoais. A dimensão da conveniência se refere ao quanto as fontes de comercialização de alimentos se adaptam às necessidades dos moradores, como o horário de funcionamento e as formas de pagamento⁴⁰.

Caspi et al. exploram cinco dimensões do acesso aos alimentos abordadas pelos métodos que avaliam o ambiente alimentar, são elas: disponibilidade (abastecimento de alimentos), acessibilidade (localização dos estabelecimentos e meios para chegar até eles), poder de compra (preços dos alimentos e percepção dos indivíduos), aceitabilidade (atitudes dos indivíduos em relação aos atributos do ambiente alimentar local e se o abastecimento de alimentos está ou não atingindo os padrões aceitáveis por estes indivíduos) e comodidade (o quanto as necessidades dos indivíduos estão sendo cumpridas pelos estabelecimentos de alimentos locais)⁴¹. Já Charreire et al. sugerem outras categorias de dimensões do acesso aos alimentos, como proximidade, diversidade de estabelecimentos, disponibilidade de alimentos nos estabelecimentos, poder de compra, e percepção⁴⁰.

Na sequência, Freedman et al. construíram uma proposta multidimensional de acesso aos alimentos, com a finalidade de analisar fatores do ambiente alimentar relacionados a cinco domínios de acesso a alimentos saudáveis. Construído com base em dados qualitativos, o quadro multidimensional destaca domínios necessários para promover escolhas alimentares saudáveis em ambientes comunitários⁴². O primeiro deles, o acesso econômico, que pode ser dividido em quatro dimensões: i. finanças domésticas; ii. custos dos alimentos; iii. promoções dos lojistas; iv.

percepção do valor dos alimentos. O segundo domínio refere-se ao serviço prestado pelas lojas que comercializam os alimentos, que pode ser dividido em três dimensões: i. qualidade e variedade de alimentos vendidos; ii. equipe e serviço prestado pelos estabelecimentos; iii. organização e layout do estabelecimento⁴².

O domínio espaço-temporal busca identificar aspectos relacionados ao território em que os indivíduos moram, além de aspectos ao tempo destinado à alimentação, sendo subdividido em quatro dimensões: i. limite da vizinhança do ambiente alimentar (estabelecida de forma subjetiva por cada indivíduo); ii. disponibilidade de lojas de alimentos (tipos de lojas, sendo que entre elas tenha a de opções de venda de alimentos saudáveis); iii. tempo de viagem para acessar os estabelecimentos; iv. tempo destinado às compras e preparo dos alimentos. Em relação aos aspectos sociais foram construídas três dimensões: i. cultural (aspectos da tradição familiar, étnica); ii. discriminação (que se relaciona ao acesso a diferentes tipos de alimentos por conta da classe social, raça, gênero, localização geográfica); iii. relacionamentos (interação entre os produtores e comerciantes)⁴².

No mesmo ano, a FAO adotou um esquema com quatro dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): a disponibilidade do alimento, o acesso ao alimento, a utilização dos alimentos e dos nutrientes, e a estabilidade, que é uma dimensão transversal às outras três⁴³. As dimensões da SAN convergem diretamente com as dimensões de acesso aos alimentos que têm sido discutidas na literatura sobre ambiente alimentar, o que aponta a importância da discussão sobre ambiente alimentar para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Ainda em 2013, Swinburn et al.⁴⁴ atualizaram o modelo proposto anteriormente¹⁶, no qual o ambiente alimentar faz a intermediação entre os fatores individuais (preferências, atitudes, hábitos, renda) e a dieta (padrões alimentares, qualidade, quantidade) e é dividido entre físico (disponibilidade, qualidade e promoções), econômico (preços), político (regulamentação) e sociocultural (normas e crenças). Além disso, traz componentes dos sistemas alimentares, apontando grandes determinantes, como as indústrias de alimentos, os governos e a sociedade⁴⁴.

Mais recentemente, houve uma discussão no Painel de Especialis-

tas da FAO, onde o ambiente alimentar foi incluído como um dos componentes do sistema alimentar. Diante da complexidade do sistema alimentar, o ambiente seria a expressão do sistema alimentar que interage com o consumidor. Conforme descrito no 12º Relatório do High Level Panel of Experts. Nutrition and food systems¹¹, sobre Nutrição e Sistemas Alimentares, elaborado pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial, o ambiente alimentar consiste em: “pontos de entrada de comida” ou os espaços físicos onde o alimento é comprado ou obtido; características e infraestruturas do ambiente construído que permitem aos consumidores acessar esses espaços; determinantes pessoais das escolhas alimentares do consumidor (incluindo renda, educação, valores, habilidades etc.), e normas políticas, sociais e culturais que fundamentam essas interações. Assim, os ambientes alimentares contemplam a disponibilidade e o acesso físico aos alimentos (proximidade), o acesso econômico (poder de compra), a promoção, propaganda e informação, e a qualidade e segurança dos alimentos. Conclui-se que o conceito de ambiente alimentar é: “O contexto físico, econômico, político e sociocultural em que os consumidores interagem com o sistema alimentar para adquirir, preparar e consumir alimentos.”¹¹

Ainda no relatório, é colocado que, para a efetiva realização do direito à alimentação adequada e saudável, é necessário que se tenha ambientes alimentares melhores, que podem permitir aos consumidores a aquisição e consumo de alimentos mais saudáveis e nutritivos¹¹. Políticas e programas focados no ambiente alimentar têm sido implementados em todo o mundo, incluindo abordagens destinadas a: melhorar o acesso a alimentos nutritivos e saudáveis em desertos alimentares; oferecer opções saudáveis em estabelecimentos públicos; e promover dietas mais saudáveis por meio de regulamentos e normas, impostos, subsídios, políticas comerciais, rotulagem e publicidade¹¹.

Em 2019 foi publicado um relatório pela Comissão de Obesidade *The Lancet* que descreveu as três pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas como uma Sindemia Global, devido à sua interação de forma simultânea no tempo e no espaço, ao rápido crescimento e às implicações à saúde do planeta e à maioria das pessoas em todos os países e regiões do mundo⁴⁵. Os autores referem que sistemas alimentares

sustentáveis promovem desfechos na saúde humana, saúde ecológica, equidade social e prosperidade econômica globais. Também, que uma das estratégias para enfrentar a Sindemia global seria fazer com que as escolhas saudáveis e sustentáveis fossem facilitadas por meio de políticas públicas fortes⁴⁵.

Mais recentemente, Downs et al. apresentam o ambiente alimentar como a interface entre o consumidor e o sistema alimentar, abrangendo características de disponibilidade, acessibilidade, conveniência e desejo⁴⁶. Também, que o ambiente alimentar é um lugar crítico no sistema alimentar para implementar intervenções visando dietas mais sustentáveis e abordar a Sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, uma vez que o ambiente alimentar contém o leque total de opções no qual os consumidores tomam decisões sobre quais alimentos adquirir e consumir. Um destaque do trabalho de Downs et al.⁴⁶ é que eles chamam a atenção para o fato de que os modelos conceituais de ambiente alimentar não incluem explicitamente a sustentabilidade ou dietas sustentáveis e não descrevem os diferentes tipos de ambiente, a fim de identificar os pontos de entrada para modificar os ambientes alimentares no sentido de apoiar as dietas sustentáveis. Assim, os autores trazem uma definição mais abrangente para ambiente alimentar, aplicável em países de baixa, média e alta renda, diferenciando os ambientes naturais (selvagens e cultivados) e construídos (mercados formais e informais):

a interface do consumidor com o sistema alimentar que abrange a disponibilidade, acessibilidade, conveniência, promoção, qualidade e sustentabilidade de alimentos e bebidas em espaços selvagens, cultivados e construídos, influenciados pelos ambientes sociocultural e político e pelos ecossistemas dentro dos quais eles estão inseridos.⁴⁶ (p.5)

Em 2021, foi publicada uma revisão sistemática que identificou e sintetizou as evidências de associações entre características do ambiente alimentar urbano e desfechos na dieta, nutrição e saúde em países de baixa e média renda⁴⁷. Foram encontradas evidências de associação entre disponibilidade de alimentos no ambiente alimentar comunitário e o comportamento alimentar, bem como as que sugerem uma associação

com resultados de saúde ou nutrição. Indícios sobre a associação da acessibilidade financeira com desfechos na dieta em estudos no nível comunitário foram escassos, mas consistentes. Os autores concluem que intervenções para aumentar a disponibilidade de opções alimentares saudáveis na vizinhança, ou para diminuir a disponibilidade de alimentos não saudáveis, são promissoras e merecem ser investigadas⁴⁷.

Em relação ao ambiente alimentar no contexto brasileiro, especificamente, é possível observar um corpo de evidências crescente e robusto. Uma revisão de escopo, publicada em 2023, sobre a produção científica a respeito de ambientes alimentares no Brasil mostrou que a pesquisa científica nesta área tem crescido, predominando a abordagem quantitativa e estudos transversais⁴⁸. Os estudos se concentraram na região Sudeste conduzidos por pesquisadores de poucas universidades e focando no ambiente alimentar comunitário. Os autores ressaltam a necessidade de expandir os estudos para o interior do país, usar instrumentos validados e confiáveis para a coleta de dados primários, e reconhecer a importância de conduzir mais estudos longitudinais, de intervenção e qualitativos⁴⁸.

No Brasil, estudos sobre o ambiente alimentar datam de 2013, quando Martins et al.⁴⁹ adaptaram o instrumento de Glanz et al.⁵⁰ e validaram para o contexto brasileiro, incluindo os alimentos que habitualmente são consumidos pela população. Em 2015, Duran et. al. desenvolveram o Estudo do Ambiente Obesogênico em São Paulo (ESAO-SP), que resultou na construção de dois novos instrumentos, sendo um para avaliar restaurantes (ESAO-R) e outro para avaliar lojas de alimentos (ESAO-S)⁵¹. Os dois instrumentos eram do tipo *checklist* com informações sobre variedade, qualidade, disponibilidade de frutas e hortaliças (classificadas como marcadores de uma alimentação saudável) e de alimentos ultraprocessados, como bebidas açucaradas, salgadinho de pacote e biscoito recheado (classificados como marcadores de uma alimentação não saudável), além de informações como valores nutricionais, preços e propaganda de alimentos⁵¹.

Ainda em 2015, foi desenvolvido um estudo qualitativo (metodologia pouco explorada sobre a temática) com o objetivo de ampliar a compreensão a respeito das relações entre o ambiente e as práticas alimentares em diferentes contextos socioeconômicos e de acesso à alimentação

em que vivem indivíduos no município de São Paulo⁵². Esse estudo concluiu que a forma como conhecem e compreendem as características do ambiente alimentar está refletida em algumas ações dos sujeitos sobre as suas práticas de aquisição e consumo de alimentos⁵².

No mesmo período, alguns estudos avaliaram o ambiente alimentar comunitário da população adulta, como o estudo realizado na cidade de Belo Horizonte, com dados do Vigitel de 2008 a 2010, que apresentou que tanto a distribuição de estabelecimentos de comércio de alimentos quanto o consumo de frutas e hortaliças por adultos eram maiores nas áreas de maior renda⁵³. Já um estudo qualitativo, estudo realizado em áreas periféricas de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo, apresentou percepções positivas em relação à disponibilidade e qualidade de frutas e hortaliças dos entrevistados que moravam ou trabalhavam próximos a feiras-livres e sacolões. Entretanto, os entrevistados associaram a alimentação adequada e saudável a preços altos⁵⁴. Outro estudo, também realizado em Belo Horizonte, identificou que bairros com maior número de espaços para a prática de atividade física, sejam públicos ou privados, apresentavam maior o número de estabelecimentos que comercializam alimentos saudáveis e, ainda, quanto melhor a renda desses bairros, menor a chance de obesidade entre os moradores⁵⁵.

Seguindo a linha do tempo, em 2016, Franco⁵⁶ e o Grupo Colaborativo de Estudos sobre o Ambiente Alimentar Universitário – Calu, desenvolveram um instrumento com objetivo de avaliar o ambiente alimentar universitário, a partir da caracterização dos estabelecimentos (tipo e localização do estabelecimento); da observação do ambiente (disponibilidade de itens específicos como estrutura para consumo no local); da disponibilidade de informação para o cliente (cardápio, informação nutricional e preço) e forma de apresentação dessa informação; da disponibilidade dos itens marcadores de alimentação saudável e não saudável. Tendo como saudável: refeições completas, arroz integral, leguminosas, frutas e saladas de frutas, hortaliças cruas e cozidas, temperos naturais, sucos naturais da fruta e água mineral. Como não saudável: lanches (salgados, batata-frita, sanduíches etc.), sobremesas (doces elaborados), itens de conveniência (chocolates, balas, biscoitos, entre outros), temperos industrializados e bebidas ultraprocessadas, tendo como base os

alimentos comumente encontrados na universidade e as evidências que sugerem a associação entre eles e a proteção ou ocorrência de doenças crônicas⁵⁶.

O interesse na avaliação do ambiente alimentar no entorno das escolas também foi surgindo nos anos seguintes. Estudos ecológicos, realizados no entorno de escolas de Minas Gerais nas cidades de Juiz de Fora⁵⁷, Viçosa⁵⁸ e Belo Horizonte⁵⁹, apresentaram que estabelecimentos que comercializavam alimentos ultraprocessados estavam mais próximos das escolas do que aqueles que comercializam alimentos menos processados.

Além dos espaços mencionados anteriormente, agregou-se também à literatura a discussão sobre o ambiente alimentar dos locais de trajeto dos indivíduos, como transportes públicos. Estudo realizado nas estações de metrô da cidade de São Paulo, identificou que os tipos de alimentos comercializados mais frequentes foram os de conveniência, presentes em 100% dos pontos comerciais; marcando, então, o ambiente desse equipamento público como um facilitador da compra e do consumo de alimentos e bebidas ultraprocessados, pela grande disponibilidade em todos os pontos comerciais^{60,61}. Cenário semelhante foi apresentado nos terminais rodoviários na região metropolitana do Rio de Janeiro, em que além da alta exposição a alimentos ultraprocessados, os usuários desses terminais também se encontram expostos a vários tipos de propagandas, sobretudo de cervejas e refrigerantes⁶².

Em relação à atualização de instrumentos brasileiros para auditoria de ambientes alimentares, Borges e Jaime desenvolveram e validaram um instrumento de auditoria do ambiente alimentar com base na classificação NOVA, nomeado de AUDIT-NOVA⁶³. Esse instrumento, com o objetivo de avaliar o ambiente alimentar de consumidores no Brasil, teve em sua construção o referencial teórico das recomendações presentes no Guia Alimentar para a População Brasileira e a NOVA classificação de alimentos. O que se difere dos outros instrumentos já validados para auditar o ambiente do consumidor, já que esses partem da premissa pautada em nutrientes de que, por exemplo, alimentos *diet* e *light* ou com redução de gordura em sua composição podem ser considerados saudáveis, já no AUDIT-NOVA, o alimento considerado não saudável é o ultraprocessado,

e o que se espera encontrar no comércio varejista é certa proporção de alimentos *in natura* e minimamente processados, ingredientes culinários e alguns alimentos processados que possibilitem a população adquirir alimentos para preparar refeições saudáveis⁶³.

Em 2022, foi publicado o relatório brasileiro do Índice de Políticas para Promoção de Ambientes Alimentares Saudáveis, desenvolvido pela Rede Internacional de Pesquisa, Monitoramento e Apoio às Ações em Alimentação, Nutrição, Obesidade e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) - Rede INFORMAS, uma rede global de grupos de pesquisa cujo objetivo é monitorar ações dos setores público e privado para promover ambientes alimentares saudáveis e reduzir a obesidade e as DCNT⁶⁴. A Rede INFORMAS elaborou o Food-EPI, um índice para avaliar a implementação de políticas governamentais sobre ambientes alimentares, no intuito de comparar os resultados de cada país com as melhores práticas internacionais⁶⁴.

A partir de questões norteadoras, foi analisado o escopo das políticas públicas brasileiras para promoção de ambientes alimentares saudáveis a partir dos 13 domínios propostos pelo protocolo INFORMAS/Food-EPI: Composição dos alimentos; Rotulagem dos alimentos; Promoção comercial dos alimentos; Abastecimento alimentar; Varejo de alimentos; Preço de alimentos; Comércio de alimentos e investimento; Liderança; Governança; Monitoramento e informação; Financiamento e orçamento; Mecanismos oficiais de interlocução; Saúde em todas as políticas⁶⁴.

Em relação ao levantamento de documentos oficiais, como leis, políticas públicas, estratégias, planos, acordos, normas, recomendações, diretrizes etc., os domínios que menos tiveram referências associadas foram o Varejo de alimentos, que não teve qualquer referência associada, e o Comércio de alimentos, que só teve uma referência. Já os domínios que mais se destacaram foram: Monitoramento, Liderança, Governança e Recursos e financiamento⁶⁴.

Sobre o grau de implementação das políticas públicas em comparação às melhores práticas internacionais, os resultados apontaram que, em relação ao domínio “Varejo de alimentos”, todas as políticas tiveram 0% de implementação⁶⁴. Lacunas críticas na implementação de políticas públicas foram identificadas relacionadas ao ambiente alimentar, tais

como: Restrição de promoção/publicidade de alimentos em diferentes ambientes (escolas, estabelecimentos comerciais, tevê, redes sociais, Internet, rótulo de alimentos, dentre outros); Leis e políticas de zoneamento, tanto para aumentar a disponibilidade de pontos de venda de alimentos *in natura* e minimamente processados, quanto para controlar a disponibilidade de pontos de venda de produtos ultraprocessados; Ações de apoio que incentivem os estabelecimentos comerciais de alimentos a ampliarem a disponibilidade de alimentos saudáveis e limitem a disponibilidade de alimentos não saudáveis; entre outras. Uma ressalva colocada no relatório se refere ao fato de que a maior parte das boas práticas internacionais se tratava de experiências desenvolvidas em países de alta renda, o que revelou pouca similaridade e aplicabilidade em países de média e baixa renda⁶⁴.

Diante da concentração dos estudos em ambientes alimentares nos países de alta renda e das especificidades dos estudos em ambientes alimentares nos países de baixa e média renda e na América Latina, pesquisadores brasileiros vêm se articulando e promovendo discussões, compartilhamento de experiências e fomentando reflexões sobre o campo. Nos anos de 2017, 2019 e 2021 aconteceram, respectivamente, o I, II e III Seminário Latino-Americano sobre Ambiente Alimentar e Saúde, organizados por pesquisadores da Fiocruz, UERJ, UFRJ, UFMG, UFSC e UFOP. O evento, de caráter técnico-científico, visou reunir pesquisadores, estudantes, profissionais, gestores, ativistas das áreas de Nutrição e Saúde Pública que estudam a relação entre ambiente alimentar e saúde. Mais recentemente, em 2023, vem sendo organizada a Rede Brasileira de Pesquisa em Ambientes Alimentares, uma rede de pesquisa colaborativa que reúne pesquisadores de todo o país com o objetivo de fortalecer a produção e a difusão de conhecimento científico em ambientes alimentares no Brasil.

As hortas urbanas e os ambientes alimentares

A prática do plantio do próprio alimento é constitutiva do desenvolvimento da humanidade e das civilizações e o cultivo de alimentos nas cidades não é uma prática recente. Na década de 1980, os debates sobre

a agricultura urbana surgiram a partir da emergência de um novo pensamento ambiental⁶⁵. A agricultura urbana e periurbana foi oficialmente reconhecida como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar urbana em 1999 pela 15ª sessão do Comitê de Agricultura em Roma, em 2002, pela Cúpula Mundial da Alimentação e, em 2008, pela Força Tarefa de Alto Nível da ONU para a Crise Global de Alimentos⁶⁶.

As hortas podem ser vistas como um espaço pedagógico repleto de oportunidades para o aprendizado sobre SAN, sustentabilidade ambiental, resiliência comunitária, justiça social e identidade cultural, oferecendo uma alternativa ideológica ao senso comum dominante dos sistemas alimentares industriais, propriedade privada e desenvolvimento imobiliário urbano⁶⁷.

A capacidade dos indivíduos de fazer escolhas alimentares saudáveis é determinada pelos alimentos disponíveis e acessíveis. Como grande parte dos produtos das hortas no meio urbano se destina ao consumo próprio ou à comercialização em mercados locais, é possível visualizar a estreita relação entre agricultura urbana e SAN, beneficiando a população diretamente envolvida, ou próxima à dinâmica das hortas, com os alimentos frescos produzidos, ainda que em pequenas quantidades. Esta atividade, segundo Machado e Machado, permite disponibilizar e aproveitar espaços domésticos e públicos para a produção de alimentos, plantas medicinais, ornamentais e criação de pequenos animais⁶⁸.

Além da produção de alimentos, diversos outros benefícios das hortas urbanas são relatados na literatura, sejam elas hortas domésticas (desenvolvidas nas residências para o consumo dos moradores), comunitárias (onde um grupo de pessoas é responsável por elas e a colheita é compartilhada), ou escolares (desenvolvidas com a participação dos educandos e geralmente têm uma proposta pedagógica). Muitos destes resultados são decorrentes do potencial pedagógico das hortas urbanas, que podem gerar transformações importantes nas práticas alimentares. Também existem relatos de que o contato com a natureza tem impacto na saúde e bem-estar das populações urbanas. Em estudo de revisão, Maller et al. reuniram evidências que sugerem que o contato com a natureza seja considerado na promoção de saúde e bem-estar de indivíduos e comunidades, e que seja incorporado nas estratégias de saúde pública⁶⁹. Um

estudo com hortas comunitárias destacou relatos de horticultores sobre a proximidade com a natureza pelo “sujar das mãos” e pelo cultivo de alimentos, o gosto diferenciado dos alimentos produzidos e a formação de conexões emocionais com a horta⁷⁰. O aumento no consumo de frutas e hortaliças é o desfecho na alimentação mais presente na literatura sobre hortas urbanas e tem sido relatado com frequência, especialmente nos estudos sobre hortas escolares⁷¹⁻⁷³.

O uso de hortas escolares para Educação Alimentar e Nutricional tem apresentado resultados positivos para a alimentação das crianças participantes e para a melhora de determinantes dos hábitos alimentares, destacando-se a experiência de colocar a “mão na massa”, ou “aprender fazendo”, no plantio, cuidado e colheita e, em alguns casos, no preparo, como explicações-chave para os resultados efetivos na melhoria da alimentação pelo fato das crianças estarem realmente envolvidas em todo o processo, além de oferecer a oportunidade de as crianças aprenderem fora do tradicional ambiente da sala de aula⁷³. Ter uma horta na escola aumenta o contato dos educandos com frutas e hortaliças, possibilitando conhecer novas variedades de alimentos, de tal modo que as crianças podem observar seu crescimento, prepará-los e experimentá-los⁷⁴.

A academia, principalmente internacional, tem desenvolvido estudos sobre hortas urbanas em geral, como comunitárias, domésticas e escolares, analisando experiências, delineando intervenções e implantando programas visando descrever a relação entre a participação em hortas urbanas e diversos desfechos. A existência de hortas urbanas parece ser um importante determinante da disponibilidade local de frutas e hortaliças e tem apresentado relação positiva com a ingestão destes alimentos¹⁵. É possível encontrar na literatura o relato de diferentes resultados relacionados às hortas urbanas, como qualidade de vida e atividade física⁷⁵, saúde mental⁷⁶, relações sociais e pertencimento da comunidade⁷⁷, geração de renda⁷⁸, inclusão social⁷⁹, autonomia e empoderamento⁸⁰, entre outras.

Uma revisão sistemática⁸¹, sobre os impactos nos resultados relacionados à alimentação e nutrição resultantes da participação em hortas urbanas, mostrou que os estudos relataram maior consumo de frutas e hortaliças, melhor acesso a alimentos saudáveis, maior valorização da

culinária, partilha da colheita com familiares e amigos, maior importância da produção orgânica e valorização da alimentação adequada e saudável. Os autores concluem que a participação em hortas urbanas revelou um impacto positivo em importantes práticas alimentares saudáveis, acesso, crenças, conhecimentos e atitudes⁸¹.

Buscando explorar a influência das hortas urbanas nos processos de determinação da alimentação em uma abordagem ecológica, foi elaborado o Modelo Teórico⁸² apresentado na Figura, adaptado de Story et al.³⁸. Esta perspectiva ecológica pode ser conceituada por meio de múltiplas dimensões - ambientes físico, social e cultural, bem como atributos pessoais - e múltiplos níveis - individual, grupal e organizacional⁸³. Sallis et al., ao explorarem a abordagem ecológica sobre os comportamentos em saúde, ressaltam que a inclusão de fatores socioculturais e ambientes físicos como influentes nos comportamentos de saúde diferencia os modelos ecológicos das teorias, que focam principalmente em um ou dois níveis⁸⁴.

No modelo apresentado, os distintos níveis de determinantes (individuais, socioambientais, físico-ambientais e macrodeterminantes ambientais) possuem seus limites compostos de linhas pontilhadas representando a interação mútua e relação dinâmica entre indivíduos e grupos, e seus ambientes social e físico. As hortas urbanas estão em todos os níveis e têm o potencial de atuar sobre os quatro níveis de determinação da alimentação e articulá-los, tanto “de dentro pra fora”, quanto “de fora pra dentro”, no sentido da promoção da alimentação adequada e saudável.

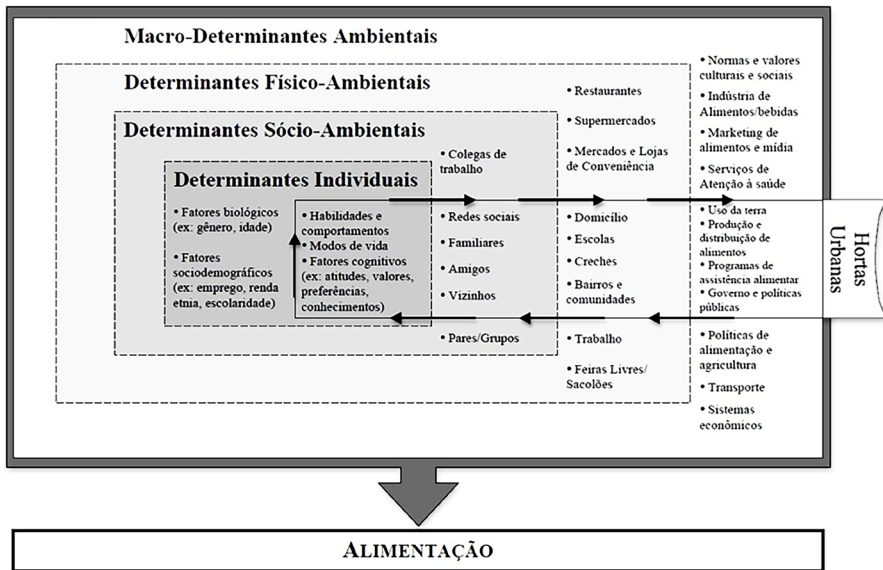


Figura: Modelo Teórico sobre a interferência das Hortas Urbanas nos determinantes da alimentação.

Fonte: Garcia⁸² adaptado de Story et al.³⁸.

Os determinantes individuais da alimentação podem ter impacto na alimentação saudável através de características como motivações, autoeficácia, expectativas e capacidades comportamentais. Canesqui ressalta que as representações da alimentação e nutrição ultrapassam as elaborações individuais e subjetivas⁸⁵.

A atuação das hortas nos determinantes individuais resulta no desenvolvimento de conexões sociais, emocionais e culturais envolvendo a alimentação e na reflexão sobre o ato de se alimentar e sobre os alimentos. Também há a produção de conhecimento pelo contato direto com o cultivo e consequente apropriação da importância da alimentação adequada e saudável, o que leva a mudanças de valores, atitudes e comportamentos, como maior valorização do consumo de alimentos orgânicos, estímulo à participação no preparo e consumo dos alimentos cultivados, maior valorização da culinária como um eixo importante da alimentação adequada e saudável, desenvolvimento de habilidades para o planejamento de refeições saudáveis. Por meio destas influências, nos determi-

nantes individuais em decorrência da participação em hortas urbanas, os benefícios se estendem ao nível seguinte, por exemplo, com a construção de hortas domésticas a partir da experiência com hortas escolares, o compartilhamento da colheita com amigos, familiares e vizinhos, as melhorias na alimentação da família, difusão do conhecimento adquirido para as famílias e comunidades, entre outros.

Os determinantes socioambientais incluem interações com familiares, amigos, vizinhos e outros na comunidade e podem impactar a alimentação saudável através de mecanismos como os papéis sociais de cada um, apoio social e normas sociais. Nos determinantes socioambientais, as hortas urbanas, principalmente as hortas comunitárias, se apresentam como locais de encontro e socialização, e as repercussões da atividade se estendem para além dos participantes.

Os determinantes físico-ambientais incluem os múltiplos cenários onde as pessoas se alimentam ou buscam alimentos, e podem determinar quais alimentos estarão disponíveis para a população e as barreiras e oportunidades que impactam na alimentação saudável. É importante enxergar as diferentes potencialidades da implantação de hortas nos variados locais, como escolas, domicílios e locais públicos e privados. Apontamos neste trabalho que o ambiente alimentar pode ser um obstáculo à prática da alimentação adequada e saudável. Neste sentido, discutir o potencial de atuação das hortas urbanas nos determinantes físico-ambientais passa pela compreensão da capacidade de hortas atuarem como criadoras de ambientes promotores da alimentação adequada e saudável, seja através da melhoria no acesso aos alimentos saudáveis por meio da produção destes alimentos nas hortas, seja como um elemento de intervenção no ambiente que facilita que a temática da alimentação adequada e saudável faça parte do cotidiano das pessoas que frequentam estes espaços.

Por fim, os macrodeterminantes ambientais têm um papel mais distal e indireto, mas atuam de maneira substancial e poderosa sobre o que as pessoas comem, compreendendo as hortas urbanas como parte de programas e políticas públicas.

Referências

1. Brasil. Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União. 20 set 1990; Seção 1:018055.
2. Carvalho SR. Os múltiplos sentidos da categoria empowerment no projeto de Promoção à Saúde. Cad. saúde pública. 2004;20(4):1088-95.
3. WHO - World Health Organization. The Ottawa Charter for Health Promotion [internet]. 1986 [acesso em 20 mar 2023]. Disponível em: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>
4. WHO - World Health Organization. Sundsvall Statement on Supportive Environments for Health [internet]. 1991 [acesso em 20 mar 2023]. Disponível em: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/sundsvall/en/>
5. Buss PM. Uma introdução ao conceito de saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p.15-38.
6. Rocha NC. Análise de programas de Segurança Alimentar e Nutricional do município de São Paulo: o conjunto dos programas compõe uma política de segurança alimentar e nutricional promotora da saúde? [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2011.
7. Porto MFS, da Rocha DF, Finamore R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. Ciênc. Saúde Colet. (Impr.). 2014;19(10).
8. Claro RM, Machado FM, Bandoni DH. Evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos no município de São Paulo no período de 1979 a 1999. Rev. nutr. 2007;20(5):483-90.
9. WHO - World Health Organization. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. report of a joint WHO/FAO expert consultation. Geneva; 2003. (WHO Technical Report Series, 916).
10. Troy, LM; Miller, EA; Olson, S. for the Food and Nutrition Board. Hunger and obesity: Understanding a food insecurity paradigm. Washington (DC): Institute of Medicine National Academies Press; 2010.
11. High Level Panel of Experts. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, HLPE; 2017.
12. Glanz K, Basil M, et al. Why Americans eat what they do: taste, nutrition, cost,

- convenience, and weight control concerns as influences on food consumption. *Journal of the American Dietetic Association*, 1998;98(10):1118-1126.
13. Morland K, Wing S, Diez Roux A, Poole C. Neighborhood characteristics associated with the location of food stores and food service places. *Am J Prev Med*. 2002; 22:23-9.
 14. Rose D, Richards R. Food store access and household fruit and vegetable use among participants in the U.S. food stamp program. *Public Health Nutr* 2004;7(1081): 8.
 15. Kamphuis CB, Giskes K, de Bruijn GJ, Wendel-Vos W, Brug J, Van Lenthe FJ. Environmental determinants of fruit and vegetable consumption among adults: a systematic review. *British Journal of Nutrition*. 2006;96(04):620-35.
 16. Swinburn B, Egger G, Raza F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. *Preventive medicine*. 1999;29(6):563-70.
 17. Giskes K, Kamphuis CBM, van Lenthe FJ, Kremers S, Droomers M, Brug J. A systematic review of associations between environmental factors, energy and fat intakes among adults: is there evidence for environments that encourage obesogenic dietary intakes? *Public Health Nutrition*. Cambridge University Press. 2007;10(10):1005-17.
 18. Glanz K, Sallis JF, Saelens BE, Frank LD. Healthy nutrition environments: concepts and measures. *American Journal of Health Promotion*. 2005;19(5):330-3.
 19. Burgoine T, Monsivais P. Characterising food environment exposure at home, at work, and along commuting journeys using data on adults in the UK. *Int J Behav Nutr Phys Act*. 2013;10(1):85
 20. Duran AC, Diez Roux AV, Latorre MR, Jaime PC. Neighborhood socioeconomic characteristics and differences in the availability of healthy food stores and restaurants in Sao Paulo, Brazil. *Health & Place*. 2013; 23:39-47.
 21. Andreyeva T, Middleton AE, Long MW, Luedicke J, Schwartz MB. Food retailer practices, attitudes and beliefs about the supply of healthy foods. *Public health nutrition*. 2011;14(06):1024-31.
 22. Cummins S, Smith DM, Aitken Z, Dawson J, Marshall D, Sparks L, Anderson AS. Neighbourhood deprivation and the price and availability of fruit and vegetables in Scotland. *Journal of human nutrition and dietetics*. 2010;23(5):494-501.
 23. Ball K, Timperio A, Crawford D. Neighbourhood socioeconomic inequalities in food access and affordability. *Health & place*. 2009;15(2):578-85.
 24. Latham J, Moffat T. Determinants of variation in food cost and availability in two socioeconomically contrasting neighbourhoods of Hamilton, Ontario,

- Canada. *Health & Place*. 2007; 13:273
25. Moore LV, Diez-Roux AV. Associations of Neighborhood Characteristics with the Location and Type of Food Stores. *Am J Public Health* 2006;96(2):325-331.
 26. Drewnowski A, Specter SE. Poverty and obesity: the role of energy density and energy costs. *Am J Clin Nutr* 2004;79(1):6.
 27. Cummins S, Macintyre S. Food deserts: evidence and assumption in health policy making. *BMJ*. 2002;325 (7361):436-438.
 28. Beaulac, J.; Kristjansson, E.; Cummins, S. A systematic review of food deserts, 1966-2007. *Preventing chronic disease*.2009; 6(3):A105.
 29. USDA. Characteristics and influential factors of food deserts [internet]. 2012 [acesso em 20 mar 2022]. Disponível em: https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/45014/30940_err140.pdf?v=41156
 30. Leete L, Bania N, Sparks-Ibanga A. Congruence and Coverage: Alternative Approaches to Identifying Urban Food Deserts and Food Hinterlands. *Journal of Planning Education and Research*. 2012; 32(2):204-218.
 31. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BR). Secretaria Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil. Brasília (DF);2018.
 32. Mui Y, Jones-Smith, Thornton RLJ et al., Relationships between Vacant Homes and Food Swamps: A longitudinal study of an urban food environment. *Int J Environ Res Public Health*. 2017; 21: 14(11).
 33. Sushil, Z, Vandevijvere S, Exeter, DJ, Swinburn B. Food Swamps by area socioeconomic deprivation in New Zealand: a national study. *Int J Public Health*. 2017.
 34. Yang W, Spears K, Zhang F, Lee W, Himler HL. Evaluation of personal and built environment attributes to physical activity: a multilevel analysis on multiple populationbased data sources. *J Obes*. 2012;2012:548910.
 35. Mendes LL, Pessoa MC, Costa BVL. Ambiente alimentar: saúde e nutrição. Rio de Janeiro: Rubio; 2022.
 36. Wansink, B. Environmental factors that increase the food intake and consumption volume of unknowing consumers. *Ann. Rev. Nutr*.2004;24:455-79.
 37. Stroebele N, Castro JM. Effect of ambience on food intake and food choice. *Nutrition*. 2004;20:821-838.
 38. Story M, Kaphingst KM, Robinson-O'Brien R, Glanz K. Creating healthy food

- and eating environments: policy and environmental approaches. *Annu Rev Public Health*. 2008; 29: 253-272.
39. Penchansky R; Thomas JW. The concept of access: definition and relationship to consumer satisfaction. *Medical care*. 1981;127-140.
 40. Charreire H, Casey R, Salze P. Measuring the food environment using geographical information systems: a methodological review. *Public Health Nutrition*. 2010;13 (11): 1773-1785
 41. Caspi CE, Sorensen G, Subramanian SV, Kawachi I. The local food environment and diet: a systematic review. *Health & Place*. 2012;18(5):1172-87.
 42. Freedman DA, Blake CE, Liese AD. Developing a multicomponent model of nutritious food access and related implications for community and policy practice. *J Community Pract*. 2013; 21:379-409.
 43. FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *State of Food Insecurity in the World: Measuring different dimensions of food insecurity*, 2013.
 44. Swinburn B, Sacks G, Vandevijvere S, Kumanyika S, Lobstein T, Neal B, et al. INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): overview and key principles. *Obesity Reviews*. 2013;14(S1):1-12.
 45. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR, et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*. 2019;393(10173):791-846.
 46. Downs SM, Ahmed S, Fanzo J, Herforth A. Food Environment Typology: Advancing an Expanded Definition, Framework, and Methodological Approach for Improved Characterization of Wild, Cultivated, and Built Food Environments toward Sustainable Diets. *Foods* [internet]. 2020 [acesso em 20 mar 2022];9(4):532. Doi: 10.3390/foods9040532.
 47. Westbury S, Ghosh I, Jones HM, Mensah D, Samuel F, Irache A, et al. The influence of the urban food environment on diet, nutrition and health outcomes in low-income and middle-income countries: a systematic review. *BMJ Global Health* [internet]. 2021;6(10):e006358. doi: 10.1136/bmjgh-2021-006358.
 48. Mendes LL, Rocha LL, Botelho LV, Menezes MC, Júnior PCP C, Camara AO, et al. Scientific research on food environments in Brazil: a scoping review. *Public Health Nutrition* [internet]. 2023. [acesso em 18 jun 2023];26(10):2056:2065. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/8F893F46F9C1DBEDAF3B9BE04D82A2E7/S1368980023000836a.pdf/scientific-research-on-food-environments-in-brazil-a-scoping-review.pdf>

49. Martins PA, Cremm EC, Leite FHM et al. Validation of an adapted version of the nutrition environment measurement tool for stores (NEMS-S) in an urban area of Brazil. *J Nutr Educ Behav.* 2013; 45(6):785-92.
50. Glanz K, Sallis JF, Saelens BE, Frank LD. Nutrition Environment Measures Survey in stores (NEMS-S): development and evaluation. *American Journal of Preventive Medicine* [internet]. 2007 [acesso em 18 jun 2023];32(4):282-9. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17383559/>
51. Duran AC, Lock K, Lattore MRDO et. al. Evaluating the use of in-store measures in retail food stores and restaurants in Brazil. *Rev Saúde Pública.* 2015;49-80.
52. Almeida LB. O ambiente alimentar, os indivíduos e suas práticas: um estudo no município de São Paulo [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2015.
53. Pessoa MC, Mendes LL, Gomes CS et al. Food environment and fruit and vegetable intake in a urban population: A multilevel analysis. *BMC Public Health.* 2015; 15:1012.
54. Garcia MT, Franco JV, Costa CGA, Bógus CM. Acesso a frutas e hortaliças em áreas periféricas da região metropolitana de São Paulo. *DEMETERA: Alimentação, Nutrição & Saúde.* 2018; 13(2): 427-446.
55. Matozinhos FP, Gomes CS, Andrade ACS et al. Neighbourhood environments and obesity among adults: A multilevel analysis of an urban Brazilian context. *Prev Med Rep.* 2015; 2:337-41.
56. Franco AS. Ambiente alimentar universitário: caracterização, qualidade da medida e mudança no tempo [tese]. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2016.
57. Leite MA. Ambiente Alimentar em Juiz de Fora: um enfoque no território das escolas [dissertação]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora; 2017.
58. Novaes TG. Ambiente alimentar no território das escolas urbanas de Viçosa, Minas Gerais [dissertação]. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2018.
59. Peres CMC. Avaliação do ambiente alimentar no entorno das escolas: revisão sistemática e abordagem ecológica [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2019.
60. Franco JV. Comercialização de alimentos em estações de metrô da cidade de São Paulo na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2018.
61. Franco JV, Garcia MT, Canella DS, Louzada IR, Bógus CM. Ambiente alimen-

- tar de estações de metrô: um estudo no município de São Paulo, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*. 2021; 26 (08).
62. Jesus ACC. Ambiente alimentar de terminais rodoviários na região metropolitana do Rio de Janeiro [dissertação]. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz; 2020.
 63. Borges CA, Jaime PC. Desenvolvimento e avaliação de instrumento de auditoria do ambiente alimentar: AUDITNOVA. *Revista de Saúde Pública*; 2019, 53:91.
 64. Rede Informas. Índice de Políticas para Promoção de Ambientes Alimentares Saudáveis. OPSAN/UnB: Brasília; 2022.
 65. Coutinho MN, Costa HSM. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Revista Geografias*. 2011;7(2):81-97.
 66. FAO - Organização das Nações Unidas para agricultura e Alimentação. Alimento para as cidades [internet]. 2014 [acesso em 20 mar 2023]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ak824o/>
 67. Walter P. Theorising community gardens as pedagogical sites in the food movement. *Environmental Education Research*. 2013;19(4):521-39.
 68. Machado AT, Machado CTT. Agricultura Urbana. Planaltina, DF: Embrapa; 2002.
 69. Maller C, Townsend M, Pryor A, Brown P, St Leger L. Healthy nature healthy people: contact with nature as an upstream health promotion intervention for populations. *Health promotion international*. 2006;21(1):45-54.
 70. Hale J, Knapp C, Bardwell L, Buchenau M, Marshall J, Sancar F, Litt JS. Connecting food environments and health through the relational nature of aesthetics: Gaining insight through the community gardening experience. *Social science & medicine*. 2011;72(11):1853-63.
 71. Ganann R, Fitzpatrick-Lewis D, Ciliska D, Peirson LJ, Warren RL, Fieldhouse P, Delgado-Noguera MF, Tort S, Hams SP, Martinez-Zapata MJ, Wolfenden L. Enhancing nutritional environments through access to fruit and vegetables in schools and homes among children and youth: a systematic review. *BMC research notes*. 2014;7(1):422.
 72. Berezowitz CK, Bontrager Yoder AB, Schoeller DA. School gardens enhance academic performance and dietary outcomes in children. *Journal of School Health*. 2015;85(8):508-18.
 73. Davis JN, Spaniol MR, Somerset S. Sustenance and sustainability: maxi-

- zing the impact of school gardens on health outcomes. *Public health nutrition*. 2015;18(13):2358-67.
74. Somerset S, Geissman, R, Ball, R, Flett M. School-based community gardens: Re-establishing healthy relationships with food. *Journal of the Home Economics Institute of Australia*. 2005;12:25-33
 75. Sommerfeld AJ, Waliczek TM, Zajicek JM. Growing minds: evaluating the effect of gardening on quality of life and physical activity level of older adults. *HortTechnology*. 2010;20(4):705-10.
 76. Shiue I. Gardening is beneficial for adult mental health: Scottish Health Survey 2012–2013. *Scandinavian journal of occupational therapy*. 2015;15:1-6.
 77. Teig E, Amulya J, Bardwell L, Buchenau M, Marshall JA, Litt JS. Collective efficacy in Denver, Colorado: Strengthening neighborhoods and health through community gardens. *Health & Place*. 2009;15(4):1115-22.
 78. Ribeiro SM, Bógus CM, Watanabe HA. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde Soc*. 2015;24(2):730-43.
 79. Grabbe L, Ball J, Goldstein A. Gardening for the mental well-being of homeless women. *Journal of Holistic Nursing*. 2013;31(4):258-66.
 80. Costa CGA, Garcia MT, Ribeiro SM, Sousa Salandini MF, Bógus CM. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. *Ciênc. Saúde Colet*. (Impr.). 2015;20(10).
 81. Garcia MT, Ribeiro SM, Germani ACCG, Bógus CM. The impact of urban gardens on adequate and healthy food: a systematic review. *Public Health Nutrition*. 2018;21(2):416–25.
 82. Garcia MT. Hortas urbanas e a construção de ambientes promotores da alimentação adequada e saudável [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2016.
 83. Fragelli TBO, Günther IA. A promoção de saúde na perspectiva social ecológica. *Rev. bras. promoç. saúde* (Impr.). 2008;21(2).
 84. Sallis JE, Owen N, Fisher EB. Ecological models of health behavior. In: Glanz K, Rimer BK, Viswanath K, editores. *Health behavior and health education: theory, research, and practice*. John Wiley & Sons: San Francisco; 2008.
 85. Canesqui AM. Pesquisas qualitativas em nutrição e alimentação. *Rev. nutr*. 2009;22(1):125-39.

Sistemas alimentares inter-relacionados e coexistentes em regiões metropolitanas

Larissa Loures Mendes^I, Milene Cristine Pessoa^{II},
Luana Lara Rocha^{III}, Mariana Zogbi Jardim^{IV}, Melissa Luciana de Araújo^V

Os sistemas alimentares englobam todas as pessoas e suas atividades conectadas que adicionam valor à produção, agregação, processamento, distribuição, consumo e descarte de alimentos provenientes da agricultura, silvicultura e pesca. Esses sistemas também estão integrados a diversos aspectos do ambiente econômico, social e natural mais amplo em que estão inseridos¹. Uma diversidade de sistemas alimentares coexiste atualmente no mundo, e se diferenciam pela forma de organização da produção, distribuição (disponibilidade, acesso físico, acesso econômico, promoção, publicidade e informações, qualidade e segurança alimentar), consumo e manejo de resíduos e sobras de alimentos^{2,3}.

O modelo hegemônico vigente do sistema alimentar, é amplamente baseado na agricultura industrializada e na produção em larga escala. Grandes corporações agroindustriais exercem um domínio significativo

-
- I Larissa Loures Mendes é nutricionista, professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). larissa.mendesloures@gmail.com
- II Milene Cristine Pessoa é nutricionista, professora adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). mileneppessoa@gmail.com
- III Luana Lara Rocha é nutricionista, doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). luanalararocha@gmail.com
- IV Mariana Zogbi Jardim é nutricionista, doutoranda em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). zogbij@gmail.com
- V Melissa Luciana de Araújo é nutricionista, doutoranda em Saúde e Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS). melissaluciana20@gmail.com

sobre a cadeia de suprimentos alimentares, desde a produção até a distribuição e comercialização dos alimentos. Essas empresas, muitas vezes, adotam práticas intensivas que incluem o uso extensivo de agrotóxicos, monoculturas, criação intensiva de animais e manipulação genética, resultando na degradação ambiental, insegurança alimentar e nutricional da população e na ocorrência da Síndrome Global (combinação sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas)^{1,4,5}. Dessa forma, para enfrentar os desafios atuais relacionados à alimentação e nutrição, meio ambiente e justiça social, a transição para sistemas alimentares sustentáveis e justos é essencial para a saúde humana e planetária⁶.

A transição para sistemas alimentares sustentáveis e justos, que dialoguem com a regeneração da natureza, com a economia circular e um redesenho dos alimentos, refere-se a uma mudança significativa no atual modelo de produção e consumo de alimentos, com o objetivo de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promover a saúde, preservar o meio ambiente e promover a justiça social, resultando na produção de alimentos de forma sustentável, respeito à natureza e à cultura dos povos e aproximação do produtor com o consumidor^{1,4,6,7}. Essa transição implica na adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, como a agroecologia, a diversificação de cultivos, a supressão do uso de agrotóxicos e a promoção da agricultura familiar e de pequena escala^{4,6}. Além disso, atua com potencial de aprimorar as diretrizes da promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito das políticas públicas de saúde e SAN, por meio da promoção da sustentabilidade ambiental, acesso equitativo aos alimentos, saúde e bem-estar, participação e empoderamento das comunidades e educação alimentar e nutricional. Essas abordagens contribuem para a construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis, sustentáveis e socialmente responsáveis. Nesse sentido, movimentos de defesa da agricultura familiar, a formação e fortalecimento de redes locais de abastecimento, o estímulo à prática e consumo de alimentos que são produzidos segundo os princípios da agroecologia são capazes de impulsionar sistemas alimentares sustentáveis e justos^{2,8,9}.

O relatório do *High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition* (HLPE, publicado em 2017²), define sistemas alimentares susten-

táveis como um sistema que visa a garantia da SAN para todos, satisfazendo as necessidades atuais sem comprometer a capacidade de suprir as demandas das gerações futuras, levando em consideração aspectos econômicos, sociais e ambientais. A adoção das dimensões econômicas, sociais e ambientais na definição dos sistemas alimentares sustentáveis teve como referência Blay-Palmer e colaboradores¹⁰, que consideram:

- Dimensão econômica: essencial que sistemas alimentares sustentáveis sejam construídos com base na premissa de manter atividades econômicas equitativas. Isso envolve fortalecer circuitos curtos de produção e distribuição, incentivar redes alimentares alternativas, cooperativas e comunidades que apoiam a agricultura, além de promover outras formas de colaboração e cooperação;
- Dimensão social: sistemas alimentares sustentáveis devem abranger o direito à alimentação, garantir a segurança alimentar e nutricional, promover a democracia alimentar, estabelecer práticas de trabalho justas, buscar a equidade de gênero, fomentar a conectividade social, respeitar a autodeterminação cultural e garantir o acesso aos recursos naturais, como a terra;
- Dimensão ambiental: sistemas alimentares sustentáveis devem adotar métodos de produção ecológicos, valorizando a agroecologia, a biodiversidade e os recursos renováveis. Também devem preservar a qualidade do solo, da água e de outros recursos naturais, e avançar em direção a sistemas alimentares regenerativos de ciclo fechado.

A adoção de métodos de produção ecológicos é elemento-chave para a transição para sistemas alimentares sustentáveis e justos e, nessa discussão, a agroecologia ganha destaque como prática agrícola sustentável e que dialoga com os preceitos desse modelo de sistema alimentar. O conceito de agroecologia possui diferentes vertentes e não se resume apenas a um diálogo político e de movimentos sociais, mas também en-

global um conjunto de práticas de cultivo sustentável¹¹. Dessa forma, a agroecologia encontra-se pautada sob alguns princípios que consideram a integração com a natureza, a justiça e a dignidade das pessoas e dos outros seres vivos inseridos no processo de produção de alimentos. Um alimento agroecológico perpassa vertentes ambientais, culturais, econômicas e políticas e se torna coerente ao desenvolvimento de sistemas agrícolas que evidenciem o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA)¹². Nesse sentido, a produção orgânica de base agroecológica torna-se imprescindível à formação e fortalecimento dos **sistemas alimentares descentralizados**, em que há uma relação próxima entre o produtor e consumidor, capaz de reduzir os custos econômicos e ambientais com o deslocamento^{3,13,14}.

Definição de Sistemas Alimentares Descentralizados

Os sistemas alimentares descentralizados referem-se à forma como a produção, circulação e consumo de alimentos são organizados em diferentes localidades. Esses sistemas são influenciados por dinâmicas sistêmicas em níveis local, nacional e internacional, envolvendo uma variedade de atores sociais, conflitos e processos decisórios que ocorrem em várias escalas³.

Nesse sentido a agroecologia pode ser vista como uma tipologia de **agricultura urbana e periurbana** - ou seja, aquelas realizadas nos espaços urbanos e de regiões adjacentes que envolvem suas comunidades, instituições, sistemas e economias, a fim de atender às necessidades específicas de populações locais e regionais, contribuindo para as dinâmicas de abastecimento alimentar como uma alternativa econômica, ambiental e socialmente sustentável e na manutenção do sistema alimentar tradicional, como proposto pelo relatório HLPE², que identifica a existência dos sistemas alimentares tradicionais, em que prevalecem alimentos sazonais *in natura* ou minimamente processados, produzidos por pequenos agricultores visando o autoconsumo e/ou comercialização por meio de circuitos curtos e locais, não raro informais, envolvendo pou-

ca publicidade, divulgação ou mesmo selos de qualidade². Para além, a manutenção das dinâmicas de abastecimento alimentar em consonância com os sistemas alimentares tradicionais, principalmente em um país em que mais de 80% da população reside nas cidades¹⁵, pode ser capaz de atuar na modificação de paisagens urbanas inseridas em contextos de **desertos alimentares**.

Definição de Agricultura Urbana

A agricultura urbana abrange um conjunto de atividades multidimensionais, englobando produção, transformação e serviços relacionados à agricultura, com o objetivo de gerar produtos agropecuários de forma sustentável. Essas atividades podem ocorrer tanto nos espaços dentro das cidades como nos arredores, estando diretamente ligadas às dinâmicas urbanas e à gestão territorial e ambiental¹⁶. Conforme a definição proposta pelos autores Santandreu e Lovo¹⁶, a agricultura urbana também valoriza e respeita diferentes tipos de conhecimentos, sejam eles científicos ou populares, além de promover a equidade de gênero e a criação de espaços democráticos. A participação ativa da população em processos decisórios contribui para a gestão social e ambiental das cidades.

O que são desertos alimentares e qual a sua relação?

Os desertos alimentares são caracterizados por regiões urbanas vulneráveis em que há baixa ou nenhuma disponibilidade de alimentos saudáveis¹⁷ e podem contribuir para a precarização da saúde e bem-estar dos indivíduos. De modo a transformar os espaços das cidades e diminuir as situações de insegurança alimentar que são vistas no contexto dos desertos alimentares, alternativas como a implementação de hortas urbanas e periurbanas que adotem meios de produção agroecológicos são estratégias para se alcançar a garantia do DHAA.

Alimentação Adequada e saudável

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, uma alimentação adequada e saudável é aquela capaz de garantir o acesso regular, permanente e de forma justa aos alimentos, que respeite os aspectos sociais e biológicos dos indivíduos e que seja capaz de referenciar a cultura alimentar e demais dimensões às quais as populações encontram-se inseridas e, além disso, que seja capaz de fomentar sistemas alimentares sustentáveis¹⁸. Alimentos *in natura* e minimamente processados que incluam aspectos sociais como a autonomia dos agricultores em sua produção e que sejam eficazes no cultivo e manejo do solo são capazes de fortalecer esses sistemas curtos e sustentáveis. Desse modo, fomentar a agricultura urbana e periurbana, além de contribuir para a prática da alimentação saudável, também é capaz de atuar no manejo da paisagem urbana ao se utilizar de terrenos abandonados e ociosos para a produção de alimentos e de atenuar as áreas de desertos alimentares.

Pequenos produtores de alimentos, principalmente aqueles que comercializam produtos frescos, provenientes da agricultura familiar e local, são, muitas vezes, negligenciados quanto à capacidade de modificar o contexto urbano no qual se encontram inseridos, entretanto, esses pequenos comércios são importantes estratégias que podem ser implementadas para a comercialização de alimentos que sejam nutricionalmente adequados e culturalmente apropriados à realidade da população, além de favorecerem a **economia circular**¹⁹.

Nessa perspectiva, a produção local de alimentos pode ser entendida como aquela em que há comercialização direta entre os consumidores e em que há preservação da identidade da propriedade de onde o alimento é produzido. Muitas vezes a produção local é aquela localizada próxima aos municípios metropolitanos e que fortalece as cadeias curtas de produção e sistemas alimentares descentralizados^{3,20}.

O que é economia circular?

A economia circular é um conceito que se baseia na ideia de eliminar o desperdício e maximizar o uso eficiente dos recursos. Em vez de seguir o modelo linear tradicional de produção, no qual os materiais são extraídos, transformados em produtos e descartados após o uso, a economia circular propõe um sistema em que os produtos são projetados para serem duráveis, reparáveis e recicláveis. Além disso, busca-se a reutilização, a recuperação e a reciclagem dos materiais para criar um ciclo contínuo de produção e consumo^{21,22}.

No contexto do sistema alimentar, a economia circular pode envolver a redução do desperdício de alimentos, o reaproveitamento de subprodutos e resíduos da indústria alimentícia para outros fins, como a produção de biogás ou adubo orgânico, e a criação de sistemas de produção mais integrados e sustentáveis, como a agricultura urbana e a compostagem^{21,22}.

Com a pandemia de covid-19 e a necessidade de realizar o distanciamento social, a produção local de alimentos foi valorizada, de modo a destacar a agricultura familiar e os sistemas alimentares sustentáveis, promovendo a economia local por meio do comércio de alimentos de forma direta com o consumidor, dando destaque às cadeias curtas de abastecimento e evidenciando que sistemas de produção sustentáveis e descentralizados são possíveis mesmo nas em regiões urbanas densamente povoadas, como as metropolitanas.

As regiões metropolitanas são conjuntos de municípios no entorno de metrópoles e, apesar de serem cenários de desigualdades, apresentam grande potencial para a condução de práticas agroecológicas. A Região Metropolitana e o Colar Metropolitano de Belo Horizonte, Minas Gerais (RMBH) são um grande exemplo de iniciativas de produção agroecológica. Em 2020 e 2021, o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mapeou cerca de 1.000 iniciativas individuais, coletivas, familiares e empresariais para a produção de alimentos de forma saudável e sustentável na RMBH²³.

Dentre elas destaca-se a Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (PMI-SAN) que, apesar de não estar em pleno funcionamento devido a decisões políticas, tem o objetivo de integrar a produção, abastecimento e consumo de alimentos na região metropolitana por meio de programas que discorrem e avançam na descentralização e reorganização do sistema alimentar²³. A PMI-SAN é composta por cinco programas: Programa de Apoio às Atividades Rurais; Programa de Apoio às Atividades de Abastecimento; Programa de Agricultura Urbana e Periurbana; Programa de Promoção do Consumo Alimentar Saudável e Sustentável; e Programa de Promoção da Qualidade de Vida no Meio Rural. Esses programas têm como objetivo apoiar as atividades no campo, com ênfase na agricultura familiar, fornecer alimentos de qualidade a preços acessíveis, combater a fome e a desnutrição, promover o consumo consciente de alimentos, incentivar a agricultura urbana e melhorar a qualidade de vida da população rural na RMBH. Eles buscam criar alternativas para a integração entre as áreas rural e urbana por meio de programas e projetos que atuem na produção, no abastecimento e no consumo de alimentos.

Para além do incentivo à produção, a comercialização e o escoamento da produção também são tópicos importantes a serem discutidos. Com o intuito de incentivar a aquisição e o consumo dos alimentos, produzidos na RMBH, diversas formas de comercialização são adotadas. Inspirando e contribuindo na formação de iniciativas de escoamento da produção, o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ/UFMG atua desde 2013 na caracterização e mapeamento das agriculturas da RMBH²⁴, reunindo diversas experiências que são exemplos de articulação de agricultores e processadores que produzem e comercializam na região de uma forma já estruturada²³. Dentre as experiências destacam-se a Rede Sisal - Circuito de Comercialização Solidária da Agricultura Familiar e Urbana, a Cooperativa da Agricultura Camponesa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (COOPERANA), a Associação Amanu - Educação, Ecologia e Solidariedade, a Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) Nossa Horta e a Feira da Agricultura Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte. Para conhecer mais sobre essas ações, veja o quadro abaixo.

Quadro 1. Descrição das experiências de comercialização de alimentos agroecológicos e orgânicos produzidos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Experiências de Comercialização na Região Metropolitana de Belo Horizonte	Descrição da Experiência	Contato e Redes Sociais
<p>Rede Sisal - Circuito de Comercialização Solidária da Agricultura Familiar e Urbana</p>	<p>A Rede Sisal surgiu através da união de organizações da agricultura familiar urbana para gestão da Central de Abastecimento da Agricultura Familiar Urbana (CAFA). A Rede conta com organizações de agricultores produtores que possuem autonomia para produzir, precificar e comercializar seus produtos, com suporte da CAFA para logística de distribuição.</p>	<p>Instagram: @redesisal</p>
<p>Cooperativa da Agricultura Camponesa da Região Metropolitana de Belo Horizonte</p>	<p>Organização de produtoras e produtores da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano, organizada dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como principal objetivo organizar o processo de produção e a comercialização das áreas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária na região, visando também agregar valor à produção dos territórios.</p>	<p>Instagram: @cooperativacooperana</p>

<p>Associação Amanu - Educação, Ecologia e Solidariedade</p>	<p>Associação de famílias e comunidades de agricultores de Jaboticatubas/ Minas Gerais, que seguem os pilares da agroecologia e da educação popular, que se uniram para comercializar sua produção através de grupos de compras organizados por aplicativo de conversas virtuais, atendendo as cidades Jaboticatubas, Santa Luzia e Belo Horizonte com entregas semanais.</p>	<p>Instagram: @raizesdaocampojabo</p> <p>Facebook: /faceamanu</p> <p>Youtube: /associacaoamanu</p>
<p>Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) Nossa Horta</p>	<p>CSA é um modelo de colaboração no qual agricultores e consumidores se tornam coprodutores, assumindo conjuntamente as responsabilidades, riscos e benefícios da agricultura. Por meio do pagamento de uma cota fixa mensal, os produtores recebem regularmente cestas com produtos agrícolas, seja de forma semanal ou quinzenal. O CSA Nossa Horta conta com produtores do Sítio das Mangueiras, em Florestal, e do Projeto Vista Alegre, em Capim Branco, cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. As entregas são realizadas semanalmente, partindo do Museu das Minas e do Metal, localizado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, onde ocorre a montagem das cestas.</p>	<p>Instagram: @csanossahorta</p> <p>@sitiodasmangueirasagrofloresta</p> <p>@projetovistaalegre</p>

Feira da Agricultura Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte	A Feira é composta por agricultores que adotam os princípios da agroecologia, ou que estejam em processo de transição, que passam por uma seleção através de um edital de chamamento público. O projeto é coordenado pela Gerência de Apoio ao Abastecimento e Comercialização da Prefeitura de Belo Horizonte, que tem o objetivo de promover a implementação de circuitos curtos de produção, promover a agricultura familiar e facilitar o acesso a alimentos saudáveis e agroecológicos a preços justos, ao mesmo tempo em que busca reduzir o desperdício de alimentos. A Feira ocorre semanalmente em diversos pontos da cidade.	Site: https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/comercializacao/feiras/feira-agricultura-urbana
-------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Anuário das Agriculturas Metropolitanas 2020/2021: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte²³.

Vale destacar que o incentivo por parte dos gestores municipais para a produção e comercialização de alimentos de base agroecológica e orgânicos é imprescindível para viabilizar a produção por famílias ou pequenos produtores, assim como, a comercialização com preços justos e competitivos com os preços usualmente praticados em hortifrutas convencionais.

Saiba mais

A Prefeitura de Belo Horizonte possui uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reconhecida e referência no Brasil. Conheça mais sobre ela e seus programas associados no site: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan>

Outra ação que aborda a agricultura urbana e promoção da saúde é a iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz, em que visa mapear experiências com grupos de agroecologia nas regiões metropolitanas a fim de refletir o cenário nacional brasileiro e os atravessamentos provocados pelas dimensões de raça/cor, gênero e justiça ambiental no que tange à produção de alimentos²⁵. Além disso, esse mapeamento e sistematização de experiências em saúde e agroecologia fornece subsídios para o Agroecologia em Rede, um sistema de informações sobre agroecologia que reúne experiências, dados e informações sobre temas relacionados à produção justa de alimentos, mostrando a importância da mobilização de redes e de ações articuladas²⁶.

No âmbito Federal, o **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**, instituído pela Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, visa estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades, a fim de aproveitar as áreas ociosas e fomentar a comercialização de alimentos saudáveis. Propostas de implementação da produção de alimentos de base agroecológica são encaminhadas pelos entes interessados e avaliadas em editais de chamada pública. Esse programa fornece recursos financeiros que apoiam a aquisição de material para implementação e desenvolvimento de unidades produtivas e para atividades de capacitação que promovam a segurança alimentar²⁷.

Saiba mais sobre o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana

Como solicitar participação no programa?

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, incluindo consórcios públicos, juntamente com entidades privadas, organizações da sociedade civil e outras entidades, têm a possibilidade de acessar o programa através da participação em editais que oferecem apoio para a implementação de ações de agricultura urbana, de acordo com a legislação atual.

Como obter acesso?

Os Editais são divulgados no Portal do Ministério da Cidadania e no Diário Oficial da União. Os interessados devem apresentar suas propostas no Portal de Convênios, onde serão avaliadas de acordo com as regras estabelecidas no Edital.

Quais recursos financeiros os entes federados podem solicitar para apoio?

- Despesas de capital: aquisição de equipamentos permanentes para estabelecer unidades de produção.
- Despesas de custeio: aquisição de materiais de consumo (insumos) para o desenvolvimento das unidades de produção, bem como para atividades de capacitação dos beneficiários diretos envolvidos. As atividades de capacitação devem estar relacionadas às atividades propostas e aos temas de segurança alimentar.

Acesse: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>

Nesse sentido, é importante ressaltar o papel das hortas urbanas e periurbanas na formação de cidades mais verdes e sustentáveis, sendo uma forma de democratizar o acesso aos alimentos saudáveis e propor espaços para a convivência humana com a natureza, contribuindo para a garantia da SAN. Sistemas alimentares sustentáveis, justos e descentralizados nas regiões metropolitanas representam uma alternativa aos modelos convencionais de produção e consumo de alimentos, buscando promover a segurança alimentar e nutricional, a justiça social, a proteção ambiental e a valorização das comunidades locais.

Referências

1. Nguyen H. Sustainable food systems: Concept and framework [internet]. FAO; 2018 [acesso em 10 jan 2023]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca-2079en/CA2079EN.pdf>.
2. FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: FAO;2017.
3. Maluf RS. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [internet]. 2021;59(4):e238782. Doi: doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782
4. FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: FAO; 2019.
5. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR, et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission Report. *Lancet* 2019;393:791-846.
6. Rampalli KK, Blake CE, Frongillo EA, et al. Why understanding food choice is crucial to transform food systems for human and planetary health. *BMJ Global Health*. 2023;8:e010876.
7. Borsatto RS. Agroecologia e a construção de um sistema alimentar contra-hegemônico. In: Fontanetti A, Sais AC, Montebello AES, Rossi F, Marjotta-Maistro MC, Forti VA, organizadores. *Caderno Comunica - volume 1* [internet]. Editora Científica Digital; 2022 [acesso em 20 maio 2023]. p. 83-90. Doi: [10.37885/220508938](https://doi.org/10.37885/220508938)
8. Herrero M, Thornton PK, Mason-D’Croz D, Palmer J, Bodirsky BL, Pradhan P, et al. Articulating the effect of food systems innovation on the sustainable development goals. *Lancet Planet. Health* [internet]. 2021;5(1):e50-e62. doi: [10.1016/S2542-5196\(20\)30277-1](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(20)30277-1).
9. Paula NFD, Bezerra I, Paula NM. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. *Saúde debate*. 2022;46(spe2):262-76.
10. Blay-Palmer A, Carey R, Valette E. et al. Post COVID 19 and food pathways to sustainable transformation. *Agric Hum Values* [internet]. 2020; 37:517-519. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10051-7>.
11. Loconto AM, Garrido-Garza F, Dufeu I. Innovations for Sustainable Food

- Systems: Focusing on Agroecology and Participatory Guarantee Systems. *Journal of Rural Problems* [internet]. 2023;59(1):37-44. doi: 10.7310/arfe.59.37.
12. FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Os princípios da agroecologia rumo a sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis [internet]. 2018 [acesso em 4 maio 2023]. Disponível em: <https://www.fao.org/agroecology/database/detail/fr/c/1247436/>.
 13. Renting H, Marsden TK, Banks J. Understanding Alternative Food Networks: Exploring the Role of Short Food Supply Chains in Rural Development. *Environ Plan A*. 2003;35(3):393-411.
 14. Maluf RS, Luz LF. (2017). Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: Maluf RS, Flexor G, organizadores. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers. p. 214- 224-193.
 15. FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Urban and peri-urban agriculture sourcebook [internet]. FAO; 2022 [acesso em 4 maio 2023]. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb9722en>.
 16. Santandreu A, Lovo IC. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2007.
 17. Cummins S, Macintyre S. Food deserts: evidence and assumption in health policy making. *BMJ*. 2002;325(7361):436-8.
 18. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2 ed. Brasília (DF); 2014.
 19. Wright JD, Donley AM, Gualtieri MC, Strickhouser SM. Food Deserts: What is the Problem? What is the Solution? *Society*. 2016;53(2):171-81.
 20. Azevedo ED. O Ativismo Alimentar na Perspectiva do Locavorismo. *Ambient soc*. 2015;18(3):81-98.
 21. Coelho A. Sustentabilidade a circular como economia circular? Como um modelo econômico pode primar pela sustentabilidade. *The overarching issues of the european space - preparing the new decade for key socio-economic*. Porto: 2018.
 22. Fundação Ellen MacArthur. *O grande redesenho de alimentos: regenerando a natureza com a economia circular*. 2021.
 23. UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências.

Auê! Estudos em Agricultura Urbana. Anuário das agriculturas metropolitanas 2020/2021: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG; 2022.

24. Almeida DAO, Melgaco L, Alencar VGSL, Ferreira CM, Araújo ML, Nardini PCC, et al. Um diálogo entre a agroecologia e a agricultura urbana em regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Agroecologia* [internet]. 2018;13:168-80.
25. Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz. Projeto da Fiocruz aborda agricultura urbana, direito à cidade e promoção da saúde [internet]. 2023 [acesso em 10 mai 2023]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/projeto-da-fiocruz-aborda-agricultura-urbana-direito-cidade-e-promocao-da-saude>
26. Soares LP, Búrigo AC, Souza NA. Tecendo redes de experiências em saúde e agroecologia: resultados e reflexões a partir da sistematização de iniciativas construídas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Rio de Janeiro: Fiocruz; 2022.
27. Ministério do Desenvolvimento Social (BR). Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. *Diário Oficial União*. 9 fev 2018; Seção 1:64.

Territórios saudáveis e sustentáveis: agriculturas urbanas, agroecologia e a produção do espaço urbano

**Heloisa Costa^I, Daniela Almeida^{II},
Diana Rodrigues^{III}, Marina Coimbra^{IV}**

Introdução

Busca-se discutir o papel e a importância das hortas urbanas e de iniciativas de produção agroecológica, preferencialmente aquelas surgidas a partir da organização coletiva de moradores/as - principalmente mulheres agricultoras urbanas - e redes de atores sociais tanto na promoção da saúde e da segurança alimentar de populações metropolitanas através da produção de alimentos agroecológicos, como na reinvenção de possibilidades alternativas, mais conectadas à natureza - especialmente à terra e à água - e mais sustentáveis de produção do espaço nas metrópoles brasileiras. A perspectiva por nós adotada de produção do espaço urbano, considera a identificação e análise dos diversos agentes sociais que produzem o espaço e assim disputam acesso à terra, seus interesses e conflitos. Nesse sentido, consideramos o direito humano à alimentação adequada como parte do direito à cidade.

-
- I Heloisa Costa (hsmcosta@ufmg.br) é arquiteta-urbanista, doutora em Demografia, professora titular do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora de produtividade em pesquisa do CNPq e coordenadora do Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG.
- II Daniela Almeida (daniadil.aue@gmail.com) é bióloga, doutora em Geografia e coordenadora do Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG.
- III Diana Rodrigues (nutridianarodrigues@gmail.com) é nutricionista, pesquisadora do Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG e presidenta do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte.
- IV Marina Coimbra (marinaribeirocsa2014@gmail.com) é cientista socioambiental, mestranda em geografia e pesquisadora do Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG.

Para Lefebvre¹, o direito à cidade envolve não apenas o direito à habitação, infraestrutura e serviços, mas também o direito à apropriação do espaço, ao usufruto do centro e seus benefícios, à festa, à urbanidade que caracteriza a vida urbana, à cultura e ao lazer, e aqui acrescentamos o direito à alimentação de qualidade, à saúde coletiva e ao bem-estar. A agricultura urbana constitui uma atividade inerente ao espaço urbano, realizada por pessoas que devem ser consideradas como agentes na produção do espaço urbano, que lutam pela cidade, como uma ação política pelo direito de participação na construção dessa obra coletiva e de apropriação desse bem comum. Entendemos que tal concepção guarda uma profícua convergência com a noção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, oriunda do campo da saúde² que dialoga com outros campos das ciências humanas, entre os quais a geografia. A dimensão territorial é central nessa abordagem, dialogando com o conceito de território usado de Milton Santos^{v3} que supõe a apropriação do território por seus habitantes, mobilizando perspectivas de enraizamento e identidade potencializadoras de transformações sociais mais amplas, inclusive de valores e hábitos.

Atualmente, pode-se dizer que as hortas urbanas comunitárias integram o campo mais amplo da agricultura urbana, que vem ganhando visibilidade no Brasil e tem sido cada vez mais referenciada como pauta e prática de organizações e movimentos populares, bem como objeto de políticas públicas.

No Brasil podemos destacar algumas abordagens mais expressivas para a agricultura urbana: inicialmente como estratégia de combate à fome e à insegurança alimentar, além da geração de renda, constituindo muitas vezes uma questão mais emergencial do que estrutural. Uma segunda abordagem articula a agricultura urbana com políticas sociais e ambientais urbanas, privilegiando soluções técnicas e operacionais com vistas à constituição de formas mais sustentáveis e ambientalmente adequadas de uso da terra urbana, propiciando o aumento de áreas verdes e permeáveis, da biodiversidade e crescentemente vista como importante medida de adaptação às mudanças ambientais, em particular às climá-

V Segundo o autor o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, identificados como espaços do acontecer solidário

ticas, entre outros aspectos associados à paisagem e à ecologia nos ambientes construídos. Uma terceira abordagem incorpora dimensões mais políticas, de autonomia, de soberania, de valorização de saberes e práticas tradicionais ou ancestrais usualmente desconectadas do cotidiano da urbanização, que reafirmam o direito à cidade e à alimentação, especialmente quando atreladas ao movimento agroecológico. Entretanto, como de modo geral o movimento agroecológico está centrado na construção de plataformas políticas para o desenvolvimento rural, das águas e das florestas, sua articulação com a realidade metropolitana e com os sujeitos e grupos que aí se encontram é ainda pontual e merece ser ampliada de forma a incorporar a diversidade de territórios e contextos socioespaciais metropolitanos. Assim entendemos a agricultura urbana como uma prática da cidade e não apenas uma atividade localizada na cidade. A desejável articulação entre a agricultura urbana e a agroecologia da cidade (e da metrópole) - a agroecologia urbana em formação - representa “uma via para se repensar e se apropriar de espaços cotidianos e de dinâmicas socioespaciais em diferentes escalas, afirmando as cidades como espaços de luta pelas diferenças frente à padronização resultante da lógica urbano-industrial de produção do espaço urbano”⁴.

Partindo do referencial conceitual da agroecologia⁵⁻⁹ que anuncia alternativas à lógica capitalista de organização de sistemas alimentares - que provoca desigualdades sociais e impactos ambientais - diferenciamos as agriculturas urbanas orientadas/integradas a esta lógica, daquelas que integram culturas e ecossistemas locais, promovem condições dignas e justas de trabalho e saúde coletiva, constroem mercados solidários e interagem com lutas políticas já mencionadas, como o direito humano à alimentação adequada e saudável e o direito à cidade, estimulando a sociedade urbana a repensar a produção do espaço urbano, sua relação com a alimentação e com a natureza. Constituem, portanto, territórios saudáveis e sustentáveis, brechas para inovações e insurgências de práticas centradas na reprodução da vida. Tal abordagem encontra-se em consonância com o campo da saúde coletiva que realiza uma leitura crítica do campo mais estabelecido da saúde pública identificada com a sociedade industrial, com a construção de uma nova estrutura urbana e com a produção de estratégias preventivas, embora tenha contribuído também para uma crescente medicalização do espaço social^{VI 10}.

VI Para o autor trata-se de um deslocamento da problemática da saúde centrada quase que exclusivamente no

Toma-se como recorte territorial o município de Belo Horizonte, em interação com dinâmicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que registra nos últimos 10 anos um crescimento significativo de experiências ligadas ao movimento agroecológico. A RMBH é composta por 34 municípios e uma população de quase 6 milhões de habitantes, sendo mais de 40% destes concentrados no município sede. Trata-se de uma região de encontro de dois biomas, Mata Atlântica e Cerrado, cujas marcas podem ser vistas em sua paisagem natural, de serras e mar de morros, na diversidade da vegetação, na qualidade do solo, entre outros fatores. Embora conhecida economicamente pela mineração de grande porte, pela indústria e pelos serviços, podem ser encontradas diversas iniciativas de produção de alimentos, muitas delas em bases agroecológicas, com importantes repercussões para a reprodução social da população, em termos de saúde, de estratégias de sobrevivência, de aprendizado social e de disseminação de tais práticas.

A RMBH registra uma trajetória de articulação entre planejamento urbano local e metropolitano, com propostas de políticas territoriais ligadas à produção de alimentos em pequena escala, em circuitos curtos de comercialização e organizada segundo princípios da economia popular e solidária e da segurança e soberania alimentar e nutricional. Evidência disto pode ser encontrada na experiência de mais de uma década de planejamento metropolitano, realizada a partir de nossa universidade em colaboração com movimentos sociais, setores governamentais e instituições de planejamento, consolidando um importante laboratório de pesquisa e ação. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI/RMBH - propôs uma política de segurança alimentar de amplo alcance com importantes reatamentos territoriais e institucionais, que se fizeram visíveis na recente leva de Planos Diretores municipais de municípios metropolitanos, que desenvolveram propostas de zoneamentos agroecológicos para territórios rurais articulados com outros elementos da natureza, como a água e a biodiversidade, agrupados em torno do conceito de Trama Verde e Azul^{11,12}.

Estado, para o reconhecimento do poder instituinte da vida social, em seus vários planos e instituições, preconizada pela abordagem da saúde coletiva.

Baseamo-nos também na experiência acumulada pelo AUÊ – Grupo de Estudos em Agricultura Urbana^{VII}, no acompanhamento e desenvolvimento de iniciativas e práticas de agricultura urbana e organização de produtoras/es, por meio de processos de reflexão e aprendizagem coletiva, bem como na sistematização dos processos, das ações e práticas. Tal acervo abrange uma diversidade de trajetórias e práticas coletivas, fruto de formas distintas de organização social, situando-se em territórios que refletem diferentes formas de acesso à terra, à água, a insumos básicos e a políticas públicas. As experiências aqui selecionadas expressam a produção e disseminação de uma alimentação saudável, acessível para a população de forma segura e permanente. Elas são apresentadas em diálogo com três dimensões associadas à promoção da saúde: o saneamento, o cuidado, o direito à alimentação adequada, dimensões essas que orientam o projeto em curso denominado “Agricultura urbana agroecológica, direito à cidade e promoção da saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes”, gestado pela Agenda de Saúde e Agroecologia da Fio-cruz e participação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) e do Grupo AUÊ! desde 2021^{VIII}.

Breve trajetória das agriculturas urbanas, da agroecologia e do planejamento em Belo Horizonte e sua região

As manifestações das agriculturas na/da RMBH e em outras regiões metropolitanas são bastante diversas. Nosso entendimento ampliado de agricultura compreende as práticas agrícolas no sentido estrito, mas também pesca, criação, extrativismo e atividades de transformação, distribuição, comercialização e serviços. Há práticas que são anteriores ao processo de urbanização, integradas a dinâmicas territoriais tradicionais (quilombos, terreiros, terras indígenas, áreas de extrativismo, comunidades rurais, pesca, grandes propriedades, etc). Há práticas agrícolas que

VII Grupo de pesquisa, extensão e ensino, sediado no Instituto de Geociências da UFMG desde 2013. www.aueu-fmg.wordpress.com

VIII Pesquisa-ação sobre agricultura urbana a nível nacional, regional e municipal, buscando construir conhecimento em rede, via sistematização de informações sobre o contexto nacional, assim como iniciativas de mapeamento de redes de agroecologia urbana nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Florianópolis e Recife.

emergem junto com o processo de urbanização, como os quintais produtivos, os espaços coletivos de produção e os pequenos empreendimentos. Hoje, além da permanência e constante transformação dessas práticas, observam-se outras iniciativas relacionadas a diferentes dinâmicas urbanas contemporâneas, seja de luta por um lugar para viver na cidade e suas várias formas de apropriação do espaço, seja de integração/alinhamento à "economia verde" e outras formas de modernização ecológica¹³, seja como estratégia de resistência e sobrevivência da população frente a situações de fome e desemprego, recorrentes e aprofundadas pelo avanço do neoliberalismo e suas dinâmicas econômicas e socioespaciais na cidade.

São várias as manifestações das agriculturas^{IX} em diferentes contextos de urbanização na RMBH: são vários tipos de espaço - individuais, coletivos, institucionais (como hortas em escolas, hospitais, presídios, creches, casa de repouso), autônomos ou vinculados a movimentos sociais, programas e projetos públicos ou privados, hortas-vitrine que dão visibilidade à temática da alimentação, da saúde e do uso do espaço urbano, além da ampla gama de experiências de produção de alimentos em base familiar ou domiciliar que ocorrem em terras públicas, privadas, comunitárias, remanescentes, situadas em áreas formalmente urbanas ou rurais das metrópoles brasileiras. São também muitas as iniciativas de organizações sociais, redes e setores governamentais que têm produzido conhecimento e inovações no entendimento da relação entre questões urbanas e as agriculturas, em especial a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - organização pioneira do campo agroecológico, ativa em Belo Horizonte desde 1995; a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) - espaço inovador que conecta iniciativas desde 2004; a Associação Horizontes Agroecológicos - A.H.A^X - que tem organizado o processo de formalização da certificação participativa na RMBH. Somam-se também iniciativas das prefeituras municipais metropolitanas, tais como a criação inovadora e pioneira dos Centros de Vivência

IX Utilizamos esse termo "agriculturas" no plural para chamar a atenção para a diversidade de escalas, sujeitos, sistemas produtivos e motivações identificadas nas regiões metropolitanas.

X A Associação Horizontes Agroecológico, fundada em 2019, é uma associação sem fins lucrativos composta por agricultoras/es, processadoras/es e colaboradoras/es que buscam fomentar a agroecologia, viabilizar a certificação de produtos orgânicos através do Sistema Participativo de Garantia (SPG) e fortalecer a rede de produtoras/es orgânicos na RMBH e seu Colar Metropolitano.

Agroecológica (CEVAEs) em Belo Horizonte ainda em 1995¹⁴, o Centro Municipal de Agricultura Urbana Familiar (CMAUF) em Contagem em 2010, além da inserção da agroecologia no planejamento territorial municipal e metropolitano, já mencionado, entre outras iniciativas^{XI 115}.

No que se refere especificamente aos quintais produtivos e hortas comunitárias do município de Belo Horizonte, o Grupo AUÊ! acompanha, desde 2021, dinâmicas e práticas de produção, consumo e comercialização, realizadas por mulheres agricultoras e processadoras de alimentos^{XII}. O foco em ações junto a mulheres produtoras parte do reconhecimento da expressiva atuação das mulheres no campo da agricultura urbana e da agroecologia na RMBH, em experiências de produção, consumo e circulação de alimentos ou nas redes, movimentos sociais e instituições a elas relacionadas. Entretanto são identificados inúmeros desafios articulados a questões de gênero, afetando a autonomia socioeconômica e de saúde das produtoras, como a sobrecarga de funções expressa em duplas ou triplas jornadas de trabalho, dificuldades econômico-financeiras e pouca representatividade em espaços políticos formais e informais.

Tal processo se iniciou com o acompanhamento da utilização da Caderneta Agroecológica, um instrumento elaborado pelo CTA-ZM em parceria com o movimento de mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, utilizado para registro e mensuração da destinação da produção e/ou serviços pelas mulheres agricultoras agroecológicas. Na Caderneta as produtoras anotam o que foi vendido, doado, consumido, trocado e também os respectivos valores monetários e quantidades. Este instrumento e as metodologias de sua utilização¹⁶ foram desenvolvidos a partir da compreensão de que as mulheres agricultoras desempenham uma multiplicidade de trabalhos sistematicamente invisibilizados, sendo suas produções e contribuições muitas vezes não reconhecidas por suas famílias, comunidades, organizações de assistência técnica, poder público e sociedade em geral.

XI Muitas dessas experiências e iniciativas estão parcialmente sistematizadas no Anuário das Agriculturas da RMBH.

XII A ação conta com assessoria da REDE e apoios do Instituto PACS, do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), do GT Mulheres da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN/PBH) e do projeto “Perto das Mulheres, Perto da Terra”, executado pelo Grupo AUÊ!.



1 Exemplo de utilização da Caderneta Agroecológica desenvolvida pela ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em parceria com o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e com o Movimento de Mulheres do Leste de Minas

2 Modelo do Caderno de anotação, instrumento de registro do trabalho e da produção desenvolvido pelo Grupo AUÊ! a partir da experiência de acompanhamento das mulheres agricultoras tendo como ponto de partida as Cadernetas Agroecológicas e o Sistema Participativo de Garantia (SPG)

3 Preenchimento coletivo dos Cadernos de Anotação em encontro de agricultoras na Horta Comunitária Tudo Saudável, ano 2023.

Figura 01: Caderneta Agroecológica e Caderno de Anotação

Fonte: Sementes de Uma Economia Camponesa, Feminista e Agroecológica Presentes na Prática dos Quintais Produtivos das Mulheres Camponesas Do Mmc/Sc, Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, Edição Vol. 32, Núm. 60, 2023 e Acervo grupo AUÊ!/UFMG.

Ao longo do acompanhamento da Caderneta, em diálogo com as agricultoras, foram incorporados outros instrumentos e metodologias de registro da produção, circulação e consumo de alimentos agroecológicos - registro das entradas e custos da produção, diário de plantio e diário de manejo - para atender demandas do processo de certificação e garantia da confiança realizado Associação Horizontes Agroecológicos e seu Sis-

tema Participativo de Garantia da Produção Orgânica/Agroecológica da Região Metropolitana de Belo Horizonte (SPG RMBH)^{XIII}.

Atualmente, estão sendo por nós acompanhadas cerca de 30 mulheres agricultoras que integram Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias^{XIV} e quintais produtivos nas regiões Nordeste e Barreiro de Belo Horizonte, uma política de fortalecimento da auto-organização, autonomia e articulação entre as produtoras. Neste texto, compartilhamos algumas reflexões sobre seis dessas experiências em duas regiões de atuação. Na região Nordeste destacamos as experiências da Horta Comunitária Tudo Saudável, da Horta Comunitária Coqueiro Verde e de um quintal produtivo no bairro Ribeiro de Abreu. Na região Barreiro, as experiências da Horta da Alê - Ocupação Paulo Freire, da Horta Comunitária Vila Pinho e da Horta Comunitária Alto das Antenas.

XIII O SPG é um mecanismo de certificação orgânica do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica previsto no Decreto nº 6.323/2007, que regulamenta a Lei nº 10.831/2003 sobre a Agricultura Orgânica. A principal característica é o caráter participativo do processo de certificação orgânica, realizado pelas/os produtoras/es e colaboradoras/es que o integram, a partir de metodologias construídas para garantir a rastreabilidade e a confiabilidade da produção orgânica.

XIV A Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, fomenta Unidades Produtivas (UPs) Coletivas e Comunitárias de Agricultura Urbana fornecendo insumos para produção e apoio técnico, além de executar outros programas e projetos como a implementação de agroflorestas urbanas e de circuitos curtos de comercialização da agricultura urbana. Ver: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan>

Experiências de Mulheres Agricultoras Acompanhadas pelo AUÊ!/UFMG em Belo Horizonte-MG

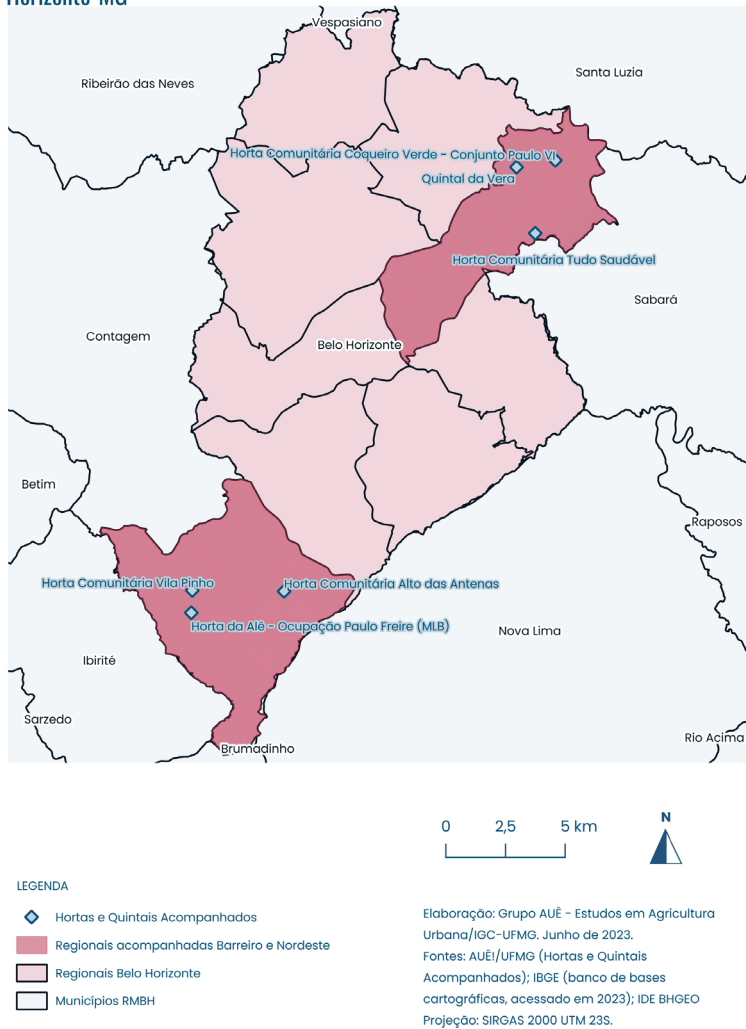


Figura 02 -Mapa de localização de experiências de mulheres agricultoras acompanhadas pelo Grupo AUÊ!
Fonte: Acervo Grupo AUÊ!/UFMG

Em 2021 foi publicada uma sistematização de informações sobre 41 Unidades Produtivas (UPs) Coletivas e Comunitárias de Agricultura Urbana, cadastradas, atendidas e apoiadas pela Subsecretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), em parceria com o Grupo AUÊ!¹⁷. As unidades produtivas apresentadas no presente texto estão entre essas experiências. Cabe ressaltar que a política adota o termo Unidade Produtiva Coletiva e Comunitária, para apontar que os sistemas produtivos são mais diversos do que hortas, compreendendo pomares, agroflorestas, farmácias vivas, criação animal, dentre outros, contemplando também outras formas organizativas que se identificam como coletivos. Além das Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias, trazemos também a experiência de um quintal produtivo, experiência de cultivo de frutíferas, horta e animais desenvolvida por uma agricultora no quintal de sua casa, para exemplificar as diferentes conexões entre dinâmicas e espaços coletivos e familiares que apontam os processos de produção e apropriação do espaço urbano.



Figura 03 – Mosaico de Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias e quintais produtivos de Belo Horizonte

Fonte: Acervo Grupo AUÊ!/UFMG

Promoção da saúde, segurança alimentar e nutricional, agroecologia e agriculturas urbanas: diálogos possíveis

A agricultura urbana agroecológica, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (SAN), segundo a legislação brasileira¹⁸, amplia as oportunidades para o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A produção agroecológica no espaço urbano, além de possibilitar a SAN também se articula ao paradigma da promoção da saúde, com base no conceito de saúde coletiva, considerando ações e conquistas sociais amplas por direitos, na busca não apenas do tratamento de doenças, mas na garantia de condições de vida dignas e saudáveis à população. Nesse contexto, compreender a promoção emancipatória da saúde e o enfrentamento das dificuldades sociais que afetam a saúde e a dignidade humana é necessário para alcançar o direito à cidadania e responsabilidade do Estado em garantir acesso à justiça social, sanitária, ambiental e cognitiva.

Através de ações que buscam estabelecer Territórios Saudáveis e Sustentáveis - TSS, considerando o território como base determinante social da saúde capaz de gerar efeitos transformadores, é possível gerar processos e vivências que tragam as especificidades e necessidades territoriais, alcançando a implementação de políticas públicas eficientes nos territórios. Ações que incentivam o cuidado individual e coletivo auxiliam na compreensão de pertencimento e possibilitam mudanças de hábitos de vida mais saudáveis¹.

Para tanto é preciso conhecer o território, considerando as necessidades de saúde da comunidade, para a construção de ações que sejam capazes de criar ou fortalecer redes de sujeitos coletivos e projetos de autonomia e cuidado com a natureza, considerando os conhecimentos e práticas já praticadas na comunidade.

Em relação à dimensão da construção e auto-organização dos sujeitos envolvidos no território, destacamos o relato da agricultora A.S.A, que integra uma UP:

“Quando se ocupa um espaço tem um prazo para começar a construir, organizar uma portaria para evitar invasões, as pessoas tem que vir morar no espaço ocupado, e às vezes quando eu chegava aqui não tinha comida para as crianças, aí organizamos uma creche, pois as crianças vão perder aula, e eu lá embaixo comprava um arroz e feijão e fazia o almoço para as crianças, e fazia para quem estava nas portarias, e aí eu comecei a entrar nesse ritmo e estou até hoje”.^{xv}

A alimentação adequada constitui um direito fundamental do ser humano, considerada inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, sendo um dever do poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promovê-la. De acordo com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, a alimentação deve se basear em alimentos provenientes de sistemas que promovem o uso sustentável dos recursos naturais, que produzem alimentos livres de contaminantes, que protegem a biodiversidade, que contribuem para a desconcentração das terras produtivas e para a criação de trabalho e que respeitem e aperfeiçoem saberes e formas de produção tradicionais, e a produção orgânica e/ou de base agroecológica.¹⁹

Deste modo o consumo de alimentos agroecológicos está relacionado a melhor qualidade da alimentação, possibilitando, muitas vezes, um olhar mais crítico para os sistemas alimentares. Já em relação ao processo de produção, a agroecologia está ancorada em princípios ecológicos e éticos, que se articulam ao direito à terra e território, às águas, ao saneamento, ao acesso à alimentação saudável e sustentável e aos modos de ser e fazer que consideram os conhecimentos culturais e tradicionais trazidos pela pluralidade de sujeitos que integram os sistemas agroalimentares. Ressaltamos que tais princípios estão presentes nas experiências por nós acompanhadas, buscando as transformações sociais necessárias aos processos de transição para a agroecologia, atravessadas por questões de gênero, raça/etnia e classe²⁰.

A agricultura convencional com uso em larga escala de agrotóxicos

XV Informação verbal: Fala de uma agricultora urbana durante um Encontro Territorial das mulheres agricultoras da regional Barreiro realizado pelo grupo AUÉ/UFMG.

e fertilizantes químicos, plantio de monoculturas, desmatamento, dentre outras práticas, traz inúmeros riscos à saúde da população e ao meio ambiente. Ainda que não seja usualmente associada aos contextos urbanos, a agricultura convencional e seus impactos estão presentes nos territórios metropolitanos, tanto na dimensão da produção, como na circulação e consumo de alimentos. É importante evidenciar que todos os agrotóxicos são tóxicos à saúde humana e ao meio ambiente, independente das classificações mais baixas de toxicidade e risco. São muitas as análises feitas em alimentos disponíveis para consumo humano e que apresentam resíduos de agrotóxicos acima do permitido e a presença de resíduos de agrotóxicos proibidos, provocando risco de intoxicação.

A necessidade da ampliação de ações que ecoem positivamente sobre os determinantes da saúde e nutrição é necessária, tendo a alimentação adequada e saudável um papel importantíssimo na promoção da saúde. São necessários políticas e programas públicos - que incorporem a dimensão da intersectorialidade - que fortaleçam a produção, o consumo e a circulação de produtos e alimentos agroecológicos também nos contextos urbanos, buscando articulação entre políticas urbanas e políticas no campo da saúde.

Ainda que as agricultoras que integram as UPs aqui discutidas apresentem diversas motivações e objetivos para a produção de alimentos, desde autoconsumo, comercialização, doação, terapia, lazer e fins medicinais, para avançar nas conexões entre o campo da agricultura urbana e o campo da saúde, nos referenciamos em três enfoques que vem sendo utilizados no já mencionado Projeto “Agricultura urbana agroecológica, direito à cidade e promoção da saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes”, quais sejam: o saneamento, o cuidado em saúde e o direito humano à alimentação adequada (DHAA).

O saneamento constitui um enfoque importante para o estabelecimento de conexões entre o campo da saúde e o campo da agricultura urbana por trazer questões como o acesso à água e a gestão dos resíduos. Das 6 experiências selecionadas, todas adotam práticas de compostagem, indicando caminhos para o enfrentamento de um sério problema na gestão das cidades. Com relação à água utilizada na produção, observamos que a maioria das experiências utilizam, nos seus sistemas produtivos,

água fornecida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG)^{XVI}. No caso das UPs Coletivas Comunitárias, a Prefeitura de Belo Horizonte assume o custo da água, o que não acontece com a experiência do quintal produtivo. A utilização de água potável representa uma segurança na qualidade dos alimentos, plantas medicinais de demais produções, mas no caso de experiências não apoiadas por políticas públicas, é um custo por vezes significativamente alto para ser mantido pelas agricultoras. Há situações tanto no município como na RMBH em que a qualidade da água utilizada não pode ser garantida, representando um risco para a saúde.

No enfoque referente aos cuidados em saúde, a produção e o uso de remédios caseiros e de plantas medicinais são dimensões importantes a serem consideradas. No processo de acompanhamento das agricultoras urbanas, melhorias no quadro de saúde mental são amplamente mencionadas nos depoimentos das mulheres. São recorrentes os relatos de melhora em quadros ansiosos e/ou depressivos após o contato com a terra e a produção de alimentos agroecológicos, além do bem estar. Conforme relata M.A.:

“pra mim é uma terapia, terapia que eu esqueço até de comida, o homem já fica preocupado lá [...] eu era muito estressada, quatro homem dentro de casa, só eu de mulher, só eu, quatro homens, meu marido e mais três filhos tudo solteiro dentro de casa. Só o mais velho que trabalha fora, os outros trabalham mas não é fichado. Então eu ficava muito estressada [...] me sinto bem feliz, alegre, você vê que você plantou o negócio de repente tá aquela fruta lá para você pegar”^{XVII}

“Quando fui convidada a vir pra cá (Unidade Produtiva) eu tinha depressão. Ficava só dentro de casa, sentia dores horríveis. Eu ia pro médico de 15 em 15 dias, depressão, fibromialgia. Cheguei aqui na horta, graças a Deus, acabou tudo, tô feliz”.^{XVIII}

XVI Sociedade de economia mista responsável pelo abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em Belo Horizonte e outros municípios mineiros

XVII Informação verbal: Fala de uma agricultora urbana durante uma Visita a Campo à uma Unidade Produtiva da Regional Nordeste realizada pelo grupo AUÊ/UFMG.

XVIII Informação verbal: Fala de uma agricultora urbana durante um Encontro Territorial das mulheres agricultoras da regional Barreiro realizado pelo grupo AUÊ/UFMG.

Entretanto, é importante destacar também os desafios presentes nas atividades de agricultura, como queixas de dores devido a esforços físicos constantes e a não utilização de equipamentos de proteção individual.

Considerando os temas prioritários da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS) tem-se a alimentação adequada e saudável, nosso terceiro enfoque, que compreende promover ações relativas à alimentação adequada e saudável, visando à promoção da saúde e à segurança alimentar e nutricional, contribuindo com as ações e metas de redução da pobreza, com a inclusão social e com a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável; e a promoção do desenvolvimento sustentável, que compreende promover, mobilizar e articular ações governamentais, não governamentais, nos diferentes cenários, como cidades, campo, bairros, territórios, comunidades, habitações, e outros, permitindo a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável na produção social da saúde em articulação com os demais temas prioritários²¹.

O DHAA, que se articula às abordagens da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar e do acesso a comida de verdade, traz a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, na perspectiva de ampliar a autonomia das agricultoras urbanas na escolha da sua alimentação, enquanto pessoas ativas na produção da sua saúde e da saúde comunitária, atuando nos fatores que as determinam e fortalecem suas práticas de autocuidado²².

Nas experiências acompanhadas é expressivo o consumo dos alimentos pelas agricultoras e suas famílias e, em muitos casos, o consumo é apontado como estratégia de enfrentamento da fome, como um aporte à economia doméstica e como acesso a alimentos diversos e saudáveis. Isso é perceptível em diversos relatos das agricultoras, como os que se seguem de M.A e A.M:

“Desde o meio do ano passado que eu não compro limão mais [...] ajuda muito porque já produz para a gente comer, a gente tá poupando dinheiro de muito lado. A gente contando o que tá comendo, a gente tá comendo mais coisa da horta do que comprada. Então vale a pena plantar [...] imagina se

a gente fosse comprar isso tudo que nós come no mercado, ia sair tão caro”^{XIX}

“[...] quando eu ganhei essa horta falei meu deus do céu, vou pegar porque tem hora que a gente não tem o dinheiro pra comprar o miúdo, agora você vê que eu não compro uma couve, não compro a cebola, não compro uma mostarda, não compro nada, tudo que eu planto, que eu quero eu tenho.”^{XX}

Além do consumo, outras relações econômicas - troca, doação e comercialização - se estabelecem e potencializam o acesso à alimentação nos territórios. Através das doações se estabelecem redes de apoio e solidariedade entre as hortas comunitárias e comunidades no entorno, por exemplo. As trocas de alimentos e produtos contribuem para estreitar os laços de vizinhança e para fortalecer relações de reciprocidade entre iniciativas de agroecologia em diferentes territórios metropolitanos.

Quanto à comercialização, são diversas as situações encontradas em cada experiência, tanto em relação à quantidade de canais de comercialização acessados, quanto às dinâmicas estabelecidas em cada um deles - organização, territorialidade, logística e precificação. Observa-se que existem diferentes contextos de comercialização, com iniciativas mais estruturadas, acessando mais mercados ou inseridas em circuitos que garantem maior estabilidade e renda, e outras que enfrentam mais dificuldades no acesso a mercados e/ou na manutenção dos processos de comercialização.

Dentre os tipos de mercados acessados pelas agricultoras, podem ser mencionados: venda de alimentos nas unidades produtivas, venda porta a porta, encomendas, venda de cestas, feiras organizadas pelo poder público e feiras organizadas a partir de iniciativas autogestionadas por produtores e consumidores. Cabe destacar que os canais de comercialização nas redondezas das residências e/ou unidades produtivas - mercadinho local, venda em casa, venda porta a porta e venda na

XIX Informação verbal: Fala de uma agricultora urbana durante um Encontro Territorial das mulheres agricultoras da regional Nordeste realizado pelo grupo AUÊ/UFMG.

XX Informação verbal: Fala de uma agricultora urbana durante Encontro Territorial das mulheres agricultoras da regional Nordeste realizado pelo grupo AUÊ/UFMG.

comunidade - fortalecem o estabelecimento de circuitos de produção-consumo-comercialização locais, que fomentam o acesso da população local à alimentos saudáveis, diminuem os custos de logística e transporte e fortalecem as relações de proximidade entre as produtoras e as/os consumidoras/es. É importante ressaltar que, apesar de tais potencialidades, a maioria das agricultoras relata dificuldades em estabelecer um fluxo contínuo e consolidado de vendas nesses espaços, bem como dificuldades no deslocamento e distribuição (muitas vezes a pé), além da grande quantidade de tempo e esforço físico enfrentados pelas produtoras que vendem de porta-a-porta.

Dentre as iniciativas de comercialização cabe ainda destacar os processos de venda para a Caixa Escolar. As Caixas Escolares são associações civis, vinculadas às escolas públicas do Estado de Minas Gerais, que recebem recursos públicos para realizar projetos e atividades educacionais.²³ A compra de alimentos por este meio auxilia no cumprimento da Lei nº11.947, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando garantir uma alimentação escolar que respeite as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar local, a sustentabilidade e diversificação agrícola da região, a alimentação saudável e adequada, promovendo mais saúde à população atendida.

A título de Considerações finais

Estes são alguns aspectos observados no acompanhamento de UPs municipais e um quintal produtivo. São muitas as possibilidades de novas análises e atuação junto às agricultoras, bem como de incidência sobre processos geradores de transformações.

As experiências brevemente mencionadas, e muitas outras em curso na RMBH, vêm contribuindo para a consolidação de territórios saudáveis e sustentáveis, reafirmando o direito à cidade e apontando para processos de produção do espaço em que prevaleçam relações menos dicotômicas entre urbanização e natureza, bem como abordagens mais transversais sobre a totalidade do território, sem distinções muito rígidas entre espaços sem distinções muito rígidas entre espaços urbanos e rurais.

Referências:

1. Lefebvre H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
2. Machado JMH, Martins WJ, Souza MS, Fenner ALD, Silveira M, Machado AA. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. *Comunidade em Ciências da Saúde*, 2017; 28(2): 243-9.
3. Santos M. O retorno do território. In: Santos M, Souza MA, Silveira ML organizadores. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.
4. Almeida DAO Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte [tese]. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 2016.
5. Guzmán CG, González M, Sevilla E. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.
6. Wezel A, Bellon S, Doré T, Francis C, Vallod D. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*. 2009; 29(4).
7. Siliprandi E. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar* [tese]. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
8. Tornaghi C. Critical geography of urban agriculture. *Progress in Human Geography*. 2014; 38(4); 551-567.
9. Tornaghi C. Urban agriculture in the food-disabling city:(Re) defining urban food justice, reimagining a politics of empowerment. *Antipode*. 2017; 49(3); 781-801.
10. Birman J. A Physis da saúde coletiva. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. 2005; 15 (Suplemento):11-16.
11. UFMG/Pucminas/UEMG. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI/RMBH)*. Belo Horizonte: 2011.
12. Costa HSM, Oliveira AM, Almeida DAO. Buscando um urbano metropolitano a partir da natureza e da cultura: uma discussão a partir do caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte In: Carneiro JMB, Frey K organizadores. *Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Oficina Municipal/UFABC; 2018. p. 297-319.
13. Harvey D. *Justice, nature and the geography of difference*. Routledge, 1996.

14. Barbosa MT Educação ambiental popular: a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril [dissertação]. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 2002.
15. UFMG/IGC/AUÊ!. Anuário das Agriculturas Metropolitanas 2020/2021: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: 2022.
16. Cardoso E, Jalil L, Telles L, Alvarenga C, Weitzman R. Guia metodológico da caderneta agroecológica. Recife: FIDA, 2019.
17. Prefeitura de Belo Horizonte/Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana - IGC/UFMG. Unidades produtivas coletivas comunitárias da Agricultura Urbana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: 2022.
18. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União. 15 set 2006; Seção 8.9.2006.
19. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: 2014.
20. Soares, LP, Oliveira RM, Moraes DR. Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia. Saúde em Debate. 2022; 46(2):133-148.
21. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: 2018.
22. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União. 15 set 2006; Seção 8.9.2006.
23. Secretaria de Estado de Educação (MG). Caixa escolar. Belo Horizonte: 2019.

**Parte III - A agricultura urbana e
suas articulações com agendas
contemporâneas e políticas públicas**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as hortas

Ana Maria Bertolini^I, Alisson Diego Machado^{II},
Aline Martins de Carvalho^{III}

Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável pode ser definido como o conjunto de ações, atores e políticas que visam atender as demandas das populações atuais sem comprometer os recursos necessários para as gerações futuras¹.

Apesar de ser um termo que passou a ser utilizado mais recentemente, o desenvolvimento sustentável já tem sido discutido há pelo menos cinco décadas, mais precisamente a partir da Conferência de Estocolmo, que aconteceu em 1972, que procurou discutir a preservação do meio ambiente. Um produto desta conferência foi a criação de um comitê e a posterior publicação do documento Nosso Futuro Comum, ou Relatório Brundtland, em 1987¹, quando o termo desenvolvimento sustentável foi empregado pela primeira vez.

Cinco anos depois, no Rio de Janeiro, ocorreu a Cúpula da Terra, conhecida também como Eco-92 ou Rio-92. Nesta oportunidade, os países signatários se comprometeram a adotar a Agenda 21, documento no qual foi reconhecido o papel de cada país para a preservação do meio ambiente considerando as realidades locais.

I Ana Maria Bertolini é nutricionista, doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e mentora no Núcleo de Extensão Sustentarea. ana.bertolini@usp.br

II Alisson Diego Machado é nutricionista, mestre e doutor em Ciências. Atualmente, é pesquisador de pós-doutorado do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). alissondmachado@gmail.com

III Aline Martins de Carvalho é nutricionista, professora doutora no Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do Núcleo de Extensão Sustentarea e membra do Grupo de Estudos em Saúde Planetária do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP). alinenutri@usp.br

Em 2000, todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) foram signatários dos Objetivos do Milênio (ODM). Compostos por oito objetivos, os ODM visavam, até 2015, a redução da pobreza em nível mundial, com melhora no acesso aos alimentos, educação e saúde; a promoção da igualdade de gênero; e a sustentabilidade ambiental².

Apesar de avanços em nível global, a promoção de sociedades mais igualitárias, justas e sustentáveis encontrava-se aquém do ideal. Findado o período estabelecido, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, a ONU lançou a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas distribuídas entre eles (Figura 1). Os ODS, assim como os ODM, foram assinados por todos os Estados-membros da organização, que se comprometeram com a sua execução até 2030³.



Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS levam em consideração as três dimensões do desenvolvimento sustentável - social, econômica e ambiental - e se caracterizam por uma maior integração sobre as discussões que vinham sendo realizadas desde a década de 1970. Além disso, possuem caráter transdisciplinar e seu cumprimento envolve não apenas ações e políticas governamentais, mas inclui também toda a sociedade civil, organizações sociais e a indústria.

Desenvolvimento sustentável e sistemas alimentares

Os 17 ODS constituem um amplo conjunto de temáticas relacionadas entre si, de caráter integrado e indivisível. Alguns desses temas têm sido centro de discussão há décadas, mesmo antes da definição dos ODM e dos ODS.

Um desses tópicos são os sistemas alimentares que, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), abrangem toda a gama de atores e suas atividades interligadas na agregação de valor envolvidas na produção, processamento, distribuição, consumo e descarte de alimentos originários da agricultura, pecuária, silvicultura ou pesca, e partes dos ambientes econômicos, sociais e naturais mais amplos em que estão inseridos⁴.

Os sistemas alimentares podem ser divididos em três elementos principais: cadeias de abastecimento de alimentos, ambientes alimentares e comportamento do consumidor⁵. A cadeia de abastecimento de alimentos é composta pela plantação, colheita, organização, transporte e processamento dos alimentos. Os ambientes alimentares são compostos por estabelecimentos de comércio de alimentos, como mercados, vendas e restaurantes, que são influenciados por preço, qualidade, marketing e conveniência. Por sua vez, o comportamento alimentar, composto por compra, preparação, cozimento e descarte de alimentos, é influenciado por aspectos econômicos, sociais e cognitivos, assim como pelas habilidades culinárias. Esses subsistemas ainda podem ser influenciados por aspectos socioculturais (definição de quais alimentos são considerados importantes); político-econômicos (políticas de incentivo de produção); ambientais (chuvas e secas); demográficos (acesso à água), e infraestrutura, tecnologia e inovação (acesso a máquinas, rodovias)⁶.

Uma outra forma de classificar os sistemas alimentares é em tradicionais e modernos, sendo que o primeiro é caracterizado pela produção em pequena escala e venda local. Já o segundo é caracterizado por uma produção em larga escala com comércio em nível mundial⁵. Também há sistemas alimentares mistos, que são compostos tanto por alimentos produzidos localmente, quanto, em grande parte, por *commodities* vindas de

diversas partes do país e do mundo. Os sistemas alimentares modernos, que usam produção intensiva e massiva de alimentos, tendem a degradar mais florestas, reduzir a biodiversidade e poluir mais o ar, as terras e as águas dos que os sistemas locais⁷.

Logo, pensar em sistemas alimentares sustentáveis significa considerar um sistema que ofereça segurança alimentar e nutrição para todos, de forma que as bases econômicas, sociais e ambientais para gerar segurança alimentar e nutricional para as gerações futuras não sejam comprometidas⁴. Em outras palavras, sistemas alimentares sustentáveis estão no centro dos ODS, sendo que para alcançá-los será necessário reformular a forma que produzimos e consumimos alimentos, tornando o sistema mais produtivo, capaz de fornecer alimentação saudável e sustentável a todos, mais inclusivo e ambientalmente sustentável e resiliente⁴.

Uma das formas de promover sistemas alimentares sustentáveis é por meio do incentivo à agricultura urbana, especificamente às hortas comunitárias, que podem fazer parte de sistemas alimentares mais resilientes, justos e locais.

Hortas urbanas como espaços promotores de sustentabilidade

Os sistemas alimentares dependem do fornecimento adequado de diferentes serviços ecossistêmicos como polinização, água limpa, ciclagem de nutrientes tais como fósforo e nitrogênio, manutenção de solos férteis, entre outros. Contudo, como vimos, os sistemas alimentares atuais estão, em essência, prejudicando os serviços ecossistêmicos dos quais dependem e impactando de forma significativa a saúde humana e planetária.

As hortas urbanas se inserem nesse contexto, dentro do leque da agricultura urbana, como uma solução baseada na natureza - SbN (ou em ecossistemas) que, em outras palavras, se trata de um conceito guarda-chuva que engloba diferentes intervenções desenvolvidas nos centros urbanos a partir da natureza ou que se inspiram em processos naturais dos ecossistemas para lidar com a melhora de problemas relacionados ao meio ambiente, como ilhas de calor, enchentes e deslizamentos de ter-

ras^{8,9}. Assim como outros exemplos de SbN, as hortas urbanas também apresentam mais de um benefício relacionado, isto é, além de contribuir para solucionar problemas urbanos e mitigar questões relacionadas ao meio ambiente, também estão relacionadas à melhora da saúde, incluindo saúde mental, educação alimentar e nutricional e ambiental, segurança alimentar e nutricional, engajamento social, geração de renda, entre outros.

Assim, entende-se que as hortas urbanas estão diretas ou indiretamente relacionadas aos pilares fundamentais da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável¹⁰, além de impactos sobre a biodiversidade, a cultura e a política. A seguir estão sintetizadas as principais relações existentes entre as hortas urbanas e os ODS.

Hortas como espaços promotores de alimentação saudável e sustentável (ODS 2, 3, 10, 11, 12 e 13)

Um dos principais benefícios estudados da agricultura urbana e, particularmente, das hortas urbanas, é sua contribuição para a garantia de segurança alimentar e nutricional dos indivíduos^{11,12}. As hortas, ao aliam modelos de produção de alimentos mais sustentáveis à preservação ambiental e ao conhecimento da origem dos alimentos, fomentam sistemas alimentares social e ambientalmente sustentáveis dos quais derivam uma alimentação adequada e saudável.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, o principal instrumento nacional para apoiar e incentivar a promoção da saúde e de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis, os alimentos *in natura* e minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, devem ser a base da alimentação¹³. As hortas urbanas, nesse sentido, são espaços que promovem a produção efetiva e incentivam o consumo de frutas, legumes, verduras e de outros alimentos *in natura*, como ervas medicinais e plantas alimentícias não convencionais (PANC), contribuindo para saúde e bem-estar dos indivíduos.

Em conjunto com a produção mais sustentável de alimentos frescos, o papel reconhecido das hortas em fomentar circuitos curtos de alimentação, ou seja, o cultivo dos alimentos mais próximo ao local de

consumo, reduzindo a complexidade do sistema alimentar local, está alinhado à discussão sobre desenvolvimento sustentável que se faz. Outros fatores adicionais também podem ser elencados, como a redução na emissão de gases de efeito estufa relacionados ao transporte, facilidade no acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis, além da proteção e respeito à biodiversidade e aos ecossistemas locais¹⁴.

Hortas como ferramentas de educação e promoção de saúde (ODS 2, 4, 12 e 17)

Em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, Paulo Freire¹⁵ salienta a importância do processo educacional emancipatório que coloque o estudante em um lugar de “fala”, de modo que esse sujeito seja responsável pelo seu próprio processo de aprendizagem, seja tolerante com o mundo ao seu redor e aja a partir do seu espírito crítico. O processo de aprendizagem nas hortas, sobretudo nas escolas, se realizado de forma planejada, conduzida e inspirada por princípios emancipatórios, pode transformar esse ambiente em uma potente ferramenta pedagógica de educação ambiental, alimentar e nutricional, e de cuidado com a saúde planetária.

A educação ambiental é o processo pelo qual os indivíduos e a coletividade constroem habilidades, conhecimentos e valores sociais em busca da conscientização relativa às questões ambientais¹⁶. A construção e a manutenção das hortas se inserem nesse contexto como recursos didáticos que permitem aliar a teoria à prática, estimulando competências voltadas para a conservação do ambiente e da saúde do planeta. Além disso, a interação dos sujeitos com esse ambiente propicia o desenvolvimento de diferentes habilidades, práticas e concepções sobre a sustentabilidade e os alimentos¹⁷.

Já a educação alimentar e nutricional (EAN) se caracteriza como uma prática contínua e permanente, transdisciplinar e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos saudáveis, sendo desenvolvida, sobretudo, a partir de abordagens e recursos educacionais problematizadores que tratem sobre sistemas alimentares e contribuam para a construção de hábitos alimentares mais saudáveis na população¹⁸. As hortas se inserem como atividade promotora de ali-

mentação saudável e sustentável ao trazer para o debate formas alternativas de produção de alimentos saudáveis, alinhadas à sustentabilidade e à agroecologia; a biodiversidade de alimentos disponíveis, incluindo alimentos menos conhecidos/consumidos, como as PANC; incentivo ao consumo desses alimentos; e trocas de saberes.

Além disso, a complexidade das hortas possibilita diferentes abordagens, inclusive na área da saúde. As hortas possibilitam o desenvolvimento de ações que atuem na perspectiva de promoção da saúde, ou seja, intervenções mais amplas que sejam capazes de agir sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde dentro do processo saúde-doença-cuidado. Fatores de risco modificáveis e diretamente relacionados ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições crônicas como má alimentação, inatividade física e desconexão social são positivamente impactadas a partir das intervenções de hortas urbanas. Além disso, a conexão entre os participantes que frequentam esses espaços e a maior proximidade com a natureza pode ter impactos positivos sobre a saúde mental, como redução da ansiedade e do estresse¹⁹.

Hortas e sistemas alimentares justos e equitativos (ODS 1, 2, 3, 5, 8, 10, 11 e 12)

As hortas urbanas podem ser uma estratégia em potencial para a criação de empregos, sobretudo para famílias em situação de vulnerabilidade social. Isso tem um impacto direto na segurança alimentar, seja pelo consumo dos alimentos produzidos, seja pela geração de renda, o que possibilita um melhor acesso financeiro aos gêneros alimentícios. Uma vez que essas hortas sejam implementadas em regiões mais periféricas, há o benefício adicional de desenvolvimento da comunidade aliada à geração de renda e redução das desigualdades, sobretudo ao garantirem autonomia financeira às mulheres produtoras²⁰.

Outro benefício é o desenvolvimento de cadeias curtas de consumo, já que os alimentos produzidos nessas hortas podem ser comercializados em nível local ou regional, tendo como benefícios a redução do desperdício, a facilitação na aquisição de alimentos *in natura*, o aumento da diversidade da dieta e o desenvolvimento de comunidades mais saudáveis e sustentáveis²⁰.

Hortas como espaços promotores da biodiversidade (ODS 2, 3, 4, 11, 13 e 15)

A Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) apontou, em 2019²¹, a urgência de ações para restaurar e proteger a biodiversidade e os ecossistemas, indicando, de forma inédita, o declínio sem precedentes da biodiversidade e o aumento na taxa de extinção de espécies (IPBES, 2019). Também foi incluída nesta análise a agrobiodiversidade, ou seja, a biodiversidade para alimentos e agricultura, que compreende a diversidade entre e dentro de espécies e de ecossistemas relacionados à alimentação²². Estima-se que, embora sejam conhecidas mais de 30 mil espécies de plantas comestíveis, apenas cerca de 300 espécies são cultivadas, enquanto mais de metade da necessidade calórica mundial é atendida por apenas quatro culturas: arroz, batatas, trigo e milho²².

As hortas urbanas inserem-se nesse contexto exercendo amplos efeitos positivos sobre a biodiversidade. Esses espaços são compostos por diferentes espécies vegetais voltadas à alimentação, mas também apresentam uma riqueza de espécies pouco conhecidas que ainda não foram exploradas quanto ao seu potencial nutricional e alimentício, como por exemplo as PANC. Além de contribuírem para a segurança alimentar e nutricional, esses espaços são frutíferos para ampliar a diversidade de alimentos produzidos e consumidos e proteger uma base genética mais ampla e variada, mas também possibilitam a troca e multiplicação de saberes sobre as espécies pouco conhecidas²³. A multiplicidade de alimentos produzidos é um elemento importante para garantir a SAN, pois permite o melhor aproveitamento das diferentes condições ambientais e resistência a pragas e doenças, com implicações positivas sobre a saúde planetária²⁴.

Hortas como espaços de mitigação e adaptação às mudanças do clima (ODS 1, 2, 3, 10, 13 e 16)

As mudanças do clima são uma condição atual com intensas reverberações sobre a saúde planetária²⁵. Neste sentido, a Agenda 2030 dá

especial atenção à emergência climática e seus impactos, traduzidos na ocorrência cada vez mais frequente e intensa de eventos climáticos extremos como secas, inundações, ondas de calor, entre outros, cujas repercussões se amplificam em cenários de vulnerabilidade socioeconômica. Os ODS também enfocam a necessidade de aumentar a capacidade de resiliência e adaptação dos sistemas frente aos riscos climáticos promovidos a partir da ação humana sobre os ecossistemas.

As hortas urbanas fazem-se presentes nesse cenário como uma ação e atividade de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Como atividade de mitigação, pode ser capaz de reduzir a emissão de gases de efeito estufa relacionados aos sistemas alimentares a partir da redução do transporte de alimentos nos centros urbanos^{12,26}. Como atividade de adaptação, são capazes de atenuar impactos relacionados às altas temperaturas - como ilhas de calor, pois contribuem para manutenção e aumento da cobertura vegetal na cidade e promovem mais sombra e evapotranspiração. Quanto aos impactos hídricos, podem atenuar os efeitos das grandes chuvas, uma vez que podem armazenar excesso de água e proporcionar maior infiltração no solo, reduzindo os riscos de inundações e enxurradas, além de possibilitar a reposição das águas subterrâneas²⁶.

Hortas e o nexos água-energia-alimentos (ODS 1, 2, 6, 7, 11, 12, 14 e 17)

Água, energia e alimentos são essenciais para a redução da pobreza e promoção de bem-estar e desenvolvimento sustentável¹⁴. O aumento global da demanda, sobretudo nas cidades, por bens e recursos naturais que garantam o suprimento adequado de alimentos, energia e abastecimento de água (que são cada vez mais impactados pela urbanização acelerada e das mudanças do clima), implica em uma visão sistêmica desses recursos que esteja alinhada à sustentabilidade²⁷. A abordagem do nexos água-energia-alimentos (ou apenas nexos) lança luz à utilização mais eficiente, equitativa e justa desses recursos, a partir da proposição de ações relacionadas à eficiência sistêmica desses setores, em contraponto com pensamento isolado de cada componente²⁸.

Uma possível interligação entre esses setores seria, por exemplo, formas alternativas de produção de energia sustentável em espaços voltados à produção de alimentos nas cidades, como as hortas. Um exemplo é o biodigestor, que é um sistema que realiza a decomposição anaeróbia de resíduos orgânicos, como resto de alimentos, podas de árvores e resíduos das hortas, gerando, como produto da reação, biogás e biofertilizante. O biofertilizante é um material rico em nutrientes necessários para o solo, como nitrogênio, fósforo e potássio, que pode ser utilizado para adubar as hortas e outros espaços, contribuindo para a produção de alimentos. Já o biogás pode ser utilizado como uma fonte alternativa ao gás natural comum nas cozinhas residenciais. Já a água, indispensável à produção de alimentos, pode ser utilizada de forma mais sustentável em hortas urbanas, a partir, por exemplo, da água da chuva ou de reuso²⁹. Assim, entende-se que essa alternativa, além de reciclar nutrientes, reduzir a poluição e a quantidade de resíduos, também pode ser interessante na produção de energia renovável, no incentivo da utilização mais sustentável da água e na produção sustentável de alimentos.

Além disso, as hortas são espaços verdes nas cidades que contribuem para retenção e infiltração da água da chuva, ou seja, esses espaços podem contribuir para regulação hídrica do urbano, reduzindo os impactos da impermeabilização do solo, característica dos ambientes urbanos²⁶. Vale mencionar ainda que as práticas de agricultura urbana desenvolvidas a partir de práticas mais sustentáveis, seguindo os princípios da produção orgânica e/ou agroecológica, não se valem da utilização de agrotóxicos ou outros insumos químicos externos, o que potencialmente age como um fator protetor dos recursos hídricos, como nascentes e lençóis freáticos e da sua biodiversidade; além de produzirem alimentos mais saudáveis e sustentáveis³⁰.

Uma relação indireta das hortas com o nexo são os espaços utilizados para a prática da agricultura nas cidades. As redes de transmissão de energia elétrica (os chamados linhões) são espaços urbanos subutilizados, onde não pode haver construções e plantio de árvores¹², assim, acabam servindo, muitas vezes, como depósitos de lixo e entulho ou foco de ocupações irregulares. As hortas urbanas seriam, portanto, uma alternativa sustentável para ocupar esses espaços ociosos e improdutivos de

modo a promover segurança alimentar, geração de empregos, desenvolvimento local e aumento de áreas verdes; e parcerias entre o setor público e privado.

Como abordado neste capítulo, as hortas urbanas estão totalmente alinhadas à discussão sobre sustentabilidade e aos ODS. Apesar disso, o desenvolvimento e a manutenção das hortas ainda apresentam diversos entraves, como a falta de interesse político e a baixa participação da comunidade. Contudo, superados esses obstáculos, as hortas urbanas despontam como uma alternativa em potencial para a promoção de sistemas alimentares mais justos, resilientes e sustentáveis.

Referências

1. World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. New York; 1987.
2. ONU - United Nations. *The Millennium Development Goals 2015*. New York; 2015a.
3. ONU - United Nations. *Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York; 2015b.
4. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Sustainable food systems: concept and framework*. Rome: FAO; 2018.
5. FAO - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. Rome: FAO; 2017.
6. UFRGS - Universidade do Rio Grande do Sul. *Curso EAD sobre saúde planetária. Módulo 7: alimentação e saúde planetária*. Porto Alegre: Telessaúde RS-UFRGS; 2021.
7. Willett W, Rockström J, Loken B, Springmann M, Lang T, Vermeulen S, et al. *Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems*. *Lancet*. 2019;393(10170):447-92.
8. IUNC - International Union for Conservation of Nature. *Global Standard for Nature-based Solutions: a user-friendly framework for the verification, design and scaling up of NbS*. Switzerland: IUNC; 2020.
9. USP - Escola Politécnica. *Laboratório da Poli-USP busca inspiração na nature-*

za para propor soluções para construção civil [internet]. c2021 [acesso em 16 maio 2023]. Disponível em: <https://www.poli.usp.br/noticias/48615-laboratorio-da-poli-usp-busca-inspiracao-na-natureza-para-propor-solucoes-para-construcao-civil.html>

10. Nicholls E, Ely A, Birkin A, Basu P, Gouson D. The contribution of small-scale food production in urban areas to the sustainable development goals: a review and case study. *Sustain Sci*. 2020;15:1585-99.
11. Santos M, Machado MCM. Agricultura urbana e periurbana: segurança alimentar e nutricional, comportamento alimentar e transformações sociais em uma horta comunitária. *Segur Aliment Nutr*. 2019;27:e020010.
12. Costa BM, Sakurai T. A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas, Horta da Dona Sebastiana, Agrofavela-Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. *Rev LABVERDE*. 2021;11(1):171-95.
13. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2 ed. Brasília (DF); 2014.
14. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations and World Health Organization. Sustainable healthy diets: guiding principles. Rome: FAO; 2019.
15. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 1996.
16. Brasil. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 28 abr 1999. Seção 1:1.
17. Cancelier JW, Beling HM, Facco J. A educação ambiental e o papel da horta escolar na educação básica. *Rev Geogr*. 2020;37(2):199-218.
18. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BR). Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília (DF); 2012.
19. Litt JS, Alaimo K, Harrall KK, Hamman RF, Hébert JR, Hurley TG, et al. Effects of a community gardening intervention on diet, physical activity, and anthropometry outcomes in the USA (CAPS): an observer-blind, randomised controlled trial. *Lancet Planet Health*. 2023;7(1):e23-32.
20. Instituto Escolhas. Mais perto do que se imagina: os desafios da produção de alimentos na metrópole de São Paulo. São Paulo: Instituto Escolhas; 2020.
21. IPBES - Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and

- Ecosystem Services. Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. Germany: IPBES; 2019.
22. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. The state of the world's biodiversity for food and agriculture. Rome: FAO; 2019.
 23. Bertolini AM. Biodiversidade e sistemas alimentares: a contribuição (in)visível das abelhas sem ferrão. São Paulo: USP; 2022.
 24. Santilli J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis; 2009.
 25. IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Synthesis Report of the IPCC Sixth Assessment Report (AR6) - Summary for Policymakers [internet]. c2023 [acesso em 18 maio 2023]. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6syr/pdf/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf
 26. Corrêa CJP. Semeando a cidade: provisão de serviços ecossistêmicos na agricultura urbana [dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2020.
 27. Moreira FA, Dalla Fontana M, Bertolini AM, Sepe PM, Malheiros TF, Giulio GM. Urban living labs and the water-energy-food nexus: experiences from the GLOCULL Project in São Paulo, Brazil. In: Lazaro LLB, Giatti LL, Macedo LSV, Oliveira JAP, organizadores. Water-energy-food nexus and climate change in cities. Cham: Springer International Publishing; 2022.
 28. Giatti LL, Jacobi PR, Favaro AKMI, Empinotti VL. O nexo água, energia e alimentos no contexto da Metrópole Paulista. *Estud Av.* 2016;30(88):43-61.
 29. Cofie O, Veenhuizen RV. O uso sustentável da água na agricultura urbana. Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security Foundation [internet]. c2008 [acesso em 18 maio 2023]; 20. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2019/11/rau20_completo.pdf
 30. Porter P, Francis CA. Agroecology: farming systems with nature as guide. In: Thomas B, Murray BG, Murphy DJ, organizadores. *Encyclopedia of applied plant sciences*. 2 ed. Cambridge: Academ Press; 2017. p.9-12.

Enlaces entre agricultura urbana, Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional

Cláudia Maria Bógus^I, Mariana Tarricone Garcia^{II},
Denise Eugenia Pereira Coelho^{III}, Jessica Vaz Franco^{IV},
Natália Gebrim Doria^V, Roberta Maria Miranda Ribeiro^{VI}

Introdução

A Promoção da Saúde representa uma estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que afetam as populações e seus entornos, uma vez que parte de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes sociais¹, identificando e enfrentando seus macrodeterminantes de modo a transformá-los favoravelmente no sentido da saúde². A Promoção da Saúde reconhece a alimentação adequada e saudável como um dos determinantes da saúde e uma de suas ações estratégicas² é a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS), aprovada em 2006 e revisada em 2017, que incluiu a promoção

-
- I Cláudia Maria Bógus é pedagoga, professora associada da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). claudiab@usp.br
- II Mariana Tarricone Garcia é nutricionista, mestre em Nutrição em Saúde Pública e doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. É Pesquisadora Científica no Instituto de Saúde (IS/SES-SP) e docente permanente do programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva do IS/SES-SP. mariana.garcia@isaude.sp.gov.br
- III Denise Eugenia Pereira Coelho é nutricionista e filósofa, mestre e doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. Atualmente é pós-doutoranda do INCT Combate à Fome, vinculado ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). deepcoelho@gmail.com
- IV Jessica Vaz Franco é nutricionista, doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e membro do Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional da FSP/USP. jessicavazfranco@gmail.com
- V Natália Gebrim Doria é nutricionista, mestre em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora na área de soberania e segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural. nataliagebrimdoria@gmail.com
- VI Roberta Maria Miranda Ribeiro é nutricionista, doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), coordenadora de curso e docente do curso de nutrição da Faculdade Estácio de Santo André. robsmiranda@yahoo.com.br

da alimentação adequada e saudável como um dos seus temas prioritários, “*visando à promoção da saúde e à segurança alimentar e nutricional, contribuindo com as ações e com as metas de redução da pobreza, com a inclusão social e com a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável*”³. A PNaPS se configurou em estreito diálogo com outras leis e políticas voltadas à alimentação e à nutrição que foram sendo estabelecidas ao longo dos anos 2000.

A alimentação adequada foi estabelecida como direito a partir da Lei nº 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), e garantida como um dos direitos fundamentais na constituição desde 2010^{4,5}, resultado de um processo histórico de mobilização que se conformou durante a redemocratização do país e na luta contra a fome, especialmente na década de 1990⁶. A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) depende, entre outros fatores, da disponibilidade de alimentos saudáveis e seguros, produzidos de forma sustentável e da possibilidade de acesso a eles, seja pela produção para o consumo, seja por um trabalho que gere a renda necessária para a sua aquisição⁷. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é considerada requisito básico para a afirmação plena do potencial de desenvolvimento físico, mental e social de todo ser humano⁸. O conceito de SAN congrega questões relativas à produção e disponibilidade de alimentos (suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade) e a preocupação com a promoção da saúde, interligando o enfoque socioeconômico e o de saúde e nutrição, além de aspectos culturais e ambientais^{9,10}.

A PNaPS indica que as ações voltadas à garantia da alimentação adequada e saudável devem estar enraizadas nos ambientes e territórios de vida e trabalho, construídas por meio de processos participativos e dialógicos, alinhados ainda a modos de produção e consumo que promovam o desenvolvimento sustentável¹¹. Nos últimos 20 anos, a publicação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) reforçaram a importância da construção de sistemas alimentares sustentáveis, de base agroecológica, com respeito à biodiversidade e fortalecendo a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais.

O segundo Guia Alimentar para a População Brasileira também

destaca a valorização de práticas alimentares regionalizadas, o que, em outras palavras, significa valorizar não apenas a produção local proveniente da agricultura familiar, mas também a cultura alimentar regional, suas preparações e práticas cotidianas do comer¹². Reforçando essa perspectiva na construção de processos educativos, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREAN) inclui em seus princípios a abordagem da alimentação no âmbito do sistema alimentar e valorização da cultura alimentar local¹³.

Em seus princípios, o Guia estimula e valoriza a produção de alimentos em hortas e pequenos espaços e a culinária como prática de resistência a um modelo de consumo centrado em produtos alimentícios industrializados, convenientes e práticos^{12,14}. A industrialização compõe um dos processos de transformação da alimentação contemporânea. Essa transformação é marcada pela perda do vínculo com o alimento e com a natureza e resulta na padronização de hábitos alimentares e na diminuição da variedade de alimentos consumidos, processo que beneficia as grandes corporações alimentares multinacionais^{15,16}.

As hortas urbanas seguem na contramão desse processo, onde podem ser vistas como um espaço pedagógico repleto de oportunidades para o aprendizado sobre alimentação adequada, sustentabilidade ambiental, resiliência comunitária, justiça social e identidade cultural, oferecendo uma alternativa ideológica ao senso comum dominante dos sistemas alimentares industriais, propriedade privada e desenvolvimento imobiliário urbano¹⁷. Nessa perspectiva, é possível visualizar a estreita relação entre a Agricultura Urbana (AU), a SAN e o ambiente alimentar. A AU, quando apoiada pela comunidade, desenvolve um sistema inovador de ligação entre o produtor urbano e o consumidor, viabilizando opções de mercado mais justas, por meio de uma produção artesanal vinculada à demanda da comunidade e dos consumidores.

Contribuições do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional: síntese de resultados

O Grupo *Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional* da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (PSSAN) formou-se em 2011, como iniciativa e articulação de um grupo de pesquisadoras e estudantes que estava envolvido com o desenvolvimento da pesquisa que viria a se configurar no projeto *Agricultura Urbana, Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional no município de Embu das Artes, financiado pela FAPESP^{VII}*. O grupo tinha uma conformação multiprofissional por reunir no projeto pesquisadoras com formação nas áreas de educação, nutrição, enfermagem, ciências sociais e administração. Além das diferentes áreas de formação, a diversidade de experiências anteriores das participantes apresentou-se como um aspecto importante que conferiu ao grupo uma característica de diversidade e complementaridade em torno do eixo da Promoção da Saúde que se mantém até hoje. Uma diversidade também presente na trajetória do grupo refere-se aos diferentes níveis de formação acadêmica de seus membros, envolvendo docentes, discentes (de graduação e de pós-graduação) e pesquisadores. Após o encerramento desse projeto, o PSSAN prosseguiu aglutinando diferentes pesquisadores, com diversas áreas de formação e acolhendo outras temáticas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional e à Promoção da Saúde, o que permitiu incorporar a alimentação e nutrição como objetos de estudo e pesquisa no âmbito das políticas públicas voltadas para a saúde das populações no Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. O PSSAN é percebido por seus participantes como uma referência de grupo e um espaço para construção de possibilidades de pesquisas, estudos e troca de experiências, fortalecido por suas relações de afeto.

As linhas de pesquisa do PSSAN atualmente são Agricultura urbana, Ambiente alimentar, Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, Participação Social e Políticas Públicas em Segurança Alimen-

VII Processo 11/23187-3. Vigência de 01 de maio de 2012 a 30 de abril de 2014. Coordenação de Cláudia Maria Bógus.

tar e Nutricional. O grupo participa da Rede Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)^{VIII} e os trabalhos desenvolvidos produzem conhecimento na interface entre promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a elaboração e análise de políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional com enfoque em promoção da saúde e políticas públicas promotoras de saúde.

Os vários trabalhos científicos desenvolvidos pelo PSSAN¹⁸⁻³¹ e documentários *Saindo da Caixinha*³² e *Colha à Vontade*³³ identificaram o uso e a realização de atividades em torno da horta como estratégias de ação comunitária que agregam pessoas e grupos, gerando potencialidades para a participação social, o desenvolvimento de habilidades pessoais e reforçando a ação comunitária, como um círculo virtuoso. Os processos educativos envolvidos contribuíram para a multiplicação de práticas sustentáveis e para a criação de espaços saudáveis. Assim, considerando os campos e princípios da Promoção da Saúde e os componentes da Segurança Alimentar e Nutricional, sistematizamos a seguir os resultados dos trabalhos publicados pelo grupo, de forma a evidenciar e aprofundar a contribuição da agricultura urbana para a promoção da saúde, da SAN e da alimentação adequada e saudável.

As hortas foram um espaço propício para revelar as potencialidades relacionadas à construção de um ambiente de aprendizagem²¹ e multiplicação de saberes^{18,20}, sob diversos aspectos do conhecimento²¹, incluindo a ampliação da consciência política, em escolas, associações, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e em residências²⁰. Foi possível também perceber transformações de caráter psicossocial que impactaram no tratamento de pacientes com transtornos psiquiátricos, como depressão, fobia social e dependência química, tornando-os mais proativos e inseridos socialmente¹⁸, contribuindo para que hortas comunitárias e domésticas fossem implementadas em outros espaços^{23,29}.

O desenvolvimento de habilidades pessoais, conforme enfatiza um dos princípios da Promoção da Saúde, trouxe aos participantes um novo olhar sobre o meio ambiente e sobre o compromisso coletivo para a

VIII <https://pesquisassan.net.br/>

preservação da natureza, despertando o cuidado com a produção do alimento²¹, além de incorporação de práticas sustentáveis para residências e comunidades²⁵ relacionadas ao manejo da horta e técnicas de plantio convencionais e agroecológicas, com o uso de composteiras^{18,24}, insetos polinizadores e plantio em consórcio²⁴.

Por meio da construção do conhecimento mediado pela horta, fundamental para o desenvolvimento da autonomia - como compreendida no âmbito da Promoção da Saúde -, os participantes das hortas ampliaram a compreensão sobre a origem e o circuito dos alimentos²¹ e sobre a importância de privilegiar os alimentos *in natura* - incluindo as Plantas Alimentícias não Convencionais (PANCs) - como a base de sua alimentação¹⁸. Ressaltou-se também o desenvolvimento de habilidades culinárias e o planejamento de refeições saudáveis²³, conforme orientam o MREAN e o Guia Alimentar^{12,13}. Tais reflexões e habilidades desenvolvidas traduziram-se em ações práticas relacionadas ao consumo de alimentos, privilegiando os alimentos *in natura* em detrimento dos industrializados entre os participantes das hortas¹⁸ e no estímulo para crianças consumirem verduras e legumes, ampliando o paladar²⁷.

As atividades em hortas puderam propiciar a aquisição de conhecimentos e contribuir para a formação de vínculos com o alimento produzido, através da sensibilização para o ato de se alimentar e construção de uma relação significativa com o alimento, promovendo mudanças não apenas naqueles que participam diretamente, mas também em familiares e comunidades dos envolvidos^{21,23}. O que expressa um potencial pedagógico das hortas urbanas, quando fundamentadas em processos educativos críticos, dialógicos e emancipatórios, como estratégia de construção de ações promotoras da saúde, conforme referendado na PNaPS e no MREAN^{11,13}.

Para valorizar e estender as atividades desenvolvidas na horta escolar para o ambiente familiar, as crianças levavam os vegetais produzidos na escola para suas residências para que eles fossem preparados e consumidos junto à família, incentivando o consumo de alimentos *in natura* para além das atividades desenvolvidas dentro da escola²³ e a criação de hortas caseiras²⁴. Assim, essa estratégia de educação em saúde pode favorecer o desenvolvimento da autonomia alimentar das pessoas envolvi-

das em outros ambientes alimentares, importante para garantir a SAN e a saúde de populações mais vulneráveis²⁵.

De maneira semelhante, as hortas urbanas foram capazes de sensibilizar comunidades a refletir sobre todos os aspectos relacionados à melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem¹⁸ e valorizarem o potencial das comunidades locais para multiplicar de maneira independente e organizada as práticas agroecológicas aprendidas em outros espaços, como terrenos vazios (sem uso), creches e escolas²⁰. Essas práticas também permitiram avançar na questão do acesso a produtos mais saudáveis e diversificados, inclusive com a descoberta de novas espécies comestíveis, por meio da comercialização ou doação dos produtos colhidos nos espaços públicos onde eram produzidos, assim contribuindo para a promoção e fortalecimento da SAN através da melhoria na qualidade da alimentação e da diminuição dos gastos com a compra de alimentos^{18,20,25}.

Considerando o protagonismo feminino e os estudos de gênero, uma das pesquisas realizadas no grupo PSSAN mostrou que o trabalho de mulheres em hortas urbanas e periurbanas e a possibilidade de geração de renda com a comercialização dos alimentos produzidos têm sido imprescindíveis para o empoderamento, desenvolvimento da autonomia financeira e emancipação feminina, rompendo com o histórico e cultura de opressão por elas vivenciados, além de permitir refletir sobre a participação do papel das agricultoras que conduzem as hortas sem a presença da figura masculina ou como principal fonte de renda familiar²⁹. Vale ressaltar que a adoção dos princípios da agroecologia, a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a valorização dos trabalhadores agricultores são aspectos que caracterizam boa parte da agricultura urbana e periurbana, resultando na produção de alimentos mais saudáveis sob uma perspectiva mais ampla²⁹.

A implantação de hortas comunitárias em unidades e serviços de saúde é também uma estratégia para a promoção da alimentação saudável não só dos usuários de tais equipamentos, como também de funcionários administrativos e profissionais de saúde. As hortas em UBS possibilitaram o resgate de hábitos e práticas alimentares tradicionais, a produção de alimentos para o próprio consumo, o desenvolvimento de

habilidades culinárias, o aumento da variedade na alimentação e maior convívio comunitário nas refeições. São experiências que retomam a relação das pessoas com a comida pelas vivências propostas, em oposição à alienação e à padronização da alimentação e da prática de comer. A conjugação de experiências de cultivo de horta e de culinária são formas de discutir as possibilidades de alimentação adequada para o cotidiano, colocando-se a comensalidade como centro da questão e a alimentação como um fato social^{18,19,25}.

Nos estudos sobre as hortas escolares de Embu das Artes foi observado que elas contribuem para a promoção de hábitos alimentares adequados e saudáveis, para o desenvolvimento de habilidades pessoais e valorização da criação de ambientes promotores de saúde²⁴. Segundo os educadores, a horta escolar constituiu uma forma de não perder a cultura do plantio e uma forma de aprendizado sobre alimentação adequada pelo contato, produzindo outra relação com esse alimento por terem sido as próprias crianças a plantarem e a colherem²⁷.

A horta despertou a curiosidade das crianças para sua produção, por meio do conhecimento sobre o sistema alimentar e a “origem” dos alimentos^{21,23}, permitindo uma compreensão, mesmo que básica, de como funciona o sistema alimentar. Além disso, possibilita uma valorização do trabalho que envolve o plantio e cuidado com a horta e favorece também uma valorização dos alimentos “naturais”, de acordo com o relato dos pais²³. Houve ainda maior interesse das crianças em aprender sobre as propriedades nutricionais dos alimentos, além de uma recusa a alimentos ultraprocessados²³.

A participação no plantio e colheita dos alimentos da horta permitiu que as crianças conhecessem novos alimentos, ampliando o repertório de escolha das crianças na hora das refeições²³. Segundo os pais, ao participarem da horta escolar, as crianças também desenvolveram curiosidade sobre os alimentos e compartilharam seus conhecimentos com a família. Observou-se também o hábito de ler os rótulos dos alimentos e maior interesse pelo valor nutricional dos alimentos²³.

A partir do estímulo ao consumo dos alimentos da horta, as crianças passaram a demandar esses tipos de alimentos para consumo em refeições fora da escola²⁴. A maioria dos pais relatou aceitação de hortaliças

em decorrência da participação na horta escolar²³. Plantar e colher os alimentos foi um estímulo para as crianças consumirem verduras e legumes, que antes eles não consumiam²⁷. Assim, esse contato com os alimentos da horta pareceu contribuir para uma relação diferente, do que se tem atualmente, com os alimentos, que os diferenciam do alimento padronizado²⁷. Pais, mães e responsáveis reconheceram o papel fundamental da horta escolar na EAN para uma maior exposição das crianças a frutas e vegetais, maior aceitação dos alimentos naturais, uma consciência “mais ampla” sobre os alimentos e uma maior valorização dos alimentos *in natura*²³. Os pais realçaram a importância da atividade para o futuro, pois as crianças “aprenderam” a comer “melhor” e a consumir mais frutas e legumes²³.

A escola foi percebida como parceira dos pais na promoção de uma alimentação adequada e saudável para os filhos, auxiliando a família em mudanças semelhantes em casa. A promoção de uma alimentação adequada e saudável por parte da escola estendeu-se muitas vezes à alimentação familiar, onde os pais reconheceram a necessidade de manter este esforço em casa²³. O envolvimento na horta também repercutiu na alteração da alimentação de algumas famílias que, por influência da criança, passaram também a consumir vegetais não consumidos anteriormente²³.

Nesse sentido, a horta foi reconhecida como um espaço de aprendizado, em que as trocas interpessoais apresentaram uma perspectiva horizontal e dialógica entre os envolvidos, em que todos puderam contribuir com seus conhecimentos e experiências na construção da horta²¹. Alguns educadores revelaram levar conhecimentos anteriores e experiências pessoais, tanto relacionados ao plantio como aos alimentos. A horta se mostrou também um espaço de produção de cuidado consigo, com os outros e com a natureza, compreendido a partir da participação ativa dos sujeitos e a partir da produção da sociabilidade²¹.

As hortas escolares apresentaram-se como uma potente estratégia pedagógica, porque descortina diversas possibilidades para se pensar a relação com a alimentação e a saúde na sociedade contemporânea. Além disso, propiciam o aprimoramento de habilidades e atitudes de participação, empoderamento, responsabilidade e compromisso. As atividades na horta podem integrar as ações de educação alimentar e nutricional com ações de educação ambiental, por meio de atividades criativas e interati-

vas que estimulem o envolvimento das crianças²⁴.

Em estudo realizado em escolas públicas no município de São Paulo, constatou-se que o uso da estratégia da horta escolar proporcionou a interação entre estudantes, familiares, professores, cozinheiras e nutricionistas, possibilitando refletir, a partir das atividades desenvolvidas, temas gerais relacionados com o cotidiano da escola, a organização da gestão da alimentação escolar do município, a valorização e a aproximação do trabalho das cozinheiras e também temáticas mais específicas relativas às dimensões da alimentação, como sistemas de valores (comensalidade, comer com atenção e interesse por provar novos alimentos) e ambiental (desperdício de alimentos, sustentabilidade e sistemas alimentares). Verificou-se também que a elaboração e inclusão do projeto horta no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas influenciaram o envolvimento e interação dos diferentes grupos da comunidade escolar³¹.

Resultados semelhantes também foram identificados entre participantes das hortas comunitárias e de UBS, em que os processos educativos relacionados às atividades nas hortas contribuíram para a ampliação de conhecimentos dos participantes sobre os alimentos produzidos, ampliando sua consciência sobre uma alimentação mais saudável. Além disso, resultou também deste processo, uma mudança gradual nos hábitos alimentares, com maior inserção de frutas e hortaliças e com incorporação de novos alimentos no repertório alimentar²⁵.

Assim, houve um despertar gradativo em relação a uma alimentação mais natural e balanceada, com introdução de frutas, hortaliças e PANCs. A prática de levar os alimentos colhidos nas hortas para as residências reduziu gastos com aquisição de alimentos. Os participantes relataram também a redução do consumo de alimentos ultraprocessados. A dimensão da comensalidade também foi relatada, com a trocas de receitas culinárias mais saudáveis e momentos de socialização e celebração envolvendo a alimentação, como refeições comunitárias²⁵.

As hortas comunitárias contribuíram para a promoção e fortalecimento da SAN entre os envolvidos, através da comercialização de produtos mais saudáveis em espaços públicos e, em particular, para os participantes, ao promover mudanças nos hábitos alimentares, acesso a uma alimentação diversificada, trocas de receitas saudáveis e descoberta de

novas espécies comestíveis como: a capiçoba, o cariru, a serralha, a taio-ba, entre outros²⁰.

A revisão sistemática que examinou os impactos na alimentação e nutrição resultante da participação em hortas urbanas, conduzida por pesquisadoras do grupo PSSAN²², também encontrou resultados que reportaram que a experiência encorajou a seguir uma dieta mais saudável e, especificamente, a consumir mais vegetais, melhorando a qualidade da dieta dos participantes, além do maior interesse em cozinhar e fazer experimentos na cozinha, dado o aumento da habilidade de planejar refeições saudáveis e de consumir dietas ricas em hortaliças. Além disso, houve relatos de maior consumo de alimentos culturalmente valorizados e de fortalecimento das conexões com as raízes culturais. Ainda, com relação aos resultados relacionados ao acesso, os estudos mostraram que houve compartilhamento dos alimentos cultivados nas hortas com familiares, amigos e com instituições de caridade²².

As hortas acompanhadas contaram com a participação de diversos atores, como agricultores, organizações não governamentais, lideranças comunitárias, moradores do território, representantes da sociedade civil e do poder público local. A participação social ocorreu dentro e fora dos projetos e contribuiu para despertar uma consciência ecológica, além de reforçar a ação comunitária e disseminação e multiplicação de conhecimentos práticos em diferentes espaços das cidades e maior atuação na vida pública em geral com repercussões efetivas na elaboração de políticas públicas saudáveis^{18,20}. Os participantes relataram uma interação positiva em diferentes espaços de convivência, o que viabilizou o desenvolvimento de processos solidários e cooperativos, além de melhorar o relacionamento interpessoal²⁰.

Esse processo contribuiu para uma multiplicação dos saberes e valorização do potencial das comunidades locais, além da valorização da integração comunitária²⁵. Os mutirões - estratégia de mobilização e participação para alguma ação específica nas hortas - foram uma forma de potencializar a produção agrícola, integrar pessoas ao projeto e resgatar práticas solidárias esquecidas no tempo, resultando na mobilização de pessoas e reforçando ações em torno da temática da agricultura urbana agroecológica²⁵. Além disso, as ações realizadas em torno do cultivo das hortas revelaram conter um valor simbólico-afetivo, contribuindo para a

formação de laços comunitários²⁸ e para o processo de mobilização coletiva²⁹.

O desenvolvimento das atividades de hortas comunitárias e escolares oportunizou a confluência de pessoas de diferentes segmentos da sociedade em um trabalho colaborativo que valorizava a integração e partilha de diferentes habilidades pessoais no mesmo espaço de convivência e a inclusão de pessoas com deficiência ou necessidades especiais, enfatizando o aprendizado social, coletivo e empírico^{18,24,29}. Dessa maneira, foi possível integrar funcionários e usuários de Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Centro de Atendimento Psicossocial, Álcool e Drogas (CAPS-AD), pessoas ligadas ao Centro de Referência da Mulher; funcionários, educadores e alunos da Rede Pública de Ensino; pessoas assistidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); creches ligadas à Prefeitura e beneficiários de programas sociais como Bolsa Família, Renda Cidadã, Banco de Alimentos¹⁸, considerando as especificidades dos indivíduos e dos grupos, seus saberes técnicos e populares que incentivaram a distribuição igualitária de oportunidades³.

Nas experiências de hortas escolares, a participação das crianças era central e favoreceu a autonomia delas para fazerem escolhas e se sentirem parte ativa no processo de construção e desenvolvimento da horta, fazendo com que elas se envolvessem mais com a atividade²⁴. Além disso, a horta escolar também possibilitou a criação de um espaço participativo que contribuiu para a promoção da saúde não apenas dos alunos, mas também dos funcionários da escola²¹. O processo de aprendizado coletivo, o estímulo do trabalho em equipe, o fortalecimento da participação constante de funcionários das escolas e inserção das atividades da horta no currículo escolar foram elementos fundamentais para a viabilidade e continuidade das hortas nas escolas²⁷.

As hortas escolares oportunizaram, além dos processos de EAN, trabalhos de educação ambiental de forma muito presente²⁴. A participação nas atividades na horta, proporcionou observação e cuidado com a natureza, que foram estímulos para o envolvimento das crianças²³ e possibilitaram estabelecer uma relação diferente com a natureza²¹. As práticas ambientalmente sustentáveis, a partir da reciclagem e da reutilização de materiais sólidos para a construção de canteiros^{20,24}, a otimização no uso dos recursos naturais nos sistemas produtivos e a prática da compos-

tagem²⁰ estiveram frequentemente presentes nas experiências de implementação das hortas comunitárias e escolares. Esses são elementos que reforçam a perspectiva da sustentabilidade das hortas, assim como contribuem para a construção de territórios e ambientes favoráveis à saúde.

Para além dessa perspectiva de sustentabilidade, no campo da Promoção da Saúde, sustentabilidade também diz respeito à continuidade e sustentação das ações ao longo do tempo e este componente esteve presente em todas as situações analisadas. Nesse sentido, no caso das hortas escolares, a inclusão da horta no currículo escolar permitiu que essa atividade promovesse a interdisciplinaridade, a construção de conhecimentos de forma complexa, além de permitir uma responsabilização institucional pela horta, elementos que demonstraram sustentabilidade do projeto^{24,27}. Ademais, a busca pela sustentabilidade das hortas em UBS e das hortas em espaços comunitários foi evidenciada por meio de parcerias e articulações diversas, promovidas pelos participantes, sociedade civil organizada e poder público para garantir a continuidade dos projetos em curso²⁰.

A partir de todos esses resultados encontrados, foi possível elaborar uma síntese gráfica do olhar da Promoção da Saúde sobre o potencial das hortas comunitárias urbanas presentes em espaços públicos e equipamentos sociais (Figura 1).

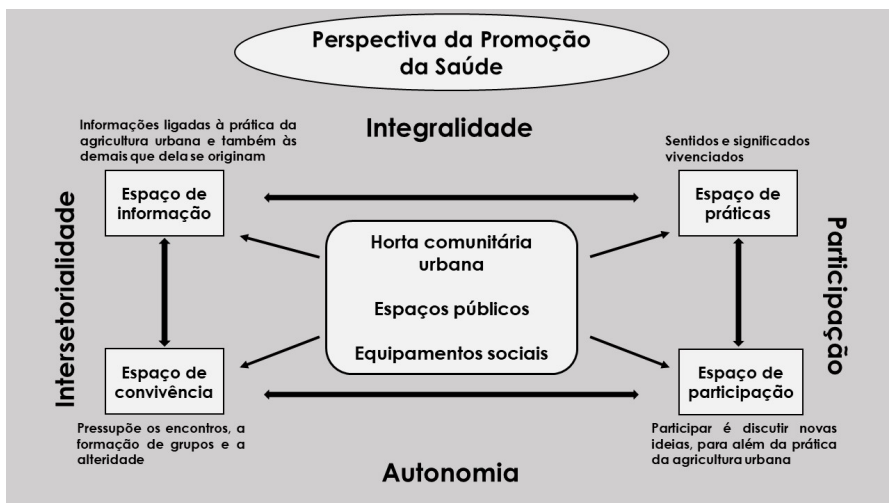


Figura 1 - A estratégia de hortas comunitárias urbanas em espaços públicos e equipamentos sociais sob a perspectiva da Promoção da Saúde

Fonte: Figura Adaptada de Warschauer²⁴.

A perspectiva da Promoção da Saúde, como uma abordagem do processo saúde-doença e das ações com vistas ao alcance ou manutenção de uma qualidade de vida satisfatória, apoia-se em alguns princípios que devem servir como norteadores das políticas, dos programas e das atividades. Na Figura 1 estão quatro deles - integralidade, participação, autonomia e intersetorialidade - que consideramos fundamentais e contemplados no trabalho desenvolvido em torno das hortas comunitárias urbanas. A integralidade e a intersetorialidade permeiam as ações na medida em que as pessoas envolvidas atuam, são vistas e compreendidas de forma integrada e não como “partes de um sistema”, e a horta envolve a articulação de vários setores pois implica no entendimento do sistema agroalimentar como um todo, em conhecimentos sobre cultivo e preparo de alimentos. Participação e autonomia são conceitos que se complementam e compõem um círculo virtuoso, quanto mais as pessoas participam, mais se fortalecem e mais se sentem capazes para exercer autonomia e, ao mesmo tempo, os vínculos interpessoais são fortalecidos.

Há um conjunto de possibilidades de organização e desenvolvimento a serem compostas entre as quatro dimensões que representam os espaços que emergem a partir do uso da estratégia da horta: espaço de informação, espaço de convivência, espaço de participação e espaço de práticas. São espaços e ações que ocorrem de forma concomitante e articulada, se sobrepõem e se complementam. No espaço de informação circulam e se produzem as informações ligadas à prática da agricultura urbana de forma a disseminar conhecimentos de interesse das pessoas envolvidas nas atividades. O espaço de convivência é onde ocorrem os encontros, a formação de grupos e o exercício da alteridade. O espaço de participação contempla a discussão de novas ideias, de forma a levar em conta a visão de diferentes atores, grupos e coletivos na identificação de problemas e necessidades e soluções pertinentes. Implica na corresponsabilidade no planejamento, execução e avaliação das ações. O espaço de práticas é aquele em que se concentram os sentidos e significados vivenciados, individual e coletivamente, nas hortas.

Considerações Finais

A agricultura urbana, de forma geral e nas suas mais diversas formas de ocorrência, tem adquirido cada vez mais uma importância estratégica para a segurança alimentar e nutricional e para a promoção da saúde. Ela permite construir e consolidar a segurança alimentar e nutricional e a promoção da saúde, a elaboração, implantação e o fortalecimento institucional de políticas públicas nas áreas de segurança alimentar e nutricional, abastecimento, agroecologia, desenvolvimento urbano, entre outras.

Do ponto de vista da Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional, nos interessou compreender a importância e a influência de atividades e projetos relacionados às práticas de agricultura urbana, tais como hortas comunitárias e hortas escolares, para a qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos. Nessa direção, a partir dos resultados aqui apresentados e discutidos, foi possível conhecer as práticas envolvidas com o desenvolvimento de hortas comunitárias e identificar os significados atribuídos pelos participantes das hortas à prática da agricultura urbana.

Referências

1. Buss PM. Uma introdução ao conceito de Promoção da Saúde. In: Czeresnia D; Freitas CM (org.). *Promoção da Saúde: Conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003.
2. Pinheiro ARO. A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. 1. *Saúde Pública, Periódico*. I. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES CDD 362.1. 2005 May;29(70):125-39.
3. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde - Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
4. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de

- Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 set. 2006.
5. Brasil. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art.6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União; 4 fev. 2010.
 6. Batista Filho M. Direito à alimentação. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 10, n. 2, p. 153–154, abr. 2010.
 7. Valente FLS. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. Saúde e Sociedade 2003;12(1):51-60.
 8. Valente FLS. “Do combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito à Alimentação adequada”. R. Nutr. PUCCAMP, Campinas. 1997; 10 (1): 20-36.
 9. CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF; 2011.
 10. Brasil - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF, Brasil: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.
 11. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde - PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília, DF; 2014.
 12. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a.
 13. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília-DF: 2012.
 14. Castro IRR. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. Cad Saúde Pública, 2015;31(1):7-9. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X201500100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 19 fev 2021.
 15. Poulain JP. Sociologias da alimentação – os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.
 16. Contreras J, Gracia M. Alimentação, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
 17. Walter P. Theorising community gardens as pedagogical sites in the food

- movement. *Environmental Education Research*, v. 19, n. 4, p. 521-39, 2013. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13504622.2012.709824> >. Acesso em: 19 fev 2021.
18. Ribeiro SM, Azevedo E, Pelicioni MCF, Bógus CM, Pereira IMTB. Agricultura urbana agroecológica - estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde [Internet]*. 2012; 25(3): 381-388. Disponível em <https://doi.org/10.5020/2269>
 19. Costa CGA, Garcia MT, Ribeiro SM, Salandini MFS, Bógus CM. Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 3099-3110, 2015.
 20. Ribeiro SM, Bógus CM, Watanabe HAW. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde e Sociedade (Online)*, v. 24, p. 730-743, 2015.
 21. Coelho DEP, Bógus CM. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. *Saúde e Sociedade*, v. 25, p. 761-771, 2016.
 22. Garcia MT, Ribeiro SM, Germani ACCG, Bógus CM. The impact of urban gardens on adequate and healthy food: a systematic review. *Public Health Nutrition*, v. 21, p. 1-10, 2017.
 23. Garcia MT, Coelho DEP, Bógus CM. Pedagogical School Gardens as a food and nutrition education strategy: perception of parents and educators of their impact on children's diets. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 12, p. 113-136, 2017.
 24. Doria NG, Coelho DEP, Garcia MT, Watanabe HAW, Bógus CM. The experience of an agroecological school garden as an interactive and creative health promotion strategy. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 12, p. 69-90, 2017.
 25. Ribeiro SM, Garcia MT, Franco JV, Watanabe HAW, Bógus CM. Resgate de práticas saudáveis e sustentáveis a partir de vivências com a agroecologia e agricultura urbana. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 12, p. 1113-1131, 2017.
 26. Garcia MT, Vaz Franco J, Costa CGA, Bógus CM. Acesso A Frutas E Hortaliças Em Áreas Periféricas Da Região Metropolitana De São Paulo. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 13, p. 427-445, 2018.
 27. Coelho DEP, Bógus CM. Vivencias en huertos escolares: la construcción de una estrategia pedagógica para la alimentación adecuada y sana. *Campo Abierto*, v. 37, p. 19-32, 2018.
 28. Daufenback V, Machado L, Bógus CM. Agricultura urbana e Segurança Ali-

mentar e Nutricional. *Revista Ingesta*, v. 1, p. 123-124, 2019.

29. Carvalho LM, Bógus CM. Gender and Social Justice in Urban Agriculture: The Network of Agroecological and Peripheral Female Urban Farmers from São Paulo. *Social Sciences*, v. 9, p. 127, 2020.
30. Marques PEM; Dória NG. A integração da noção de soberania na concepção predominante de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *RAIZES (UFPB)*, v. 41, p. 246-261, 2021.
31. Ribeiro RMM, Lins JD, Moreira ICF, Bógus CM. A participação das famílias nas ações de alimentação em escolas para a promoção da alimentação adequada e saudável. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, [S. l.], v. 18, p. e72064, 2023. DOI: 10.12957/demetra.2023.72064. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/72064>. Acesso em: 12 dez. 2023.
32. Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional. Saindo da Caixinha. [Internet]. São Paulo: FSP-USP; 2015 Abr 8 [citado em 2024 Fev 2]. Vídeo: 24 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=brrrX8biFJE&t=20s>
33. Horta da FSP-USP. Colha à vontade. [Internet]. São Paulo: FSP-USP; 2019 Abr 24 [citado em 2024 Fev 2]. Vídeo: 15 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqkw4OwSXbQ>
34. Warschauer M. Práticas corporais na saúde: nós, tangências e saídas. 2017. Tese (doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2017. p. 179.

Políticas públicas de agricultura urbana: trajetória, aprendizados e desafios

André Ruoppolo Biazoti^I,
Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão^{II}

Introdução

A agricultura urbana compreende as atividades agrícolas no interior e nos arredores das cidades. A principal característica que faz da agricultura urbana uma expressão particular em relação à sua forma rural é o fato de estar integrada ao sistema econômico e ecológico das cidades, o que Mougeot (2000a) chama de ecossistema urbano, tendo com este uma relação de funcionalidade². A noção de função diz respeito não apenas ao papel que cumpre na segurança alimentar, tendo em vista o fator produtivo, mas também a outras dimensões vinculadas à paisagem e aos serviços ecossistêmicos que a atividade provê direta e indiretamente. Assim, além de sua localização, a funcionalidade e a sua condição dinâmica na aglomeração urbana são critérios importantes a se levar em consideração³. Tendo em vista os vínculos que possui com as cidades, são três as principais implicações da agricultura urbana: as cidades são abastecidas por agriculturas de caráter rural, periurbano e intraurbano, interagindo em diferentes graus; a tendência de que quanto maiores as cidades, mais intensiva e produtiva será a agricultura que as abastece; e, a tendência de os processos de urbanização serem acompanhados pela intensificação da agricultura praticada nas regiões afetadas⁴.

I André Ruoppolo Biazoti é gestor ambiental, mestre em agricultura urbana pela Universidade de São Paulo (PPGI-EA/USP), integrante do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU/ANA) e assessor técnico no Instituto Pólis. andrebiazoti@gmail.com

II Vitória Leão é pesquisadora, doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e membro do Grupo de Estudo de Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP). vitorialeao.usp@gmail.com

No que se refere à sua inserção na agenda pública mais ampla, a prática ganhou destaque principalmente após o 15º. Comitê de Agricultura da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO - ONU), gerando um dos primeiros documentos de ampla circulação dedicados à agricultura urbana. A publicação em questão reconhece a relevância da prática, os seus compromissos e desafios para o desenvolvimento sustentável e o combate às desigualdades sociais⁵. Desde então, uma multiplicidade de redes se articula em torno do tema, o que se faz perceber, também, em arenas políticas multilaterais sob o referencial mais amplo de aproximação entre alimentação e cidades. De toda maneira, por seu caráter essencialmente local, a agricultura urbana ganha forma em políticas e ações públicas, frequentemente a nível municipal. A cidade argentina de Rosário, por exemplo, possui um estabelecido programa de incentivos fiscais visando a cessão de áreas particulares para promoção de hortas destinadas à população em vulnerabilidade social. Mais recentemente, a municipalidade de Bogotá criou um programa de ocupação de áreas públicas ociosas por meio de práticas agrícolas sustentáveis que aliam produção de alimentos e adaptação às mudanças climáticas, para citar apenas dois exemplos⁶.

No Brasil, as primeiras experiências de caráter mais programático datam da década de 1980, muito vinculadas a esforços para erradicação da fome. O Programa Fome Zero, do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva à frente do Governo Federal, impulsionou diversas experiências de agricultura urbana no Brasil, com especial participação da sociedade civil enquanto articuladora de redes de trocas e fomento à atividade. No entanto, sabe-se que a pauta arrefeceu na agenda pública brasileira a partir da segunda década dos anos 2000⁷, tendo mais recentemente figurado como estratégia de segurança alimentar e nutricional alinhada à promoção de ambientes urbanos mais sustentáveis.

Com o agravamento do quadro de insegurança alimentar no Brasil - ocasionado, de um lado, pelos efeitos da pandemia de Covid-19 no sistema alimentar e na renda das famílias mais vulneráveis e, por outro, pela desatenção do governo federal de Jair Bolsonaro às políticas de assistência social - a agricultura urbana voltou a figurar no debate público como estratégia de combate à fome, notadamente em grandes metrópoles. Nes-

te quadro, é importante mencionar a participação efetiva da sociedade civil na criação de mecanismos de resposta rápida e difundida para as emergências alimentares, sendo algumas delas incorporadas pela gestão pública^{8, 9}. No entanto, as situações que geram estresse nos sistemas alimentares são cada vez mais frequentes tanto pelo seu componente globalizado quanto pelas mudanças climáticas que impactam diretamente na produção de alimentos e o seu acesso nos grandes centros urbanos. A agricultura urbana passa, então, de uma resposta a conjunturas mais pontuais para uma estratégia permanente que alia a resiliência de áreas urbanas e dos sistemas alimentares¹⁰. Trata-se de um novo paradigma para orientar políticas públicas de agricultura urbana, as quais são objeto de discussão neste capítulo à luz da experiência do Estado de São Paulo.

Histórico de Políticas de Agricultura Urbana No Brasil

Apesar de ser uma prática milenar que acompanhou o desenvolvimento das cidades modernas, apenas a partir da década de 1980 é que a agricultura urbana passou a ser objeto de políticas públicas no Brasil^{11, 12}. A pesquisa de Carolino (2021) aponta que as primeiras políticas sobre o tema na esfera federal, voltadas à promoção de hortas comunitárias, são discutidas na Câmara dos Deputados a partir de 1980, mas apenas em 2003 é consolidado o primeiro esforço institucional de fomento à prática a nível nacional por meio do Programa Fome Zero^{12, 13}.

É possível destacar a criação do Programa de Agricultura Urbana no Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com objetivo de consolidar no Brasil a cultura da agricultura urbana, melhorar o autoabastecimento das famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e ampliar a oferta de alimentos e geração de renda em áreas urbanas, contribuindo assim para a construção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional na perspectiva da garantia do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade e quantidade suficientes e de modo permanente.

Há duas etapas dessa construção, onde, na primeira, foram implantados projetos diretamente com prefeituras para implantação de hortas comunitárias e, na segunda, a partir de 2008, foram desenvolvidos pro-

gramas e destinado orçamento para o desenvolvimento de Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUPs), totalizando 12 centros implantados por todo o país¹³. No âmbito da ação orçamentária de apoio à agricultura urbana foram financiados, de 2003 a 2012, 503 projetos, num total de R\$149.282.862,00 para 138.070 beneficiários diretos. Em 2012, foram executados 23 projetos em 23 municípios, atendendo cerca de 7.800 famílias, atuando nas seguintes linhas: produção de alimentos (hortas, lavouras, ervas medicinais e criação de pequenos animais); beneficiamento/processamento (miniagroindústrias) e comercialização¹⁴.

Os CAAUPs foram implantados, junto às unidades de ensino e instituições de pesquisa, com certa diversidade de enfoques e objetivos. As unidades foram implantadas em parceria com universidades e institutos de pesquisa, como a UFPA (PA), UFSC (SC), EMATER (PR), IDERAL (AL), EBDA (BA), Centro Paula Souza (SP), EMATER (PI), UEMA (MA), ITER (MG), UEM (PR), UnB (DF) e FURG (RS), beneficiando cerca de 23 mil famílias nos primeiros anos de implantação¹⁴.

A agricultura urbana surge como proposta de ação prioritária pela primeira vez nas 2ª e 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas em 2004 e 2007, respectivamente, com foco no abastecimento alimentar para o combate à fome. Em 2004, já era considerada a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana, identificando iniciativas, sugerindo levantamentos georreferenciados, a nível municipal, de áreas a serem implantados programas de agricultura urbana e engajando outras políticas a promoverem a prática de forma inter-setorial. Em 2007, além de considerar a regulamentação do uso de áreas ociosas a nível local, a proposição avança de forma a implementar uma Política Nacional, realizar um Encontro Nacional e incorporar a prática à gestão ambiental e territorial^{15, 16}. No âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), foram feitas inúmeras discussões acerca da importância da agricultura urbana no combate à fome que culminaram na criação de um Grupo de Trabalho específico ao tema, que culminou na elaboração de um documento denominado "Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)", em 2014, que trouxe contribuições para o debate a nível nacional¹⁷.

Por fim, em 2018, o então Ministério da Cidadania (antigo Ministé-

rio do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS) lança o Programa de Agricultura Urbana por meio da Portaria n. 467, de 7 de fevereiro de 2018 e da Ação Orçamentária 8.458, retomando as ações do Ministério para apoiar Prefeituras e organizações da sociedade civil em ações territoriais com orçamento reduzido em relação às condições em 2003. Desde 2015, tramita um Projeto de Lei que institui uma Política Nacional de Agricultura Urbana, elaborado pelo deputado federal de Minas Gerais Padre João (PT), que aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Políticas Públicas de Agricultura Urbana no Estado De São Paulo

No âmbito dos estados e municípios, no entanto, é possível encontrar políticas públicas existentes desde a década de 1980. Conforme quadro construído por Carolino (2021), o Estado de São Paulo foi pioneiro, com um primeiro decreto sobre o tema promulgado em 1978, seguido pelos estados de Rio de Janeiro (1987), Distrito Federal (1992), Espírito Santo (1997) e Minas Gerais (2000). Estados como Amazonas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso tiveram legislações mais recentes sobre o tema, que datam de 2017 até 2019¹².

Para fins deste artigo, será aprofundado o olhar para o Estado de São Paulo, buscando observar políticas públicas específicas, que foram criadas para desenvolvimento da agricultura urbana, assim como políticas correlatas que trazem a agricultura urbana no seu bojo de ações.

Em São Paulo, o Decreto n. 11.399, de 13 de abril de 1978, instituído pelo então Governador Paulo Egydio Martins, cria o Programa Hortas Domésticas e Comunitárias, buscando contribuir para a melhoria da nutrição da população do Estado e o estímulo à participação comunitária. No entanto, foi seu sucessor, o Governador Franco Montoro, que deu avanço e implementou um programa efetivo que teve como foco o desenvolvimento de projetos de hortas comunitárias e domésticas. A alimentação foi um dos focos da sua gestão, empreendendo a chamada Batalha da Alimentação com 3 diretrizes: i. maior produção de gêneros de primeira necessidade; ii. incremento à produção de alimentos para o autoconsumo; e iii. reorientação da distribuição de alimentos, fortalecendo a venda direta

ao consumidor e a suplementação alimentar. A Batalha da Alimentação também foi estruturada com base em 3 princípios que nortearam toda a Gestão Montoro: i. descentralização, com participação dos municípios nas políticas públicas estaduais; ii. participação das comunidades, com envolvimento de instituições sociais na implementação de programas e projetos; e iii. ação integrada entre as agências governamentais¹⁸.

Montoro, além de criar normas e legislações para implantação de hortas comunitárias (como o Decreto n. 22.024, de 22 de março de 1984, que autorizava a doação de sementes e mudas para projetos de horta comunitária), promoveu, por meio da Batalha da Alimentação, 4 modelos básicos de intervenção, cujo eixo condutor foi a municipalização da alimentação escolar e a busca por construir sistemas municipais integrados de alimentação: Programa Nossa Horta; Programa Municipal de Alimentação; Cozinhas Comunitárias; e, Programa de Apoio aos Municípios para o Desenvolvimento Alternativo.

O Programa Nossa Horta surgiu a partir de um projeto-piloto desenvolvido na Zona Leste de São Paulo, nos distritos da Mooca, Penha, São Miguel-Ermelino Matarazzo, Itaquera- Guaianazes e Vila Prudente, beneficiando cerca de 6.000 famílias inicialmente. O programa foi ampliado e tornou-se uma política pública estadual, que teve início em 1984, enquanto uma ação permanente e de caráter educativo, com estímulo e apoio à formação de hortas domiciliares e comunitárias, com objetivo de instrumentação social da população carente e produção alimentar. De forma mais ampla, o programa tinha também como objetivos sensibilizar, motivar e capacitar tecnicamente os grupos da comunidade, incentivando a população ao plantio, cultivo e consumo de hortaliças; reduzir os gastos da população com alimentação; estimular a utilização de áreas disponíveis com possibilidade de produção de hortaliças; propiciar a participação comunitária na resolução de problemas; e suprir deficiências nutritivas da população¹⁸.

A tipologia de hortas apoiadas pelo programa consistia em hortas comunitárias (envolvimento da população na melhoria do seu padrão alimentar por meio do associativismo); hortas educacionais (focadas em educação para o cultivo e consumo de hortaliças em escolas e outras instituições); hortas caseiras (foco na produção privada domiciliar para com-

plementação da dieta); hortas municipais (desenvolvidas pelas próprias Prefeituras para atender merenda escolar); e, hortas geradoras de emprego (produção alimentar focada na geração de renda ao trabalhador). O programa ainda incluía a formação e capacitação de agentes multiplicadores, atendendo principalmente famílias com média de 5 pessoas, com baixo grau de instrução e renda familiar abaixo de 3 salários mínimos¹⁹.

As hortas tinham tamanho médio de 1000 m² e cerca de 750g de sementes eram doadas para iniciar o plantio. Outros parceiros também participaram do programa, como a SABESP (com cessão de terrenos e ligação de água), a Caixa Econômica do Estado (com materiais instrutivos, cartazes e sementes) e empresas privadas (com análises de solo). Para todo o programa, foram distribuídas 3.148,738 kg de sementes. Ao todo, foram implantadas, de junho de 1983 a novembro de 1986, 1.773 hortas comunitárias e escolares e 108.512 hortas domiciliares, beneficiando mais de 800.000 pessoas¹⁸. Com a mudança da gestão do governo do estado as ações de promoção da agricultura urbana foram descontinuadas.

Após as ações promovidas pelo Governo de Franco Montoro não houve mais políticas específicas para agricultura urbana a nível do estado. No entanto, durante a década de 1990 e início dos anos 2000, o Governo do Estado promoveu o Programa Guarapiranga Sustentável com o intuito de incentivar a adoção de técnicas agrícolas de baixo impacto ambiental junto aos agricultores/as da região da Represa de Guarapiranga. O programa envolvia ações articuladas para a promoção da agroecologia e para estabelecer Protocolos de Boas Práticas Agroambientais, que orientavam as ações de assistência técnica prestadas aos agricultores/as. Apesar de não ser diretamente uma política de agricultura urbana, o Programa influenciou diretamente os agricultores/as urbanos e periurbanos do município de São Paulo na adoção de práticas agroecológicas, inspirando a construção, em 2016, do Protocolo de Transição Agroecológica, o principal instrumento orientador dos processos de assistência técnica adotado pelo município e utilizado até os dias atuais.

Mais recentemente, o Estado de São Paulo criou a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), que contou com intenso processo de construção junto a organizações e redes da sociedade civil e órgãos públicos ao longo de 2017 e 2018. A PEAPO traz em seu rol de di-

retrizes o apoio ao desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana de base agroecológica no Estado e aponta para a elaboração de um Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO). Este último, elaborado em 2022, contando com o esforço de organizações da sociedade civil, possui um eixo específico que trata da Agroecologia e Agricultura Urbana (Eixo 12) que consolidou uma proposta de criação de um programa estadual de agricultura urbana e periurbana, com objetivo de apoiar a estruturação e o funcionamento de hortas comunitárias, agricultores/as urbanos/as e pomares urbanos para garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

O Estado de São Paulo também possui o Plano Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), elaborado em 2019 e vigente até 2023, mas ações de agricultura urbana aparecem apenas de forma mais pontual, principalmente no Desafio 4 - de promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável. Apesar da existência dessas políticas públicas, não há, no âmbito do Estado de São Paulo, ação estruturada e específica para apoiar experiências de agricultura urbana em parceria com os municípios.

Políticas Públicas de Agricultura Urbana na Cidade de São Paulo

Cidades como Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), Sete Lagoas (MG) e Belém (PA) iniciaram programas de agricultura urbana nas décadas de 1980 e 1990, seguidas por outras cidades como Palmas (TO), São Paulo (SP), Guarulhos (SP) e Fortaleza (CE) na década de 2000, e tantas outras cidades que estabeleceram políticas públicas de agricultura urbana no período mais recente.

Em São Paulo, é a partir dos anos 2000 que a agricultura urbana passa a ser objeto de políticas públicas e legislações no âmbito do município, apesar de já haver ações promovidas tanto pela esfera pública estadual quanto pela sociedade civil desde a década de 1980. As discussões acerca da elaboração do primeiro Plano Diretor Estratégico (PDE) do município, assim como as iniciativas no plano federal do Programa Fome Zero,

possibilitaram o reconhecimento da agricultura urbana dentro do zoneamento da cidade. O PDE, de 2002, trouxe um capítulo específico sobre agricultura urbana, com o objetivo de combater a fome e a exclusão social mediante a cessão de terrenos públicos e privados, além de criar as Zonas Especiais de Produção Agrícola e Extração Mineral (ZEPAG) nas Zonas Norte, Leste e Sul da cidade. Isso possibilitou a implantação de hortas comunitárias pela cidade, assim como o desenvolvimento de uma legislação específica que estruturava definitivamente o apoio governamental a iniciativas de agricultura no Município. Esta legislação é o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), instituído pela Lei Municipal n. 13.727/04 e regulamentado pelo Decreto n. 51.435/10¹¹. Em 2014, o Plano Diretor Estratégico instaurou um processo de revisão marcado pela mobilização de agricultoras e agricultores do município. O novo Plano Diretor Estratégico (PDE 2014) deixa de ter um capítulo específico de agricultura urbana, como o anterior, mas incorpora o retorno da Zona Rural em um terço da área do município, inclui uma ferramenta de Pagamento por Serviços Ambientais, cria novos parques, traz a agricultura urbana como uma das prioridades da Política Ambiental, instituindo a necessidade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável.

O decreto de regulamentação do PROAURP estruturou, a nível municipal, as secretarias que seriam responsáveis e os princípios que norteariam as ações governamentais, envolvendo três órgãos principais: a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA); a Supervisão de Abastecimento (ABAST, antiga Secretaria Municipal de Abastecimento - SEMAB); e a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (SMSUB). O PROAURP traz importantes instrumentos de fomento para a agricultura urbana, como levantamentos georreferenciados de áreas disponíveis para implantação do programa, incentivos fiscais para a atividade em propriedades privadas e o estabelecimento de três Casas de Agricultura Ecológicas: a Casa de Agricultura Ecológica da Zona Sul, criada em 2006; a Casa de Agricultura Ecológica da Zona Leste, criada em 2011; e a Casa de Agricultura Ecológica da Zona Norte e Oeste, criada em 2022, que possibilitaram o acompanhamento dos agricultores por meio de assistência técnica rural, distribuição de insumos e cadastro dos produtores do município.

Outro aspecto importante é o reconhecimento, em princípio, de duas formas distintas de exercício da agricultura urbana, considerada como uma atividade produtiva comercial, de responsabilidade da ABAST, e também como uma atividade pedagógica, voltada para o autoconsumo e para outros fins para além do abastecimento alimentar, de responsabilidade da SVMMA.

Além do PROAURP, outras políticas públicas têm buscado incentivar a criação, desenvolvimento e gestão de hortas, como a Lei da Alimentação Escolar Orgânica (Lei n.16.140/2015 e Decreto n. 56.913/2016), a Lei de Gestão Participativa de Praças (Lei n. 16.212/2015), o Programa Escola Estufa Lucy Montoro (Decreto .n. 50.741/2009) e o Programa Operação Trabalho (POT), na linha chamada Hortas e Viveiros da Comunidade (hoje denominado de POT Agricultura).

A Lei da Alimentação Escolar Orgânica trouxe a obrigatoriedade de inclusão progressiva de alimentos orgânicos ou de base agroecológica de agricultores/as familiares, possibilitando a abertura de mercado a agricultores/as do município de São Paulo por meio da sua priorização e da compra de produtos em transição agroecológica. Além de possibilitar a venda para as escolas, a lei ainda traz a necessidade de desenvolver programas educativos de implantação de hortas escolares orgânicas e de base agroecológica, a ser coordenado e estimulado pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Em 2021, foram identificadas pela SME 939 hortas escolares espalhadas pelas 13 Diretorias Regionais de Educação do município.

A Lei de Gestão Participativa de Praças buscava desburocratizar o cuidado com as praças públicas, possibilitando a criação de Comitês de Usuários que auxiliariam na gestão dos espaços juntamente com a Subprefeitura. A Lei também regulava as propostas de instalação de hortas comunitárias em praças, sob a condição de serem orgânicas e terem caráter educativo, dirigindo às Subprefeituras as responsabilidades de se manifestarem e autorizarem ou não a instalação dos projetos, ouvindo os Comitês de Usuários, quando houver. Apesar da aprovação da lei, proponentes de projetos de hortas comunitárias ainda encontram dificuldades e restrições junto às subprefeituras.

O Programa Escola Estufa Lucy Montoro, visava estimular a implan-

tação de hortas comunitárias e o cultivo de hortalças sem a utilização de agrotóxicos por meio de cursos gratuitos sobre o tema, em consonância com o PROAURP. Até 2012, foram inauguradas 32 Escolas Estufas em Centros Educacionais Unificados (CEU), Subprefeituras, escolas da rede municipal de ensino, entre outros equipamentos públicos. Essas Estufas são espaços importantes para a promoção descentralizada da agricultura urbana para autoabastecimento e para o envolvimento do cidadão com a temática, mas foram desativadas com a mudança da gestão e até os dias atuais não foram retomadas pela Prefeitura.

O Programa Operação Trabalho (POT Agricultura) tem como objetivo, a formação de agentes de produção agroecológica, oferecendo qualificação profissional remunerada por meio de bolsas nas atividades de agricultura urbana e periurbana, com capacitação teórica e prática em agroecologia, boas práticas de cultivo, manejo do solo, preparação de mudas, poda e manejo de árvores frutíferas, produção e aplicação de bio-insumos, comercialização de produtos agroalimentares, entre outros. O POT é um programa central para as experiências de agricultura urbana em São Paulo, uma vez que possibilita a garantia de mão de obra remunerada nas hortas beneficiadas e fortalece a sua sustentabilidade financeira. A seleção dos locais de agricultura, em que serão alocadas as pessoas beneficiárias, é baseada em critérios pré-estabelecidos pela Prefeitura, tais como o tamanho da área, o número de pessoas envolvidas no local, a relevância comunitária, a destinação dos alimentos produzidos, tipo de atividades desenvolvidas no local, vulnerabilidade social, entre outros. Atualmente, há 194 bolsistas do POT Agricultura em 107 locais de agricultura, com perspectiva de ampliação ainda na atual gestão (Informações cedidas pela Prefeitura Municipal em ocasião da reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - CMDRSS, realizada em 28/04/2023).

Outra importante conquista, em termos de fortalecimento de políticas públicas para agricultura urbana, foi a vitória de São Paulo no Prêmio Mayor's Challenge Latin America 2016, realizado pela Bloomberg Philantropies, em 2016. A partir de uma iniciativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, o município venceu a competição com aproximadamente 290 cidades da América Latina com o Projeto Ligue os

Pontos (LoP), que visava contribuir para facilitar e ampliar a distribuição do alimento produzido pela agricultura familiar local, fortalecendo o território rural por meio de conexões e sinergias entre as ações do poder público e iniciativas da sociedade. O município recebeu um aporte de cinco milhões de dólares para implementação do projeto, que contemplava, além do desenvolvimento de uma plataforma digital, ações de cadastramento e mapeamento dos agricultores, assistência técnica e extensão rural e o desenvolvimento de estudos e políticas públicas de fortalecimento da atividade.

O Projeto Ligue os Pontos teve início em 2018, e seguiu em atividade até junho de 2022, com financiamento da Bloomberg Philanthropies até junho de 2021 e da Porticus até junho de 2022. O projeto teve como foco o fortalecimento da agricultura na Zona Sul de São Paulo, onde está localizada a maior parte das Unidades de Produção Agropecuária (UPA) do município. Dentre as ações realizadas pelo projeto, é possível destacar o Cadastro Censitário das UPAs da Zona Sul, a construção da plataforma Sampa+Rural e mapeamento de UPAs nas demais zonas do município, o desenvolvimento do sistema de assistência técnica SisRural, o Levantamento Florístico da Terra Indígena Tenondé Porã, a criação de videoaulas para instalação de tecnologias socioambientais, a criação de cadernos técnicos e cartilhas temáticas com temas centrais do projeto (como assistência técnica e extensão rural, circuitos curtos de produção e consumo entre outros) e a promoção da assistência técnica para cerca de 160 agricultores/as do município. Especificamente sobre a ATER, o projeto Ligue os Pontos possibilitou o aumento de 4 agrônomos que atuavam nas Casas de Agricultura Ecológica para cerca de 10 técnicos, melhorando a qualidade do serviço prestado, com doação de insumos, compra de maquinário agrícola, apoio para a certificação orgânica e para a criação de instrumentos para pagamento por serviços ambientais, instalação de unidades demonstrativas nas propriedades, realização de análises de solo e água, desenvolvimento de cursos de capacitação para agricultores/as, assessoria para comercialização e abertura de novos mercados²⁰.

Um dos resultados do Projeto Ligue os Pontos foi o levantamento de diversas políticas e ações direcionadas para a agricultura do município pulverizadas em diversas secretarias, sem articulação e alinhamento en-

tre elas, totalizando um orçamento de R\$ 4.400.000,00, em 2021²⁰. Como indicativo de continuidade das ações, foi proposta a criação e consolidação de uma rubrica para agricultura no orçamento do município, o que se consolidou em 2023.

Mais recentemente, em 2022, o Programa Sampa+Rural foi criado, a partir da confluência de quatro principais fatores que articulam esforços institucionais e da sociedade civil: a continuidade das ações do Ligue os Pontos por meio do financiamento da Porticus; a construção do Plano de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável; a pressão da sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS) e nos processos participativos da Prefeitura; e a inclusão, no Programa de Metas 2022-2024, de meta específica para a estruturação de 400 hortas no município de São Paulo. Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET), o Programa Sampa+Rural prevê ações que visam expandir a assistência técnica e extensão rural, a inserção de beneficiários do Programa Operação Trabalho (POT) na área da agricultura (com expansão para até 200 bolsas para agricultores/as), além da estruturação de 400 locais de agricultura na capital e de cinco estufas-escola, conforme o Programa de Metas.

Atualmente, há 17 agrônomos que atendem 287 unidades de produção agropecuária, foi instalada a Casa de Agricultura Ecológica da Zona Norte e lançado o edital Acelerando Hortas, que busca impulsionar até 20 espaços de produção por meio de mentoria e orientação gerencial durante seis meses e, ainda, um aporte financeiro no valor de R\$30 mil para auxiliar na solução de problemas específicos e aplicação de tecnologias sociais e/ou sustentáveis. Ao todo, o orçamento total previsto para a rubrica de agricultura (especificamente para a manutenção do Programa Sampa+Rural), em 2023, é de R\$7 milhões de reais (Informações cedidas pela Prefeitura Municipal na reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - CMDRSS, realizada em 28/04/2023).

Potencialidades e Desafios

São Paulo, como se sabe, figura dentre os maiores aglomerados urbanos do mundo, cujo uso e ocupação do solo são dinâmicos e com alto grau de complexidade. Há, ainda, o espraiamento urbano persistente em áreas de vegetação nativa e de proteção aos mananciais, dada a particularidade de seu território contornado de áreas de preservação e conservação da Mata Atlântica^{21, 22}. A expansão urbana, sob a lógica da cidade como mercadoria, encarecendo o valor da terra por meio da especulação imobiliária e expulsando as populações para as periferias urbanas²³, cria barreiras para a manutenção de áreas verdes e de espaços de agricultura na cidade e impede a plena realização do direito à cidade. Apesar dos avanços assistidos na elaboração de políticas de agricultura urbana nas últimas décadas, não são poucos os desafios colocados.

Assim como em outras metrópoles, o acesso seguro à terra é um ponto sensível²⁴. Experiências consolidadas e bem exitosas de agricultura urbana em São Paulo, como o caso da Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL), em que a maior parte dos produtores desenvolve suas atividades sob linhas de alta tensão de energia, sofre ainda com contratos de cessão de uso precários e cuja mediação com empresa concessionária é feita de maneira autônoma⁸. No caso das hortas comunitárias, comumente desenvolvidas em áreas públicas, a sua manutenção também enfrenta muitas vezes constrangimentos oriundos da própria administração pública. Caso emblemático refere-se à Horta das Flores, recentemente ameaçada pela ocupação de um empreendimento imobiliário de moradia social. A situação reforça a dicotomia entre uso urbano e uso rural do solo, assim como expressa a fragilidade dos instrumentos de regularização dessas iniciativas utilizados atualmente, como o Termo de Parceria, e aponta para a necessidade de se desenvolver instrumentos urbanísticos específicos no Plano Diretor Estratégico da cidade para garantir a segurança jurídica do uso da terra para fins de agricultura.

Como descrito anteriormente, os dois Planos Diretores Estratégicos de São Paulo e seus desdobramentos em diversificadas ações públicas, geraram políticas públicas e arranjos importantes para fomentar e dar maior visibilidade à agricultura urbana. De toda maneira, é evidente

que a prática ainda necessita de maior atenção institucional para que sua potencialidade, amplamente discutida na literatura sobre o tema, ganhe materialidade. No caso das metrópoles, o desafio implica ainda na ação conjunta de municípios limítrofes, visando fornecer coesão para as estratégias adotadas, especialmente tendo em vista as práticas agrícolas resistentes nas bordas do tecido urbano. Apesar da Região Metropolitana de São Paulo possuir um Conselho de Desenvolvimento dedicado a temas comuns entre os seus 39 municípios e já ter avançado em um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como previsto no Estatuto das Metrópoles, a agenda ainda encontra dificuldades de emplacar enquanto política efetiva. Diferentemente, municípios paulistas menores, como Piracicaba, Araraquara, Botucatu e mesmo Guarulhos possuem políticas específicas para o tema e conseguem, no limite de seus recursos e desafios próprios, estabelecer políticas consistentes de agricultura urbana (Instituto Escolhas, 2023)²⁵.

Outro aspecto a destacar trata-se da diversidade de tipos de agricultura urbana praticada nos contextos metropolitanos. Essa diversidade reforça, de um lado, as múltiplas funções da agricultura urbana nos espaços urbanos (Curan, 2021)²⁶ e, por outro, a necessidade de desenvolver um leque de ações específicas capaz de abranger as suas especificidades. De forma correlata, o exemplo de São Paulo ainda demonstra a necessidade de se constituir um rol de políticas integradas que possam promover a agricultura urbana em diferentes perspectivas, como a promoção de assistência técnica (como o Programa Sampa + Rural), programas de transferência direta de renda (como o Programa Operação Trabalho - POT), políticas de abertura de novos mercados institucionais (como a lei de inserção de orgânicos na alimentação escolar), políticas de gestão compartilhada (como a lei de gestão participativa de praças), entre outras. Cada política mobiliza diferentes setores da administração pública e, em seu conjunto, estruturam a ação pública para a promoção da agricultura em São Paulo. Assim, o estabelecimento de diálogos intersetoriais na sua implementação e a garantia de dotação orçamentária que possibilite a sustentabilidade das ações em longo prazo, evitando o ciclo de descontinuidade comum às políticas de agricultura urbana, são fundamentais para o fomento estruturante à prática no território.

O exemplo de São Paulo, dadas suas peculiaridades enquanto uma das maiores metrópoles da América Latina, é importante na medida em que aponta para o fortalecimento entre os vínculos urbano-rural e o reconhecimento da importância das áreas verdes e de agricultura na construção de cidades resilientes e sustentáveis frente aos desafios das mudanças climáticas. Apesar disso, há muito ainda a avançar no que concerne à participação dos agricultores/as no controle social dessas políticas públicas e ao atendimento aos desafios ainda colocados de reconhecimento e expansão das práticas.

Referências

1. Maluf RS, coordenador. II VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: Suplemento 1: Insegurança Alimentar nos estados. Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSAN).
2. Mougeot LJA, Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges [internet]. (Cities Feeding People Series, 31). 2000a [acesso em 7 mar 2020]. Disponível em: <https://idl-bncidrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/26429/117785.pdf?sequence=12>. Ace
3. Caldas E, Jayo L, Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e tipologia, Confinos [internet]. 2019. Doi:10.4000/confins.18639
4. Mougeot LJA. Agricultura Urbana: conceito e definição. Revista de Agricultura Urbana, 1, Resource Centre on Urban Agriculture and Forestry – RUAF [internet]. 2000b [acesso em 7 mar 2020]. Disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1.html>
5. FAO - Food and Agriculture Organization. 1999. Urban and peri-urban agriculture. Rome, COAG/99/10. COAG Fifteenth Session.
6. Ayuk E T et al. Urban Agriculture's Potential to Advance Multiple Sustainability Goals: An International Resource Panel Think Piece. A think piece of the International Resource Panel. Nairobi: United Nations Environment Programme; 2021.
7. Almeida DAO. Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) [tese]. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais; 2016.

8. Moruzzi PEMM, Le Bel PM, Leão VOPS, Curan RM, Justiça ecológica como bússola para ações em favor da agricultura urbana e periurbana. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [internet]. 2021;59(4). Doi:10.1590/1806-9479.2021.239176.
9. Recine E et al. Contribuições para o debate sobre abastecimento alimentar: possibilidades futuras e demandas de políticas públicas. Brasília: Ibirapitanga; 2022.
10. Alier JM, *El Ecologismo de Los Pobres. Conflictos Ecológicos y Lenguajes de Valoración*. Barcelona: Editorial Icaria; 2005.
11. Biazoti AR. Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo [dissertação]. Piracicaba: Universidade de São Paulo; 2019. doi:10.11606/D.91.2020.tde-09032020-170856.
12. Carolino K. Agricultura em São Paulo: uma análise sobre os programas públicos instituídos no município [tese]. São Paulo: Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo; 2021. doi:10.11606/T.106.2021.tde-23032022-144637.
13. Ferrareto LC, Pinheiro M C. Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar. In: Aranha AV, organizador. *Fome Zero: uma História Brasileira*. Brasília (DF); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, 2, 2010.
14. Lovo I C, Nuñez T, Mussoi EM, Santandreu A. Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. Produto 4 – Consultoria FAO/MDS e Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2011.
15. Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Relatório da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [internet]. 2004 [acesso em 17 jan 2020]. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_Conferencia_2versao.
16. Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Relatório da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [internet]. 2007 [acesso em 17 jan 2020]. Disponível em: <http://www.4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final-iii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>
17. Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Subsí-

- dios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP) [internet]. CONSEA, 2014 [acesso em 22 maio 2023]. Disponível em: <https://aspta.org.br/files/2015/04/Subsidio-para-uma-Poli%CC%81tica-Nacional-de-Agricultura-Urbana-Periurbana.pdf>
18. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. A Batalha da Alimentação no Governo Montoro. São Paulo: PW; 1987.
 19. Oliveira MS, Programa Hortas Comunitárias. Anais do Seminário Nacional de Abastecimento Alimentar em Grandes Cidades: A Experiência de São Paulo. São Paulo: SAA; 1984. p.130-135.
 20. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo. Projeto Ligue os Pontos: Relatório da Fase 3. (Cadernos Técnicos; 3); 2021.
 21. Borello E, A Bacia do Rio Guarapiranga: ocupação em áreas de mananciais e a legislação ambiental. Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho [internet]. 2006 [acesso em 17 jan 2020]; 25(25), 189–202. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6745>
 22. Sánchez OS. O processo de ocupação em Áreas de Proteção aos Mananciais: conflito com a Lei e a realidade social na Região Metropolitana de São Paulo. (O caso de dois loteamentos ilegais no Município de Mairiporã) [dissertação] [internet]. São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo; 2003. DOI: 10.11606/D.18.2016.tde-17112016-120909.
 23. Bava SC. A cidade como mercadoria. Le Monde Diplomatique Brasil [internet]. 2013 [acesso em 22 maio 2023];74. Disponível em <https://diplomatique.org.br/a-cidade-como-mercadoria/>
 24. Odudu C, Omirin M. Evaluating the constraints affecting land access among urban crop farmers in metropolitan Lagos. Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies [internet]. 2012; 2(2), 130-146. doi:10.1108/2044083121127259.
 25. Instituto Escolhas. Políticas Públicas de Agricultura Urbana [internet]. 2022 [acesso em 19 out 2023]. Disponível em <https://100politicasscolhas.org/>
 26. Curan R M, Marques P E M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. Estudos Avançados [internet]. 2021 [acesso em 19 out 2023];35(101), 209-224. Doi:10.1590/s0103-4014.2021.35101.013

Parte IV - Relatos de experiências em hortas urbanas

Hortas nas Unidades Básicas de Saúde do município de Guarulhos

Silvia Rosana dos Santos^I,
Ana Paula Branco do Nascimento^{II}



Horta das Corujas Mario Shinohara - UBS Carmela
Crédito: Silvia Rosana dos Santos

Introdução

A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) distribuídos em 169 metas e monitorada por 231 indicadores. A nova agenda tem por objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas¹. Os ODS orientam as ações nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. As metas apontam o caminho a ser seguido e as medidas a serem tomadas para promover o seu alcance, conforme apontado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)².

- I Silvia Rosana dos Santos é assistente social e bióloga, especialista em Saúde na Prefeitura de Guarulhos, mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental pela UFSCAR. asilvia.rs@gmail.com
- II Ana Paula Branco do Nascimento é doutora em Ecologia Aplicada – Ambiente e Sociedade pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/CENA/USP). apbnasci@yahoo.com.br

As hortas urbanas são espaços verdes com alimentos, que podem contribuir com muitas metas da Agenda 2030, de diferentes maneiras. As hortas apoiam objetivos como a “Fome Zero e Agricultura Sustentável” (ODS 2): pois fornecem acesso a alimentos frescos e saudáveis; a “Saúde e Bem-Estar” (ODS 3): as hortas contribuem para uma dieta mais saudável, o que beneficia a saúde da comunidade e as “Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11): hortas urbanas promovem o uso eficiente do espaço urbano e contribuem para criação de espaços verdes.

Contribuem ainda com o “Consumo e Produção Responsáveis” (ODS 12): cultivar alimentos localmente reduz a necessidade de transporte e embalagens, reduzindo a pegada ecológica; e “Ação Contra a Mudança Global do Clima” (ODS 13): hortas urbanas podem ajudar a mitigar alterações do clima através da captura de carbono e redução de alimentos produzidos em larga escala e “Vida na Água e Terrestre” (ODS 14 e ODS 15): cultivar alimentos localmente reduz pressão nos ecossistemas aquáticos e terrestres.

As hortas desempenham um papel importante na promoção da sustentabilidade e na realização dos ODS da Agenda 2030. E as hortas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) podem trazer vários benefícios para a saúde e bem-estar da comunidade. Dentre eles, pode-se citar: acesso a alimentos saudáveis; promoção da alimentação saudável; atividade física e de bem-estar; educação em saúde; socialização; e promoção de bem-estar emocional. Desta forma as hortas em UBS desempenham papel importante na saúde da comunidade.

As experiências das hortas no interior das Unidades Básicas de Saúde contribuem para ampliação dos cuidados em saúde, ao estimular hábitos de vida saudável e ao favorecer o contato das pessoas com a natureza. Segundo Freitas *et al.*³, a construção de uma horta comunitária oportuniza a reflexão da comunidade sobre as questões ambientais, qualidade nutricional e qualidade de vida.

Relato de Experiência

Em 2012, as diversas secretarias da administração pública de Guarulhos, incluindo a Secretaria da Saúde, Fundo Social, Secretaria do Meio

Horta das Corujas Mário Shinohara

Localização:

UBS Carmela - Guarulhos / SP

Ocorre desde:

Abril de 2017

Participantes:

Aproximadamente 30 usuários da UBS

Órgãos/Organizações responsáveis:

UBS Carmela - Secretaria da Saúde do Município de Guarulhos

Parcerias:

Secretarias Municipais da Saúde, do Meio Ambiente e de Serviços Públicos de Guarulhos e Escola Estadual Zilda Graça Martins de Oliveira

Objetivos:

- Fomentar a promoção da saúde, por meio do estímulo ao hábito alimentar saudável, interação social e conexão com a natureza;

- Aprimorar o quintal da UBS, fazendo um melhor aproveitamento de suas áreas ociosas;
- Facilitar a participação comunitária e melhorar a integração da comunidade com a UBS;
- Tornar a horta um instrumento pedagógico para a realização de atividades em educação ambiental e de ações terapêuticas, integrando ações de saúde com o meio ambiente;
- Resgatar e valorizar os conhecimentos da comunidade, estimular a prática de cultivos, nos quintais e em áreas públicas ociosas;
- Produzir alimentos saudáveis com ênfase na agricultura orgânica/agroecológica;
- Fortalecer o sentimento de pertencimento e a valorização da natureza, o respeito, proteção e o cuidado por meio de ações sustentáveis.

Ambiente, Secretaria de Assistência Social, Secretaria dos Serviços Público e Secretaria da Educação, uniram esforços para implantar hortas em espaços públicos. Os profissionais dessas secretarias foram convidados a participar de reuniões sobre Agricultura Urbana e Periurbana, dando início aos projetos de hortas, com suporte técnico oferecido para as primeiras etapas de implementação das hortas urbanas.

A experiência que será abordada aqui busca explorar e aprofundar reflexões sobre a criação da Horta das Corujas na Unidade Básica de Saúde (UBS) Carmela, iniciada em 2017. Este projeto é o mais duradouro entre as experiências destacadas neste trabalho. Além disso, também vamos fazer uma breve análise da experiência inicial na construção das primeiras hortas da Saúde no município. É relevante destacar que o relato dessas primeiras construções de hortas é parte da vivência dos profissionais da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) Presidente Dutra, bem como dos funcionários, população e gestão que atuavam em três Unidades Básicas de Saúde. Naquela ocasião, foram estabelecidas hortas em duas UBSs - Presidente Dutra e Marinópolis.

UBS Marinópolis e UBS Dutra

As hortas da UBS Marinópolis foram construídas onde havia uma área subutilizada com vegetação predominante de capim, e a UBS Presidente Dutra, por falta de espaço com terra, foi contemplada com uma horta vertical, permitindo otimizar o espaço disponível.

O projeto foi compartilhado com a gestão das unidades e, mediante autorização, foi iniciado o diálogo com os Agentes Comunitários da Saúde (ACS), com os demais funcionários da UBS e com pessoas da comunidade do entorno. E, aos poucos, buscou-se ampliar a construção das parcerias com outros equipamentos sociais.

O apoio dos membros da equipe NASF sempre foi imprescindível, por ser uma equipe multiprofissional que geralmente desenvolvia atividade grupal entre os usuários do SUS, sendo assim, a divulgação se ampliava no interior dos grupos, proporcionando a disseminação de informações e motivando as pessoas a participarem da horta comunitária. Os ACSs foram uma equipe-chave na mobilização da comunidade e na adesão aos projetos de horta, uma vez que residem no território e conhecem a comunidade adscrita na UBS e isso lhes confere facilidade para identificar os interessados em participar dos projetos desenvolvidos pelas UBSs.

Todo o trabalho de manutenção da horta era realizado pelos participantes, desde a capina, a construção dos canteiros e a irrigação. Em alguns casos contamos com a presença de profissionais do meio ambiente para a orientação e decisão da área correta para fazer a plantação. Ao final do ano de 2012, houve uma reorganização em todas as equipes do NASF do município, o que ocasionou a realocação desta equipe NASF para outras três UBS, Água Azul, Álamo e Bambi. Desta forma duas novas hortas foram iniciadas pela equipe NASF, em conjunto com a equipe da Atenção Básica, como Agentes Comunitários de Saúde, Farmacêuticos e Enfermagem.

UBS Bambi e UBS Água Azul

No ano de 2013, foram iniciadas conversas sobre o projeto de horta e jardinagem na UBS Bambi, em parte seguindo as experiências já existentes em outros projetos. Desta forma, demos início ao projeto da horta

envolvendo membros da Equipe NASF e da Atenção Básica. O projeto da unidade obteve ampla participação de diversos profissionais e da comunidade, o que resultou na construção da horta e jardinagem.

Na UBS Água Azul, não houve adesão da comunidade, porém houve adesão de ACSs e seu desenvolvimento beneficiou os trabalhos de psicologia com as crianças que eram encaminhadas pelas psicólogas como parte do tratamento, como oportunidade de socialização, aprendizagem sobre temas ambientais e alimentação saudável. Nesse caso, as mudas foram oferecidas pelo grupo de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICs⁴. Nesta unidade, a Equipe NASF permaneceu por aproximadamente um ano após o início do projeto.

Aí houve nova reorganização das equipes nos territórios e uma nova UBS passou a fazer parte do projeto, a UBS Nova Bonsucesso.

UBS Bonsucesso

Ao chegar na UBS Nova Bonsucesso, o prédio era novo e estava sendo inaugurado naquele momento e havia a proposta de ser uma Unidade Escola. Notou-se a existência de uma ampla área externa, sendo que uma parte apresentava as condições adequadas para a construção de horta, além disso, este era o desejo da gestão da Unidade. Sendo assim, novamente iniciamos a conversa sobre a implantação da horta com os ACSs. Um novo projeto de horta estava nascendo e foi acolhido pelo gerente anterior da UBS e pelos ACSs; outra parceria que buscamos foi junto ao Conselho Gestor de Saúde e um dos membros passou a participar dos trabalhos contribuindo com a medição da área para se iniciar os canteiros. Dentre as dificuldades encontradas, foi superada a falta de água e logística para a irrigação, uma vez que, ao se explorar a área, encontrou-se um ponto de água no centro da horta, situação que contribuiu para o florescimento do projeto.

O grupo se reunia semanalmente para manutenção dos cultivos e as reuniões aconteciam a cada quinze dias. Uma das propostas que surgiu foi a construção de dois canteiros de alvenaria. Como não havia recursos financeiros para tal, uma rifa foi organizada, de modo que os recursos foram utilizados para aquisição dos materiais para a construção dos dois canteiros.

Aos poucos, o projeto foi ficando conhecido e uma auxiliar de enfermagem do Centro de Referência do Idoso – CERESI, localizado na região central de Guarulhos, ao tomar conhecimento da existência do projeto da horta, passou a encaminhar os pacientes daquele equipamento que residiam nas proximidades da UBS para participar do projeto. Ampliando o sentido de cuidado, acolhimento, inclusão social e promoção de saúde. Vale ressaltar, aqui, que essa conduta foi articulada e realizada indo ao encontro dos pilares do SUS, que preconizam a inclusão e a participação social, trabalho em rede e promoção de saúde e fortaleceu não só o trabalho que estava sendo desenvolvido, mas também o vínculo com a UBS e o projeto terapêutico dos pacientes que iam se juntando aos trabalhos na horta⁵.

Nesta ocasião, foi estabelecida parceria com o Grupo das Práticas Integrativas e Complementares e uma das participantes que estava realizando um curso na Escola de Administração Pública (ESAP) encontrou na horta a oportunidade de pôr em prática seu projeto de conclusão de curso que tratava de compostagem. A partir daí, iniciamos também, além do cultivo de plantas, a produção de nosso próprio adubo. Com a parceria da comunidade que trazia seus resíduos orgânicos, o projeto da horta foi se consolidando.

Os relatos dos participantes evidenciam o potencial do projeto alcançar outras dimensões para além do visível e mensurável, beneficiando usuários e serviços de forma intersetorial, fortalecendo ainda mais o princípio da integralidade do SUS de forma ampliada; promovendo aos municípios saúde não só do corpo físico, mas, também, de laços sociais saudáveis com seus pares e com os equipamentos de sua região de referência, conhecimento de uma área de lazer para possíveis respiros tão necessários em saúde mental, por exemplo. É importante lembrar que estamos falando de municípios de uma região periférica, onde todos os recursos governamentais são escassos e onde a vulnerabilidade social e a violência são sabidamente aumentadas.

Vale ressaltar que, em cada local onde as hortas, ora apresentadas, foram construídas, as facilidades e dificuldades se deram de diferentes formas, pois, cada local possui suas especificidades. Porém, observamos

que quando conseguimos o engajamento dos ACSs e da comunidade, esses obstáculos acabavam sendo superados mesmo que aos poucos.

Exemplos de conflitos podem ser dados em relação à construção de horta no quintal das UBSs. Ocorreram em relação à divisão do espaço do estacionamento com a horta e jardim, à existência de preconceito em relação à questão estética, à falta de conhecimento em compostagem induzindo e ao errôneo pensamento de que a composteira atrai vetores. Esses fatores provocaram resistência por parte de alguns funcionários das UBSs e de alguns gestores.

UBS Carmela

No início do ano de 2017, houve novamente alteração e realocação das equipes NASF, sendo que a mudança provocou a troca dos membros de Equipes NASFs da Região III de Saúde - São João Bonsucesso para as UBSs tradicionais: UBS Inocoop e UBS Carmela. As chamadas UBSs tradicionais são aquelas que não contam com Equipe de Saúde da Família e, portanto, não têm ACSs em seu quadro de funcionários. A Equipe NASF também não existe em sua configuração multidisciplinar, sendo mantidos apenas dois profissionais: o Assistente Social e o Psicólogo. Na UBS Carmela já havia uma horta que era cuidada por uma funcionária e vale lembrar que o esforço para implementar horta comunitária no local é antiga e antecedeu a gestão atual. Com apoio da Gestão e do Conselho Gestor de Saúde, iniciamos um projeto de horta comunitária ampliando a participação e a área de cultivo. O público que contribuiu com a implantação da horta e que segue participando até a presente data são membros da comunidade composto por mulheres, principalmente, homens adultos, idosos, adolescentes e crianças. Grande parte dos participantes teve contato com agricultura no campo ou mesmo na cidade. A presença de crianças e adolescentes é mais comum nas férias escolares, pois vão acompanhando seus pais e avós. Os membros da horta são rotativos em sua maioria, entretanto, há um núcleo permanente de participantes, que está desde o início do projeto.

A implantação da horta desde o planejamento suscitou ações e realização de inúmeras atividades educativas com temas voltados para a

saúde, alimentação saudável, integração da comunidade e cuidado com o meio ambiente, geralmente, na sala de espera da UBS. A divulgação ocorria dentro da UBS na sala de espera e por meio de cartazes em locais estratégicos dentro da UBS.

Houve a conexão do projeto da horta com o Programa Lixo Zero que estava se apresentando nos equipamentos públicos. Nestas atividades incluímos temas que envolviam a horta, como a compostagem. Também foi importante poder contar com participantes do Conselho Gestor que faziam parte da Pastoral da Criança. Desta forma, gradativamente fomos construindo em conjunto com a comunidade o Projeto da Horta, denominado Horta das Corujas Mário Shinohara. A escolha da denominação da horta está relacionada à presença de Corujas Buraqueiras nas imediações da UBS e Mário Shinohara homenageia (*in memoriam*) um membro do grupo da horta que teve um papel muito importante na sua implantação.

Foram organizadas atividades, tais como oficina de terrário, trilhas do sentido oficinas de sementeira de plantas ornamentais e alimentícias e oficina de compostagem.

O processo que envolve a implantação da horta é permeado pelos princípios do SUS e trata-se de uma experiência que se insere no âmbito da Promoção e Prevenção da Saúde, no empoderamento da comunidade e no trabalho intersetorial, envolvendo o diálogo com outras secretarias, como do Meio Ambiente, Serviços Públicos, Escola, Igreja e programas e políticas da própria Secretaria de Saúde.

O curso de formação promovido pelos Programas Ambienta Saúde e Lixo Zero, o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Práticas Integrativas e Complementares de Saúde como seminários, palestras e a elaboração da Cartilha de Plantas Mediciniais, envolvendo o Departamento de Assistência Integral à Saúde (DAIS) e Escola SUS, além dos cursos intitulados Caminho da Sustentabilidade, organizado pela Secretaria de Serviços Públicos em parceria Escola de Administração Pública Municipal (ESAP) e do curso Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Ferramentas Tecnológicas para Planejar Políticas Públicas e a existência do Selo Ambiental, são ações e eventos que muito contribuíram e contribuem para o fortalecimento da AUP. Outro aspecto importante, foi a escolha por uma gestão horizontalizada.

Para iniciar as atividades da horta foi adotado um café coletivo, onde cada membro traz um prato, para compartilhar entre todos os presentes, e é um momento descontraído de trocas de ideias, apreciado por todos.

Vale ressaltar que, ao ser elaborado o projeto da horta, optou-se por utilizar os materiais disponíveis no próprio quintal da UBS e na comunidade, conferindo sustentabilidade ao projeto. Além disso, não há verba na UBS destinada para esse fim, uma vez que não há no município aporte financeiro para fomentar projetos de hortas. Desta forma, a UBS fica limitada a adquirir ferramentas essenciais como pá, carrinho de mão, enxadadas, dentre outras, que são usadas no manejo da horta.

A estrutura simples sempre foi valorizada pelos participantes do grupo da horta, porém a precariedade de recursos financeiros implica em algumas limitações de ampliação e melhoria da infraestrutura destinadas aos cultivos, porém, não inviabiliza a estrutura que já está estabelecida.

Na área da horta, foram construídos 6 canteiros de aproximadamente 2,5 m² de comprimento por 1m² de largura, com hortaliças, plantas medicinais e aromáticas, plantas espontâneas medicinais e PANCs. Houve também a escolha por manter um cultivo orgânico, não usando aditivos químicos como adubo, pesticida e herbicida industrializado. Foi estabelecido o dia da colheita, que coincide com o dia em que o grupo se reúne, toda a colheita é depositada em uma mesa, onde os participantes recolhem para si aqueles produtos que lhes interessam, não há comercialização de nenhum produto dos cultivos.

Para manter o cultivo orgânico livre de agrotóxico e pesticidas, adotamos algumas práticas como o controle fitossanitário com algumas estratégias que foram implementadas na horta, como por exemplo o cultivo de jardim com ampla diversidade de espécies floríferas de fácil cultivo e propagação que atraem os herbívoros, outra estratégia de sucesso em relação às formigas cortadeiras foi a colocação de barreiras mecânicas, no caso utilizamos papel alumínio nas plantas que mais estavam suscetíveis aos ataques das formigas e outras formas de controle através do uso de inseticida natural, caseiro.

A nutrição do solo é feita através da adubação com o material originado da poda de vegetação fornecido pelo Meio Ambiente e o composto

é produzido por meio de compostagem, nas proximidades da horta, onde os resíduos são fornecidos pelos participantes e a composteira é abastecida uma vez por semana com os resíduos produzidos nas residências, o que contribui para que os membros daquele domicílio entrem em contato com a reciclagem e promovam ações para o uso deste resíduo, que seria transportado e descartado no aterro sanitário.

Pandemia COVID-19

A chegada da pandemia impactou em todas as atividades relacionadas à horta. Durante um longo período de restrição, as operações das UBS e o acesso da comunidade à horta foram severamente limitados. A continuidade do projeto foi viabilizada graças à colaboração entre a assistente social e a psicóloga da UBS, que se uniram para garantir a manutenção integral da horta. Gradualmente, alguns membros do grupo começaram a retornar, seguindo rigorosamente todos os protocolos de prevenção da COVID-19. Eles optaram por horários alternados e sempre trabalhavam de forma independente para garantir a segurança de todos.

No final de agosto de 2022, o grupo conseguiu recomeçar suas atividades na horta com encontros semanais. No entanto, o retorno não foi completo, uma vez que os participantes estavam sofrendo diversas formas de luto. Alguns lidavam com a perda de entes queridos, enquanto outros enfrentavam as sequelas da COVID-19 em membros de suas famílias. Isso os levou a assumir novas responsabilidades de cuidado e, conseqüentemente, a não terem mais tempo disponível para se dedicar à horta.

Resultados Observados

No Campo Social: ampliação na participação da comunidade no Conselho Gestor de Saúde, melhora na relação da comunidade com a UBS, formação e fortalecimento de vínculos dentre os participantes da horta, troca de informações e conhecimento, sentimento de pertença, melhora na qualidade da alimentação, consumo de PANC, economia no orçamento doméstico, por colher hortaliças, plantas aromáticas e medicinais encontradas na horta.

Frequentemente, observa-se nas imediações da horta, oferta de mudas e sementes, as quais, na maioria das vezes, a comunidade oferta espontaneamente e de forma anônima. No entanto, eram recebidas e cultivadas com satisfação, por entendermos que este gesto caracteriza retorno dos benefícios dos cultivos para com a comunidade do entorno.

Existem relatos, por parte da gestão, de que houve melhora na relação da comunidade com a UBS, após o estabelecimento da horta. Outrora era comum as pessoas descartarem móveis inutilizáveis, e outros tipos de materiais na área da UBS, situação que felizmente não se observa mais.

Do ponto de vista ambiental: o intercâmbio de mudas de plantas dentre os frequentadores da horta contribui com a conservação do germoplasma e aumento da biodiversidade.

A existência da horta melhora a permeabilidade do solo, possibilitando maior absorção da água da chuva. A construção de compostagem para o depósito de resíduos orgânicos ofertados pela comunidade abastece de adubo orgânico todo o cultivo da horta, jardinagem, árvores frutíferas e ornamentais, reduzindo o descarte de resíduos orgânicos e os tornando produtivos, evitando de serem destinados ao aterro sanitário, gerando sustentabilidade.

A biodiversidade existente em toda a área verde da UBS funciona como atração de fauna, durante o expediente é possível avistar diversos tipos de aves, borboletas, cigarras, beija-flores, abelhas, joaninhas e com tanta biodiversidade o controle de insetos que atacam as plantas da horta é realizado naturalmente por seus predadores.

A parceria com o Meio Ambiente teve como resultado o abastecimento com material de podas e capinas, esse material é utilizado para melhoria do solo, não só para a UBS, mas para as pessoas da comunidade e a Escola Estadual Zilda Graça Martins de Oliveira, que é vizinha da UBS e possui horta.

Ao se adotar esses princípios de sistema de cultivo, no ano de 2019, nosso Projeto foi laureado com o Selo Ambiental, instituído pela Lei Ordinária nº 7047/2012⁶ do município, com a finalidade de incentivar projetos que visam a sustentabilidade e, no mês de novembro do mesmo ano, o

projeto da horta foi apresentado em um seminário de Práticas Exitosas da Região III de Saúde. No ano de 2022 participamos do Evento Estratégia ODS ONU - “O Futuro que Queremos”, onde nosso projeto foi classificado como boas práticas em prol de um mundo melhor. Estes eventos são muito importantes para dar visibilidade aos trabalhos que são desenvolvidos em seus territórios, além do reconhecimento e valorização.

Principais Desafios

- Recursos Financeiros - Apesar de ser um projeto de horta e jardim consolidado no quintal das Unidades Básicas de Saúde, sua maior abrangência se dá na comunidade. Uma limitação do projeto de hortas em UBS é a falta de recursos financeiros para a implementação e manutenção do projeto. Isso se torna um fator restritivo, especialmente quando se trata de investir em materiais para aprimoramento estrutural e estético, bem como para as manutenções, as quais enfrentamos dificuldades em realizar.
- Manutenção - A falta de manutenção adequada do mato acarreta um dispêndio considerável de tempo e energia na remoção das plantas invasoras, como capim e gramíneas, que crescem de maneira sufocante ao redor das árvores jovens e das plantas ornamentais no jardim. Além disso, encontramos dificuldades para acionar o serviço de poda e limpeza das árvores quando necessário.

Principais Aprendizados

- Reconhecimento da potência do trabalho comunitário, onde os laços de relações horizontais impulsionam a transformação de um local, mobilizando uma rede de troca de saberes e conhecimentos ancestrais, bem como valores como solidariedade, cooperação, confiança, respeito, comprometimento, trocas e compartilhamento.

- Aquisição de conhecimentos sobre os saberes ancestrais na utilização de plantas medicinais, bem como sobre as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC).
- Entendimento de que a diversidade de plantas contribui para a proximidade com a fauna e promove o equilíbrio ecológico, além de aprender a observar a natureza para caminhar em sintonia com ela.
- Implementação da reciclagem de resíduos orgânicos, os quais são transformados por microrganismos e outros animais envolvidos na decomposição, resultando em um adubo rico para as plantas, promovendo um cultivo livre de agrotóxicos.

Referências

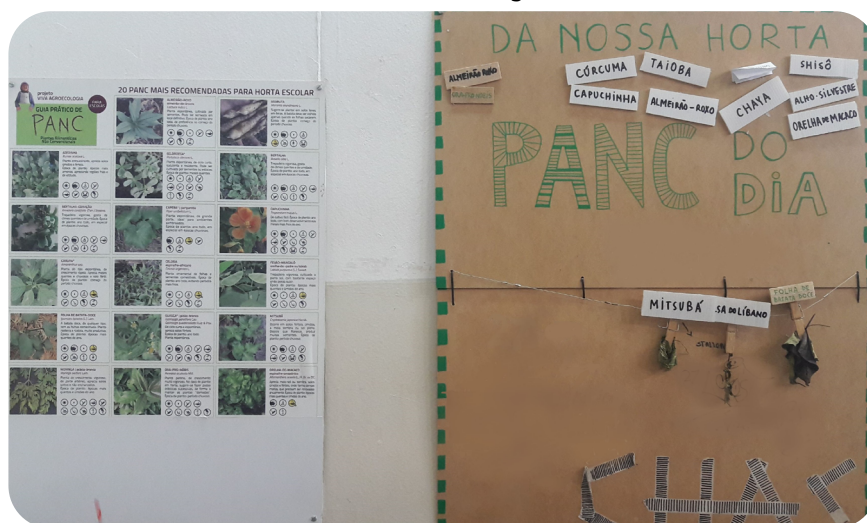
- 1 ONU – Organização das Nações Unidas. Documentos Temáticos: Objetivo do Desenvolvimento Sustentável [internet].2018 [acesso em 13 mar 2021]. Disponível em: <https://mma.gov.br>
- 2 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. AGENDA 2030, ODS, Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [internet]. 2018 [acesso em 24 abr 2023]. Disponível em : https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895:agenda-2030-ods-metas-nacionais-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-proposta-de-adequacao&catid
- 3 Freitas HR, Gonçalves-G, Rodrigues RC, Marinho CM, Fonseca ASS, Quirino AKR, Xavier KMMS, Nascimento PVP. Horta escolar agroecológica como instrumento de educação ambiental e alimentar na Creche Municipal Dr. Washington Barros – Petrolina/PE. Extramuros (Petrolina-PE) [internet]. 2013 [acesso em 10 mar 2023]; 1(1): 155-169. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/621>
- 4 Prefeitura Municipal de Guarulhos. Portaria n.º 074/2015, de 16 de junho de 2015. Institui a Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Município de Guarulhos. Diário Oficial do Município de Guarulhos.2015.
- 5 Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) [in-

ternet]. Brasília (DF); 2018 [acesso em 07 abr 2023]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf

- 6 Prefeitura Municipal de Guarulhos. Lei ordinária nº 7047 de 24 de maio de 2012. Institui o Selo Ambiental da Cidade de Guarulhos [internet]. [acesso em 15 mar 2023]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/g/guarulhos/lei-ordinaria/2012/704/7047/lei-ordinaria-institui-o-selo-ambiental-da-cidade-de-guarulhos>

Hortas comunitárias em escolas

Roberta Maria Miranda Ribeiro^I,
Cláudia Maria Bógus^{II}



Crédito: Roberta Maria Miranda Ribeiro

Na direção de identificar novos caminhos de aprendizagem dentro das escolas, as hortas escolares permitem desenvolver experiências promotoras da alimentação adequada e saudável. Elas podem ser utilizadas como um instrumento para apoiar a conexão entre o cultivo de alimentos e refeições saudáveis, aumentar a disposição dos alunos em consumir frutas e vegetais, estimular a criação de hortas domésticas e, em última análise, contribuir com a mudança de percepção sobre os ecossistemas¹.

Nesses espaços de aprendizado, as trocas interpessoais apresentam-se numa perspectiva horizontal e dialógica entre os envolvidos, em

I Roberta Maria Miranda Ribeiro é nutricionista, doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), coordenadora de curso e docente do curso de nutrição da Faculdade Estácio de Santo André. robsmiranda@yahoo.com.br

II Cláudia Maria Bógus é pedagoga, professora associada da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). claudiab@usp.br

que todos podem contribuir com seus conhecimentos e experiências. A horta revela-se também como um espaço de produção de cuidado, compreendido a partir da participação ativa dos sujeitos e da construção da sociabilidade, resgatando e construindo vínculos de cuidado consigo, com o outro e com a natureza².

O relato de experiência apresentado foi construído a partir de uma pesquisa observacional realizada em duas escolas públicas de ensino fundamental no município de São Paulo – SP, entre maio e dezembro de 2019. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, parecer número 2.728.220/2019. A autorização e indicação das unidades educacionais, denominadas escola A e escola B, foi realizada pela Coordenadoria de Alimentação Escolar (Codae)/Secretaria Municipal de Educação e, para tanto, era preciso que tivessem incluído no Projeto Político Pedagógico (PPP) ações de alimentação com a participação das famílias. Os resultados são decorrentes da observação participante realizada na escola, registrada em um diário de campo, entrevistas individuais semiestruturadas e grupos focais, permitindo a construção de uma série de possibilidades de informações para triangular olhares e obter mais informações sobre a realidade³. Nesse contexto, as hortas foram reconhecidas como estratégias pedagógicas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) das escolas e o processo de construção de seus projetos partiu da necessidade vivenciada em cada território.

Em uma breve contextualização, na escola A o projeto de horta foi criado em 2017, quando recebeu um recurso financeiro do governo federal para o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade. Havia uma professora que defendia a implementação da horta e, assim, a equipe gestora e docente aderiu à proposta. As atividades educativas foram direcionadas aos primeiros e quintos anos do ensino fundamental 1 (Fund1) e envolveram a criação do minhocário, plantio, manuseio e colheita de temperos e verduras. O manuseio era realizado pelos estudantes e educadores das turmas citadas e a colheita destinada às famílias das crianças envolvidas no projeto. Após 1,5 anos de início de suas atividades, a professora idealizadora do projeto precisou remover-se da escola, levando à suspensão das atividades da horta até o próximo ano escolar. Assim,

Hortas comunitárias em escolas municipais de São Paulo

Localização:

Zonas oeste e leste do município de São Paulo

Ocorre desde:

2014 e 2017, respectivamente

Objetivos:

Desenvolvimento de atividades práticas voltadas para a educação ambiental e alimentar.

Participantes:

Estudantes, professores e funcionários das escolas

Órgãos/Organizações responsáveis:

Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE/SME-SP

Parcerias:

Unidades Básicas de Saúde - SMS-SP, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SP, Instituto Kairós.

prosseguindo no caminho de se ter um professor responsável pelos projetos desenvolvidos na escola, a horta passou a ser de responsabilidade da professora de educação física do Fund1. Para potencializar as atividades e cuidados que envolvem a horta foi estabelecida uma parceria com a Unidade Básica de Saúde do território que dispunha de uma agente de promoção ambiental. A proposta era aproximar os diferentes grupos de cuidado com algumas atividades de horta escolar, porém o período de pesquisa na escola foi finalizado antes que houvesse a concretização das discussões.

A horta da escola B iniciou suas atividades em 2014, liderada por uma professora vinculada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da prefeitura de São Paulo. Acontecia no contraturno das aulas e, desde o início, dispunha de uma equipe que incluía os estudantes do ensino fundamental 1 e 2 (Fund1 e Fund2), seus familiares e alguns educadores. As plantas semeadas eram convencionais e a colheita usada para compor alguma preparação servida na alimentação escolar cerca de uma vez por semestre ou distribuída entre os estudantes interessados para levar para casa^{III}. Após um ano foram plantadas as primeiras mudas de plantas alimentícias não convencionais (PANC), utilizando técnicas agroecológicas. Com o aumento do interesse e engajamento dos pais, em 2017, formou-se a Comissão de Horta, Alimentação e Sustentabilidade, conhecida como CHAS, que passou a compor uma das oito comissões^{IV} da escola,

III Retirado da página eletrônica da escola B.

IV Inspirada na Escola da Ponte, as comissões eram formadas por familiares, educadores, amigos da escola e atuavam de diversas formas e em várias frentes consideradas vitais ao projeto pedagógico. A Escola da Ponte era um projeto de educação social, pensada em três grandes pilares: liberdade, responsabilidade e solidariedade; almejava a transformação da realidade mediante a instituição de uma cultura de participação responsável. PACHECO, José. **Escola da Ponte: formação e transformação da educação**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2008. 232 p.

e a apoiar com regularidade o trabalho pedagógico dos professores que viam na horta um espaço educativo. No final do mesmo ano, foi desenvolvida uma parceria com uma empresa da sociedade civil, dando início ao projeto Viva Agroecologia de hortas escolares com PANC, que se articulava à Rede de Viveiro de PANC em São Paulo, realizada pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo e o Instituto Kairós^V. Essa parceria ofereceu à escola uma consultoria agrícola para estruturação da horta PANC, com o plantio de novas espécies em mutirões que envolveu a comunidade escolar, apoio pedagógico às ações da CHAS, doação de livros com a temática da agroecologia para a biblioteca, atividades de educação ambiental e culinária saudável e a publicação de um manual sobre como utilizar as PANC nas preparações culinárias da alimentação escolar. Assim, as ações diretas da horta eram estruturadas a partir da integração de atividades desempenhadas pelos grupos de atores sociais envolvidos na compostagem dos restos de alimentos crus da cozinha, posteriormente utilizada como adubo; manuseio da horta, como plantio, manutenção e colheita; utilização semanal das PANCs no cardápio da alimentação escolar.

Os temas horta, alimentação e sustentabilidade integraram o PPP da escola, os roteiros de estudo e o calendário escolar com o evento anual 'Esse dia é PANC'. Além de envolver toda a comunidade escolar, essa ação conferia visibilidade à horta e às PANCs, fortalecendo a sua utilização semanal na alimentação escolar servida. Ademais, a inclusão dos estudantes do Fund2 nas atividades de horta proporcionou momentos de discussão sobre temas que exploraram as dimensões política, social e econômica da alimentação, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia em suas escolhas alimentares. Esse resultado mostrou que para despertar o interesse dos adolescentes foi preciso extrapolar os temas comumente debatidos com os estudantes do Fund1, como aceitação da alimentação servida e as suas relações de comensalidade.

Essas ações estruturadas inseriram a alimentação como um tema de produção do conhecimento, com atividades que saíram do padrão

V O Instituto Kairós – Ética e Atuação Responsável é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2000, que fomenta novas práticas de Produção, Distribuição, Comercialização e Consumo Responsáveis (PDCCR), através da experimentação direta, da articulação de redes e políticas públicas e da produção e disseminação de conhecimentos – em prol da construção de uma sociedade mais justa, sustentável e saudável (<http://institutokairos.org.br/institucional/apresentacao>).

informativo e possibilitaram o desenvolvimento de práticas educativas que, além de associarem teoria e prática, permitiram trabalhar aspectos sensíveis do conhecimento, contribuindo para a formação de vínculos com o alimento produzido². Outro desfecho relevante para as atividades de alimentação e nutrição, mediada pela horta, foi a votação pela comunidade escolar no tema 'Gastronomia' para a festa da cultura de 2019. Inspirados na horta PANC, foi possível ampliar e avançar nas reflexões e discussões em torno da alimentação, que resultou na construção de um grande mapa mental mostrando a extensão e capilaridade das discussões alcançadas pela comunidade.

A observação das experiências vivenciadas pela horta mostrou que para atribuir sentido à escola e sua comunidade é preciso que ela seja construída e incorporada na dinâmica escolar. Para tanto, a inclusão da alimentação como tema de trabalho no PPP das escolas, embora não seja garantia, pode ser um caminho para a problematização da alimentação como prática pedagógica, contemplando a integração das suas dimensões biológica, sociocultural, ambiental e econômica⁴. Com a horta houve o desenvolvimento de práticas educativas capazes de ressignificar a comida no contexto contemporâneo e considerar que a alimentação adequada e saudável deriva de sistemas alimentares social e ambientalmente sustentáveis^{5,6}.

A concepção do projeto centralizado em apenas um professor e direcionada a algumas turmas ou anos escolares limitou a articulação e envolvimento dos demais estudantes, a estabilidade e continuidade da horta. Por outro lado, a experiência de criar uma comissão de horta constituída por pais, estudantes e educadores, possibilitou o envolvimento da comunidade escolar, a continuidade de suas atividades e a capilarização de suas ações. Além disso, a alternativa de conectar a horta escolar com outras iniciativas individuais ou organizacionais pode criar uma rede de apoio para fortalecer as hortas comunitárias, especialmente em áreas urbanas periféricas, com oportunidade de aprendizagem coletiva sobre segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, resiliência comunitária, identidade cultural, promoção de justiça social e aumento da atividade física⁷. As parcerias externas também podem solucionar o problema de manutenção da horta durante o período de férias escolares⁷.

A aproximação entre cozinheiras, nutricionistas, estudantes e familiares foi outro resultado de destaque atribuído à horta. A realização de treinamentos mediados por familiares e nutricionista sobre o uso das PANCs no cardápio, participação no processo de compostagem e a possibilidade de poderem dar o seu depoimento em eventos da alimentação escolar do município ressignificou o seu papel social junto à comunidade escolar. Houve o rompimento do distanciamento entre esses grupos de atores sociais, a possibilidade de enxergar o lugar que o outro ocupava e a potencialidade que o trabalho coletivo abrigava, estabelecendo relações de confiança e trabalho integrado, de maneira que o aprendizado acontecia a partir das relações horizontais, de troca, com respeito e valorização da função dos demais. Esses resultados foram fundamentais para o apoderamento e estreitamento de laços das cozinheiras junto à comunidade, refletiram diretamente nas ações de alimentação junto aos educandos e foram uma oportunidade de ampliar a sua atuação, estabelecendo relações entre o alimento ou o ato de alimentar com o aprendizado dos escolares, integrando-se à equipe educativa nas atividades promotoras de saúde, alinhadas às diretrizes do PNAE, que reconhece a alimentação escolar na promoção de hábitos alimentares saudáveis⁸⁻¹⁰.

A oportunidade de os familiares compartilharem as responsabilidades com os educadores, disponibilizando seu tempo e trabalho para manter a horta como espaço coletivo de cuidado, pedagógico e de articulação de saberes, também permitiu explorar as suas potencialidades pedagógicas e aproximar os diferentes grupos de atores sociais das atividades, despertando o interesse ao ato de plantar, cuidar e de se conectar ao alimento em si. Enquanto espaço de trocas, a horta configura-se como um ambiente de aprendizagem para a comunidade escolar, para se trabalhar as diferentes capacidades e habilidades, valores e atitudes, sob as diferentes áreas do saber, o que é de fato um papel que a escola pode cumprir². Habitualmente, vista como estratégia de EAN direcionada aos estudantes, a horta escolar apresenta-se também como uma forma de educação participativa para funcionários e professores envolvidos, contribuindo para um maior cuidado em relação à alimentação, aquisição de conhecimentos sobre os alimentos, promoção de formas de sociabilidade que, por fim, pode contribuir para a promoção da saúde de toda

a comunidade escolar². Nesse sentido, os resultados mostraram a possibilidade de explorar a inclusão dos atores sociais que não se envolvem primariamente nos processos educativos, como funcionárias da limpeza, secretárias escolares e agentes técnicos escolares para compartilhar e experimentar suas vivências práticas e interesse pelo cultivo de plantas junto à comunidade escolar.

As experiências apresentadas reforçam a relevância das hortas escolares para a aprendizagem, no processo do 'aprender fazendo', com oportunidade para que os estudantes adquiram conhecimentos e habilidades sobre os sistemas alimentares e percebam as conexões entre os alimentos e o meio ambiente^{11,12}. A oportunidade de plantar e comer os alimentos colhidos na própria refeição, servida pela escola, aumenta a disposição dos estudantes para provar novos alimentos e, conseqüentemente, a adesão à alimentação escolar¹¹. Em um estudo que buscou associar a experiência de crianças em hortas escolares e o efeito na sua alimentação, a partir da percepção de educadores e familiares da educação infantil e ensino fundamental, apontou-se envolvimento e relação direta com o alimento como uma estratégia de EAN em escolas, propiciando a reflexão sobre o ato de comer e sobre os alimentos, a valorização dos alimentos produzidos e estímulo para provar novos alimentos¹². Entre os adolescentes, as atividades práticas, ou 'laboratório ao ar livre', também viabilizaram a conexão do que foi desenvolvido na horta aos conteúdos curriculares de diferentes áreas do saber¹¹. Todo esse arcabouço de aprendizagem prática em construção, mediado pelas hortas, reforça a compreensão de sua eficácia em aprimorar o conhecimento, atitudes e preferências dos estudantes, mais do que mudar o comportamento alimentar¹³, cumprindo o seu papel como estratégia de EAN e consolidando a compreensão da alimentação adequada e saudável no contexto da segurança alimentar e promoção da saúde.

O desenvolvimento de hortas escolares estabelece um diálogo entre o Programa Saúde na Escola, o Marco de Referência de EAN e o Guia Alimentar para a População Brasileira, ao considerar a horta como oportunidade para a construção do conhecimento e habilidades na PAAS⁸, além de cumprir os princípios de ações de sustentabilidade social, ambiental e econômica; abordagem do sistema alimentar na sua integralidade; valo-

rização das dimensões sociais e culturais da alimentação, tendo a comida e o alimento como referências, promoção do autocuidado e da autonomia, amparado na educação enquanto processo permanente e de participação ativa^{4,6,14}. Portanto, configura-se como uma importante estratégia de educação em saúde, de construção crítica, para que os atores sociais, enquanto cidadãos, sejam capazes de atuar no mundo e transformá-lo, fortalecendo a autonomia dos sujeitos e grupos sociais¹⁵.

Mesmo que os alcances nas duas escolas tenham sido diferentes, as suas experiências reforçam o entendimento de que as hortas escolares favorecem o diálogo e interação entre os participantes, especialmente entre professores, estudantes, cozinheiras e familiares, com o esforço dos educadores utilizarem recursos que estimulem os educandos trazerem para o debate as suas vivências cotidianas, além de oportunizar o contato direto com o alimento, valorizando a cultura alimentar local e respeito a diversidade de opiniões e perspectivas, para a promoção do autocuidado e da autonomia⁴. A partir da horta, houve a oportunidade de os estudantes realizarem uma vivência prática com o alimento na construção de saberes de alimentação, com temas que perpassaram pela sustentabilidade social, ambiental e econômica e sistema alimentar.

A escola enquanto espaço de convívio, com o desenvolvimento de atividades que incentivavam o conhecimento compartilhado, despertou nos familiares, em especial, o sentimento de pertencimento junto à comunidade escolar. Por isso, pode ser indicada como um processo potencializador, por estimular a formação de vínculos mais profundos com a escola¹⁶. Os trabalhos dos pais nas diferentes comissões, como a de horta e sustentabilidade, foram exemplos dessa apropriação, que repercutiram em ações concretas dentro e fora da escola. Todavia, tem-se o desafio de se efetivar o diálogo contínuo e reflexivo com o envolvimento dos familiares, para que as discussões se materializem em ações práticas relacionadas às escolhas alimentares no cotidiano das pessoas.

Referências

1. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. School Food and Nutrition Framework [internet]. 2019 [acesso em 3 nov 2022]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca4091en/CA4091EN.pdf>.
2. Coelho DEP, Bógus CM. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. *Saude e Sociedade* [internet]. 2016 [acesso em 3 nov 2022];25(3):761-71. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016149487>
3. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed. São Paulo: Hucitec; 2009.
4. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BR). Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas [internet]. Brasília (DF); 2012 [acesso em 3 nov 2022]. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf.
5. Castro IRR, Castro LMC, Gugelmim SA. Ações educativas, programas e políticas envolvidos nas mudanças alimentares. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM. (Org.). *Mudanças alimentares e educação nutricional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011. p. 18-34.
6. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira [internet]. Brasília (DF); 2014 [acesso em 4 nov 2022]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.
7. Burt KG, Luesse HB, Rakoff J, Ventura A, Burgermaster M. School Gardens in the United States: Current Barriers to Integration and Sustainability. *Am J Public Health*. 2018;108(11):1543-9.
8. Brasil. Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica [internet]. Brasília (DF): Diário Oficial da União. 2009 [acesso em 3 nov 2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.
9. Teo CRPA, Sabedot FRB, Schafer E. Merendeiras como agendes de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. *Revista Espaço para Saúde* [internet]. 2010 [acesso em 17 out 2023];(11):11-20. Disponível em: www.ccs.uel.br/espacoparasaude.
10. Assao TY, Westphal MF, Bógus CM, Cervato-Mancuso AM. Alimentação do escolar: percepção de quem prepara e oferece as refeições na escola. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2012;19(1):22-32.

11. Story M, Nannery MS, Schwartz MB. Schools and Obesity Prevention: Creating School Environments and Policies to Promote Healthy Eating and Physical Activity. *Milbank Quarterly*. 2009;87(1):71-100.
12. Garcia MT, Coelho DEP, Bógus CM. Pedagogical school gardens as a Food and Nutrition Education strategy: perception of parents and educators of their impact on children's diets. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*. 2017;12(1).
13. Schreinemachers P, Baliki G, Shrestha RM, Bhattarai DR, Gautam IP, Ghimire PL et al. Nudging children toward healthier food choices: An experiment combining school and home gardens. *Glob Food Sec*. 2020;26:100454.
14. Ministério da Educação (BR). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução/CD/FNDE no 21, de 16 de novembro de 2021. Altera a Resolução CD/FNDE no 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União*. Brasília; 2021.
15. Araujo IS, Cardoso JM. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.
16. Coelho DEP, Bógus CM. Vivências em hortas escolares: a construção de uma estratégia pedagógica para alimentação adequada e saudável [internet]. 2018 [acesso em 30 set 2023]. Disponível em: <https://mascvuex.unex.es/revistas/index.php/campoabierto/article/view/3268>.

Defesa do território na Promoção da Saúde: a luta pelo acesso à terra na Horta das Flores (SP)

André Ruoppolo Biazoti¹



Abraço realizado pelos voluntários em defesa da Horta das Flores
Crédito: Acervo Coletivo Horta das Flores

Histórico

A Horta das Flores é uma horta comunitária localizada no bairro da Mooca, em São Paulo/SP, com cerca de 19 anos de existência. Atualmente, a horta possui fins pedagógicos e de autoconsumo e é gerida por uma comunidade de voluntários desde 2014, ocupando a área da Praça Alfredo Di Cunto, às margens da Radial Leste, uma das avenidas mais movimentadas da cidade. O espaço se configura como uma importante área verde para a cidade, tendo em vista que o bairro da Mooca possui a menor área verde por habitante de São Paulo.

¹ André Ruoppolo Biazoti é gestor ambiental, mestre em agricultura urbana pela Universidade de São Paulo (PPGI-EA/USP), integrante do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU/ANA) e assessor técnico no Instituto Pólis. andrebiazoti@gmail.com

A Horta das Flores surgiu como um projeto de envolvimento de pessoas em situação de rua no plantio urbano de alimentos para geração de renda e autoconsumo, no âmbito das estratégias de combate à fome. Em 2003, a área de cerca de 7.000 m² foi ocupada para plantio por 22 pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio do Projeto Agricultura Urbana, realizado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT, 2000-2004). A Horta das Flores foi uma das hortas pioneiras do programa municipal que culminou na promulgação do Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana da cidade de São Paulo (PROAURP), instituído por meio da Lei 13.727/04.

O PROAURP englobou o antigo programa de hortas comunitárias desenvolvido pela Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB, hoje extinta), do qual se tem poucas informações. O PROAURP foi desenvolvido como um programa intersecretarial, envolvendo a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e a Secretaria de Coordenação de Subprefeituras (SMSUB). O programa foi responsável pela estruturação de, aproximadamente, 256 hortas no município, além da realização de cursos e oficinas e do apoio à estruturação de projetos e cooperativas de agricultores.

Com a mudança da gestão municipal em 2005, o projeto desenvolvido na Horta das Flores foi abandonado e uma praça foi instalada no local. A área operou como praça, denominada Praça Alfredo Di Cunto, em homenagem ao imigrante e empreendedor italiano, referência na Mooca, entre 2005 e 2010.

A gestão municipal de José Serra (PSDB, 2005-2006) e de Gilberto Kassab (DEM, 2006-2012) iniciou um processo de venda do terreno, altamente valorizado, com a promulgação da Lei 15.399/2011, que autorizava a Prefeitura a alienar o terreno. Esse processo de venda foi duramente confrontado pela organização dos moradores locais e pela associação de bairro, ganhando repercussão na mídia local e nacional. Após o embate, a associação conseguiu impedir a venda e possibilitar a manutenção da praça.

Em 2011, iniciou-se outro projeto dedicado ao estímulo da produção de hortaliças e vegetais, plantas aromáticas, espécies para paisagismo, além de retomar as ações voltadas ao desenvolvimento de hortas co-

Horta das Flores

Localização:

Av. Alcantara Machado, 2200
Mooca - São Paulo, SP

Ocorre desde:

2004

Objetivos:

- Produção comunitário de alimentos, plantas medicinais, árvores e plantas ornamentais para autoconsumo;
- Promoção da educação ambiental por meio de cursos, oficinas e espaços de formação abertos à população;
- Ocupação qualificada do espaço público visando a construção de comunidades, a conservação de espaços livres e verdes e a melhora da qualidade de vida.

Participantes:

Aproximadamente 15 pessoas compõem o coletivo, com participação ampliada em dias de atividades e mutirões para manutenção dos canteiros

Órgãos/Organizações responsáveis:

Coletivo Horta das Flores

Parcerias:

CADES Mooca, Pedra90, Ohquidea, Associação Verditude de São Paulo, Letraria, Arsenal da Esperança, GEPEM - Grupo de Estudos e Pesquisa em Meliponicultura), Uninove.

munitárias, denominado Escola Estufa 'Lucy Montoro'. Com a instalação de estufas em todas as 32 Subprefeituras do município, o programa previa a realização de cursos gratuitos de produção orgânica, o que possibilitou a formação de cidadãos e envolvimento comunitário no local. Não há notícias de quantos cursos foram realizados no espaço da Horta das Flores, que foi abandonado em 2012 novamente com a mudança de gestão municipal.

Envolvimento Comunitário na Horta das Flores

A partir de 2015, buscando evitar o abandono do local, um grupo de moradores do bairro começou a realizar mutirões de manutenção da horta e do espaço da estufa, promovendo atividades gratuitas e envolvendo a comunidade na gestão do espaço. Denominado Coletivo Horta das Flores, o grupo de moradores passou a gerir o espaço em diálogo com a zeladoria da praça, composta por dois seguranças que permaneciam na praça nos períodos diurno e noturno. Com a constância das ações promovidas e lideradas pelo jovem Pedro Almeida, envolvendo outros moradores da Mooca, foi iniciado um diálogo com a Subprefeitura da Mooca, de forma a consolidar a atuação do grupo.

Ao longo dos anos, os moradores iam ao espaço semanalmente

para plantar, colher e fazer a manutenção da horta, com a realização de, pelo menos, um mutirão mensal para reunião de todos voluntários e trabalho conjunto. Oficinas e cursos eram realizados voluntariamente por parceiros para troca de conhecimentos e capacitação dos participantes em agroecologia. De 2015 a 2016, Pedro liderava as ações promovidas na horta, fazendo a mobilização de voluntários e coordenando as ações para a promoção da gestão horizontal do espaço. A partir de 2015, por meio do projeto Viva Bairro! e projeto Praça dos Povos, realizados pelo Instituto AromeiAZero, as atividades na horta foram intensificadas, com a realização de novas oficinas e cursos de formação, além do estabelecimento de parcerias com outros grupos e instituições locais para fortalecer o trabalho voluntário.

Dentre as ações realizadas no âmbito dos dois projetos, é possível destacar as oficinas para construção de um pergolado de bambu e de um banco em bioconstrução; a Festa Junina Livre de Transgênicos, realizada em 2016 em parceria com paróquias e empresas locais, coletivos culturais e artísticos e o Movimento *Slow Food*, envolvendo cerca de 200 pessoas na horta; o curso sobre princípios de agroecologia e agrofloresta; a reforma do sombrite da estufa da horta e diversas outras atividades de revitalização e estruturação do espaço.

A partir de 2015, diversas parcerias foram se estruturando para o desenvolvimento de ações na Horta das Flores. Três dessas parcerias foram fundamentais para o fortalecimento do Coletivo e das ações de educação ambiental promovidas no espaço: Arsenal da Esperança, os coletivos Pedra 90 e Ohquidea e a universidade Uninove.

Há 18 anos, o Arsenal da Esperança recebe diariamente 1.200 homens que se encontram em dificuldades, o assim chamado “povo em situação de rua”, jovens e adultos que sofrem pela falta de trabalho, casa, alimentação, saúde e família. O espaço da Horta das Flores disponibiliza mensalmente o espaço para que sejam feitas ações de trabalhos com esses assistidos, por meio do projeto “Floresta que Cresce”, desenvolvido pelo Arsenal da Esperança. É feito o trabalho de limpeza da área como capina, poda, irrigação e seleção de material para a composteira. Mensalmente os acolhidos são recebidos pelos voluntários da horta e desenvolvem coletivamente ações de manutenção dos canteiros e do espaço.

Os coletivos Pedra 90 e Ohquidea iniciaram seus trabalhos na Horta das Flores em 2018. O coletivo Pedra 90 é formado por voluntários e entusiastas do plantio de árvores na cidade de São Paulo e construíram, em agosto de 2018, um viveiro na Horta das Flores para produção de mudas arbóreas para abastecer os plantios de árvores realizados pelo grupo. As atividades de produção de mudas ocorrem simultaneamente aos mutirões do coletivo da horta, assim como são desenvolvidas atividades específicas pelo grupo. De forma similar, o Ohquidea é formado por um grupo de pessoas que recebe doações de plantas ornamentais descartadas, principalmente orquídeas, e realiza a reabilitação dessas plantas para doação e plantio comunitário. Os dois coletivos contribuem diretamente no fortalecimento da horta enquanto um espaço de educação ambiental, desenvolvendo oficinas e atividades formativas e mobilizando outros grupos comunitários de interesses afins, como é o caso do coletivo "Fanáticos por Parreiras", criado em 2019 na horta para o cultivo de uvas e atividades específicas de manutenção do pomar.

Por fim, a parceria com a universidade Uninove, estabelecida em outubro de 2019, iniciou uma série de articulações com outras universidades para realização de pesquisas aplicadas no espaço da Horta das Flores. Protagonizada pela Prof. Maria Solange Franco do curso de Ciências Biológicas da Uninove, uma turma do curso se responsabilizou pela gestão do Ervário São Miguel Arcanjo, que era cuidado desde 2014 pela Dona Maria, moradora do bairro. A manutenção dos canteiros de plantas medicinais teve como objetivo o contato dos estudantes com as plantas e a pesquisa e estudo sobre suas propriedades fitoterápicas. A partir desse trabalho, outras parcerias foram estabelecidas com instituições de ensino, como um grupo voltado ao estudo da compostagem urbana, também da Uninove, uma pesquisa sobre plantas alimentícias não convencionais (PANC) desenvolvida pela Universidade São Judas Tadeu (USJT), uma pesquisa de mestrado desenvolvida por pesquisadoras da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), dentre outras. O espaço da Horta das Flores se tornou uma referência para estudos e pesquisas desenvolvidos por universidades e instituições de ensino, recebendo periodicamente visitas técnicas de escolas municipais, estudantes de cursos livres e pesquisadores.

A Horta das Flores possui os seguintes espaços educativos e de produção vegetal: Horta desenvolvida com técnicas agroecológicas; Composteira; Jardim do Cerrado; Viveiro de árvores nativas e exóticas; Ervanário de plantas medicinais; Espiral bioconstruída com temperos e plantas medicinais; Orquidário com plantas ornamentais resgatadas de descartes; Videiras com espécies históricas de uvas; Meliponário de abelhas nativas sem ferrão; Jardim com coleção de bromélias; *Playground* de bioconstrução; Canteiro de PANCs; Pomar com árvores frutíferas.

Conflitos pelo Uso do Espaço

Em 2016, após a realização da Festa Junina Livre de Transgênicos, a Subprefeitura da Mooca, vinculada à Prefeitura Municipal de São Paulo, que realiza a gestão de praças no território, iniciou um processo de cerceamento da atuação do coletivo na praça, culminando no fechamento total da horta em agosto. O grupo envolveu-se em diversas reuniões com o poder público local, buscando sanar a situação e garantir o livre acesso à praça, fato que apenas se resolveu de forma parcial no início de 2017, com a mudança na gestão municipal. A Subprefeitura mantinha a praça fechada com argumentos relacionados à segurança da praça e supostas ameaças de invasão por moradores em situação de rua, localizados na Avenida Alcântara Machado (como a Favela do Cimento, que ocupava um dos lados da avenida). Após o fechamento do espaço, em meio a negociações com a Subprefeitura, o grupo passou a acessar apenas com cadastro prévio dos voluntários e comunicação das atividades a serem realizadas, fato que restringiu amplamente a realização de mutirões. Com a pressão do Coletivo pelo acesso amplo e irrestrito, a Subprefeitura cedeu algumas cópias da chave do portão e das edificações do espaço, com o acordo de que a praça deveria se manter fechada. O Coletivo, assim, passou a realizar atividades de forma controlada e manteve negociação constante buscando a regularização do espaço.

Os anos de 2018 e 2019 foram desafiadores para o Coletivo, que buscou manter suas atividades, manter a negociação com a Subprefeitura de forma a regularizar sua atuação e ampliar as parcerias com outros grupos de forma a ganhar maior força política para reabrir a praça e retomar

as ações livres no espaço. Nesse período, foram efetivadas parcerias com o Coletivo Pedra 90, para estabelecimento de um viveiro de mudas nativas que apoiasse os plantios de árvores realizados na cidade por coletivos ambientalistas, e com a empresa Ohquidea, que estabeleceu em espaço de reabilitação de plantas descartadas. O apoio dessas novas parcerias foram fundamentais para dar energia ao Coletivo da Horta das Flores e compartilhar a gestão do espaço com outros grupos. Com o aumento do número de voluntários, o Coletivo passou a estruturar processos de comunicação, com a criação de página do Instagram em junho de 2018 e de camisetas para voluntários, assim como a retomar atividades de mobilização, como feiras de troca de sementes e mudas, realização de visitas técnicas com escolas da região e parcerias com universidades.

A intensificação das ações nesse período e a constante pressão da Subprefeitura para regularização da atividade do Coletivo na horta culminaram no estabelecimento de uma parceria com a padaria Di Cunto, empresa familiar de Alfredo Di Cunto, que nomeia a praça onde a horta está instalada, para estabelecimento de um termo de cooperação para adoção da praça.

Em 2016, já havia ocorrido a primeira tentativa do Coletivo de assinar um termo de cooperação para assumir a gestão da praça junto da Prefeitura, mas não houve sucesso devido a questões jurídicas, como a gestão compartilhada do espaço com a Prefeitura (Coletivo propôs que a Prefeitura continuasse subsidiando água, vigia e roça da praça após a adoção) e a assinatura do termo por um coletivo de pessoas, ao invés de uma única pessoa como responsável. Em setembro de 2019 foi estabelecida uma parceria com a empresa Di Cunto, que iria submeter nova proposta de termo de cooperação em seu nome e auxiliaria o Coletivo Horta das Flores a gerir a praça, remunerando a vigia, melhorando a iluminação da praça e realizando investimentos estruturais. A Di Cunto também se dispôs a colaborar com o Coletivo para se institucionalizar em uma Associação Comunitária Horta das Flores, o que não chegou a se concretizar.

O Termo de Cooperação nº 002/SUB-MO/TC/2019 com a Di Cunto foi publicado no diário oficial em setembro de 2019, com o estabelecimento de um Conselho de Voluntários da Horta das Flores para assessorar a Di Cunto nas demandas de manutenção e organização da praça.

Diversas melhorias foram realizadas no ambiente da horta, que seguiu com as atividades de forma mais livre, apesar dos portões permanecerem fechados por orientação da Subprefeitura. No entanto, em fevereiro de 2020, o Coletivo foi surpreendido por uma empresa que possuía autorização para realizar estudos de solo em nome de uma construtora. Neste momento, o Coletivo tomou conhecimento de uma licitação que havia cedido a área da Horta das Flores para construção de moradias. O Coletivo, junto com a empresa Di Cunto, impediram a entrada da empresa, alegando desconhecimento do processo, na medida em que haviam recentemente assumido a gestão da praça e não foram comunicados pela Subprefeitura. No mesmo mês, a Prefeitura publicou o cancelamento do Termo de Cooperação da empresa Di Cunto.

Soube-se, então, que em 2017, a área foi incluída numa Parceria Público-Privada (Concorrência Internacional COHAB nº 01/2018) para construção de moradias populares pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), por meio do processo 2017.0185.313-9. O processo licitatório ocorreu em dezembro de 2018 e em junho de 2019 foram assinados os contratos. A área estava indicada dentro do Lote 5 como área 3MN1, dentro da Zona de Centralidade conforme o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE), com o contrato de número nº PPP 02/19. A partir deste fato, o Coletivo Horta das Flores iniciou um processo de reivindicação que buscou impedir a construção de moradias populares no terreno, alegando irregularidades no processo licitatório e falta de diálogo com a sociedade civil ao longo do processo.

A resistência do Coletivo em sua defesa da Horta das Flores, levou à judicialização do caso e à intensificação ainda maior de atividades voltadas à educação ambiental, pesquisa e envolvimento comunitário na horta. Em março de 2020, foi criado um abaixo-assinado na plataforma Change.org para buscar mobilizar a população em torno da defesa da Horta das Flores, totalizando cerca de 8.000 assinaturas. Concomitantemente, a pandemia do vírus Covid-19 foi decretada, impedindo a realização de encontros presenciais na horta e de mutirões de manutenção, o que fragilizou intensamente a mobilização popular. Assim, dada a situação precária para a mobilização em prol da horta, o Coletivo contratou com recursos próprios um escritório de advocacia para elaborar uma ação civil pública, visando contestar o processo licitatório. Em agosto foi

protocolado, na Ouvidoria do Município, um Requerimento Administrativo solicitando mais informações sobre a licitação realizada, assim como a paralisação de qualquer interferência na Horta das Flores, seja a supressão da vegetação ou a demolição das estruturas, que foi respondido pela COHAB em dezembro, afirmando que nenhuma ação seria tomada na horta antes do licenciamento da obra.

Em setembro de 2020, o Ministério Público já havia sido acionado e manifestou pedido de liminar para impedir qualquer manejo arbóreo ou demolição na Horta das Flores por meio da Ação Civil Pública no 1063341-23.2020.8.26.0053. Ainda na ação, o Ministério Público argumentou que houve vício na Lei Municipal nº 15.399/2011 que desafetou a área da Horta das Flores, colocando-a suscetível à concessão ou venda por parte do Poder Público, uma vez que desconsiderou que o imóvel era uma praça pública de uso comum, conforme indicado no decreto que criou a praça em 2004 (Decreto nº 45.465/2004 e Decreto nº 45.790/2005). Caso este fosse o entendimento dos órgãos de justiça, também estariam viciados o processo de licitação e o contrato de concessão, uma vez que se basearam na lei para cessão da área para construção de moradias populares.

Em dezembro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em sua 12ª. Vara de Fazenda Pública, publicou decisão impedindo qualquer ação de intervenção na área da horta, o que foi contestado pela Procuradoria Geral do Município em 29 de dezembro, alegando não haver pedido de supressão de vegetação, visto que o processo de licenciamento para a construção havia apenas iniciado, contestando a urgência estabelecida pelo Ministério Público em seu pedido de liminar.

O Ministério Público também se manifestou em 2 de fevereiro de 2021, reforçando que a manutenção da liminar era importante para garantir que não houvesse intervenção no espaço ao longo do processo de licenciamento. Tanto a Prefeitura Municipal quanto a COHAB e a construtora apresentaram documentos ao processo, que foram novamente questionados pelo Ministério Público em abril de 2021, alegando a necessidade de apreciação do Tribunal de Justiça sobre demais pontos apresentados na ação civil pública, como a interrupção de qualquer atividade para a construção das moradias até o julgamento final da ação, assim como a necessidade de atendimento aos procedimentos jurídicos da ação.

Em agosto de 2021, o Tribunal de Justiça derrubou a liminar que impedia as atividades para construção de moradias populares na horta, a partir de uma manifestação da Procuradoria Geral do Município solicitando a revogação da liminar e extinção do processo como um todo. No mesmo mês, o escritório de advocacia que assessora o Coletivo da Horta das Flores submeteu um ofício à Secretaria de Governo Municipal, à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente alegando que o prazo para obtenção da licença para a construção das moradias, de acordo com o edital e contrato de concessão, estava expirado, solicitando informações sobre este processo e a observância da Secretaria em relação aos prazos estabelecidos. Também foram feitas manifestações para a própria COHAB, com propostas para redistribuir as 200 (duzentas) moradias previstas para construção no terreno da Horta das Flores nos outros 4 (quatro) terrenos do edital, transferência da construção para o terreno da própria COHAB, situado na mesma região, ao lado do metrô Carrão, ou para área da Subprefeitura e compensação ambiental dos outros terrenos no terreno da Horta das Flores.

Ainda em agosto de 2021 foi realizada uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal de São Paulo, solicitada pelo vereador Toninho Vespoli (PSOL). A audiência contou com o Presidente da COHAB, o Secretário adjunto da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e o Subprefeito da Mooca, assim como integrantes da sociedade civil, de conselhos municipais e do Coletivo Horta das Flores. Na audiência foi ressaltada a importância da construção de moradias de interesse social de forma a diminuir o déficit habitacional da cidade, mas sem suprimir as áreas verdes e livres do município, que garantem importantes serviços ecossistêmicos e promovem a educação ambiental e a segurança alimentar e nutricional.

Em setembro de 2021, o Ministério Público elaborou um relatório técnico, buscando atender à solicitação da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do órgão e responder duas questões solicitadas: 1) Existe concreta e imediata alternativa locacional para a construção do conjunto habitacional? 2) Qual o custo-benefício do projeto que, segundo a COHAB, pretende introduzir áreas verdes e transferir o projeto Horta das Flores para um terreno maior? As conclusões do relatório apontam que

a eliminação ou redução da Horta das Flores, considerada área verde, de valor ambiental, afetivo e cultural para a comunidade do bairro da Mooca, ferem as políticas municipais de meio ambiente, de desenvolvimento urbano, especialmente o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação de Solo. Além disso, reforça que há alternativa locacional para a produção de unidades habitacionais de interesse social nas proximidades, sendo possível a manutenção integral da praça com a continuidade das atividades da Horta das Flores, sem prejuízo da produção habitacional de interesse social.

O Ministério Público propôs, então, ação civil pública para conceder tutela de urgência para que fosse determinada a paralisação da tramitação de qualquer licença ou autorização para a construção de empreendimento imobiliário, remoção da praça e da vegetação no local e para que a praça fosse mantida em funcionamento e as entidades da sociedade civil que nela desenvolvem atividades, comunitárias, de educação ambiental, de plantio, de caráter universitário, entre outras, tivessem permissão para continuar a utilizar o local. A ação também considerava anular a Lei Municipal nº 15.299/2011 e, em consequência, também anular a concorrência internacional e o contrato de concessão referente à área da Horta das Flores. Junto à ação, o escritório de advocacia propôs ao Tribunal de Justiça um mandado de segurança para a permanência da Horta das Flores. Em outubro de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deferiu a tutela solicitada e impediu o prosseguimento de qualquer ação para construção de moradias populares na Horta. Também em outubro, o vereador Toninho Vespoli criou o Projeto de Lei 635/2021, que busca revogar a lei de 2011 que desafeta a área da Horta das Flores. No mesmo mês também foi feita uma denúncia ao Tribunal de Contas do Município (TCM) a respeito do contrato. Em novembro, a COHAB entrou com pedido de agravo de instrumento junto ao Tribunal, buscando anular a concessão da tutela antecipada ao Coletivo da Horta das Flores, o que foi prontamente respondido pelo promotor de justiça do Ministério Público em dezembro do mesmo ano.

Em abril de 2022, o Ministério Público fez nova manifestação e seguiram os trâmites de apresentação de provas para votação final do agravo solicitado pela COHAB ao longo de todo o ano, ainda sem conclusão definitiva.

Apesar do processo ainda estar aberto no Sistema de Justiça, em agosto de 2022, após as diversas decisões do Tribunal de Justiça solicitando a paralisação das atividades, a empresa responsável pela construção solicitou à Prefeitura a revogação do Termo de Posse, desistindo de realizar a construção na área e comunicando o Coletivo. Em meio à celebração da manutenção da horta no espaço, em setembro de 2022, o Coletivo da Horta das Flores constituiu a Associação Verditude, buscando ter uma pessoa jurídica para assumir os trabalhos de manutenção e gestão da horta a partir daquele momento.

Em março de 2023, comemorando os 19 anos da Horta das Flores, o Coletivo conseguiu a assinatura de novo Termo de Cooperação junto à Subprefeitura da Mooca.

Ao longo de todo o trâmite jurídico, o Coletivo permaneceu realizando atividades na horta e intensificou o estabelecimento de parcerias para a manutenção do espaço, envolvendo universidades, grupos de pesquisa e voluntários na defesa do espaço, principalmente em 2022, com a retomada das atividades presenciais após o período de pandemia.

Conclusão

A história de luta e resistência do Coletivo da Horta das Flores traz elementos importantes na discussão sobre a defesa do território, a saúde coletiva da população e o envolvimento comunitário. A baixa cobertura vegetal por habitante no bairro da Mooca, que afeta diretamente a população da região, foi um dos principais argumentos utilizados ao longo do processo para garantir a permanência da horta. Outro argumento importante utilizado foi a negligência da Prefeitura em reconhecer a área como uma praça, considerando-a apenas como um espaço vazio a ser loteado sem consulta aos moradores da região. Em ambos os aspectos, a saúde é colocada como primordial na defesa da permanência da horta, tanto na perspectiva do acesso a áreas verdes quanto na convivência comunitária e engajamento em ações de educação ambiental. A dimensão da saúde é explicitamente colocada nas atividades realizadas na horta, nos mutirões de manutenção dos canteiros e espaços, nas oficinas promovidas sobre educação alimentar e ambiental e nas parcerias com universidades para

pesquisar sobre plantas medicinais e suas aplicações e com instituições de assistência social. A saúde é um elemento central no desenvolvimento da Horta das Flores e que, de certa forma, possibilitou sua permanência no espaço.

O caso também demonstra a fragilidade dos espaços produtivos na cidade de São Paulo, com instrumentos jurídicos que não conseguem garantir a permanência no território e certo descaso da Prefeitura acerca da importância da manutenção de espaços verdes geridos em parceria com cidadãos. Apesar do município ter avançado nos últimos anos em políticas públicas voltadas ao apoio para experiências de agricultura, as hortas comunitárias ainda apresentam dificuldades e desafios no que concerne ao reconhecimento do seu trabalho e ao apoio às suas atividades. A Horta das Flores conseguiu lutar na justiça pelo seu direito à permanência no território graças à mobilização popular incansável dos voluntários, sendo fundamental a promoção de atividades constantes no espaço, o envolvimento de parlamentares em defesa da permanência da horta e o apoio jurídico dado pelo escritório de advocacia.

Apesar de todo esforço, a crença em uma cidade mais justa, mais verde e com participação popular na gestão dos espaços manteve viva a união entre os voluntários na defesa da horta, que já existe há 19 anos resistindo entre descontinuidade de políticas públicas e tentativas de venda da área. A relação entre as atividades de educação e de produção alimentar possibilitam o envolvimento de uma diversidade de sujeitos com o território, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de cuidado com o espaço. A luta jurídica e as diversas dimensões que ela representa tornaram o caso da Horta das Flores emblemático, na medida em que o Coletivo conseguiu permanecer no território por meio de uma estratégia diversa e pautada na saúde, na conservação ambiental e na gestão coletiva do espaço.

Agradecimentos

Agradeço a todas e todos os voluntários do Coletivo da Horta das Flores, em especial ao José Luiz Fazzio e Maria Regina Grilli, pelo incansável trabalho de manutenção do local.

Produção e implantação de cultivo orgânico biodiverso de vegetais em um hospital urbano para a alimentação hospitalar

**Guilherme Reis Ranieri^I, João Padula^{II},
Mauro Spalding^{III}, Fernanda Carvalho^{IV},
Tatiana Bononi^V, Ana Flávia Borges Badue^{VI}**



Estufa - Horta Urbana São Camilo

Crédito: João Padula

- I Guilherme Reis Ranieri é gestor ambiental, mestre em Ciência Ambiental (PROCAM/USP), doutorando em Patologia (FMUSP), especialista em PANC com atuação em projetos de agroecologia pelo Instituto Kairós. reisrguilherme@gmail.com
- II João Padula é mestrando do MP FIS (Mestrado Profissional - Formação Interdisciplinar em Saúde/USP), bacharel em Administração (FEA/USP), coordenador local do projeto Horta Urbana São Camilo pelo Instituto Kairós (2020-2023). joao.padula@gmail.com
- III Mauro Spalding é Engenheiro Agrônomo especialista em Agricultura Natural, pós-graduando em Fitoterapia e Plantas Medicinais EEP-HCFMUSP e gestor do projeto Horta urbana São Camilo pelo Instituto Kairós (2020-2023). ambientspalding@gmail.com
- IV Fernanda Carvalho Nunes de Moraes é Bacharel em Nutrição e supervisora de Nutrição Hospital São Camilo Granja Viana. fernanda.nunes@hospitalsaocamilosp.org.br
- V Tatiana Cristina Sales Bononi é Bacharel em Nutrição, gerente de Nutrição Corporativa da Rede de Hospitais São Camilo de São Paulo e pós-graduada em Gestão de Negócios de Alimentação e Nutrição pelo Centro Universitário São Camilo. tatiana.bononi@hospitalsaocamilosp.org.br
- VI Ana Flávia Borges Badue é mestre em Saúde Pública, gestora de projetos no Instituto Kairós e articuladora de políticas públicas de agroecologia, segurança alimentar e nutricional, educação ambiental e cultura de paz. anaflaviabbadue@gmail.com

Introdução

O projeto Horta Urbana São Camilo, realizado em Cotia, São Paulo, teve início em 2020. Os principais objetivos foram: produzir Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), ervas aromáticas e hortaliças convencionais para a alimentação hospitalar; proporcionar formação para equipes de cozinha utilizarem as PANC na alimentação hospitalar; realizar vivência para todas as equipes do setor de nutrição e dietética (SND) sobre os potenciais das PANC; realizar a transição agroecológica com a introdução de novas tecnologias e manejos para obter a certificação orgânica, incluindo a compostagem de resíduos locais e sua posterior utilização como adubo orgânico.

A atuação aconteceu, através de uma parceria entre o serviço de nutrição e dietética da rede de hospitais São Camilo de São Paulo e o Instituto Kairós, cujas atribuições eram: introduzir as PANC em campo; coordenar a transição agroecológica e estabelecer a produção orgânica; formar as equipes de campo para a produção em uma horta orgânica certificada, assim como o cultivo de manejo de novas espécies, tanto de cozinha quanto de produção de campo; propor o projeto da criação do jardim terapêutico e colaborar nas atividades deste espaço voltado para o cuidado integrativo dos pacientes; realizar formação para as equipes de cozinha e nutrição com a contextualização das práticas agroecológicas realizadas na horta e o aproveitamento integral dos vegetais produzidos e a introdução de novos vegetais no cardápio dos pacientes e colaboradores; organizar e realizar compostagem com os resíduos vegetais *in natura* produzidos pela cozinha.

Em 2023, a Horta Urbana possuía cerca de 16 mil metros em cultivo orgânico certificado e oferecia os excedentes, dentro de um cardápio unificado, para todas as unidades da Rede São Camilo São Paulo: Granja Viana, Santana, Ipiranga, Mooca e Pompéia.

Todas as unidades que recebiam as PANC e os vegetais convencionais produzidos na Horta Urbana São Camilo passaram pela formação de equipes de cozinha e nutrição, de forma que foi gerado um ambiente favorável para a implantação desses vegetais, a redução do desperdício, a separação correta para compostagem e a comunicação com os demais

Horta Urbana São Camilo

Localização: Cotia- SP

Ocorre desde: 2020-2023

Objetivos:

Estruturação da produção de orgânicos para a alimentação hospitalar das unidades da rede São Camilo, com enfoque em práticas agroecológicas, aumento da biodiversidade cultivada, e capacitação das equipes de campo, de cozinha e de nutrição.

Participantes:

Setor Nutrição e Dietética da Rede São Camilo.

Órgãos/Organizações responsáveis:

Hospital São Camilo.

Parcerias:

Execução e realização Instituto Kairós.

colaboradores e pacientes. As PANC, no contexto de uma horta urbana, entraram como oferta de plantas mais resilientes e nutritivas para cultivo.

Destacamos o ineditismo da iniciativa da ampliação da biodiversidade comestível dentro de um ambiente hospitalar, juntamente com os desafios da produção agroecológica em um ambiente institucional privado situado em uma área urbana, o engajamento dos colaboradores, a logística da distribuição para as demais unidades, e a construção das parcerias com agricultores locais. Considerando que toda a dinâmica se deu no contexto do início da pandemia de covid-19, em março de 2020. Há um potencial muito grande das hortas urbanas em abastecer a cidade, pensando em cadeias logísticas menores, na criação de ambientes produtivos e resilientes, no aproveitamento integral da biodiversidade presente na horta, na redução de custo de atravessadores e no controle total da qualidade do alimento. Soma-se a isto, a geração de trabalho e renda e o fomento à economia circular.

Breve histórico

O Hospital São Camilo, unidade Granja Viana, é uma das unidades hospitalares que constituem a Rede de Hospitais São Camilo - São Paulo (Capital), ainda integrada pelas unidades hospitalares Pompéia, Santana, Ipiranga e Instituto Brasileiro de Controle de Câncer IBCC Oncologia São Camilo na Mooca. Situada no município de Cotia, foi criada a partir de um seminário ligado a São Camilo de Lellis e à Província Camiliana do Brasil. O terreno do hospital foi doado para a Província Camiliana do Brasil na metade do século XX². Posteriormente, foi também uma Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI) até chegar a um hospital de cuidados paliativos e reabilitação.

Cotia é parte do cinturão verde de São Paulo, com histórico de produção agrícola desde o século XX, cujo rendimento alavancou a economia do município e o desenvolvimento da cidade. Décadas antes, havia ficado de fora do processo de modernização e de malha rodoviária que induziu a industrialização de diversos municípios do entorno, do qual Cotia havia ficado à margem³.

Desde a época do seminário, foi conservada uma área de cerca de 20.000 m² do terreno (de uma área total de 65.000 m²) para cultivos agrícolas tradicionais, empregados nas décadas de 1960 e 1970 como prática dos noviços e de religiosos para subsistência. Com a mudança no perfil da propriedade, se manteve o cultivo de hortaliças e pomares de cítricos e outras frutas para consumo do hospital local e o seminário, através de dois funcionários que cultivavam até 2020 uma área de 4.000 m².

Kairós e o projeto agroecológico

O Instituto Kairós, parceiro e responsável pela produção e organização, é uma ONG de São Paulo que atua com consumo responsável, agroecologia e alimentação saudável. Todo o projeto foi desenvolvido partindo de um desenho de intervenção agroecológica, visando ampliar a produção da unidade Granja Viana, antes ociosa, para abastecer os cinco hospitais da sua rede com hortaliças e condimentos.

A proposta objetivou introduzir novas técnicas de manejo orgânico, implementar a transição ecológica para a certificação orgânica, otimizar a utilização de recursos financeiros e naturais para aumentar a produtividade, além de inserir o cultivo de PANC. E, em um segundo momento, expandir a área de produção com técnicas agroflorestais para gerar um aumento da biodiversidade e da estabilidade da produção.

Por fim, foi feito um diagnóstico de desempenho agrícola e financeiro, mostrando parâmetros da produção que se desejava obter. Esse trabalho foi feito a partir de métricas enviadas pelo Serviço de Nutrição e Dietética, que continha uma estimativa de consumo de alimentos frescos para cada unidade hospitalar que se desejava atender.

O início do projeto a partir da parceria São Camilo e Kairós

Em 2020, a horta era cultivada por dois funcionários colaboradores do hospital. Originalmente, eles eram parte do setor da manutenção, tendo sua atribuição como jardineiros. O cultivo era, principalmente, de vegetais folhosos (alface e almeirão) e temperos (salsinha, cebolinha), além de algumas variedades de frutos (abacate, acerola) e hortaliças frutos sazonais (chuchu, berinjela). Essa produção partia mais da vocação dos agricultores do que da demanda da cozinha da unidade, de forma que a produção era absorvida pela cozinha, conforme a disponibilidade do campo. Por conta dessa falta de planejamento entre as partes, foram relatadas muitas perdas no campo por parte dos agricultores e sobrecarga na adequação dos cardápios.

A horta contava com solo de boa qualidade e com baixa fertilidade na área dos pomares. No momento da expansão foram adotados diferentes manejos conforme as análises de solo das áreas. Os canteiros da horta eram elevados e feitos em alvenaria, uma estrutura tradicionalmente usada para cultivo de vegetais de menor porte. Contudo, avaliou-se que técnicas agroecológicas de preservação do solo eram fundamentais para manutenção e construção da fertilidade do mesmo.

As primeiras medidas estruturais tomadas pela equipe técnica foram o estabelecimento de um fluxo de triturado de madeira, usado como cobertura dos canteiros (*mulching*). A cobertura morta e o aporte de matéria orgânica no solo são práticas determinantes para regeneração dos solos e dos agroecossistemas.

Outra medida adotada foi a substituição do uso de esterco de aves e bovinos para composto classe A, com objetivo de reduzir ao máximo qualquer contaminação microbiológica dos alimentos que seriam para os hospitais. Nas áreas de expansão, o preparo do solo foi feito com trator para a subsolagem, gradagem e encanteiramento. Foi feita a calagem com calcário dolomítico e para mineralização utilizado o pó de rocha e o nutriente fósforo. Nas áreas novas e, posteriormente, na estufa, foi adotado o sistema de irrigação por gotejamento automatizado, para aumentar a eficiência e reduzir o desperdício de água.

Foi adotada, também, uma nova perspectiva de manejo de pragas e doenças, trazendo um olhar do convívio com a biodiversidade atento ao nível de danos nas culturas e, principalmente, focando na saúde nutricional das plantas e do enriquecimento ambiental. Durante estes anos, foram inexpressivas as aplicações de produtos de controle, sendo que foram usados exclusivamente dos bioinsumos e produtos autorizados pela legislação orgânica nacional.

Para o aumento da produção, foi desenvolvido um viveiro na região para o fornecimento de mudas, já que por conta da pandemia a disponibilidade de mudas foi interrompida pelo *lockdown*. Através de plantios conjuntos e presença da equipe técnica no campo, as novas implementações trouxeram diferentes modos de preparo de canteiros e desenhos de plantio.

Nesse momento foi elaborada uma lista de disponibilidade semanal da produção. Um dos membros da equipe técnica formulava a lista semanalmente junto à liderança local, nela estavam contidos os produtos e as correspondentes quantidades em caixa, caixas pequenas, ou maços. Como a horta possuía excedentes, foram feitos envios para testar estabelecer parâmetros pertinentes à logística, ao transporte das hortaliças e ao recebimento das unidades. Esse excedente, então, foi disponibilizado através do Serviço de Nutrição e Dietética local para os hospitais São Camilo unidades Santana, Ipiranga e Pompéia.

A ampliação da biodiversidade no cardápio

Destacamos dois aspectos importantes das práticas que marcam a produção agrícola na unidade desde o início - identificação e o aproveitamento de espécies espontâneas comestíveis, abundantes e disponíveis no local, que outrora eram apenas removidas por “atrapalharem” o desenvolvimento das espécies cultivadas; e a inserção de novas espécies de hortaliças cultivadas. Essas espécies não eram convencionais à produção da localidade.

Denominamos plantas alimentícias não convencionais (PANC) as espécies introduzidas na área que não eram de hábito de cultivo, ou mesmo não eram conhecidas da equipe local. O termo PANC refere-se às

espécies cultivadas e silvestres, nativas ou exóticas, espontâneas ou não, passíveis de uso enquanto alimento⁴. A escolha das espécies considerou a disponibilidade de sementes e mudas no mercado, assim como a seleção de espécies mais adequadas para o clima e o manejo do local. Os primeiros plantios foram feitos pela equipe técnica junto à equipe de jardineiros.

Planejamento de plantios segundo cardápio

Após a validação das novas práticas foi realizada a expansão da área e da equipe, com a entrada de duas novas pessoas no quadro de colaboradores. A expansão da área de cultivo foi atrelada às demandas da unidade, onde houve uma inversão da lógica de produção da horta, os plantios passaram a ser feitos de acordo com as demandas da cozinha da unidade. A área de cultivo passou então de 4.000 m², em 2020, para 8.000 m², em 2021. Após o acréscimo de dois novos colaboradores, totalizando seis pessoas no segundo semestre de 2022, aumentou-se a área total para 16.000 m² no início de 2023. A progressão da área é paralela às demandas das cozinhas da unidade.

Com o tempo, foi estabelecido um fluxo de compras em que o setor de suprimentos do hospital faz as compras através de indicações da equipe. Dessa relação, destacaram-se custos com o sistema de irrigação que foi instalado, bem como adubos e corretivos para início das novas áreas e aquisição de novas máquinas.

Com o progresso do trabalho, houve o acréscimo da unidade IBCC-Mooca, que também foi incluída a partir do início de 2022. O fluxo logístico ficou por conta de um prestador local, sendo responsável por dois envios semanais.

O cultivo agroecológico na Horta Urbana São Camilo, em sua evolução natural, também previu linhas de agroflorestas e entrelinhas de cultivo. Sistemas Agroflorestais (SAF) são uma técnica de cultivo que visa favorecer os processos da vida para gerar condições que existem espontaneamente numa clareira fértil de floresta. Consiste em trabalhar linhas de árvores nativas e frutas simultaneamente a culturas de ciclo curto¹.

Total da produção ao longo do processo

O abastecimento ficou restrito apenas ao cardápio de colaboradores e pacientes da unidade local (Granja Viana) até novembro de 2020, quando, após a realização de alguns testes, passou a incluir também as unidades Santana, Pompéia e Ipiranga com uma entrega semanal. Posteriormente, chegaram a duas entregas semanais para as quatro unidades, além da inclusão da unidade Mooca no início de 2022.

Em três anos, a produção bruta da horta aumentou consideravelmente ano a ano. De cerca de 13.800 kg de produção total em 2020, foi para 23.271 kg em 2021 e, finalmente, 27.627 kg em 2022. A quantidade de maços de ervas aromáticas, com a finalidade de uso como temperos e/ou chás, foi medida em 2021 e 2022, sendo de 2.100 maços em 2021 e de 3.226 maços em 2022. A diversidade dos produtos cultivados também cresceu nesse período, passando de cerca de 25 espécies em 2019, para 55 em 2020 com o início do projeto, para 105 espécies em 2021 e 93 em 2022.

Em relação ao cultivo de PANC, 2020 teve uma produção de cerca de 740 kg anuais, saltando para 2.868 kg em 2021, estabilizando em 2.003 kg anuais em 2022.

Com a padronização dos cardápios no início de 2022, foram previstos uma diminuição nas variedades e um aumento na quantidade, isso fez com que a diversidade cultivada de um ano para o outro caísse. Essa mudança impactou o padrão da produção, que passou a priorizar alguns itens em maior quantidade.

Produção agroecológica para a Rede São Camilo

O aumento da biodiversidade na horta foi planejado de acordo com quatro principais requisitos:

1. a inserção de vegetais que pudessem ser consorciados, visando aumentar a produtividade da área dentro de um mesmo intervalo de tempo;

2. a escolha de espécies perenes, que tivessem maior permanência nos canteiros, poupando tempo e energia na criação de novas áreas;
3. a escolha de espécies com maior teor nutricional do que as espécies tradicionalmente cultivadas, visando aumentar valor nutricional das preparações;
4. a introdução de espécies vegetais de serviço, visando promover: estabilidade do ambiente formado; quebra ventos; refúgio e recursos para os insetos; produzindo matéria orgânica, reduzindo erosão e melhorando a qualidade do solo.

Da produção destacam-se não apenas os vegetais nas elaborações dos cardápios mais recentes, mas também os temperos, condimentos, ervas aromáticas e a biomassa de banana verde. Característico da unidade, tivemos também a produção de temperos e condimentos a partir das ervas da horta.

Ainda que, por características inerentes à unidade, haja a capacidade da produção e inovação, destacamos que a cozinha hospitalar também pode ser um laboratório de criação de produtos para suprir as necessidades e especificidades da alimentação hospitalar.

A introdução da compostagem

Em abril de 2020, iniciou-se a compostagem de todo o resíduo produzido localmente na cozinha da unidade Granja Viana. A estrutura foi prevista com um sistema de quatro baias grandes, com sistema de drenagem, cobertas com telha de cimento para prevenção das chuvas, sobretudo durante os meses do verão. Foi feito também um treinamento para cozinheiras sobre o conteúdo dos materiais que seriam compostados, sendo evitado os restos de alimentos cozidos do refeitório. Após validação do fluxo, passou-se então para o processo de compostagem, que foi iniciado em julho de 2020. Foi definido um responsável pela montagem e supervisão das leiras, permanecendo assim até os dias atuais.

O processo de compostagem usado na unidade Granja Viana utiliza resíduos de vegetais crus, descartes da higienização e preparo, além de borra de café e cascas de ovos. Essa escolha se deu pela maior segurança, durante a introdução do processo, da redução de eventuais odores na compostagem. A técnica escolhida consegue absorver por volta de 60 kg de resíduos/dia. O composto resultante é utilizado na fertilização dos canteiros.

O envolvimento dos recursos locais

Para realizar uma agricultura agroecológica é necessário engajamento da equipe e a utilização de uma série de recursos, que podem ser divididos em dois grupos: insumos e investimentos. Tratamos por insumos itens como adubos, defensivos agrícolas, ferramentas de uso frequente etc. Investimentos são maquinários (microtrator, motocultivador, roçadeiras, bomba costal), instalação e manutenção de sistemas de irrigação e serviços com máquinas agrícolas, por exemplo.

Para dispor desses itens é preciso construir os fluxos de compra de materiais. Neste caso, o setor de suprimentos da rede passou a comprar os itens aprovados em orçamento. Alguns desses eram realizados através de indicações da equipe técnica, levando em conta sua especificidade e qualidade.

Alguns recursos são obtidos localmente, como no caso de manutenção de máquinas, serviços com máquinas agrícolas, entrega de triturado de poda para compostagem e cobertura. Outros vêm de localidades ainda próximas, do interior paulista, como mudas de hortaliças e adubo. Nesse caso observa-se que a maioria dos insumos utilizados são provenientes de localidades próximas da unidade de produção.

Gestão compartilhada

Desde o início, parte das dificuldades incluíram a gestão compartilhada da horta com os jardineiros, sob o orçamento do setor de manutenção, e a orientação das demandas do setor de nutrição. Essa unificação deu-se após dois anos de projeto, onde se estabeleceu um grupo de traba-

lho entre as equipes São Camilo e Instituto Kairós, com reuniões quinzenais de gestão e planejamento.

Formações e construção do conhecimento

As formações com as equipes de nutrição eram realizadas mensalmente, de forma presencial, na unidade de Cotia. O principal objetivo dessas formações foi a sensibilização da equipe para a alimentação saudável, além de contextualizar a produção agroecológica, a importância do orgânico, a prática da compostagem, assim como a valorização do trabalho de campo. *A priori*, o aumento da produção de vegetais refletiu em um maior trabalho da cozinha na sua manipulação, assim como na necessidade da capacitação na identificação e uso dos vegetais PANC introduzidos. A sensibilização buscou reduzir a rejeição das equipes a esse maior fluxo de vegetais, contextualizando sua importância para os pacientes e os colaboradores, assim como seus benefícios para a saúde. Desta forma, buscou-se direcionar a conscientização dos custos e do trabalho da produção, para que fosse evitado ao máximo o desperdício dos itens oriundos da horta.

As visitas tiveram a metodologia de situar a produção no campo, apresentar o contexto do uso de cada espécie, reiterar as boas práticas de alimentação saudável e destacar memórias afetivas e a conexão familiar dos participantes com um passado rural. A atividade prática na horta, realizada na sequência, buscava colocar em prática as discussões realizadas. Havia também uma atividade na cozinha, focada nos aspectos culinários, nutricionais e de armazenamento das PANC, assim como o aproveitamento integral dos alimentos convencionais.

Essas visitas formativas têm carga horária de sete horas, onde os participantes de diversas unidades também encontram um espaço para trocas de experiências, vivências e memórias. Destacamos a importância de um espaço de troca entre profissionais de unidades distintas, mas de mesma atribuição, que potencialize a criação de protocolos, de receitas e de procedimentos que otimizam a rotina na cozinha.

Aceitação das equipes da nutrição

As PANCs trouxeram o desafio da sua identificação e o aprendizado do uso de algo novo, mas também trouxe estímulo para diversificar, ornamentar e enriquecer nutricionalmente as refeições. As visitas à horta, as formações da equipe e o entrosamento na cozinha foram fundamentais para compartilhamento de informações e aceitação dos benefícios. A contextualização da produção, a valorização da mão de obra na horta e a ciência dos benefícios foram fatores preponderantes para a aceitação da equipe.

Como é a implantação de um vegetal novo

Para a inserção de novos vegetais na alimentação, ainda mais aqueles que não são conhecidos pelo público, iniciou-se com formações para contextualizar a escolha daquele alimento, seus benefícios e propriedades, para que dessa forma o vegetal fosse incluído no cardápio de maneira segura. Além das formações mensais, formações pontuais prévias à chegada de um novo ingrediente foram realizadas para todas as unidades. Criações feitas com esses vegetais (ex.: croquete de chaya, sal de guasca, frango cozido com ora-pro-nóbis), viraram motivos de incentivo para descoberta de novos sabores.

Perspectivas futuras e desafios

As perspectivas futuras para a produção são:

- a melhora progressiva dos ambientes produtivos, através das técnicas agroecológicas;
- a estabilização e aumento da produção de PANC e alimentos biodiversos para a rede;
- a redução da importação de matéria orgânica externa, com a maior produção de biomassa localmente;

- o aprofundamento do treinamento das equipes de campo e de cozinha, visto que a formação continuada ajuda a relembrar conceitos vistos, assim como trazer conteúdos novos, permitindo um espaço de troca de experiências;
- a construção de um viveiro de mudas, para autonomia e manutenção do germoplasma da biodiversidade local;
- uso de um desidratador para aproveitamento de plantas não convencionais, aromáticas e condimentares sazonais;
- aumento da relação dos agricultores locais com os setores de nutrição e suprimentos;
- materialização do aumento da escala de fornecimento de produtos orgânicos para todos os hospitais.

Considera-se natural que o amadurecimento do trabalho agrícola desenvolvido no meio urbano, bem como o investimento no desenvolvimento das equipes e da sua saúde integral, junto com a melhoria de sua organização, possam influir positivamente nos resultados na materialização dos objetivos.

Como a agricultura urbana pode suprir a alimentação hospitalar?

A agricultura urbana de base agroecológica tem o potencial de diversificar a produção e aumentar a produtividade do sistema, quando planejada estrategicamente. Demandando mão de obra qualificada e vontade institucional, foi possível aproveitar uma área anteriormente improdutiva em uma horta capaz de suprir parte das necessidades de 4 unidades da Rede São Camilo.

É preciso mobilizar não apenas o setor de nutrição e dietética, mas os setores de manutenção, suprimentos, gestão ambiental, marketing, de forma que a horta urbana seja aproveitada no seu potencial máximo, não

só fornecendo alimentos de qualidade, regenerando o solo e estabelecendo uma cadeia curta de produção, mas trazendo retornos para os pacientes e criando valor para a instituição em si.

O uso de insumos pode ser reduzido, ao longo do tempo, com adoção de práticas orgânicas preservacionistas, como o plantio direto, a adubação verde, o revolvimento mínimo do solo, a irrigação localizada, a cobertura permanente do solo, a compostagem, a rotação de culturas e o plantio consorciado.

O aproveitamento total da biodiversidade disponível destes processos de regeneração ambiental, assim como o uso integral dos alimentos, são passos importantes no aumento da biodiversidade alimentar, na redução do desperdício, na geração de valor e na oferta de alimentos mais saudáveis, nutritivos e saborosos.

Referências

1. Corrêa Neto NE, Maranhão Messerschmidt N, Kinupp VF, Lorenzi H. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Plantarum; 2014.
2. Novaes M. Nossa História: São Camilo. 2023 [acesso em 10 maio 2023]. Disponível em: <<https://granjaviana.com.br/noticia/nossa-historia-sao-camilo>>
3. Pereira JS. Expansão do espaço urbano metropolitano no século XXI: a função residencial em Cotia [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2022.
4. Kinupp VF, Lorenzi H. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Plantarum; 2014.

Uma leitura sobre o projeto Cultivando Horizontes

Leticia Machado^I, Bernardo Teixeira Cury^{II},
Maria Paula de Albuquerque^{III}



Produção das hortas
Crédito: Bernardo Teixeira Cury

Introdução

A produção de alimentos nas cidades não é algo novo, vestígios arqueológicos mostram que civilizações antigas como a Mesopotâmica e a Egípcia construíam jardins agroflorestais para auxiliar no abastecimento alimentar^{1, 2}. Na Europa Antiga, os jardins comestíveis faziam parte da paisagem das cidades e nos conventos e mosteiros europeus as hortas

-
- I Leticia Machado é geógrafa, mestra em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Faz parte do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional e participa como Mentora do Sustentarea. leticia.machado@alumni.usp.br
- II Bernardo Cury é psicólogo e atua como educador social no Centro de Recuperação Educação Nutricional (CREN) em São Paulo. bernardocury@gmail.com
- III Maria Paula de Albuquerque é pediatra e nutróloga, gerente geral clínica do CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional e vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do IEA/USP. mariapauladealbuquerque@gmail.com

eram uma prática comum, sendo uma estratégia alimentar para os religiosos³. O hábito de cultivar alimentos nas cidades também era comum na América pré-colombiana, as cidades-jardins, como eram chamadas, tinham a função de contribuir no abastecimento alimentar, auxiliando no estoque de alimentos e garantindo que haveria alimentos para os cidadãos em épocas de crise⁴.

Com o processo de adensamento populacional das cidades, principalmente após a Revolução Industrial, o espaço destinado ao cultivo de alimentos ficou mais restrito, contudo, a prática resistia a essas mudanças dos usos dos espaços. Durante a I e II Guerras Mundiais as hortas urbanas foram formalmente incentivadas pelos governos, que buscavam garantir o acesso a alimentos para a população urbana, pois a produção de alimentos nas cidades era responsável por uma parte significativa do abastecimento urbano^{3,5}. No pós-guerra com a restauração das cidades europeias e o fortalecimento das relações globais entre países, as cidades, principalmente as grandes cidades urbanas, se tornaram o *locus* da tecnologia e das relações econômicas e políticas. Com isso, a prática da agricultura urbana passa a não ter mais espaço nas cidades.

As hortas urbanas surgem e se fortalecem através do interesse social; são as pessoas que, por necessidade ou vontade própria, vão atrás de espaços “ociosos” que serão ocupados para a produção de alimentos. Por isso, dizemos que as hortas urbanas são práticas espontâneas que surgem nos vazios sociais deixados pelo estado. Esses vazios podem ser: falta de acesso a alimentos, necessidade de complemento da renda familiar, poucas áreas verdes e de lazer para os indivíduos, alívio do estresse, função pedagógica para educação ambiental/alimentar entre outros⁶.

Atualmente, as hortas urbanas viraram uma ferramenta para a construção de cidades mais inclusivas e sustentáveis. Nessa nova fase, as hortas adquirem outras funções, para além da produção de alimentos, e passam a ser identificadas pelas suas multifunções. Há diversas pesquisas e estudos que investigam as multifuncionalidades da agricultura urbana, sendo possível averiguar que a função principal de uma horta urbana está atrelada ao local onde ela está inserida^{1,6}. Nos países desenvolvidos as hortas comunitárias são utilizadas principalmente para fins terapêuticos,

Cultivando Horizontes

Localização:

Município de São Paulo

Ocorre desde:

Abril de 2020

Objetivos:

Promover Educação Alimentar e Nutricional (EAN) vinculada ao acesso a alimentos *in natura* de base agroecológica provenientes de agricultura familiar urbana ou comunitária

Participantes:

Núcleo familiar de crianças e adolescentes com desvios nutricionais assistidos nos dois ambulatórios e no semi-internato do CREN

Órgãos/Organizações responsáveis:

CREN (Centro de Recuperação e Educação Nutricional)

Parcerias:

AAZL (Associação dos Agricultores da Zona Leste), Mulheres do GAU, Instituto Terra-Viva Brasil de Agroecologia, Ângela de Cara Limpa

auxiliando no alívio de estresse e ansiedade ou como recurso pedagógico para educação ambiental. Já nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos as hortas auxiliam no combate à fome e na geração de renda, principalmente para famílias de baixa renda^{1,7}.

Ademais, as hortas urbanas falam também dos modos de produção dos alimentos e da cadeia de consumo, que ganham características próprias na contemporaneidade. Publicação feita pelo “The Lancet”⁸, em 2019, aborda de forma sistêmica a alimentação considerando também o seu impacto no meio ambiente e na saúde. Ela aponta a correlação entre má nutrição (obesidade e subnutrição) e mudanças climáticas, mostrando que essas três pandemias mundiais compartilham fatores comuns entre si. A ideia de Sistema Alimentar engloba, então, saúde, modos de produção dos alimentos, consumo, mas, também, economia, política, urbanização etc. Nesse sentido, as hortas familiares urbanas, de base agroecológica ou de transição, ao se preconizar a sustentabilidade do meio ambiente no seu modo de produção e incentivar a cadeia curta de consumo, ganham destaque como importante estratégia para o enfrentamento da Síndrome Global.

No Brasil uma das conceituações mais utilizadas para identificar a agricultura urbana e periurbana (AUP) foi elaborada por Santandreu e Lovo com o apoio do antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No panorama elaborado pelos pesquisadores a AUP é definida como um conceito multidimensional que está associado a produção, transformação e prestação de serviços que tenham como finali-

dade gerar produtos agropecuários que serão doados, comercializados ou utilizados para autoconsumo. A agricultura urbana pode ser utilizada como uma prática estratégica para “promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança alimentar e nutricional” (SAN) dos seus cidadãos⁹.

Segurança alimentar é um conceito formulado no pós-guerra trazendo ao debate público a necessidade de criar políticas e práticas que auxiliem no acesso a alimentos e combatam a fome e a desnutrição. No Brasil, a SAN é assegurada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). A LOSAN afirma que a SAN consiste na realização do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes. Sem que esse acesso comprometa outras necessidades fundamentais dos indivíduos, que tenha como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade dos povos e das localidades. Ademais, a SAN só é alcançada se esse alimento é produzido através de manejo sustentável que respeite a biodiversidade, para isso é preciso emancipar os indivíduos para que façam escolhas saudáveis. Para que o indivíduo possa fazer escolhas mais saudáveis é preciso fortalecer ações em prol da educação alimentar e nutricional (EAN)¹⁰.

Infelizmente, o Brasil ainda está longe de alcançar a SAN. Durante a pandemia de covid-19, a porcentagem de brasileiros em situação de insegurança alimentar e nutricional (IAN) aumentou consideravelmente. Os Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (Vigisan I e II) produzidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE - PS-SAN) mostraram que 50% dos domicílios brasileiros sofriam com algum nível de insegurança alimentar e nutricional (IAN), desses 15% estavam situação grave de IAN. No ápice da pandemia, entre 2021 e 2022, havia 33 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil^{11, 12}.

A fome no Brasil é marcada pela desigualdade social. Esta desigualdade tem três facetas bem marcadas: gênero, raça e escolaridade. Pessoas com até 4 anos de estudos estão mais suscetíveis a estarem em situação de IAN grave, na questão de gênero as mulheres estão em maior condição de vulnerabilidade do que os homens e quanto à raça as pessoas negras e

pardas estão mais em situação de insegurança alimentar do que pessoas brancas. Dessa forma é possível vislumbrar que mulheres negras e com baixa escolaridade são as mais afetadas pela fome^{11, 12}.

Ao analisar as cidades urbanas é possível averiguar que são espaços marcados pela desigualdade de renda e social. Milton Santos, em seus estudos sobre a construção das cidades urbanas no período da globalização, expõe que o processo de modernização dessas localidades ocorre em “detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes [...] a modernização conseqüentemente é seletiva, deixando de fora dos benefícios uma parcela importante da atividade urbana e da população”¹³.

É possível compreender que a gestão das cidades é pensada para atender aos interesses das grandes corporações, o que reduz os investimentos públicos que seriam destinados a questões sociais, agravando a desigualdade social desses lugares. Ou seja, as grandes cidades urbanas, principalmente as metrópoles, passam por um intenso processo de divisão territorial e social¹⁴.

Quando olhamos para a metrópole de São Paulo, uma megacidade com mais de 12 milhões de habitantes, é possível visualizar esses processos de concentração e exclusão territorial. O município possui a área do centro expandido moderna e tecnológica com uma ampla diversidade de serviços (sociais, culturais e estatais) e uma periferia pobre, com índices de vulnerabilidade mais altos e IDH mais baixos¹⁵.

A falta de acesso nas regiões periféricas de São Paulo é ampla, faltam áreas verdes, áreas de lazer e cultura e no âmbito alimentar faltam estabelecimentos que vendam alimentos *in natura*, principalmente orgânicos ou agroecológicos. As áreas periféricas situadas nas extremidades do município são identificadas como locais que sofrem com os desertos alimentares, ou seja, possuem baixo número de estabelecimentos que vendam comidas saudáveis e *in natura*, o que pode ser um impedimento para a concretização da alimentação adequada e saudável^{16, 17}.

Essa limitação de acesso aos alimentos impacta diretamente na concretização da segurança alimentar e nutricional. Estudo realizado por Kepple e Segall-Corrêa mostram que a realização da SAN a nível domiciliar pode ser averiguada a partir de alguns determinantes, são eles: esco-

laridade, raça da pessoa referência da família, saúde dos moradores, nível de educação alimentar, comportamento e hábitos alimentares, renda familiar, participação em programas assistenciais¹⁸. Nota-se que em bairros mais pobres e com maiores índices de vulnerabilidade estão mais suscetíveis a estarem em situação de insegurança alimentar. No município de São Paulo esses pontos estão nas áreas periféricas.

É nesse contexto de vulnerabilidades que o CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional - atua. O CREN é um centro de referência no enfrentamento da má nutrição primária infantojuvenil, que surgiu no final da década de 1980 como um projeto de extensão universitária, organizado pela Escola Paulista de Medicina- UNIFESP. Em 1993, inicia seus trabalhos no cuidado da saúde nutricional de crianças e adolescentes e se consolida como uma instituição de referência na prevenção e tratamento da má nutrição de crianças e jovens. Atualmente, possui dois equipamentos na cidade de São Paulo, um localizado na Vila Mariana e outro em São Miguel Paulista.

As ações desenvolvidas pelo CREN têm como foco atender crianças e adolescentes malnutridos e que frequentemente se encontram em situação de insegurança alimentar. O acompanhamento no CREN é realizado por equipe composta por fonoaudiólogos, nutricionistas, pediatras, psicólogos, pedagogos e profissionais de educação física. A equipe atua de forma interdisciplinar e tem como propostas a educação alimentar e nutricional (EAN) e a redução da prevalência das doenças associadas ao estado de má nutrição, denominadas de comorbidades.

Durante a pandemia de covid-19, o CREN interrompeu os atendimentos presenciais – como todos os outros serviços de saúde da atenção especializada – conforme as diretrizes sanitárias vigentes no período de 2020-2021.

Com a impossibilidade de atendimento presencial e entendendo que junto à crise sanitária ocorria uma crise econômica que impactou a vida das famílias atendidas pela instituição, foi adotada como estratégia de manutenção de vínculo e acompanhamento o teleatendimento e a continuidade das visitas domiciliares.

E, através de um trabalho de captação de recursos, foram elaboradas cestas de alimentos não perecíveis, visando o cuidado alimentar das

famílias assistidas que conviviam, ou passaram a conviver, com a insegurança alimentar. As cestas eram entregues nas visitas domiciliares e dentro de uma perspectiva de EAN que dialogasse com o tratamento oferecido. Elas continham alimentos como aveia, sardinha, milho, além de arroz, feijão, macarrão, itens de higiene e limpeza.

Em paralelo a esse modelo assistencial emergencial, também foi identificada, através da rede em que o CREN participa, a dificuldade que os agricultores da agricultura familiar urbana estavam vivendo para escoar sua produção em função do fechamento das feiras.

Desse contexto surgiu a proposta de, por um lado, qualificar ainda mais a cesta entregue às famílias adicionando frutas, legumes e verduras (FLVs) e, por outro, auxiliar os agricultores com a compra de seus alimentos. Esse processo de criação de rede com a agricultura familiar urbana de base agroecológica foi facilitado pelo Instituto Kairós e, a partir da consolidação das parcerias, deu-se início ao projeto, que recebeu o nome de *Cultivando Horizontes*. O nome faz uma referência direta ao universo da agricultura, mas também pretende provocar uma inovação no modelo de assistência à má nutrição ao considerar como parte do problema os Sistemas Alimentares e a sustentabilidade planetária.

O projeto considerou então: a origem dos alimentos, que fossem de base agroecológica e da agricultura familiar urbana; a necessidade dos agricultores de que a compra fosse regular para facilitar o planejamento do plantio; a sazonalidade dos alimentos; e o trabalho de EAN, resgate de patrimônio alimentar e memória afetiva a ser desenvolvido com as famílias beneficiadas. As cestas de FLVs entregues junto com a de não perecíveis eram compostas por uma verdura de consumo cru, uma de consumo refogado, um tempero e uma planta alimentícia não convencional (PANC). A definição por grupo e não por espécie teve como objetivo também facilitar a produção do agricultor. Posteriormente, foi acrescentado um quilo de fruta e um quilo de legume ou raiz.

Metodologia

A pesquisa foi realizada seguindo os princípios do método qualitativo o que possibilita uma maior proximidade entre o pesquisador e o seu

objeto de investigação. Isso significa que o objeto foi estudado levando em consideração as suas especificidades. Nesse estilo de pesquisa, a validação do objeto não se baseia exclusivamente em uma grande base de dados, já que seu diferencial é olhar as especificidades e nuances do objeto estudado. Através desse olhar mais minucioso são produzidas informações mais detalhadas sobre o objeto estudado. Dessa forma o pesquisador consegue ter uma compreensão da realidade humana, que é vivida socialmente, já que nesse método é possível olhar para o cotidiano que cerca o fenômeno estudado.

Existem muitas formas de realizar uma pesquisa qualitativa, optamos pela observação participante. Na Observação Participante o pesquisador deixa claro que sua relação será restrita aos momentos de investigação do objeto. “Nesse sentido, ele pode desenvolver uma participação no cotidiano do grupo estudado, através da observação de eventos do dia a dia.”¹⁹ O objetivo do pesquisador não é ser visto como um igual, mas ser aceito na convivência. A observação participante foi realizada com os pacientes atendidos pelo CREN e que participaram da primeira fase do projeto *Cultivando Horizontes*. Ademais, foram realizadas entrevistas com os agricultores que colaboraram com o projeto através da venda de alimentos. As entrevistas foram transcritas e analisadas através da técnica de análise de conteúdo.

Discussão

Como exposto anteriormente, o CREN tem duas unidades de atendimento. Na Zona Leste de São Paulo, o CREN atua no distrito de São Miguel Paulista, mais precisamente na subprefeitura da Vila Jacuí, que possui aproximadamente 146 mil habitantes, sendo a maior parte população feminina. A subprefeitura da Vila Jacuí faz divisa territorial com o município de Guarulhos. É uma região que apresenta bolsões de pobreza com baixo índice de desenvolvimento social. Estima-se que um cidadão da Vila Jacuí viva até 64 anos, abaixo da média do município que é de 68 anos.

A possibilidade de colocar o *Cultivando Horizontes* em prática na região aconteceu por conta da existência de hortas urbanas no municí-

pio. Elas surgiram em São Paulo como uma ferramenta para a implementação de políticas públicas de combate à fome e sua existência remonta aos planos de governo de Franco Montoro.

Montoro foi o primeiro governador do estado de São Paulo eleito democraticamente após a ditadura militar, em 1983. Nessa época, os dados de fome e subnutrição eram altos e influenciaram a adoção de um plano de governo voltado para a temática. Este plano foi denominado de A Batalha da Alimentação^{20, 21}.

O plano de governo de Montoro para a alimentação e nutrição compreendia várias frentes de ação com projetos de longo e curto prazo. Entre os projetos de curto prazo, voltados para a geração de renda e o combate à fome, estava a criação de hortas urbanas. Foram implementados diferentes tipos de horta, entre eles um modelo de hortas comunitárias. Essas hortas foram construídas em parceria com o governo municipal e empresas estatais (como a Eletropaulo) e a ideia era utilizar os terrenos “ociosos” da companhia de energia para o cultivo de alimentos, gerando renda para as pessoas que trabalhavam nas hortas e ampliando o acesso a alimentos *in natura* nas cidades. Foi realizado um protótipo do projeto na Zona Leste do Município de São Paulo. Estima-se que foram criadas 911 hortas (comunitárias e escolares) no município beneficiando mais de 6.000 famílias²².

Com o fim da gestão de Montoro, o incentivo à prática da agricultura urbana decaiu e a quantidade de hortas urbanas diminuiu, porém elas continuaram existindo e resistindo, criando espaços verdes e auxiliando no acesso a alimentos *in natura*²¹. Segundo dados do censo agropecuário de 2017, no município de São Paulo havia 550 hortas urbanas. Uma parte expressiva dessas hortas encontra-se na Zona Leste de São Paulo, sendo algumas hortas remanescentes do projeto de hortas comunitárias do governo Montoro.

Em 2009, alguns agricultores urbanos da região se uniram e criaram um grupo para dar mais visibilidade para as hortas urbanas da região. Assim surgiu a Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM), que, após alguns anos, virou a Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL)²³. As hortas urbanas vinculadas à associação estão espalhadas pela Zona Leste. São 40 agricultores que produzem alimentos orgânicos, ou seja, o manejo que eles fazem é ecológico.

Dentre os quarenta agricultores da AAZL, quatro agricultoras foram cotadas para a parceria com o CREN. Essa seleção foi feita considerando os territórios de atuação da instituição, a logística de recepção, armazenamento e distribuição e a forma de vinculação. A questão do vínculo era importante, porque se pretendia estabelecer relações territoriais e de rede mais do que apenas comerciais. Na Zona Leste de São Paulo, foi feita parceria com a Horta da Sebastiana, a Horta da Terezinha e com o Viveiro Escola, que é gerido pelo coletivo Mulheres do GAU. A Horta Vila Nancy, no Lajeado, também teve um bom vínculo, mas a distância acabou inviabilizando a logística e a parceria não foi firmada.

Cada horta possui características próprias, porém há similaridades. Um exemplo é o manejo empregado nas hortas que seguem os princípios agroecológicos. Nesse tipo de manejo, os alimentos são cultivados de forma sustentável, não utilizando agrotóxicos, além de valorizar a utilização de resíduos através da compostagem e ciclagem de substratos que viram resíduos.

Apesar desse importante trabalho que é produzir alimentos em áreas periféricas, as agricultoras que participaram do projeto junto ao CREN relataram que não receberam ajuda do governo durante a pandemia de covid-19. Segundo as agricultoras entrevistadas, no começo da pandemia a situação financeira não era fácil já que elas não podiam participar de feiras livres para vender os produtos das hortas. A parceria com o CREN auxiliou a conseguirem renda nesse primeiro momento da pandemia.

Para Dona Sebastiana, que possui uma horta urbana considerada modelo, a pandemia de covid-19 impactou na capacidade de compra dos frequentadores da horta, o que ocasionou em uma redução do consumo dos alimentos cultivados na horta.

“As pessoas têm reduzido as compras, o desemprego está grande (por conta da pandemia de covid-19), as pessoas até compram, mas em menor quantidade. Eu fiquei fechada por um bom tempo no início da pandemia, mas depois reabri. A pandemia impactou na vida das pessoas.” (Agricultora Dona Sebastiana)

As agricultoras do Viveiro Escola relataram a importância do projeto junto ao CREN, na fase inicial da pandemia. O Viveiro Escola está situado

em um terreno do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) que cedeu o uso do espaço. Durante a pandemia, eles solicitaram que a horta ficasse fechada por conta do alto índice de contágio de covid-19 na região. Com a horta fechada, produzir os alimentos para o CREN dava a segurança de uma renda fixa.

“Semanalmente a gente manda 20 cestas com escarola, almeirão, alface, manjerição, incluindo tempero e salada crua para o pessoal do CREN (...) dá uma segurança para gente, porque eles que vem buscar toda semana.” (Agricultora do núcleo Mulheres do GAU)

Para a agricultora Lea, uma das agricultoras do coletivo Mulheres do GAU, o CREN se responsabilizar pela retirada dos alimentos permite que eles cheguem fresquinhos para os consumidores, já que o transporte incorreto danifica os cultivos, o que pode ocasionar a perda dos produtos.

“Vender pro CREN dá segurança, como a gente não dispõe de transporte e eles são vizinhos é melhor para gente, pois temos a certeza de que o alimento vai chegar fresquinho (para os consumidores).” (Agricultora do núcleo Mulheres do GAU)

Há uma preocupação para que o alimento sempre chegue na melhor qualidade possível para os consumidores. Esse zelo das agricultoras foi um tópico destacado pelos organizadores do projeto, que viam esse cuidado com uma preocupação extra que partia desse cuidado não só com o produto, mas também na aceitação desses alimentos pelos consumidores.

“Uma coisa que me marcou muito, quando eu fui conversando, encontrado com os agricultores, é que não era uma relação estritamente comercial né, então sempre me chamou a atenção o cuidado que os agricultores têm em embalar os alimentos, chega tudo muito bonitinho, vem com uma etiquetinha, tem um cuidado, não é assim linha de produção, tem um aspecto artesanal na coisa, sabe. Elas têm uma preocupação com o alimento, para onde ele está indo, que pessoa está consumido, mas onde você guarda, ela tem uma preocupação de como esse alimento vai chegar até o consumidor, pensando na qua-

lidade do alimento, é muito atenção em algo que não está posto no nosso combinado.” (Equipe responsável pelo projeto *Colhendo Horizontes* - CREN)

Além da questão financeira, outro ponto destacado pelas agricultoras é a dificuldade de vender os produtos para os moradores da região. Essa queixa apareceu na fala das três agricultoras, elas afirmam que as pessoas do bairro (que possuem menor renda salarial) não entendem o que é um produto orgânico/agroecológico, tendem a achar o preço dos produtos elevado. Vender para o CREN é uma maneira desse alimento ser consumido por pessoas da comunidade que não teriam condição de pagar por um produto ecológico.

“Aqui tem muita PANC, árvore frutífera, aí a gente já tem o compromisso com o CREN, então a gente vende essas cestas com diversos produtos. Aí a gente vende a um preço mais acessível para eles, nós abaixamos o preço para conseguir vender para ele e atender as famílias. O pessoal daqui às vezes vem (...), porém o pessoal do bairro acha caro, eles não entendem o que é um alimento orgânico.” (Agricultora do núcleo Mulheres do GAU)

Durante a pandemia de covid-19, o CREN foi um importante aliado para a manutenção das hortas urbanas da Zona Leste, fortalecendo uma prática territorial histórica que passava por um momento de insegurança. Além do impacto positivo para a manutenção das hortas urbanas, o projeto possibilitou que os moradores da região consumissem alimentos orgânicos e biodiversos.

No final do primeiro ciclo do *Cultivando Horizontes*, que compreendeu o período de abril a dezembro de 2020, incluindo aí o período de articulações e elaboração, foram montadas 2.584 cestas com alimentos da agricultura familiar urbana de São Paulo e entregues, como parte do cuidado alimentar, a mais de 500 famílias com insegurança alimentar assistidas pelo CREN.

Também no final do primeiro ciclo, foi realizado questionário com subamostra de 60 membros distintos de famílias beneficiadas pelo projeto, sendo que 83% eram o responsável pela compra dos alimentos na casa

e 86% pelo preparo das refeições. O consumo dos alimentos recebidos, quando perguntado de forma geral, foi quase unânime, 98,3% relataram que consumiram. Quando discriminados, os entrevistados relataram um consumo das frutas de 93%, verduras 96,7% e legumes 95%. As PANC's, por sua vez, tiveram um consumo menor, de 73%. Porém, esse dado pode ser ponderado se considerarmos que 63% responderam que não conheciam esses alimentos e 60% indicou ter dúvidas no seu preparo. Com isso, podemos dizer que o projeto auxiliou no aumento do repertório alimentar dessas famílias, ainda que esse aspecto possa ser melhorado.

Um dado que chamou a atenção é que 70% dos entrevistados não conheciam os terrenos cultivados de onde os alimentos provinham e apenas 20% disseram já ter comprado algo nesses espaços. Todos foram unânimes em dizer que o projeto contribuiu no aumento do consumo de não-perecíveis.

A partir de 2021, o projeto entrou em outro ciclo sendo ampliado para toda a assistência do CREN (e não só para famílias em insegurança alimentar) dado o seu valor para a educação alimentar e nutricional. A volta dos atendimentos presenciais e dos grupos possibilitou também a realização de oficinas e a aproximação das famílias com o agricultor, reforçando ainda mais a EAN. O vínculo desenvolvido com os agricultores e com o Instituto Kairós possibilitou o fortalecimento da rede e o desenvolvimento de novos projetos, como o CREN + Orgânico que, em linhas gerais, substitui a compra das FLVs servidas na CEI-CREN do produtor convencional para o agricultor da agricultura familiar urbana de base agroecológica. Essa mudança, além de oferecer um alimento de maior qualidade às crianças assistidas pela CEI, também dá maior estabilidade de renda e de cultivo para o agricultor, fortalecendo a continuidade de sistemas alimentares sustentáveis. A proposta é que esse projeto possa servir de modelo para outras CEI's do município.

Por fim, também em 2021, o *Cultivando Horizontes* teve sua experiência reconhecida pelo Laboratório de Inovação em Saúde, promovido pela OPAS/OMS e Ministério da Saúde/Brasil, no tema “Incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras”.

Conclusão

O relatório feito pelo “The Lancet”⁸ sobre a Sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas nos provoca um olhar sistêmico sobre a alimentação, especificamente, e sobre a saúde, de modo geral. Nesse sentido, um projeto como o *Cultivando Horizontes* ganha relevância como uma possibilidade de resposta a essa problemática, sobretudo se considerarmos que é desenvolvido por uma instituição da saúde: os alimentos *in natura* sempre compuseram as práticas de educação alimentar e nutricional desenvolvidas pelo CREN, porém, com o projeto, inaugura-se também uma preocupação com a sua forma de produção, visando não só a qualidade do alimento, mas também formas de produção sustentáveis. Uma preocupação que, a princípio, fugiria do escopo estrito da saúde.

O relatório também refere, ainda que aponte a complexidade do tema, que “muitas dessas ações - por exemplo, incentivar a alimentação saudável, melhorar os sistemas alimentares e fortalecer a capacidade da sociedade civil de realizar mudanças - já foram testadas em alguns cenários e comprovadamente funcionam”⁸. Ou seja, ainda que o projeto precise de melhorias e esteja em desenvolvimento, a sua concepção - relação entre educação alimentar e nutricional e sistemas alimentares sustentáveis para o enfrentamento da má nutrição - já é consonante com a direção apontada pelo relatório.

Outro aspecto importante foi a ampliação e fortalecimento da rede e da atuação territorial, que permitiram a elaboração de novos projetos e parcerias mais assertivos, outro ponto destacado pelo relatório:

“... o sucesso da implementação das políticas depende menos do âmbito da política em si do que da presença e tenacidade de uma coalizão engajada de atores intersetoriais que pode alavancar recursos e obter apoio público, um ambiente político favorável e a disponibilidade de evidências para definir claramente o escopo da política... [e espera que] o poder da evidência, coalizões informais para construir poder coletivo, o crescimento da conscientização pública e o cultivo de vontade política possam reorientar os sistemas para combater a Sindemia Global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas⁸⁷”.

A mudança do protocolo - inicialmente a cesta era entregue exclusivamente para famílias em insegurança alimentar e passou a ser para todas as famílias assistidas - afirmou o reconhecimento do seu valor para a EAN, por promover a mudança de hábitos alimentares, o acesso a alimentos de qualidade e o resgate do patrimônio alimentar. O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas nos ajuda a entender que o alcance do termo EAN engloba também os sistemas alimentares e além:

“A temática e os desafios da sustentabilidade assumem um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e dos padrões de produção, de abastecimento, de comercialização, de distribuição e de consumo de alimentos. No contexto desse marco, ‘sustentabilidade’ (...) não se limita à dimensão ambiental, mas estende-se às relações humanas, sociais e econômicas estabelecidas em todas as etapas do sistema alimentar ²⁴.”

Por fim, ainda que a relação entre saúde e agroecologia não seja nova, assume-se que o projeto tem importância na atualidade por envolver Sistemas Alimentares Sustentáveis nas práticas de cuidado alimentar. Espera-se que o projeto *Cultivando Horizontes* possa servir de inspiração para outras instituições, suscitando novos debates, inovando e ampliando a atuação em saúde²⁵.

Referências

1. Corrêa CJP, Tonello KC, Nnadi E, Rosa AG. Semeando a cidade: histórico e atualidades da agricultura urbana. *Ambient. Soc.* [internet]. 2020;23:e00751. Doi: 10.1590/1809-4422asoc20180075r1vu2020LIAO.
2. Luc JAM. *Growing better cities: urban agriculture for sustainable development.* Ottawa: International Development Research Centre; 2006.
3. Zaar MH. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen e importancia actual. *Biblio 3w: Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales* [internet]. 2011;16.
4. Barthel S, Isendahl C. Urban gardens, agriculture, and water management: Sources of resilience for long-term food security in cities. *Ecological Economics.* 2013; 86:224-34.

5. Alonso NM. Huertos urbanos en tres ciudades europeas: Londres, Berlín, Madrid. Boletín CF+S Sobre la (in)sostenibilidad en el urbanismo [internet]. 2009 [acesso em 20 jan 2023];47-48. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n47/n47-anmor.pdf>.
6. Coutinho MN, Costa HSM. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. Revista Geografias [internet]. 2011; 1:81-97.
7. Wadumestrige Dona CG, Mohan G, Fukushi K. Promoting Urban Agriculture and Its Opportunities and Challenge. A Global Review. Sustainability [internet]. 2021;13(17):9609. Doi: 10.3390/su13179609
8. Willett W, Rockström J, Loken B, Springmann M, Lang T, Vermeulen S et al. Food in the Anthropocene: the EAT. Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. The Lancet [internet]. 2019 [acesso em 20 jan 2023];393(10170):447-92. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)31788-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)31788-4/fulltext).
9. Santandreu A, Lovo IC. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras [internet]. Belo Horizonte: FAO; 2007 [acesso em 20 jan 2023]. Disponível em: https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf.
10. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006.
11. Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VigSAN) [internet]. 2021 [acesso em 20 jun 2022]. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.
12. Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Fundação Friedrich Ebert. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final. 2022.
13. Santos M. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. 2 ed. São Paulo: EDUSP; 2012.
14. Silveira ML. Metropolização e circuitos da economia urbana. In: Ferreira A, Rua J, Mattos RC, organizadores. Desafios da metropolização do Espaço. Rio de Janeiro: Consequência; 2015. cap. 4, p. 99-115.
15. Montenegro MR. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São

- Paulo no período da globalização [tese]. [internet]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2006 [acesso em 10 abr 2023]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062007-140750/pt-br.php>.
16. Duran AC. Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar [tese]. [internet]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2015 [acesso em 15 fev 2023]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-02102013-164136/pt-br.php>.
 17. Kasinski D. Desertos alimentares no município de São Paulo [dissertação]. [internet]. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; 2020 [acesso em 10 mar 2023]. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29041/Desertos%20alimentares%20no%20munic%C3%ADpio%20de%20S%C3%A3o%20Paulo_Daniel%20Kasinski.pdf?sequence=3&isAllowed=y.
 18. Kepple AW, Segall-Corrêa AM. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciênc. Saúde Colet.* [internet]. 2011 [acesso em 20 jun 2023]; 16(1):187-199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/?format=pdf&lang=pt>.
 19. Minayo MCS. O desafio da pesquisa social. In: Minayo MCS, Deslandes SF, Gomes R, organizadores. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes; 2002. p:9-28.
 20. Jayo M, Lima Caldas E. Discursos de agricultura urbana em São Paulo: formação, profusão e captura. *Revista interdisciplinária sobre la cultura de la ciutat*. 2019;6(12):157-76.
 21. Governo do Estado de São Paulo. *A Batalha da Alimentação no Governo Montoro*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; 1987.
 22. Machado L. *Hortas Urbanas: acesso a alimentos saudáveis e promoção da saúde em uma metrópole*. São Paulo; 2023.
 23. AAZL - Associação dos Agricultores da Zona Leste. Quem somos [internet]. [acesso em 10 jun 2023]. Disponível em: <https://agricultoreszonaleste.org.br/quem-somos/>.
 24. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BR), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília (DF); 2012.
 25. Burigo AC, Porto MFS. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. *Saúde debate*. 2019;43(spe8):248-62.

26. APSREDES. APSREDES: Inovação na Gestão do SUS [internet]. 2021 [acesso em 20 jun 2023]. Disponível em: <https://apsredes.org/apresentacao/>.
27. APSREDES. CREN mais orgânico [internet]. 2021 [acesso em 20 jun 2023]. Disponível em: <https://apsredes.org/inscricao-lis-2/cren-mais-organico/>.

Cooperapas: origens, desafios e uma possibilidade de organização cooperativa de agricultores do município de São Paulo^I

Valeria de Marcos^{II}, Angélica Campos Nakamura^{III}



Sítio de um agricultor da Cooperapas, em Parelheiros, no extremo sul do município de São Paulo. Na ocasião, o sítio recebeu visitantes que foram conhecer mais sobre a agricultura e ter uma experiência “na roça”. Foto de fevereiro de 2023.

Crédito: Angélica Campos Nakamura.

-
- I O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
- II Valeria de Marcos é professora do Depto de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Grupo de Estudos de Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP - demarcos.vale@usp.br
- III Angélica Campos Nakamura é doutoranda pelo Depto de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É mestra, bacharela e licenciada pelo mesmo departamento. angelicanakamura.geo@gmail.com

Introdução

A Cooperapas – Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo – foi criada em 2011, no extremo sul do município de São Paulo, cujo território abarca duas Áreas de Proteção Ambiental (APA Capivari-Monos e APA Bororé-Colônia). Em seu surgimento, 30 agricultores assinaram o documento que legitimava a sua criação, a qual contou com todo o apoio e interesse da Prefeitura. Até hoje, é a única cooperativa de agricultores do município, composta por produtores voltados a uma agricultura agroecológica e preocupada em manejar os recursos hídricos e a vegetação nativa da região.

O intuito principal da cooperativa é a comercialização coletiva, visto que se trata de pequenos produtores com o interesse de ampliar sua venda e quantidade de clientes e, inclusive, participar de programas governamentais. Na época em que foi criada, os agricultores da Cooperapas tinham como um dos principais objetivos vender para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entretanto, a criação da cooperativa se mostrou repleta de desafios e, apenas em 2015, quatro anos após sua criação, o grupo conseguiu realizar sua primeira venda coletiva.

De maneira geral, quem participa da Cooperapas são pequenos agricultores, que vivem e produzem em seus sítios situados no município de São Paulo. Alguns são muito pequenos e plantam, praticamente, em seus quintais, tendo cerca de 2 ou 3 hectares para a agricultura. Outros chegam a ter sítios de 30 a 100 hectares¹ (p. 125). A maioria se dedica à horticultura, plantando folhosas variadas, mas há também variedades de legumes, frutas e Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs).

Se no quesito tamanho da produção o grupo se assemelha, por não ter grandes produtores com terras extensas, o perfil desses agricultores é variado, com histórias de vida muito diferentes entre si. Alguns deram continuidade à agricultura de seus pais e avós e já eram da região. Seus antepassados realizavam a “agricultura caipira”, sem uso de agrotóxicos ou insumos químicos, pois eram muito caros. Hoje, essa agricultura passou a ser reconhecida como melhor para o ambiente e a saúde dos seres vivos, sendo identificada como agroecológica. Há, ainda, agriculto-

Cooperapas – Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo

Localização:

Município de São Paulo - Extremo Sul

Ocorre desde:

2011

Objetivos:

Comercialização coletiva de alimentos agroecológicos e venda para clientes variados, incluindo a participação em programas governamentais, como o PNAE e o PAA

Participantes:

Agricultores do extremo sul do município, que realizam uma agricultura agroecológica ou estejam em transição para esse tipo de produção

Órgãos/Organizações responsáveis:

não se aplica

Parcerias:

Prefeitura Municipal de São Paulo e ONGs que atuam no território, a partir de programas e projetos voltados para o incentivo e fortalecimento da agricultura agroecológica realizada nessa região do município de São Paulo.

res descendentes de estrangeiros, com destaque para os japoneses, bem como agricultores que cresceram no ambiente urbano e trabalharam com profissões tidas como urbanas, mas que, ao entrarem em contato com as práticas agrícolas, se voltaram a elas por acreditarem ter um valor muito mais importante para a sociedade, pois é da terra que sai o alimento.

Entender o surgimento da Cooperapas é compreender sua relação direta, a partir dos anos 2000, com a atuação das diversas ONGs e projetos que ocorreram no território do extremo sul do município, entre os quais se destaca o projeto *Mãoesementes conectadas: construindo a rede agroecológica de Parelheiros*² da ITCP-USP³. Esses projetos acabaram por reunir agricultores e, ainda que cada um deles buscasse formar e fortalecer seu próprio grupo, vários desses agricultores acabavam circulando entre os vários projetos então em andamento e participando de reuniões e encontros de formação.

Dessa forma, agricultores que antes não se conheciam, acabaram por formar uma rede, por meio da qual passaram a trocar informações, socializar seus conhecimentos e compartilhar sua vontade de ampliar a produção e, dessa forma, o alcance de sua comercialização, seja para consumidores diretos, seja para programas governamentais como o PNAE e o PAA. Para conseguir entrar nesses programas, porém, eles precisariam ampliar sua oferta de produtos e o jeito encontrado para superar essa dificuldade foi comercializar em grupo.

A origem dos grupos de agricultores e da Cooperapas

Nos anos 2000, a discussão sobre práticas sustentáveis de produção na agricultura ocupava o centro da atenção na academia e entre ONGs que possuíam atuação direta com agricultores do município de São Paulo. Paralelamente, ocorria uma redescoberta da agricultura praticada nas áreas urbanas e periurbanas, em especial no extremo sul do município e, assim, a partir da união dos dois temas, teve início a presença da Universidade na área em questão, por meio de projetos realizados pela ITCP-USP⁴.

O primeiro passo foi o mapeamento dos agricultores urbanos ali localizados, na tentativa de construir uma Rede Agroecológica entre eles. Apoiada na Associação Pequeno Príncipe, em Parelheiros, a Rede contou no seu período áureo com cerca de 30 agricultores, que se reuniam mensalmente na sede da Associação para aprenderem técnicas de cultivo agroecológicas que pudessem ser replicadas em suas unidades produtivas. Na época, como já dito, vários projetos com objetivos próximos ocorriam na região das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia e os agricultores se dividiam entre as várias oportunidades que surgiam. Se de um lado isso contribuiu para a construção de laços entre eles, por outro causava descontinuidade nas ações e morosidade no avanço dos objetivos dos referidos projetos. No caso específico da atuação da ITCP-USP, isso se dava seja devido à presença constante de novos integrantes, o que obrigava a equipe a retomar alguns pontos, seja devido ao não cumprimento de compromissos assumidos por funcionários da Associação, como a manutenção de tratos culturais para que fosse possível avançar de um encontro ao outro^{IV}. Ao término de um ano, entre idas e vindas, o grupo consolidou-se com 10 integrantes, com perfis muito distintos entre eles – tais como os acima indicados para o caso da Cooperapas – o que também gerava resultados igualmente distintos entre si.

No fim da primeira etapa, por volta de 2008, o pequeno grupo

IV Ao término da oficina de um mês, o então coordenador orientava os funcionários da Associação que acompanhavam as oficinas sobre o que fazer para garantir que no mês seguinte fosse possível avançar no aprendizado de novas práticas. Porém, não existia nenhum tipo de remuneração por parte do projeto para exercer tal função, o que certamente contribuiu para que tais atividades não fossem priorizadas.

iniciou uma experiência de comercialização que mostrou as diferentes dimensões implicadas na comercialização coletiva. A primeira ação foi uma “venda casada”, ou seja, ao término de um dos encontros mensais, os agricultores informavam o que poderiam ter à disposição para o mês seguinte e os membros da equipe organizadora do projeto, professores e funcionários da Associação, indicavam o que poderiam adquirir. No encontro sucessivo, agricultores e consumidores se reuniram e, buscando colocar em prática alguns princípios de economia solidária, definiram juntos os preços dos produtos disponíveis antes que a comercialização fosse realizada. O resultado satisfatório levou à continuidade da prática com um novo compromisso: os agricultores diversificariam a oferta e os consumidores ampliariam a demanda, levando novos consumidores para o dia da comercialização ou ampliando seus próprios pedidos. Foi quando os problemas começaram a ocorrer: nem todo consumidor levou um novo consumidor para o dia da comercialização, o que fez com que a oferta superasse a demanda.

Duas questões chamaram a atenção da equipe durante o processo de construção coletiva dos preços: de um lado a tensão entre agricultores e consumidores no momento da indicação dos preços e, de outro, a falta de padronização dos produtos que não foi considerada no ato da determinação dos preços. Este último ponto fez com que itens com qualidade muito diferentes entre si tivessem o mesmo preço, gerando indisposição entre consumidores que disputavam os produtos “maiores” e se recusavam a aceitar aqueles menores, e entre agricultores que viam nessas disputas o risco de não continuidade das vendas. Para amenizar os equívocos na condução da atividade, a equipe executora absorveu as sobras, mas o ato não resolveu o problema, ao contrário, o intensificou.

Apesar dos desgastes, novas experiências de comercialização continuaram a ocorrer, assumindo, todavia, cada vez mais o formato de uma feira: os agricultores passaram a levar seus produtos em maior quantidade e variedade e a definir seus preços individualmente; os consumidores, por sua vez, não assumiam mais o compromisso de compra e tampouco de absorção das “sobras”, as quais foram se tornando cada vez mais inevitáveis.

Aos poucos, foi ficando claro que algumas questões precisavam ser enfrentadas para que uma nova possibilidade de comercialização pudesse ser mais exitosa, entre elas: 1. garantir a todos os agricultores condições igualitárias de acesso à informação sobre os tratos culturais, com o intuito de obter resultados mais equitativos de produção; 2. construir uma mentalidade de coletivo/grupo entre os participantes, que levasse à compreensão de que o ganho individual dependia do ganho coletivo; 3. estimular um planejamento da produção entre os integrantes do grupo que, considerando as demandas, permitisse diversificar a oferta de alimentos e melhorar o ganho para todos; 4. construir entre os integrantes um padrão de produção, visando evitar produtos muito diversos entre si, garantindo um preço igual e justo para todos, evitando desavenças^V.

Tais questões tornaram-se as frentes de atuação do projeto *Mãos conectadas*². Além disso, por decisão coletiva, a parceria com a Associação Pequeno Príncipe foi desfeita e as atividades aconteceram nas propriedades de cada um dos agricultores que integravam a equipe, em sistema de rodízio. Assim, a partir do conhecimento das reais condições de produção de cada um deles, foi possível pensar em estratégias de ação mais eficazes, visando oferecer, no limite das possibilidades do projeto, alternativas de baixo custo para superar as dificuldades encontradas. Os encontros mensais e a realização das oficinas nas propriedades dos integrantes permitiram a construção de laços de amizade e solidariedade, fundamentais para a efetivação de uma mentalidade de coletivo, que culminou na criação do grupo de comercialização *Cultivar*.

A importância do planejamento da produção, bem como da manutenção de um “padrão” de qualidade dos produtos foi consolidada com as primeiras comercializações de maior escala. O grupo iniciou fornecendo alimentos para o restaurante do Solo Sagrado de Guarapiranga^{VI}, em São Paulo. Também realizou algumas vendas para o Grupo de Compras Solidário *Comerativamente*, formado por estudantes, professores e funcionários da Universidade de São Paulo, particularmente os atuantes na ITCP e, a partir desta experiência, iniciou a construção de um Grupo de

V Quando existem produtos muito diferentes entre si, a tendência é a definição do preço a partir do produto de pior qualidade, o que deixa insatisfeitos aqueles que oferecem produtos “melhores”.

VI Templo da Igreja Messiânica Mundial do Brasil.

Compra Solidário na região de Parelheiros. O êxito alcançado pelos agricultores e a expansão da ação de outras ONGs, como a 5Elementos e o Instituto Kairós na região, aos poucos chamaram a atenção da Prefeitura, que também acompanhava a formação desses grupos, realizava visitas e prestava assistência técnica aos agricultores. Ciente do interesse dos agricultores em realizar vendas maiores, a Prefeitura começou a articular com um grupo a formação de uma cooperativa.

Porém, se atualmente existe uma grande procura por alimentos orgânicos e agroecológicos, nos anos 2010 essa realidade ainda era diferente. A procura por esse tipo de produto não era grande e a ideia de comprar e consumir tal tipo de alimento, por ser mais saudável, era menos disseminada. Por isso, a Prefeitura atuou em outros contextos para tentar possibilitar a garantia de um mercado e de vendas a esses agricultores.

Uma das frentes de atuação da Prefeitura foi a da criação de uma certificação especial para os agricultores que realizassem uma agricultura orgânica ou agroecológica, pois esse tipo de produto precisa de uma certificação que garanta a sua qualidade e origem para a sua comercialização como tal. Entretanto, havia agricultores que praticavam uma agricultura convencional, ou seja, que utilizam agrotóxicos e fertilizantes químicos, mas que queriam realizar a transição para uma produção agroecológica^{VII}. Para incentivar essa transição, foi criado em 2010 o Programa Agricultura Limpa e o Protocolo de Boas Práticas Agrícolas, por meio de uma iniciativa da Prefeitura junto com o governo estadual. Os agricultores que assinavam esse protocolo, além de se comprometerem a iniciar a transição da agricultura convencional para a agroecológica, também passavam a ter seus produtos considerados como “de transição” e, dessa forma, podiam comercializá-los com um valor diferenciado em relação àquele produzido pela agricultura convencional, embora não com o valor de um orgânico¹ (p. 75-76).

Outra iniciativa da Prefeitura, para incentivar o aumento da produção agroecológica na região, foi a criação de feiras especificamente voltadas para a venda desse tipo de produção. Na época, a Supervisão

VII Essa transição leva cerca de dois anos e é um processo trabalhoso, pois o agricultor precisa mudar a forma como realiza a atividade agrícola, aprender novas técnicas e até resgatar saberes que ficaram esquecidos e foram considerados como de uma agricultura “atrasada”.

de Abastecimento da Prefeitura e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente articularam-se para o surgimento dessas feiras, sendo a primeira no Parque Burle Marx. A feira, criada em 2011, possuía apenas quatro barracas, sendo uma delas destinada à Cooperapas¹(p. 77).

A partir dessa feira e do trabalho da Prefeitura outras feiras surgiram, inclusive uma das principais da cidade de São Paulo, a Feira de Produtos Orgânicos e da Agricultura Limpa no Modelódromo do Ibirapuera, também conhecida como Feira do Ibirapuera, cuja criação contou com a mobilização do poder público e também de diversas associações envolvidas com a agricultura orgânica em São Paulo, como a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), a Associação Agricultura Biodinâmica (ABD), o Instituto Kairós, movimentos como o Slow Food, entre outros. Também nesta feira, assim como na do Parque Burle Marx, a Cooperapas também ganhou sua própria barraca¹ (p. 78).

Com todo esse contexto e o forte interesse da Prefeitura na formação de um grupo de produtores para fortalecer a agricultura agroecológica no extremo sul, produzi-la e comercializá-la, faltava a criação da cooperativa. A partir da atuação dos funcionários da Casa de Agricultura Ecológica (CAE) localizada no extremo sul, em Parelheiros, um grupo foi formado para que a cooperativa surgisse. Por mais que os agricultores tenham entrado na cooperativa por sua vontade, todo o contexto colaborou para que fossem convencidos a participar: o Protocolo de Boas Práticas Agrícolas, as feiras agroecológicas com barracas garantidas e o suporte técnico e administrativo dado pela Prefeitura. A CAE ajudou com toda a documentação para a regularização da cooperativa e o grupo recebeu uma doação em dinheiro para cobrir os custos de toda essa operação.

Apesar de toda a ajuda para a criação da Cooperapas, a sua gestão se tornou um grande desafio para todos os envolvidos, especialmente para realizar a comercialização coletiva. Por isso, a primeira venda coletiva só ocorreu quatro anos após sua criação e, mesmo assim, para chegar a esse momento, muitos empecilhos tiveram que ser superados.

Desafios da cooperativa e da sua prática

Gerir uma cooperativa mostrou-se uma tarefa difícil e, no caso da Cooperapas, parte dos agricultores atribuem isso à forma como ela foi

construída, “de cima para baixo”. Foi apenas na prática cotidiana da cooperativa que eles foram compreendendo melhor as necessidades e o trabalho envolvidos para que ela funcionasse.

Em 2015, a Cooperapas se viu diante de duas opções: fechar a cooperativa - pois até então ela não havia conseguido realizar nenhuma venda coletiva, apesar de o grupo ter feito reuniões e eleições para o conselho administrativo e fiscal - ou tentar, de fato, realizar a comercialização. Nesse processo, os funcionários da CAE também contribuíram oferecendo suporte administrativo ao grupo e incentivando-os a seguir unidos.

A parte burocrática e financeira, que envolve conhecimentos de legislação e tributos, começou a ser melhor encaminhada quando o grupo buscou ajuda de profissionais da área. As reuniões eram realizadas mensalmente, além de outros encontros para discutir diversas questões sobre o funcionamento e gestão da cooperativa. Esses momentos sempre foram abertos a todos que quisessem participar e as decisões importantes a serem tomadas sempre foram votadas.

Porém, o desafio da comercialização coletiva mostrou-se maior do que imaginado. Conseguir clientes ou locais para comercializarem produtos, como as feiras, não era mais um problema, mas pensar uma produção e venda conjuntas, sim. Quando as primeiras vendas começaram a ser realizadas, essas questões ficaram mais claras, pois os agricultores entenderam na prática que, desde “[...] a colheita [do produto], sua entrega à cooperativa, até a comercialização final, existe um complexo de serviços destinado a preparar o produto para o seu ingresso no mercado”³ (p. 186).

Entre as diversas questões que envolvem a comercialização, como na experiência praticada pela ITCP, a necessidade de padronização dos produtos foi uma das primeiras a surgir. Os produtos enviados pelo grupo iam com variações, por exemplo, de tamanho e peso, uma vez que eram diferentes agricultores que produziram, o que não tardou a gerar descontentamento entre os clientes, pois também neste caso o preço pago pelos produtos era o mesmo. Outra questão foi como garantir que esses produtos, provenientes de diferentes agricultores, que vivem espalhados pelo território do extremo sul, chegassem à sede da Cooperapas. Mais uma vez o suporte da CAE foi decisivo, desta vez com a construção de uma câmara fria para uso da cooperativa. Os agricultores levavam seus produtos para a

câmara e, de lá, o entregador levava as mercadorias para os clientes, como lojas que comercializam alimentos orgânicos e restaurantes. Apesar de terem um entregador, a cooperativa não contava com um veículo próprio no seu início, o que também elevava os custos do transporte e, conseqüentemente, do produto final. Essa parte se mostrou uma das mais custosas de toda a operação, pois era preciso pagar um entregador, os custos de veículo e o combustível. Além dessas questões, outras começaram a surgir, conforme o grupo se organizava e tentava ampliar a produção e as vendas, como a tentativa de planejarem um calendário de plantio e produção conjuntos para, dessa forma, aumentar a diversidade de produtos oferecidos ao mercado, bem como a forma como embalar e enviar as mercadorias aos clientes e a forma de garantir sua rastreabilidade.

Das questões acima indicadas, aquelas relativas ao planejamento e produção articulada não tiveram grandes avanços, pois parte dos agricultores sentiu-se insegura e preferiu não correr o risco de mudar sua forma de planejar e plantar e depois não ter um retorno financeiro. Isso fez com que alguns produtos tivessem uma oferta elevada, o que ou determinava o rebaixamento do preço, ou impedia o escoamento de toda a produção daquele item por parte dos agricultores. Além disso, vários agricultores também tiveram dificuldade em conseguir seguir um padrão ou mesmo enviar seus produtos com a frequência e quantidade exigidas, o que, além de impossibilitar o cumprimento de compromissos assumidos com os compradores, gerou uma certa diferenciação entre eles.

Outro ponto que merece ser observado é o destino da produção. O mercado alcançado pela Cooperapas é o de consumidores de outras regiões da cidade, como o Instituto Chão, localizado na Vila Madalena, o Restaurante Arturito da Chef Paola Carosella, em Pinheiros e a feira do Parque Ibirapuera, no Bairro do Ibirapuera, todos locais frequentados por uma parcela da população com maior poder aquisitivo. Essa é uma questão que ainda carece de atenção por parte do poder público: todos os esforços foram concentrados visando garantir, aos agricultores da região, mercado para sua produção, mas não se considerou a possibilidade de garantir que, pelo menos, parte desta produção pudesse permanecer ali. Se por um lado é legítima a busca por um mercado que remunere melhor, considerando principalmente os custos da produção, por outro também

deve ser considerado um direito o acesso a produtos de qualidade a preços mais baixos por parte da população local de menor poder aquisitivo. Para que isso ocorra, a inserção em Programas como o PAA na modalidade Compra Direta, com transferência dessa compra para mercados a preços populares poderia ser um caminho a ser criado pelo poder público, de modo a garantir que também os consumidores da região tivessem suas necessidades contempladas.

Apesar das questões acima apontadas, a Cooperapas continua a existir e a ser uma referência na atividade agrícola e nesse cenário do município. Esses agricultores, bem como aqueles outros tantos espalhados por outras áreas do município, provam diariamente ser possível e viável a produção de alimentos nas áreas urbanas. Tal produção, principalmente quando absorvida no mercado local, contribui para a redução da circulação do alimento até chegar à mesa do consumidor, o que aumenta sua qualidade e durabilidade e reduz seu preço. Além disso, quando produzida por meio de práticas sustentáveis, como as agroecológicas, contribuem com a qualidade do ambiente em que são produzidas e com a saúde dos produtores e consumidores. Assim, ainda que a agricultura urbana agroecológica não seja capaz de garantir o abastecimento do mercado de alimentos das áreas urbanas, sua existência coloca para a sociedade importantes questões para a reflexão tais como a origem do alimento que consumimos, a forma como é produzido, o caminho percorrido até que ele chegue à nossa mesa e, não menos importante, nos coloca diante da possibilidade de outros usos possíveis para essas áreas.

Referências

1. Nakamura AC. Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 2017.
2. Marcos V. Mãosementes conectadas: tecendo a rede colaborativa agroecológica de Parelheiros: Relatório final de Atividades. São Paulo; 2012.
3. Utumi A. A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo: Artegráfica; 1973. Comercialização de produtos agrícolas por intermédio das cooperativas; p. 185-200.

4. Nakamura AC, Marcos V. Agricultura urbana e agroecologia no território do extremo sul do município de São Paulo. *Estud. Av* [internet]. 2021 [acesso em 12 abr 2023];35(101):225-240. DOI <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/5mvSgv8F3RBfmQ6gW6Xbd9B/#>.

Hortas urbanas e ativismo

Gustavo Nagib^{I,II}



Horta do CCSP, localizada no telhado verde do respectivo centro cultural, na Vergueiro (Zona Central da cidade de São Paulo). São Paulo-SP. Fotografia de março de 2020.
Crédito: Gustavo Nagib

Introdução

Reconhecendo o vasto espectro socioespacial que contempla a pluralidade de práticas de agricultura urbana, este capítulo tem por objetivo demonstrar a relação entre um tipo de ativismo e a materialização de hortas comunitárias na cidade de São Paulo, a partir da década de 2010. Para tal, versaremos sobre experiências localizadas em espaços públicos

-
- I Gustavo Nagib é geógrafo, pós-doutorando na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados da USP. gusanagib@icloud.com
- II Processo nº 2022/08290-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), vinculado ao projeto temático "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: Escalas, vetores, ritmos e formas (FragUrb)", financiado pela FAPESP, processo nº 2018/07701-8. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

institucionais ou de livre acesso, sem fins comerciais, atreladas ao surgimento, em 2011, de uma rede ativista denominada “Hortelões Urbanos”.

Apresentar-se-á, assim, o processo de estruturação da referida rede, cujo papel voltou-se ao fomento do debate público e à troca de informações sobre a autoprodução de alimentos dentro da cidade e a promoção da horticultura comunitária. A partir da divulgação de experiências incipientes de cultivos domésticos pela rede social *Facebook*, organizaram-se, progressivamente, ações coletivas para a ocupação hortícola de porções de praças públicas, terrenos públicos sem uso definido e áreas disponíveis ou subutilizadas em espaços institucionais, valorizando a permacultura e a agroecologia.

Dada a capilaridade da rede Hortelões Urbanos, o capítulo também abordará a consequente articulação política entre as experiências de hortas comunitárias que se perenizaram ao longo da década de 2010 na cidade de São Paulo, culminando, em 2018, na criação da União de Hortas Comunitárias de São Paulo (UHCSP). Esta última reúne uma dezena de iniciativas a fim de promover a ajuda mútua, a resolução de problemas comuns e o fortalecimento político da horticultura comunitária em espaços públicos da capital paulista.

A partir de conteúdo textual derivado da dissertação de mestrado e da tese de doutorado deste autor, cujas pesquisas foram essencialmente qualitativas, de base empírica e participativas, espera-se demonstrar, neste capítulo, como a relação entre horta urbana e ativismo vincula-se a um processo de politização socioespacial, que visa à apropriação pacífica do espaço público, à reconexão com os ciclos da natureza e a conferir uma utilidade comum ao solo urbano¹⁻².

Breve contextualização da agricultura urbana como ativismo

A agricultura urbana caracteriza-se por sua multifuncionalidade e pluralidade³. Trata-se de uma prática social que pode estar atrelada, por exemplo, à geração de renda, ao abastecimento alimentar, a atividades pedagógicas e de lazer, ou a políticas de segurança alimentar e nutricional⁴. Concomitantemente, sua materialização apresenta diferentes formas e ocorre nos mais variados locais dentro e no entorno das cidades

Hortelões Urbanos e União de Hortas Comunitárias de São Paulo (UHCSP)

Localização:

Hortas comunitárias localizadas em diferentes bairros da cidade de São Paulo

Ocorre desde:

A rede dos Hortelões Urbanos se estruturou em 2011 e da UHCSP, em 2018

Objetivos:

Promover a horticultura comunitária dentro da cidade, a partir da ajuda mútua, da resolução de problemas comuns e do fortalecimento político das hortas comunitárias localizadas destacadamente em espaços públicos

Participantes:

Redes de ativistas e hortelões urbanos de diferentes bairros e perfis socioeconômicos

Órgãos/Organizações responsáveis:

Coletivos independentes e não institucionalizados, compostos por cidadãos de diferentes bairros da capital paulista

Parcerias:

Cada coletivo de horta geralmente se organiza e atua autonomamente, sem que haja propriamente a formalização de parcerias, mas podem ocorrer acordos de uso do espaço entre os hortelões e as instituições nas quais se localizam as hortas comunitárias e/ou o poder público local

– áreas intra ou periurbanas: diretamente no solo local ou em estruturas suspensas; por meio de diversos métodos de cultivo em solo, em estufas, aquaponia, aeroponia etc.; seja em espaços públicos ou privados; em áreas diminutas ou em maiores extensões de terra; a céu aberto, tais como telhados verdes e sob linhas de transmissão de energia (linhões), ou em ambientes fechados com iluminação artificial, como garagens subterrâneas e fazendas verticais dentro de edifícios. Incluem-se, ainda, uma gama tipológica que abrange pequenas propriedades orientadas à produção comercial, cultivos em fundo de quintal, hortas comunitárias, hortas pedagógicas, *startups* e fazendas urbanas etc. ²⁻³.

Dentre as razões que levam à materialização da agricultura urbana, pode-se destacar, ainda, um tipo de ativismo que visa à ocupação de espaços públicos para fins de horticultura comunitária, indicando a existência de uma *agricultura urbana como ativismo*, que também não deixa de englobar uma diversidade de iniciativas resultantes das várias formas possíveis de engajamento dos cidadãos no e com o espaço urbano². O processo histórico revela que a ocupação de terras públicas ou privadas para fins hortícolas, dentro da cidade, não é recente. O primeiro registro no Ocidente data de 1649, em Surrey (Inglaterra), quando um grupo de habitantes conhecidos como *diggers* (“escavadores”), sob a liderança do empobrecido comerciante de tecidos, Gerrard Winstanley, decidiu

ocupar uma colina para reivindicar o direito de produzir seus próprios alimentos⁵. Com as lentes do nosso tempo, tal episódio pode ser interpretado como uma forma de resistência pacífica à lógica da propriedade privada e de luta pela garantia da segurança alimentar daquele coletivo.

Séculos depois, em fins da década de 1960 e início da década de 1970, os movimentos contraculturais fariam deste tipo de ação uma bandeira do ativismo em prol da alimentação saudável, da autonomia comunitária e da apropriação coletiva dos espaços públicos em grandes cidades nos Estados Unidos da América (EUA) e no Canadá. Em 1973, a artista plástica nova-iorquina Liz Christy veio a batizar seu grupo de ativistas de *green guerrillas* (“guerrilheiros verdes”), difundindo-se, assim, a expressão *guerrilla gardening* (horticultura ou jardinagem de guerrilha) para designar a ocupação de uma área para fins de horticultura ou jardinagem sem autorização prévia do proprietário da terra⁶.

A existência de uma horticultura urbana ativista, entretanto, não se resume às ações de *guerrilla gardening*, uma vez que o ativismo nem sempre se revela pela ocupação de terras urbanas sem prévia autorização, pois mesmo quando (in)formalmente autorizadas, hortas comunitárias podem continuar representando material e simbolicamente o processo de luta pela: reapropriação cidadã dos espaços públicos; defesa da agroecologia, da permacultura e da agricultura orgânica; reconexão dos cidadãos com os ciclos da natureza; valorização das chamadas “plantas alimentícias não convencionais – PANC”⁷; gestão horizontal e coletiva dos espaços de cultivo; compartilhamento dos alimentos colhidos; democracia participativa e ampliação dos canais de diálogo com o poder público etc.

Na cidade de São Paulo, um dos exemplos mais emblemáticos da materialização da *agricultura urbana* como ativismo decorre da estruturação da rede dos Hortelões Urbanos e do surgimento de um conjunto de hortas comunitárias, que sinalizaram novas formas de articulação e engajamento entre cidadãos, que serão, enfim, abordados a seguir.

Hortelões Urbanos: ciberativismo e mão na terra

Surgiu em 2011, na cidade de São Paulo, a rede denominada “Hor-

telões Urbanos”. Tratou-se do pontapé inicial para reunir aficionados por agricultura urbana e cidadãos dispostos a iniciar o cultivo de alimentos em espaços públicos. Os Hortelões Urbanos ganharam vida como um grupo de livre acesso, no Facebook, para a troca de experiências e informações sobre horticultura de escala doméstica ou comunitária, graças à iniciativa das jornalistas Tatiana Achcar e Claudia Visoni, que, juntas, ministraram *workshops* sobre temas de sustentabilidade urbana, dentre eles, sobre agricultura urbana.

Foi em uma viagem a San Francisco (EUA) que Tatiana Achcar identificou a atenção que o poder público local dava às hortas comunitárias, ao disponibilizar infraestruturas básicas à materialização deste tipo de iniciativa, mantendo um departamento municipal especificamente para supervisioná-las. Considerando o contexto paulistano, a experiência estadunidense serviria para ampliar o debate sobre as formas de uso e apropriação dos espaços públicos na cidade. Batizar aquela ideia original com o termo “hortelão” deixaria claro, assim, que se tratava de vislumbrar a materialização de hortas urbanas, diferenciando-se e, ao mesmo tempo, demonstrando respeito e conhecimento pelo trabalho realizado por agricultores profissionais. Dada a apropriação do termo “hortelão” por pessoas que cultivam alimentos em espaços públicos ou privados da cidade, opta-se por empregar letras maiúsculas iniciais (nome próprio) quando se faz referência à rede, e letras minúsculas, aos cidadãos que cuidam de horta(s).

Nos *workshops* ministrados pelas jornalistas, tomou-se a iniciativa de criar uma lista de *e-mails* para que os alunos pudessem trocar informações sobre horticultura urbana. Mas a expansão da rede ocorreu em julho de 2011, quando a lista de e-mails evoluiu para a criação de um grupo no *Facebook*, agregando pessoas de diferentes partes da cidade e do país em um fórum virtual, cujas discussões poderiam se tornar públicas e as decisões tomadas por seus membros, mais horizontalizadas. A Internet também possibilitou que membros dos Hortelões Urbanos começassem a se organizar virtualmente para promover encontros presenciais, com a finalidade de criar estratégias de ocupação do espaço público para fins de horticultura comunitária.

O primeiro encontro presencial ocorreu quase um ano depois, em

maio de 2012, em uma padaria no bairro da Vila Madalena, na Zona Oeste da capital paulista. Um dos desdobramentos desta primeira reunião foi a criação de grupos de trabalho, a fim de perseguir o objetivo de atuar diretamente em espaços públicos da cidade. Em encontros subsequentes, hortelões inspirados por práticas de *guerrilla gardening* resolveram partir para a ação e, como se diz entre os ativistas da causa, “colocar a mão na terra”. A materialização da primeira horta comunitária fruto deste tipo de ativismo na cidade de São Paulo, conseqüente à articulação em rede dos Hortelões Urbanos, foi a Horta das Corujas, localizada na Praça das Corujas (oficialmente Praça Dolores Ibárruri), na Vila Beatriz, bairro vizinho à Vila Madalena¹.

Nem todos os pioneiros dos Hortelões Urbanos, ou que participaram de sua primeira reunião presencial, envolveram-se com a vida cotidiana da Horta das Corujas. Há quem tenha percorrido caminhos distintos no que se refere a práticas ativistas de expressão ambientalista. Em 2012, contudo, os integrantes mais engajados com a rede chegaram a escrever um manifesto, que expôs os benefícios da agricultura urbana enquanto alternativa à lógica produtiva (e produtivista) da agricultura industrial e da sociedade de consumo.

Direcionado à busca por autonomia alimentar, o manifesto dos Hortelões Urbanos destacava: I. os grandes impactos socioambientais provocados pelo agronegócio, tais como a dependência de agrotóxicos e a concentração de terra; II. que não deveria haver hierarquias na relação campo-cidade; III. a necessidade de estabelecer parcerias com pequenos produtores agroecológicos e de criar redes locais de comércio justo para fazer frente ao agronegócio; IV. a valorização dos conhecimentos agrícolas ancestrais, unindo os saberes tradicionais ao conhecimento científico moderno; V. o compartilhamento de conhecimento e recursos; VI. o compromisso de cultivar alimentos de forma menos artificial, gerando riquezas sem degradar o ambiente natural, sem explorar outros seres humanos e incentivando o compartilhamento equitativo do espaço público pelas pessoas; VII. que a agricultura urbana promoveria o senso de cidadania, possuindo um potencial educativo, criando comunidades solidárias, contribuindo para a boa convivência no espaço público, celebrando a diversidade e combatendo a impessoalidade da vida na cidade; VIII. a valorização do contato com a terra, da reconexão com os ciclos da natu-

reza, da profissão do agricultor no campo e na cidade, do sabor e das qualidades nutritivas dos alimentos livres de agrotóxicos, frescos e sazonais; IX. que a cidade integra o ecossistema e, por isso, o planejamento urbano deveria incorporar os fluxos da natureza em suas decisões¹.

O conteúdo do manifesto, como é possível constatar, incluía a agricultura (e a horticultura) urbana em uma pauta ativista muito mais ampla. Porém, com a rápida adesão de pessoas de diferentes partes do Brasil (e até mesmo do mundo) ao grupo, no *Facebook*, foi-se diluindo o objetivo de estruturar uma unidade político-ideológica aos Hortelões Urbanos. Muitos dos novos membros conectados via rede social não conheciam a origem e o manifesto daquele coletivo que se expandia exponencialmente, por isso, não poderiam ser representados politicamente enquanto parte de um possível e embrionário movimento social.

Dessa forma, os Hortelões Urbanos tornaram-se uma rede de troca de informações online sobre a produção de alimentos na cidade, sem uma articulação que lhe conferisse identidade e unidade políticas. A expressão “hortelão urbano” passou a ser genericamente empregada para designar uma modalidade de agricultor urbano, mais precisamente, o cidadão que não é agricultor de profissão, nem que exerça tal atividade como principal fonte de renda, podendo ser ativista ou não, mas que faz uso do espaço urbano (público ou privado) para cultivar alimentos em escala doméstica ou comunitária.

O grupo no *Facebook* apresenta uma grande heterogeneidade de público, cujos comentários postados geralmente apresentam: pedidos de sementes e mudas; esclarecimentos e dúvidas sobre poda, manejo adequado, controle de pragas, uso de equipamentos e materiais, plantas comestíveis ou não, nome de espécies etc.; fotografias de plantas para mostrar aspectos positivos ou negativos do cultivo realizado.

Embora os Hortelões Urbanos não tenham se estruturado enquanto movimento social organizado, sua expressividade em número de seguidores na rede social e as ações ativistas de alguns de seus membros findaram por lhe conferir relevância política, na capital paulista, no que se refere à horticultura urbana em espaços públicos. Muitos dos cidadãos envolvidos na materialização e manutenção de hortas comunitárias localizadas especialmente no Centro Expandido de São Paulo têm conheci-

mento dos Hortelões Urbanos e reconhecem o papel que a rede possuiu para induzi-los à prática cotidiana da horticultura urbana. Em 2015, à época da aprovação da Lei nº 16.212, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, o então vereador e autor do projeto, Nabil Bonduki (PT), chegou a fazer menção à rede, afirmando:

[...] as iniciativas dos paulistanos para a ocupação cidadã das praças têm aumentado. Movimentos e coletivos como os Hortelões Urbanos, Movimento Boa Praça, Ocupe e Abrace Praça da Nascente Iquiririm, Rios e Ruas, entre outros, vêm trazendo vida às praças paulistanas e contribuindo para a requalificação desses espaços públicos, trazendo de volta um conceito básico da cidadania que andava meio esquecido: o significado da palavra público – que quer dizer de todos, e não de ninguém.⁸

Vincula-se aos Hortelões Urbanos, portanto, o processo embrionário de materialização de hortas comunitárias na cidade de São Paulo, mesmo que inviabilizada a tentativa de representar (politicamente) todos os seus aderentes, até porque não existiu uma estrutura formalmente organizada para este fim. A rede possuía, até fevereiro de 2023, 84,5 mil membros no *Facebook*. Mesmo vetando publicidade e posicionamento político-partidário em sua página, além de não se tratar de uma organização que promova qualquer tipo de atividade, os Hortelões Urbanos estão associados ao imaginário coletivo enquanto grupo de apoio à agricultura urbana de base agroecológica ou permacultural. Por isso, é um mecanismo pelo qual ativistas de diferentes regiões podem se conectar e se identificar uns aos outros, além de ser um canal estratégico para solicitar apoio e uma ferramenta propulsora do ciberativismo (ativismo realizado via Internet).

Dos Hortelões Urbanos às hortas comunitárias

Tendo em vista o recorte apresentado neste capítulo, verificou-se que, no intervalo de uma década (2012-2022), uma dezena de iniciativas conseguiu se perenizar na cidade de São Paulo em uma variedade de es-

paços públicos: Horta do Ciclista, na Avenida Paulista; Horta do Centro Cultural São Paulo (CCSP), na Vergueiro; Horta das Flores, na Mooca; Horta do Parque Linear Zilda Arns, em Sapopemba; Horta das Corujas, na Vila Beatriz; Horta da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em Pinheiros; Horta Madalena, na Vila Madalena; Batatas Jardineiras, no Largo da Batata, em Pinheiros; Horta da City Lapa; e Horta da Saúde (estas duas últimas, nos bairros de mesmo nome).

Neste processo, a materialização da Horta das Corujas incentivou o aparecimento de outras hortas, mostrando-se possível este tipo de ativismo nos espaços públicos, fossem eles institucionais ou de livre acesso. Cidadinos interessados por este tipo de experiência chegaram a frequentar as Corujas em algum momento, tanto antes quanto durante o processo de materialização das demais iniciativas com as quais se engajaram. Logo, a Horta das Corujas foi uma primeira base real – um laboratório experimental – a quem quisesse participar e aprender sobre a dinâmica de uma horta comunitária.

A Prefeitura de São Paulo, por sua vez, não possuía um procedimento único e oficializado para o fornecimento insumos e materiais às hortas, mesmo porque, ainda carece de uma política ou de um programa específico para atender a este tipo de demanda. No entanto, devido ao engajamento de muitos hortelões em conselhos participativos e após as rodadas de negociações informais com o poder local, as subprefeituras e os departamentos municipais podem vir a ceder materiais excedentes que não são usados para os serviços públicos gerais, mas nunca fornecidos de maneira formalizada e regular. A responsabilidade e a organização dos espaços de plantio são inteiramente de responsabilidade dos hortelões, que se desdobram entre si para conseguir doações ou para comprar o que é necessário.

Ademais, a questão hídrica continua sendo um dos grandes desafios para a existência das hortas paulistanas. Como não é autorizada a ligação de água da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) em praças públicas, os hortelões precisam encontrar suas maneiras para manter as plantas vivas. Há casos em que as hortas estão em espaços públicos institucionais, abastecidos com água da rede de abastecimento, embora se priorize economizá-la mediante instalação de

cisternas. Nos demais casos, torna-se indispensável a captação da água da chuva (cisternas) ou o armazenamento da água do lençol freático (cacimbas). Outra solução possível, desde que a produtividade seja colocada em segundo plano, é a adaptação aos ciclos naturais, em que apenas as espécies mais resistentes à carência hídrica sobreviverão na estação seca.

No que se refere à demarcação física dos canteiros, respeita-se a democratização do espaço hortícola, não havendo parcelas individualizadas, possibilitando que todos os hortelões possam plantar e colher em todo o conjunto territorial cultivável. Para fins organizacionais, costuma-se identificar as parcelas com o processo em curso: se as espécies acabaram de ser replantadas, se se deve esperar para interferir no local, se já é o momento da colheita ou, ainda, se é uma porção reservada a alguma escola da vizinhança. Aos interessados, basta engajar-se com a iniciativa e começar a frequentar os mutirões ou encontros periódicos. O meio de comunicação mais fácil continua sendo o Facebook, onde as hortas possuem páginas próprias para postar suas atividades e trocar informações entre os voluntários e os demais interessados.

Quanto à biodiversidade, as referidas hortas são cultivadas segundo os princípios da agroecologia e/ou da permacultura. Mesmo quando nem todos os conhecimentos sejam amplamente dominados pelos hortelões, aqueles termos fazem parte de seu vocabulário para explicar os métodos de cultivo de que fazem uso, e há um esforço constante em realizar atividades, geralmente nos fins de semana, nos quais são trazidos especialistas para palestrar e ministrar oficinas, na tentativa de ampliar o conhecimento prático sobre tais temáticas. Os canteiros misturam as espécies, segundo o método do plantio consorciado, e costumam conter placas explicativas de fins pedagógicos. Além da atenção dada às PANC, as flores também foram ganhando espaço nos últimos anos, graças às campanhas dos ativistas em prol das abelhas nativas sem ferrão.

Dos Hortelões Urbanos à União de Hortas Comunitárias de São Paulo (UH CSP)

A fim de fortalecer politicamente as iniciativas de hortas comunitá-

rias da capital paulista, de trocar experiências e de prestar ajuda mútua, em março de 2018, surgiu a UHCSP. O coletivo reúne representantes das iniciativas que consideram hortas comunitárias aquelas que: I. não usam insumos químicos e agrotóxicos; II. respeitam a natureza e seguem os princípios da agroecologia e da permacultura; III. o uso do espaço, o trabalho nele realizado, a sua gestão e a colheita são coletivos, colaborativos e inclusivos; IV. promovem atividades de educação ambiental gratuitas e abertas ao público; V. compartilham a colheita livremente entre os voluntários e a comunidade local.

Este coletivo de hortas não constitui uma organização associativa formal, com estatuto e sede administrativa, mas promove eventos e realiza ações no espaço urbano mesmo sem possuir um estatuto ou uma lógica burocrática formal de funcionamento. Seus integrantes fazem reuniões mensais para discutir a respeito dos caminhos possíveis de atuação em prol das hortas comunitárias paulistanas, traçando estratégias de comunicação para lidar com o poder público e com o conjunto da sociedade civil, nas mais diversas frentes de atuação: em conselhos participativos, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), na produção de pesquisa científica, junto a instituições de apoio à causa etc.

As pessoas que geralmente conduzem as reuniões são lideranças que também encabeçaram a criação das hortas comunitárias, ou que trabalham em alguma frente (pesquisa acadêmica, artes, poder público, setor privado etc.) para o avanço da legitimação e das ações do coletivo. O lançamento oficial da UHCSP deu-se em um passeio ciclístico, que partiu da Horta da Saúde, na Zona Sul da capital, e terminou no Largo da Batata, na Zona Oeste, junto à iniciativa do coletivo Batatas Jardineiras. Este tipo de evento é um exemplo de ação da UHCSP, que, a partir do custo zero de investimento e sem a necessidade de apoio formal do poder público para a sua realização, é capaz de chamar a atenção para as iniciativas hortícolas, fomentando a participação cidadã em torno da causa e fortalecendo a rede de atuação entre os próprios ativistas das diversas hortas, que se veem obrigados a trabalhar juntos em prol de uma atividade coletiva.

A UHCSP acabou ocupando um lugar que já foi pretendido pelos Hortelões Urbanos, aquele de centralizar o conjunto de ações e de atores envolvidos diretamente com as hortas comunitárias de São Paulo. A

UHCSP também divulgou um manifesto, basicamente o mesmo já elaborado pelos Hortelões Urbanos anos atrás. A criação da UHCSP preenche, então, a lacuna de colocar os principais ativistas em torno de uma mesa de discussões para refletirem, mensalmente, sobre suas ações e coordenarem, coletivamente, suas próximas estratégias. Ao mesmo tempo, a UHCSP passa a centralizar as buscas feitas por outras pessoas e instituições sobre as hortas comunitárias de São Paulo, tratando-se de um novo meio de contato direto com as iniciativas hortícolas que se perenizaram e assumindo o papel de “coletivo oficial” das hortas comunitárias paulistanas.

A UHCSP também se articula com diversos atores da agricultura urbana de São Paulo, sejam eles pertencentes ou não às hortas comunitárias, como representantes de associações de agricultores, de movimentos sociais, integrantes de coletivos de agricultura urbana da periferia da cidade e de instituições de pesquisa e ensino, e cujas pautas de discussão são bastante abrangentes: festa de aniversário de alguma horta; projetos municipais de reforma de praças que possuem hortas; resolução de problemas cotidianos (sanitários, em relação à água, manejo do composto orgânico, roubo de mudas etc.); carência de banheiros públicos em São Paulo; criação de campanhas para soltar nas redes sociais a fim de provocar o poder público e mobilizar a opinião pública; balanço do que foi discutido em conselhos participativos do município; aproximação com os demais ativismos, organizações não governamentais e movimentos sociais; agendamento de mutirões coletivos e oficinas em geral; divulgação de novas pesquisas científicas, artigos e notícias sobre a temática; divulgação de eventos; organização para responder a chamadas públicas e editais abertos, bem como para a captação de insumos e materiais distribuídos pela prefeitura ou por organizações não governamentais.

Considerações finais

Fez-se, aqui, um recorte da relação entre hortas urbanas e ativismo a partir da estruturação da rede dos Hortelões Urbanos, mas evidentemente existem outras iniciativas hortícolas de expressão ativista na cidade de São Paulo e a *agricultura urbana como ativismo* não se encerra nas

experiências que foram abordadas neste capítulo. É de grande relevância, contudo, apontar que a rede dos Hortelões Urbanos pretendia, inicialmente, preencher uma lacuna no que se referia à mobilização política em torno da horticultura urbana e à consequente atuação direta dos cidadãos nos espaços públicos.

Ressalta-se que as hortas comunitárias de São Paulo surgem em meio a uma informalidade jurídica e/ou institucional, isto é, sem contar necessariamente com uma formação associativa entre os hortelões, o que pode contribuir para uma insegurança quanto à sua legitimidade. Mas, dialeticamente, uma vez descoladas de amarras legalmente instituídas e de um conjunto de regras prévias que ditam como elas devem ser orquestradas cotidianamente, finda-se por materializar uma espontaneidade cidadã que é bastante particular da realidade paulistana.

Esta informalidade na maneira de conduzir a rede ativista em prol das hortas comunitárias permite maior maleabilidade nas tomadas de decisão e facilita o entrosamento entre os diferentes hortelões, que não disputam cargos ou postos de maior importância, como tende a ocorrer nas tradicionais organizações de estrutura hierarquizada. Por outro lado, verifica-se a existência muito mais de espaços de debate coletivo do que de um polo para o real sustento e garantia de perenidade das hortas. A falta de apoio estatal às hortas comunitárias deve-se, em parte, à própria ausência de uma organização que as represente formalmente.

Como o próprio termo sugere, as hortas comunitárias reúnem, em suas atividades cotidianas, a comunidade do entorno, em especial os hortelões que dispenderam mais tempo de trabalho para a sua materialização e posterior manutenção. As hortas tendem a democratizar as formas de uso e apropriação do espaço público. Mesmo que muitas pessoas que passem por elas não sejam hortelões permanentes, nem ativistas da causa, acabam fazendo uso do local, colhendo ou plantando alguma espécie vegetal, trocando informações com algum voluntário, ou se permitindo a um mero descanso temporário. Assim, as hortas comunitárias ressignificam o cotidiano, em um processo no qual os cidadãos reivindicam a cidade enquanto espaço coletivo e democrático.

Referências

1. Nagib G. Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas [dissertação] [internet]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 2016. [acesso em 5 fev 2023]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/pt-br.php>.
2. Nagib G. O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo [tese] [internet]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 2020. [acesso em 5 fev 2023]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/pt-br.php>.
3. Mougeot LJA, editor. Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture. Londres: Earthscan; 2005.
4. Smit J, Nasr J, Ratta A. Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities. EUA: The Urban Agriculture Network; 2001.
5. Reynolds R. On guerrilla gardening: a handbook for gardening without boundaries. Reino Unido: Bloomsbury; 2009.
6. Nagib G, Lemos AIG. A horticultura de guerrilha (guerrilla gardening): uma cronologia de casos representativos em diferentes contextos. In: Suzuki JC, Araújo GCC, Bitelli FM, organizadores. Culturas alimentares na América Latina. São Paulo: FFLCH/USP; 2021. p. 94-127.
7. Kinupp VF, Lorenzi H. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Instituto Plantarum; 2015.
8. A gestão participativa das praças: a ocupação dos espaços públicos precisa ser resgatada. Rev Carta Capital [internet]. 2015; [acesso em 05 fev 2023]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cidadania-socioambiental-e-mudanca-cultural-3704/>.

Políticas públicas exitosas de fomento à agricultura urbana – o caso de Belo Horizonte

Darklane Rodrigues Dias^I, Edglênia Lopes do Nascimento^{II},
Ana Maria Caetano Pereira^{III}



Crédito: Fabio H. Lima Jr.

Introdução

Neste artigo, busca-se abordar a trajetória da política de agricultura urbana em Belo Horizonte, desde as iniciativas datadas da década de 1990 e, mais profundamente, o processo de sua institucionalização a partir dos anos 2000 e o período a partir de 2017.

-
- I Darklane Rodrigues Dias é assistente social, pós graduanda em Poder Legislativo e Políticas Públicas. Desde 2017 atua como subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional da prefeitura de Belo Horizonte. darklane.dias@pbh.gov.br
- II Edglênia Lopes do Nascimento é engenheira florestal e especialista em administração pública, planejamento e gestão governamental. É gerente de fomento à agroecologia, agricultura familiar e agricultura urbana da Subsecretaria de SAN de Belo Horizonte. edglenia.nascimento@pbh.gov.br
- III Ana Maria Caetano Pereira é socióloga e mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG, analista de políticas públicas e, desde 2021, assessora de planejamento e gestão da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte. anamaria.caetano@pbh.gov.br

Na primeira seção, é apresentada a trajetória da política de 1993 a 2016, buscando evidenciar o contexto da época e as estratégias de atuação pública, tendo em vista que as práticas de produção de alimentos em espaços urbanos ocorrem desde o início da formação das cidades, especialmente por meio da manutenção dos quintais e do plantio em espaços alternativos.

A segunda seção traz a trajetória da política pública de 2017 até a atualidade. Importante destacar que esse é o período de contribuição das autoras como servidoras públicas na construção da política de segurança alimentar e nutricional e da política de agricultura urbana e agroecologia em Belo Horizonte em funções de gestão e assessoramento. Nesta seção apresentamos também os discursos e sentimentos dos principais sujeitos sociais dessa política, os/as agricultores/as, buscando demonstrar como as ações de agricultura urbana impactam a vida dessas pessoas.

Por fim, apresentamos as bases conceituais da agroecologia como processo facilitador do resgate e reconhecimento da ancestralidade nas práticas agrícolas, enquanto ciência, movimento e saber popular, e como a agroecologia se conecta com a agricultura urbana nas dimensões humana, social, econômica e ambiental demonstrando os múltiplos benefícios articulados em uma visão sistêmica.

A Política de Agricultura Urbana em Belo Horizonte de 1993 a 2016

Na década de 1990, o termo Agricultura Urbana (AU) passou a ser reconhecido na agenda internacional, por meio da sua incorporação na pauta de agências e organizações internacionais para o desenvolvimento, dada a importância da prática para o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental urbana.

Ao longo dos anos, várias cidades do mundo realizaram estudos com a finalidade de institucionalizar as políticas públicas locais referentes ao tema. Nas publicações, a AU é posta como uma possibilidade real de enfrentamento aos problemas socioambientais urbanos decorrentes do processo intenso de urbanização nos países em desenvolvimento, como o aumento da insegurança alimentar, da pobreza, do desemprego e

Política Pública de Fomento à Agricultura Urbana

Localização:

Belo Horizonte

Ocorre desde:

1993, com a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento e as primeiras hortas comunitárias, tem como marco a promulgação a Lei nº 10.255/11, que instituiu a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e à partir de 2017 a Política avança na sua regulamentação, orçamento e implementação.

Objetivos:

Fortalecimento de Sistemas Alimentares por meio da produção agroecológica e dos circuitos curtos de comercialização.

Participantes:

Agricultoras(es), servidoras(es), gestoras(es)

Órgãos/Organizações responsáveis:

Prefeitura de Belo Horizonte; Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional; Diretoria de Fomento à Agroecologia e ao Abastecimento; Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana.

Parcerias:

Outros órgãos municipais, estaduais e federais, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil que desenvolvem atividades acerca da agroecologia e os conselhos de políticas públicas

do risco à preservação dos recursos naturais e essenciais à sobrevivência humana¹.

Os registros sobre as ações de fomento do poder público para a AU em Belo Horizonte datam de, ao menos, 27 anos². Em 1995, foi iniciada a implantação dos Centros de Vivência Agroecológica (Cevaes) pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), equipamentos públicos voltados para a promoção de ações de agroecologia, saúde e SAN. Eles foram criados através da articulação, iniciada em 1993, entre as secretarias municipais de Abastecimento e Meio Ambiente, efetivada pelo apoio do Programa LIFE/PNUD e do convênio entre a PBH e a organização não-governamental (ONG) Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)¹.



Figura 1: Mapa dos 5 Centros de Vivência Agroecológica (CEVAES).

Fonte: BH MAP19

Também datam da década de 1990 as primeiras experiências de hortas comunitárias em BH. As hortas comunitárias Vila Pinho e Jardim Produtivo, implantadas em áreas públicas e que existem até os tempos atuais.

Em termos estaduais, é importante destacar a instituição, em 1999, da primeira composição do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG). As articulações no âmbito do Consea-MG permitiram que, em 2001, fosse iniciado um processo de partilha das experiências da população mineira nos campos das políticas de AU e de SAN. Neste contexto, um divisor de águas foi a realização da “Caravana Dignidade e Vida - Segurança Alimentar e Agricultura Urbana - Região Metropolitana de Belo Horizonte”, processo que trouxe importantes resultados para a organização local como a criação da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (Amau), um espaço permanente de trocas e autogestão de grupos da sociedade civil envolvidos com a temática¹.

O I Seminário Estadual de Agricultura Urbana, organizado pelo Instituto de Terras de Minas Gerais, da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária, aconteceu em 2007¹. Segundo Lovo, citado por Almeida, a regulamentação da Lei Estadual nº 15.973/2006 que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana foi um dos principais resultados do encontro e uma ação pioneira do estado na regulamentação do tema por meio de legislação própria¹.

Apesar dos desafios, a trajetória apresentada acima possibilitou a abertura de espaços de debates que contaram com a participação de uma diversidade de atores sociais, com impactos para a execução e proposição de políticas públicas¹.

Em 2011, o órgão gestor da Política de Abastecimento em Belo Horizonte incorpora em seu nome o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) preconizado pela Lei nº 11.346/2006 em seu art. 3º:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promo-

toras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.³

Neste mesmo ano, é promulgada a Lei nº 10.255, que institui a política municipal de apoio à agricultura urbana, inserindo a AU como parte integrante da política municipal de abastecimento e de segurança alimentar, em consonância com a política urbana. Nesse contexto, a garantia da SAN da população em bases sustentáveis torna-se um dos pilares da política municipal.

A afirmação da importância da política de AU, como parte integrante das estratégias voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população belo horizontina em bases sustentáveis se dá em seu pioneirismo normativo, mas sobretudo no lugar que ela ocupa no orçamento público e na estrutura de governo. Neste sentido, é relevante que, desde a década de 1990, Belo Horizonte venha executando ações de AU, ampliando os recursos do orçamento público municipal dirigidos para o custeio de ações e o pagamento de pessoal, e coordenando ações destinadas à implementação da política, de forma intersetorial como demonstrado no gráfico a seguir.

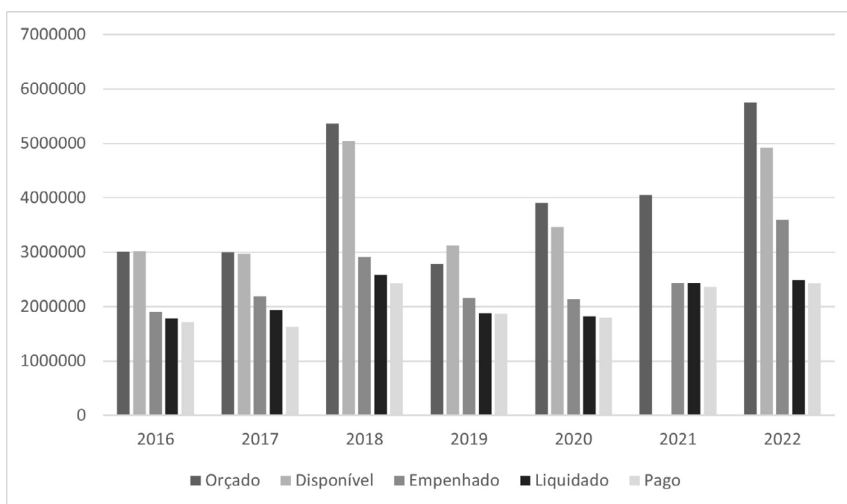


Figura 2: Gráfico comparativo - Orçamento DFAB 2016-2022
Elaboração: Wagner das Chagas Araújo Borges

Fortalecendo a Agricultura Urbana e a Agroecologia (2017-2023)

A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) é um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), que conta, em sua estrutura, com as diretorias de Assistência Alimentar (DASA), Unidades de Alimentação Popular (DUAP) e Fomento à Agroecologia e Abastecimento (DFAB), além de unidades descentralizadas, como o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN), o Banco de Alimentos (BA) e os Restaurantes Populares. Compõem ainda a estrutura da Susan os conselhos de segurança alimentar e nutricional (COMUSAN) e de alimentação escolar (CAE), instâncias colegiadas de controle social de políticas públicas.

A SUSAN, por meio da DFAB, coordena a política municipal de agricultura urbana, de caráter intersetorial e integrada, com apoio dos órgãos responsáveis por obras e infraestrutura, limpeza urbana, urbanização, assistência social, direito e cidadania, meio ambiente, dentre outros.

A agricultura urbana, de acordo com a Lei nº 10.255/2011 tem como objetivos: apoiar e ampliar as iniciativas de produção agroecológica e difundir a agroecologia em Belo Horizonte, na RMBH; apoiar a gestão dos resíduos sólidos orgânicos; contribuir para a constituição de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis; contribuir com a construção social de mercados para os produtos agroecológicos, entre outros⁴.

A política de AU atua com foco no fomento à produção de alimentos, à formação e aos circuitos curtos de comercialização. Neste sentido, por meio da Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana (GEFAU), vinculada à DFAB, incentiva e apoia a implantação e manutenção de unidades produtivas, espaços de cultivo que têm o objetivo de promover a produção de alimentos saudáveis, a geração de renda e o desenvolvimento local sustentável, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da população e potencializando a noção de coletividade nas comunidades. Estes espaços podem ser constituídos por diversos tipos de cultivos, chamados de sistemas agroecológicos, tais

como: hortaliças, frutíferas, sistemas agroflorestais, plantas medicinais, aromáticas, condimentares, compostagem, entre outros. O fomento às unidades produtivas coletivas/comunitárias, institucionais e escolares se dá por meio de credenciamento, habilitação, implantação, cadastro e manutenção.

Desde 2017, a prefeitura de Belo Horizonte tem realizado esforços e fomentado as unidades institucionais públicas e privadas sem fins econômicos, as unidades coletivas comunitárias, os quintais produtivos^{IV} e as unidades de território de tradição.

Hoje, são 160 unidades institucionais, dentre elas hortas escolares, executadas dentro das unidades escolares municipais e rede parceira, e outras mantidas dentro dos equipamentos públicos e de organizações da sociedade civil, como as hortas medicinais nos centros de saúde e as hortas em centros de referência de assistência social.

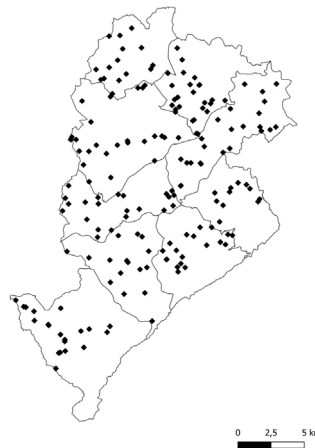


Figura 3: Unidades Institucionais atendidas pela SUSAN

Fonte: BH MAP¹⁹

Para o atendimento das unidades coletivas comunitárias, são premissas a mobilização de 3 ou mais famílias interessadas e área pública disponível com viabilidade agrônômica comprovada. Além dos fatores supracitados, é de suma importância a avaliação socioeconômica dos so-

IV Os quintais produtivos são fomentados exclusivamente por meio do Programa Territórios Sustentáveis da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte

licitantes, a fim de que a política pública alcance o público prioritário.

No atendimento é considerada a construção social do grupo, com a realização de reuniões periódicas para planejamento da produção e construção participativa do regimento e formação e capacitação técnica do coletivo. Para a implantação, são realizadas a preparação da área e plantios através de mutirões comunitários acompanhados e conduzidos pela equipe técnica da GEFAU, em articulação com a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI).

O processo de implantação ocorre em um período de 6 a 8 meses, após o qual a Unidade Produtiva é inserida no Cadastro Municipal de Agricultura Urbana. Para todas as etapas e posterior à implantação, a SUSAN fornece materiais para o cercamento, ferramentas, sementes, mudas e adubo orgânico, conforme demanda e disponibilidade. As operações de limpeza, nivelamento, revolvimento e preparo do solo são de responsabilidade da comunidade ou instituição com apoio da SMOBI.

Atualmente, conta-se com 56 Unidades Produtivas Coletivas Comunitárias, suas áreas somadas ultrapassam 102.000m² de produção, com mais de 330 agricultores e agricultoras responsáveis pelos cuidados destes espaços.



Figura 4: Unidades Coletivas Comunitárias atendidas pela SUSAN

Fonte: BH MAP¹⁹

Essas unidades têm um impacto significativo na saúde física e mental das pessoas. Os coletivos são diversos em tamanho, idade, gênero, raça e objetivos. Os principais objetivos, observados por meio da elaboração do regimento interno e do cadastro, são: autoconsumo, doação, terapia ocupacional, cuidado com o espaço público, ensino e pesquisa e comercialização.

“Agricultura urbana para mim é tudo, é saúde, é mesa cheia, é prato saudável, é vida, é tudo. Eu planto porque eu amo, eu gosto mesmo.”
(Informação verbal)^V

Além das unidades produtivas, a política de agricultura urbana, através do Programa Territórios Sustentáveis, atua por meio de uma cartela de serviços articulada a outras políticas públicas, num território vulnerável preestabelecido, a partir da centralidade da agroecologia e da sustentabilidade como premissas de desenvolvimento territorial.

Cabe, ainda, mencionar a estratégia de implantação das Agroflorestas Urbanas, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), do Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos (CEMAR), em parceria com esta mesma SMMA e com a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), da execução de ações de fortalecimento da comercialização por meio das feiras, do acesso a mercados institucionais, da articulação com *chefs* de cozinha, da concessão e revitalização dos mercados públicos municipais, considerando os sistemas alimentares em todo o seu ciclo, desde a produção, passando pela comercialização e até a destinação final dos resíduos.

As práticas de AU e AUP possibilitam melhor gestão das cidades considerando os aspectos sociais e ambientais, ao promover reflexões sobre o uso eficiente e sustentável dos recursos disponíveis, contribuindo para qualidade de vida da comunidade¹⁰.

Para Melo, a agricultura urbana é uma ação capaz de influenciar de maneira positiva na gestão e planejamento sustentável das cidades. O au-

V Trecho da entrevista da agricultora Deia, Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, para o livro "Segurança alimentar nas periferias pelas mãos de agricultoras urbanas"

tor destaca a responsabilidade dos gestores públicos com vistas a 3 aspectos: aproveitamento territorial, intensificação da produção de alimentos e visibilidade das demandas sociais. Para tanto, é necessária a utilização de tecnologias sustentáveis e incentivos às políticas capazes de permitir a coexistência da prática agrícola no desenvolvimento das cidades¹⁰.

Diferentes autores justificam a relevância das iniciativas de AU e as possibilidades de influência positiva na cena urbana, na alimentação das famílias, na geração de renda e para a mitigação de impactos socioambientais, como as mudanças climáticas, reforçando, assim, a importância do seu fortalecimento como política pública^{1, 6, 7}.

Os benefícios são incontáveis. Para o poder público, têm-se o cuidado com a manutenção das áreas públicas, a possibilidade de seu monitoramento, o retorno positivo da produção de alimentos para a população, a redução do mau uso destes espaços, o aumento indireto da segurança das áreas devido ao maior fluxo de pessoas e a redução de gastos com limpezas periódicas dos terrenos. Para os agricultores e agricultoras, cabe mencionar o aumento da diversidade alimentar, o acesso a alimentos saudáveis, a possibilidade da prática da agricultura, que cumpre parcialmente o papel das atividades físicas e da terapia ocupacional no bem-estar dos indivíduos e da coletividade, a possibilidade de viver em comunidade e criar novos vínculos, além da possibilidade da geração de renda complementar, com a comercialização dos alimentos.

“Nós consumimos o que plantamos. Quando não tinha horta, a gente quase não comia verdura. E agora a gente tem mais alimento, mais legume, verdura na mesa. A alimentação ficou com mais qualidade, sem veneno, sem nada. Você pode pegar uma verdura lá na horta e pôr na boca” (Informação verbal)^{VI}

Para a cidade de Belo Horizonte, têm-se o aumento da biodiversidade, a atenuação dos impactos da poluição sonora e visual, a transformação das paisagens, a possibilidade de viver a cidade de outras formas, a produção e acesso a alimentos de qualidade com procedência conhe-

VI Trecho da entrevista da agricultora Maria André, Jardim Vitória, Belo Horizonte, para o livro "Segurança alimentar nas periferias pelas mãos de agricultoras urbanas"

cida, a diminuição dos efeitos das mudanças climáticas advindos da urbanização e a justa expansão do apelido original de cidade jardim para cidade agroecológica⁸.

Nós enquanto burocratas dos níveis tático e estratégico em diálogo com a equipe técnica de nível de rua, que realiza a escuta direta dos agricultores e das agricultoras, identificamos as melhoras significativas na saúde, com a redução de uso de remédios diários, a redução de dores, a redução do estresse, a possibilidade de esparecimento e convivência com os vizinhos. Corroborando com o relato, Carvalho explana sobre a importância de conhecer os burocratas de nível de rua, responsáveis pela execução das políticas e serviços públicos, e a forma com que eles alcançam os beneficiários e acessam as demandas e retornos sobre a execução⁸. Segundo Lipsky, citado por Carvalho, a burocracia de nível de rua é um conjunto de agentes e organizações responsáveis pela relação direta com os beneficiários das políticas públicas e a entrega dos serviços públicos à sociedade civil⁸.

Para execução de uma política pública exitosa, em conformidade com a letra da lei, é necessária a escuta ativa dos beneficiários e parceiros que a constroem e executam em diferentes instâncias, tanto quanto, dos servidores, os quais, por sua vez, além de competência técnica, precisam estar sensíveis à dinâmica social, para ouvir as demandas e sugestões e adequar a execução da política pública. Em seu Art. 7º, a Lei nº 10.255/2011 preconiza que:

Art. 7º - A Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana será planejada e executada de forma descentralizada, com a participação direta dos beneficiários nas instâncias de gestão pertinentes, organizadas em redes.⁴

De acordo com o texto supracitado, o ciclo de políticas públicas deve prever o levantamento de demandas, o planejamento, a execução e o monitoramento das ações. Parte do êxito da política municipal de AU deve-se a esse passo a passo, pois, de fato, desde as primeiras experiências datadas de 1993, ela é construída de maneira participativa.

Para Lipsky, citado por Carvalho, os beneficiários diretos das políticas públicas nem sempre buscam dos servidores imparcialidade ou neu-

tralidade, mas também sensibilidade e flexibilidade para o entendimento das demandas individuais componentes do todo, que precisam de atenção. Este modelo participativo de política pública é também desafiador em sua execução, pois demanda a combinação equilibrada de institucionalização e flexibilidade. Neste sentido, a SUSAN preza pelo controle social, a intersetorialidade, a transparência, além da execução por meio da parceria pública comunitária das ações.

A centralidade da Agroecologia na Política de Agricultura Urbana

Para Nascimento, a agricultura urbana é a prática de cultivo de alimentos nos ambientes urbanizados diversos e por públicos diversos, cujos objetivos se alteram e atualizam de acordo com a demanda dos sujeitos praticantes².

As agriculturas urbana (AU) e periurbana (AUP) são potentes práticas para o desenvolvimento dos sistemas alimentares urbanos e planejamento urbano, levando em consideração os aspectos ambientais e sociais, com capacidade para contribuir nos aspectos financeiros, psíquicos e alimentares às famílias que apresentam vulnerabilidades sociais⁹. A prática de AU possibilita melhor gestão das cidades no que tange aos aspectos sociais e ambientais, principalmente, devido ao fato de provocar o uso mais eficiente dos recursos naturais disponíveis, contribuindo diretamente com a qualidade de vida da população¹⁰.

A agroecologia, por sua vez, constitui-se como um campo interdisciplinar que combina ciência, práticas agrícolas ecológicas e saberes tradicionais para lidar com os desafios da agricultura sustentável. Ela foi definida de diferentes maneiras por vários autores, conforme diz Reinger^{11, 12}. Em geral, a agroecologia é vista como uma abordagem holística para a agricultura, que leva em consideração não apenas a produção de alimentos, mas também a saúde dos ecossistemas, a equidade social e o bem-estar humano. Ela enfatiza a educação, a experimentação e a adaptação às condições locais para desenvolver sistemas agrícolas resilientes e sustentáveis a longo prazo.

A agricultura urbana conectada com a agroecologia propõe um

modelo de desenvolvimento sustentável de base popular e científica. Essa proposta aproxima a autonomia dos agricultores e agricultoras, a preservação dos recursos naturais, a melhoria do sistema de produção de base sustentável, prevendo o respeito pela natureza e comunidades, contribuindo em várias dimensões¹³:

1. Humana: Concentra-se nas pessoas envolvidas na agricultura, incluindo agricultores/as, trabalhadores/as rurais, consumidores e membros das comunidades locais. A agroecologia coloca ênfase na justiça social, na segurança alimentar e na qualidade de vida das pessoas envolvidas na agricultura;
2. Social: Concentra-se nas comunidades locais e nas relações sociais e culturais que moldam a agricultura. A agroecologia busca trabalhar em harmonia com a cultura e as tradições locais, promovendo a cooperação e a construção de redes;
3. Econômica: Concentra-se nos aspectos econômicos da agricultura, incluindo o acesso aos recursos naturais, a produção e a distribuição de alimentos e as relações entre produtores/as e consumidores/as. A agroecologia busca promover a agricultura familiar, a diversidade de culturas e a equidade nas relações comerciais entre produtores/as e consumidores/as;
4. Ambiental: Concentra-se na relação entre a agricultura e o meio ambiente. A agroecologia busca promover a conservação dos recursos naturais, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos¹⁷.

A prática de AU com bases agroecológicas possibilita o desenvolvimento social ao ampliar o acesso a alimentos saudáveis, fortalecer a segurança alimentar e nutricional e a rede de sujeitos defensores e praticantes de AU, melhorando a qualidade de vida e fortalecendo os laços sociais e culturais².

É a partir desse arcabouço conceitual, e considerando todo o histórico da política municipal de segurança alimentar e nutricional, que a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, entende a Agricultura Urbana e a Agroecologia

como estratégias, articuladas a outras ações e programas, para a construção de sistemas alimentares de produção, processamento, distribuição, preparo e consumo de alimentos.

Conclusão

Com base nas leituras, relatos dos agricultores/as e vivências do cotidiano, como servidoras públicas do órgão executivo das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, pode-se concluir que a prática da AU tem um grande potencial no que tange ao planejamento urbano, uso de áreas públicas, produção e distribuição de alimentos, melhoria do microclima, melhoria da saúde mental e física, desenvolvimento econômico como foco nos negócios verdes, inferindo de maneira significativa na vida dos praticantes e no fortalecimento comunitário e social.

Conforme relatado pelas/os agricultoras/es urbanas/os, observado pelos servidores e encontrado na literatura, a AU é uma prática de grande relevância na vida de seus praticantes, no que se refere à alimentação adequada, complemento de renda e/ou cuidados com a saúde mental.

“Minha atividade nesse momento é centrada na agricultura urbana, na produção comércio, prestação de serviço de jardinagem, mudas, jardins (...). A minha principal fonte de renda é das vendas da agricultura urbana (...). Minha renda chega a 1 salário mínimo. Depende das vendas, tem mês que é bom, tem mês que é ruim e abate um pouco.”
(Informação verbal) ^{VII*}

Contudo, observa-se que há ainda grandes desafios impostos à gestão local, apesar do amplo diálogo sobre o tema, da elaboração e organização de dados e da análise, por parte de vários autores, da relevância do impacto das ações enquanto políticas públicas nas várias dimensões de alcance, seja social, ambiental, econômico e humana, corroborada pelas equipes de gestão, pelos beneficiários e, até mesmo, pelos governos, quando elaboram legislações e manuais.

No que tange aos governos, cabe mencionar a recente publicação do manual “Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um

VII Trecho da entrevista da agricultora Alice, Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, para o livro “Segurança alimentar nas periferias pelas mãos de agricultoras urbanas”

guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano”, documento coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e TEEB para Agricultura e Alimentação, em parceria com a Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana do Ministério da Cidadania, cuja apresentação informa que se trata de uma “tentativa de responder às questões da segurança alimentar e nutricional nas áreas urbanas e, ao mesmo tempo, institucionalizar o potencial dessa agenda”¹⁷. De acordo com esse documento:

...o Brasil estabeleceu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, pela Portaria do Ministério da Cidadania nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, compondo, junto com outras políticas públicas, uma ampla frente de ações de orientação e financiamento para apoiar a construção de respostas locais para a transformação dos sistemas agroalimentares¹⁷.

Ainda, quando voltamos no tempo, no âmbito do Estado de Minas Gerais, apesar do pioneirismo legislativo, houve pouco avanço nessa temática. De acordo com Ornellas, a Lei estadual nº 15.973, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (PEAU), é de 2006 e o Decreto nº 44.720, que a regulamenta, é de 2008, mas essas normativas não foram suficientes para o avanço ou indução de políticas de agricultura urbana no âmbito do Estado¹⁸.

Por fim, é preciso considerar os desafios interpostos aos governos municipais pela quase ausência dos entes federados nessa agenda, quando questões importantes são evidenciadas, como a falta de cofinanciamento, a lacuna de norma de identificação e reconhecimento dessas/es agricultoras/es e, com isso, a falta de padronização de uma entrega de política pública, a carência de dados sobre os reais custos desses serviços, a necessidade de uma política de recursos humanos que considere as especificidades da assistência técnica, a produção coletiva e as demandas de organização de grupo social, dentre outras.

Considerando tantos desafios, é fundamental fortalecer a ampliação e permanência das políticas que têm a prática de AU e da agroecologia como parte do escopo, entendendo a importância e impactos positivos em diversas camadas.

Referências

1. Almeida DAO. Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) [tese]. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais; 2016.
2. Nascimento EL. Políticas públicas e agricultura urbana: segurança alimentar e nutricional do povo preto e periférico de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro; 2022. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental.
3. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006; Seção 1:1.
4. Belo Horizonte (Cidade). Lei nº 10255, de 13 de setembro de 2011. Institui a política municipal de apoio à agricultura urbana e dá outras providências. Diário Oficial do Município. 14 set 2011.
5. Carvalho MR, Seidl RAS, Nascimento EL. Segurança alimentar nas periferias pelas mãos de agricultoras urbanas. Uberlândia: Subsolo; 2022.
6. Ribeiro SM. Agricultura Urbana Agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: a experiência do projeto colhendo sustentabilidade - Embu das Artes - SP. São Paulo: 2013.
7. Gomes AMS. Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: terreiros, quilombos, quintais da grande BH [tese]. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais; 2009.
8. Carvalho VA. Burocracia de nível de rua e os burocratas executores das políticas públicas. Espaço Público. 2018; 2:114-119.
9. Ferreira R.J. Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE [tese]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; 2013.
10. Melo LP. Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá-AP. Publicação para o 7º Congresso Luso-brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, Maceió; 2016.
11. Motta VD. Por Uma agroecologia antirracista. Cadernos de Agroecologia. In: Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, v. 15, nº 3;

2020.

12. Reiniger LRS, Wizniewsky JG, Kaufmann MP. Princípios da agroecologia. Santa Maria; 2017.
13. Aquino AM, Assis RL. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambient. soc.* 2007;10(1):137-150.
14. Curan RM, Marques PEM. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. *Estudos Avançados.* 2021;35(101):209-221.
15. Programa das Nações Unidas [internet]. 2021 [acesso em 07 maio 2023]. Disponível em: <https://www.undp.org/sustainable-development-goals>.
16. Prefeitura de Belo Horizonte [internet]. 2021 [acesso em 07 maio 2023]. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2021/SUSAN/susan_revista-alimenta_20210426.pdf.
17. FGV - Fundação Getúlio Vargas. Centro de Estudos em Sustentabilidade. Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano. São Paulo; 2022.
18. Ornelas GM. Agroecologia e regiões metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais; 2017. Trabalho de conclusão do Curso de Gestão Pública.
19. BHMap [internet]. 2022 [acesso em 07 maio 2023]. Disponível em: <http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=4&lat=7796893.0925&lon=609250.9075&baselayer=base>.

Uma experiência agroalimentar no ambiente urbano: o caso da Cooperacra em Americana/SP

Natália Gebrim Doria^I, Paulo Eduardo Moruzzi Marques^{II}



Crédito: Natália Gebrim Doria

Introdução

A Cooperativa de Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (Cooperacra) é uma iniciativa com sede situada na zona urbana do município de Americana/SP. Desde 1985 ocupa uma área do Instituto de Zootecnia (IZ) de aproximadamente 36 hectares, dos quais 26 hectares ocupados por Área de Preservação Permanente e destinados a diferentes construções. Os demais 10 hectares são ocupados com a produção de

I Natália Gebrim Doria é nutricionista, mestre em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora na área de soberania e segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural. nataliagebrimdoria@gmail.com

II Paulo Eduardo Moruzzi Marques é docente da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo e coordenador do Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas (AGRE-MAL). pmarques@usp.br

horticultura e sistema agroflorestal¹. Na área construída encontra-se um galpão de 360 m², onde se localiza o escritório da cooperativa, uma câmara fria para armazenamento dos produtos e uma cozinha para higienização e beneficiamento.

Este relato se baseia na dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo². Na ocasião das entrevistas, realizadas em 2018, a cooperativa contava com 16 cooperados que atuavam em sua sede na referida área do IZ, produzindo alimentos de forma coletiva. Para a pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com oito cooperados, dos quais sete apresentaram os elementos para a formulação deste relato (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização dos cooperados entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Cargo/ ocupação
Presidente	53	M	Presidente da cooperativa/ agricultor
Vice-presidente	não informado	M	Vice-presidente da cooperativa/ agricultor
A1.Cooperacra	48	F	Cooperada/ agricultora
A2.Cooperacra	59	F	Cooperada/ agricultora
A3.Cooperacra	30	M	Cooperado/ agricultor
A4.Cooperacra	56	M	Cooperado/ agricultor
A5.Cooperacra	48	F	Cooperada/ agricultora

Fonte: Elaboração própria

Uma trajetória até a fundação da cooperativa

A história da Cooperacra está vinculada à trajetória do patriarca da principal família deste coletivo. Migrantes da Bahia, moraram por anos em Vera Cruz d'Oeste, no Paraná, onde desenvolviam atividades agrícolas numa pequena propriedade rural. Na década de 1970, por reflexo do processo de modernização da agricultura do Brasil, vinculado ao avanço da revolução verde, a região passou a ser ocupada por grandes latifundiários. Esse processo impactou a vida dos que ali viviam da agricultura de subsistência, forçando muitas famílias a saírem da região, como foi o caso

Cooperacra em Americana/SP

Localização:

Zona urbana do município de Americana/SP

Ocorre desde:

1985

Objetivos:

A cooperativa de agricultura familiar, tem por objetivo a produção de horticultura e sistema agroflorestal. No relato avaliamos a experiência da cooperativa em comercializar gêneros alimentícios ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Participantes:

Agricultores familiares cooperados

Órgãos/Organizações responsáveis:

A experiência é realizada por agricultores da Cooperativa de Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana (Cooperacra). O relato baseou-se em dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo.

Parcerias:

Instituto de Zootecnia - ESALQ/USP

do patriarca e sua família. Foi então que migraram para o sudeste e se instalaram em Americana, no bairro Jardim Alvorada.

No início da década de 1980, o patriarca se cadastrou num projeto da prefeitura como produtor e passou a ocupar uma área pública, retomando a atividade agrícola. A produção era destinada à alimentação escolar do município e o excedente era vendido a famílias do Jardim Alvorada. Esse movimento chamou a atenção da vizinhança e motivou famílias que tinham uma trajetória de êxodo rural a se engajarem na experiência.

Em 1983, a prefeitura reivindicou a área ocupada com vistas à instalação de equipamentos públicos, o que forçou o patriarca a buscar outro local para o desenvolvimento das atividades agrícolas. As famílias da região, já mobilizadas em torno dessa atividade, engajaram-se no movimento de acesso à terra. Em 1985, conseguiram a concessão de uso da área do IZ, nesse momento eram 12 famílias envolvidas. Em 12 de outubro de 1987 fundaram a Associação Comunitária Jardim Alvorada (ACRA).

Em 1992, a Associação firmou um contrato com a prefeitura de Americana para fornecer produtos à alimentação escolar, o que impulsionou a produção agroalimentar no local. O contrato foi encerrado em 1997, o que trouxe instabilidade na comercialização dos produtos^{III} e dificuldades à Associação, acarretando a diminuição no número de famílias associadas.

III A comercialização é uma dificuldade frequente na agricultura familiar. Este caso explicita tais obstáculos revelando a importância da ação pública contínua, ancorada em legislação que permita garantia para os atores envolvidos. A Lei no 11.947/2009, foi um marco fundamental ao inserir a obrigatoriedade de aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A busca por novos mercados para a comercialização dos produtos da Associação foi difícil devido aos atravessadores e à desvalorização do trabalho na agricultura. Em 2006, a Associação obteve a certificação orgânica através da Fundação Mokiti Okada, o que representou reconhecimento do trabalho desenvolvido, possibilitou a inserção dos produtos em novos mercados e ocasionou a mudança de seu nome para Associação da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana.

Em 2008, foi então fundada a Cooperativa, o que possibilitou a venda para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, desde 2009, passou a comprar produtos da agricultura familiar e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que já estava em vigor desde 2003.

Na ocasião da pesquisa, o principal canal de escoamento da cooperativa, representando aproximadamente 80% da produção comercializada pela Cooperacra, era o PNAE, seguido pelo PAA e vendas diretas aos mercados locais. A principal produção da cooperativa era de hortaliças e produtos de roça, como milho, mandioca e feijão. Na área do sistema agroflorestal, desenvolviam cultivo de frutas como, banana, jaca, manga e abacate. Também estavam envolvidos na cooperativa agricultores com áreas particulares de produção, que comercializavam via cooperativa, sendo toda produção agroecológica.

A experiência de venda ao PNAE

O primeiro contrato de fornecimento de gêneros alimentícios da Cooperacra para o PNAE ocorreu em 2010, com o município de Santa Bárbara d' Oeste/SP, vizinho à Americana. A venda institucional foi um divisor de águas, que proporcionou melhores condições para os produtores, aproximou novos agricultores à cooperativa e ajudou na sua estruturação administrativa e física, como mencionado:

“Só veio a resolver a situação através do escoamento da produção a partir da política pública (...) que saiu a lei do PNAE, da merenda escolar, e a gente correu atrás disso, sabe assim?! (Presidente)”

Este meio de comercialização garantiu um escoamento seguro, estável e volumoso, promovendo maior organização e retorno financeiro à

cooperativa. Desse modo, foi possível a aquisição de equipamentos para melhoria na logística de escoamento, com a obtenção de um caminhão para entrega e materiais, como caixas transportadoras, para o transporte adequado dos alimentos.

Além dessa estrutura, também houve mudanças na produção que, com o aumento das vendas devido à grande demanda do PNAE, foi intensificada. A técnica produtiva foi sempre a mesma – orgânica, de base agroecológica – sendo frequentemente aprimorada. Inicialmente, as adequações se relacionaram às exigências para a obtenção do selo orgânico da Fundação Mokiti Okada. Em seguida, a partir do início do fornecimento ao PNAE, esteve relacionado ao retorno que recebiam da equipe da alimentação escolar sobre a qualidade dos produtos e sua apresentação, como mencionado:

“A qualidade a gente sempre foi melhorando, foi cuidando. A partir dos retornos que vinham das merendeiras, das cozinheiras, da nutricionista. A gente sempre cuidou né, de melhorar. O tamanho, a forma de apresentação, o peso, tudo né?! [...] E aprender a comercializar, de aprender a encontrar a qualidade do produto... qual a cenoura que é interessante, qual a berinjela que é interessante, como ela deve estar. Como deve estar o repolho, a apresentação do repolho. [...] O acabamento do produto os cooperados com certeza tiveram que aprender. Isso vem do retorno do PNAE. [...] Quantidade também, melhoramos. Tivemos que aumentar.” (Vice-Presidente)

A possibilidade de planejamento da produção, para o fornecimento ao PNAE, foi um fator importante para a cooperativa, tanto pela garantia da venda do que se produz, como pela redução de perdas de alimentos. No entanto, foram mencionadas algumas dificuldades com relação às questões burocráticas, sobretudo no que se refere aos editais das chamadas públicas. Além disso, em alguns municípios, o contrato de venda é anual e em outros é semestral, o que pode interferir no planejamento da produção, tendo em vista que, a depender da cultura, é necessário no mínimo três meses, para mais, entre o plantio e a colheita.

Ao longo dos anos de comercialização ao PNAE, o aumento e a garantia de vendas possibilitaram o aumento e a diversificação da produ-

ção. Os produtos de horta mantiveram-se diversos, compondo uma extensa lista de variedades cultivadas. A produção no sistema agroflorestal ampliou a gama de produtos com a oferta de frutas, conforme relato:

“O que o pessoal sabia fazer, continuou fazendo. Alface, brócolis, tudo de hortaliça eles continuam fazendo a mesma produção. Agora, o que mudou são as frutas. Hoje a gente pensa no sistema agroflorestal, então a gente está produzindo bastante frutíferas, que era uma coisa que a gente não trabalhava antes. [...] não tirando o foco das hortaliças, que o domínio que a gente tem, mas tentando aprender a produzir algumas frutas para que aumente a quantidade de diversidade do nosso produto e consiga atender a merenda melhor.” (A4. Cooperacra)

A diversidade de produtos e a ampliação das variedades foram favoráveis para a cooperativa, pois possibilitou atender melhor à demanda uma vez que a lista de alimentos solicitados é extensa. Esse fato também foi favorável ao público escolar, que teve oferta de maior diversidade de alimentos de qualidade, vindos da produção local da agricultura familiar. Por ser um volume grande de produtos e muitos pontos de entrega, a cooperativa, com o passar dos anos, desenvolveu uma organização logística que otimizou o processo de entrega para as escolas.

Outra mudança significativa se refere às alterações, a partir de duas resoluções do governo federal^{IV}, quanto ao aumento do limite de venda por DAP/física/ano e a possibilidade de comercialização para mais de uma Entidade Executora.

A partir da Resolução no 04/2015, a Cooperacra passou a vender para outros municípios além de Santa Bárbara d'Oeste. À época das entrevistas (2018), a cooperativa comercializava para seis municípios (Americana, Limeira, Nova Odessa, Santa Bárbara d' Oeste e Rio das Pedras).

Ao longo da experiência de comercialização via PNAE, que requer entregas semanais, nos diferentes municípios e em suas numerosas uni-

IV A venda ao PNAE está condicionada ao cadastramento do agricultor no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que na época da entrevista era a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Desse modo, com a Resolução no 25/2012, o limite de venda global por DAP física/ano passou de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00. A partir de 2015, com a Resolução 04/2015, o valor limite para cada DAP física passou a ser por Entidade Executora (município) e não mais o valor global de venda da DAP. Desse modo, possibilitou-se a ampliação das vendas para mais municípios.

dades escolares, a cooperativa desenvolveu um método operacional e logístico de colheita, higienização, limpeza e separação de produtos, armazenamento e distribuição, como mencionado:

“E assim, o que nós temos feito... esse aprendizado é muito rico. De organizar o dia da colheita, fica até mais tarde se for preciso, para fracionar, separar tudo isso. E a entrada em dia de entrega, o pessoal chega às 6 horas da manhã, carrega esses caminhões e vai pro mundo, entregar com responsabilidade em todos os lugares, todos os produtos, sem faltar nada. E não é para errar, não tem como errar. A gente trabalha com uma logística igual ao mercado, nós chegamos nesse nível. [...] a gente numera as caixas escola por escola e foi montando uma logística entendeu?! Nós que desenvolvemos tudo isso. É um romaneio de controle, três vias para assinar os documentos. Uma fica na escola, uma fica com a gente e uma fica na merenda. É, o romaneio, tem um romaneio grande que vem, que a gente sabe quais que são as escolas e o que que vai, depois tem o menorzinho, sabe?! Várias formas para chegar no... o pedido do produtor a gente manda X, depois chega aqui e a gente fraciona tudo, quanto que vai em cada escola. Escola numerada por rota, da 01 a tal. Criamos tudo isso...”(Presidente)

Outro fator favorável foi a participação da cooperativa no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Americana (COM-SEA). Assim, a representação da Cooperacra conseguiu pleitear espaço de fornecimento alimentar no município que, conforme relatado, apresentava certa resistência para compra de seus produtos.

“Porque tinha na composição do conselho [...] as nutricionistas da merenda. [...] E aí quando falava que a Cooperacra fornecia para Santa Bárbara, perguntavam para [a responsável pela alimentação escolar da prefeitura de] Americana “Vocês compram produtos da agricultura familiar?”, a pessoa falava “Compra”, “Ah, mas o que vocês compram?”, “Nós compramos suco [...] iogurte, não sei o que...”, “Ah, mas por que vocês não compram produtos da Cooperacra?”. Então elas eram colocadas numa saia justa na frente dessas autoridades todas, até um dia que elas abriram a chamada.” (Presidente)

O envolvimento nesta instância de participação popular foi favorável: à Cooperativa, que ampliou suas vendas; ao município, que com isso fomentou sua economia ao comprar produtos locais e; aos escolares, que passaram a consumir alimentos mais frescos e orgânicos.

Além disso, uma parceria entre Cooperacra, COMSEA e Prefeitura, permitiu a organização de um encontro com as merendeiras da alimentação escolar para que elas conhecessem o trabalho da cooperativa. Em particular, a produção e manipulação dos alimentos e a logística de entrega para as escolas, como relatado:

“Nós já fizemos um encontro, eu e o presidente, participamos de um encontro onde nós conseguimos reunir as merendeiras todas de Americana. Foi a secretaria de Americana, junto com a Cooperacra, entendeu? Foi muito legal. E aí nós repassamos todo o nosso trabalho, como nós fazemos a nossa colheita, o manuseio, os cuidados que a gente tinha na entrega, tudo. Fizemos algumas exigências e tal. E elas também retornaram. Estava lotado. [...] Que eu acho que é um trabalho interessante das Cooperativas mobilizarem as merendeiras, as cozinheiras, para elas participarem, conhecerem, visitarem, entendeu?” (Vice-Presidente)

Esse encontro mostrou-se positivo e eficaz para a relação com as merendeiras de Americana, pois foi relatado pelos agricultores dificuldades junto a estas profissionais, especialmente nos momentos de entrega dos produtos. O presidente da cooperativa comenta a melhora nessa relação após o encontro:

“[...] esses encontros com as merendeiras, para poder falar com elas. O de Americana melhorou porque a gente foi lá e falou com 235 merendeiras, contamos a história de como é o processo, por que elas não têm ideia de como é isso. Então muda um pouco como é a recepção depois.” (Presidente)

Quanto à relação com as nutricionistas, o vice-presidente da Cooperacra considera que ocorreu um intercâmbio favorável, especialmente quanto ao retorno sobre a qualidade dos produtos fornecidos:

“De uma forma geral, isso é bem nos momentos de entrega. A gente consegue encontrar as nutricionistas e a gente consegue cobrar e ao mesmo tempo elas dão um retorno de como está a entrega, como estão os produtos. O presidente também faz muito isso nas secretarias, de visitar e ter um retorno de como foram as entregas. Ele acolhe as reclamações também, entendeu? Às vezes faz uma entrega e recebe uma reclamação, ele acolhe e corrige, entendeu? Mas é assim, é bem no dia a dia. De acordo com as situações. Entendeu? Nada programado...” (Vice-Presidente)

Este tipo de atividade, nascida do envolvimento da cooperativa com o COMSEA e até mesmo a busca da Cooperacra em ter retorno das secretarias municipais e das nutricionistas sobre a qualidade dos produtos, são práticas que aproximam os atores envolvidos no processo. Trata-se de iniciativas que aumentam a eficácia do programa.

As diversas funções sociais da Cooperacra

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias cooperadas sempre foi prioridade na cooperativa. Nos anos de dificuldades na comercialização, que se refletiu na baixa geração de renda para as famílias, o valor arrecadado com a venda dos produtos era prioritariamente destinado à compra de gêneros de cesta básica para serem divididos entre todas as famílias da área coletiva, para que não faltasse alimento.

“Então às vezes você colhia aquela quantidade e vendia por um preçinho que...e não dava para sustentar tudo o que nós estávamos fazendo aqui na época, as pessoas que tinham. A gente manteve a cesta, não tiramos a cesta. Todo o mês a gente ia no mercado, comprava vinte, trinta sacos de arroz. Comprava óleo, comprava tudo. E depois chegava aqui e nós dividíamos igual para todas as famílias que trabalhavam aqui. Então a gente seguiu essa cesta porque não tinha o pagamento, não tinha o dinheiro para pagar. Então a gente manteve essa cesta. Então, quer dizer, não tinha o dinheiro mas tinha comida dentro de casa. A gente pensou nisso.” (A1. Cooperacra)

Esse procedimento foi mencionado por todos os entrevistados, demonstrando que essa forma de garantia de acesso à alimentação foi essencial para todas as famílias neste período. Como mencionado, essa divisão ocorria de forma igualitária e compartilhada, de maneira que todas as famílias pudessem se alimentar com a quantidade que lhes fosse necessária. Essa atenção se referia também à distribuição dos alimentos produzidos na própria cooperativa:

“Igual, a gente fazia a cesta básica, tudo o que a gente comprava para um a gente comprava para todo mundo. Se eu estava comendo sardinha, você também estava. Se eu estava comendo ovo, você também estava. Então a gente sabia que o alimento, o que a gente levava daqui e o que a gente trazia de lá, estava todo mundo comendo mais ou menos igual. As pessoas que estavam trabalhando aqui. Então essa parte a gente cuidava bastante para não deixar... na hora que começava a acabar na casa de um, já sabia que na casa do outro também estava acabando e tinha que correr atrás. Para a gente foi a parte mais principal, não deixar faltar o alimento.” (A1. Cooperacra)

Com o início das vendas ao PNAE e a melhora no retorno financeiro para a cooperativa e seus agricultores, a compra coletiva de produtos de cesta básica deixou de ocorrer. No entanto, as famílias continuaram consumindo os alimentos produzidos na cooperativa, colhidos e distribuídos semanalmente de forma planejada, que poderiam colher mais alimentos em caso de necessidade, conforme relatado:

“Porque assim, normalmente a gente leva na terça-feira, então vai um pacote, divide cada um faz os pacotes para cada aí leva, na terça-feira. Ai, se alguém comeu antes e quer pegar de novo, pode pegar, não tem problema não. Mas geralmente é nas terças feira que leva. Ai quase tudo que colhe leva, às vezes a gente quer, às vezes não quer.” (A2. Cooperacra)

O consumo de alimentos da própria produção também é um elemento de economia doméstica, citado por uma das agricultoras, uma vez que representa parte significativa do total da alimentação da família. Esta interlocutora também destaca o sabor e qualidade dos produtos da coo-

perativa e a diferença que existe em relação àqueles do mercado convencional:

“É bastante, porque vira uma mistura né?! Você economiza, se fosse gastar no mercado... eu acho que dá uma porcentagem boa, porque daí você leva... teve uma época que a gente plantou até feijão. Daí a gente plantava feijão, cebola, alho. Agora não tem, mas se você leva um brócolis, uma couve-flor, um repolho. Tudo isso aí você faz e já incrementa o prato, se você não tem uma mistura para pôr, já virou a mistura. Então eu acho muito interessante essa parte, que a gente é alimentado aqui. [...] Então, essas coisas assim... beterraba e cenoura... às vezes você compra, uma cebola ou alguma coisa assim, mas a cenoura e a beterraba eu não consigo comprar e comer do mercado. Parece que não tem o mesmo sabor, não tem o mesmo gosto. [...] Então é uma coisa que vai ficando meio que automática sabe, você vai gostando tanto das coisas daqui que você vê diferença.” (A1. Cooperacra)

A cooperativa apresenta uma produção amplamente agrobiodiversa, contribuindo para a diversidade alimentar dos consumidores, sejam os próprios cooperados, sejam os estudantes atendidos pelo PNAE, elemento fundamental à garantia de uma alimentação adequada e saudável, como é pressuposto pela SAN.

Além de produtos da horta, existem produtos de roça (sobretudo mandioca, milho e feijão) e muitas frutas, produzidas no sistema de agrofloresta, como destacado pela agricultora:

“Alface, repolho, brócolis, tudo de hortaliça eles continuaram fazendo a mesma produção. Agora o que mudou são as frutas. Hoje a gente pensa no sistema agroflorestal, então a gente está introduzindo bastante frutíferas [...] Tinha um pouco de abacate, a banana sempre teve. Mas hoje tem mais coisa. Como a manga, o limão, coco, goiaba, açaí, juçara. Então tem várias outras espécies de frutas que a gente está começando... não tirando o foco da hortaliça, que é o domínio que a gente tem, mas tentando aprender a produzir algumas frutas para que aumente a quantidade de diversidade do nosso produto e

consiga atender a merenda melhor.” (A3. Cooperacra)

Quanto ao fornecimento para a alimentação escolar, há um forte reconhecimento por parte dos entrevistados de sua função na promoção da SAN aos escolares.

“Mas a intenção nossa é salvar as crianças que estão aí. Então, nós estamos entregando na merenda escolar hoje e as crianças estão comendo um alimento sadio, entendeu?! Que a gente produz aqui sem veneno.” (A4. Cooperacra)

A produção de um alimento sem agrotóxicos os leva à compreensão de que fornecem um alimento mais saudável. Dessa forma, reconhecem o seu papel na promoção da saúde de seus consumidores. Demonstram satisfação por desempenhar este papel na sociedade e por poder propiciar saúde às crianças que tenham acesso ao alimento produzido na cooperativa, como relatado:

“Esse papel é saúde, é vida. É emoção da gente saber que a gente está produzindo um alimento saudável. Que hoje tem tantas doenças e que a gente pode estar contribuindo com uma fatia, pelo menos que seja dez ou quinze por cento, mas a gente sabe que a gente está fazendo uma coisa boa, que é o alimento para aquela criança que comeu uma cenoura daqui, já vai mudar alguma coisa na vida dela futuramente. Então é isso que a gente pensa.” (A1. Cooperacra)

A qualidade do produto é uma garantia de saudabilidade e bem-estar tanto para os consumidores, quanto para os próprios agricultores, que teriam sua saúde resguardada por não estarem em contato com produtos que lhes possam ser prejudiciais. Essa percepção é citada no relato:

“Eu acho bom. Bom que está enviando para lá, tá comendo um produto de qualidade, que tem saúde, porque não tem agrotóxico nenhum. Nem para quem come e nem para quem trabalha no campo. Por que daí se você usar o veneno você vai acabar intoxicando né?! Então, nem nós e nem quem come. É um produto bom.” (A5. Cooperacra)

Com isso, nossos interlocutores reconhecem que seu produto tem potencial de promover saúde tanto aos consumidores, quanto aos trabalhadores que desenvolvem uma atividade laboral de menor risco. No desempenho da função de agricultores, entendem que constituem papel fundamental à oferta de um alimento saudável à população. Desta maneira, a satisfação com sua atuação vai além do retorno financeiro com a atividade agrícola, mas se relaciona com o fornecimento de alimento sadio, o que incita reflexões quanto a uma boa alimentação:

“Então não é simplesmente, você produz e você vende de qualquer jeito. Não, não é esse o nosso objetivo. Nem é pelo dinheiro. É mais que as pessoas tivessem consciência de se alimentar bem. E de todos poderem vir se alimentar de um produto bom, limpo, entendeu? Ter essa consciência. Produzir para que as pessoas possam comer um bom alimento.” (A1. Cooperacra)

Na medida em que a alimentação é essencial à vida, a produção de um alimento saudável representa uma atividade de grande importância social. Nesse sentido, há o reconhecimento por parte dos agricultores da importância de seu papel na promoção da saúde e da SAN da população, graças à oferta de uma alimentação adequada e saudável.

“Ah, é o que eu faço ué. É colocar o alimento para o pessoal comer, na mesa. Eu acredito num papel bem importante, porque se nós como agricultores não fizermos, quem vai plantar? O pessoal não está... ninguém pensa nisso.” (A4. Cooperacra)

Em se tratando de uma agricultura desenvolvida em área urbana, zona em que via de regra não se tem extensa produção, um relato nos chama a atenção:

“E preencher esse vazio que existe da cidade, que é a agricultura. A cidade necessita do trabalho do produtor e esse trabalho a Cooperativa tem que desenvolver da melhor maneira possível. De uma maneira que os produtores também se sintam beneficiados, o trabalho seja valorizado, tenham retorno financeiro.” (Vice-Presidente)

Este discurso nos permite pensar que a produção de alimentos para a cidade, zona consumidora, por uma agricultura urbana constitui um papel emergente desejado no âmbito da Cooperativa. Trata-se de alimentar os cidadãos da melhor forma possível, com uma agricultura de proximidade.

Desta maneira, é função das prefeituras – ou do poder público em todas as suas esferas – valorizar a agricultura familiar e dar continuidade às compras públicas de alimentos de qualidade. Assim, é função dos agricultores seguir fornecendo esses produtos:

“Então é isso... as prefeituras precisam valorizar os produtores locais e os produtores precisam entender que eles têm um papel para cumprir que é fornecer produtos de qualidade, fornecer produtos bons. Acho que é isso...” (Vice-Presidente)

Conclusão

A experiência da Cooperacra em comercializar gêneros alimentícios para o PNAE foi fundamental para a estruturação da cooperativa e mostrou-se favorável e relevante no que diz respeito à promoção da saúde, à garantia da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável dos escolares e das próprias famílias de agricultores.

Referências

1. Retière M, Marques PEM. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2019; 57: 490-503.
2. Doria NG. Agricultura familiar e promoção da saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [dissertação]. Piracicaba: Escola Super de Agricultura Luiz de Queiroz da USP; 2019.

Experiências de protagonismo feminino na agricultura urbana agroecológica da cidade de São Paulo^I

Laura Martins de Carvalho^{II}, Clara Ribeiro Camargo^{III},
Márcia Tait Lima^{IV}



Crédito: Eduardo Barcellos

Introdução

A relevância das mulheres na produção de alimentos e na agricultura agroecológica é um assunto que tem se destacado na atualidade dentro dos estudos sobre ruralidade, urbanidade, soberania e segurança alimentar e, mais recentemente, sobre sistemas alimentares saudáveis,

I O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/04126-0.

II Laura Martins de Carvalho é cientista social (PUC-SP, 2007), pesquisadora, doutora em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP-USP, 2021); Pós-doutoranda no CEUCI - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - UNICAMP. lauramarcarvalho@gmail.com

III Clara Ribeiro Camargo é bacharel em Relações Internacionais (UNESP, 2009), Mestra em Ciência Ambiental (USP, 2015); Doutoranda do Programa de Ciência Ambiental (USP, 2023). clara.camargo@usp.br

IV Márcia Maria Tait Lima é mestre e doutora em Política Científica e Tecnológica (DPCT/UNICAMP) e Professora do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (IEL/UNICAMP). marcia.tait@gmail.com

sustentáveis e resilientes. Essas temáticas podem ser vistas também como um grande campo de reflexões e práticas inter-relacionadas entre meio ambiente, agricultura-alimentos, sociedade e tecnologias. É nesse campo que nós temos atuado nos últimos 10 anos.

Ainda que a importância do trabalho e atuação feminina seja atualmente reconhecida por entidades como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), as políticas de fato implementadas que as consideram como parte dos sistemas alimentares ainda são insuficientes e/ou ineficientes. Isso acontece em países com distintos graus de desenvolvimento. Mesmo naqueles com índices mais elevados, a produção de dados e de análises sobre gênero, sistemas alimentares e emergência climática ainda é considerada insuficiente, ou seja: é urgente projetar, implementar e monitorar ações que possam estruturar sistemas alimentares saudáveis e resilientes com justiça social e equidade de gênero¹⁻³.

No Brasil, o desenvolvimento de estudos sobre o tema específico das mulheres na Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), o apoio e a atuação colaborativa com essas mulheres são realizados principalmente por pesquisadoras também mulheres, como já foi observado em trabalhos sobre mulheres na agricultura familiar, campesina e agroecológica. O trabalho das mulheres agricultoras e pesquisadoras também se destaca pela forma de atuação em redes, entrelaçando Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a Saúde Coletiva e o Enfoques de Gênero, abarcando uma diversidade de vertentes⁴.

Devido a esse trabalho de investigação e engajamento feminino, a dimensão feminista também vem conquistando cada vez mais espaço, de forma ativa, dentro de outros campos de estudos, de mobilização social e formulação de políticas públicas, tais como: urbanização e do direito à cidade; justiça ambiental e mudanças climáticas; e, conseqüentemente, sendo também incorporado em políticas públicas em vários setores ou intersetoriais, mas, principalmente, naqueles vinculados aos temas de alimentação. É possível observar isso na gradual inserção das “mulheres” em políticas de agricultura urbana nos últimos dez anos, antes um tópico inexistente⁵.

Instituto Lia Esperança

Localização:

Rua da Caixa D'água, 61, Butantã, São Paulo

Ocorre desde:

2016

Objetivos:

Acesso ao alimento natural; geração de renda; desenvolvimento comunitário; atendimento a crianças e adolescentes; empreendedorismo popular; educação socioambiental.

Participantes:

Crianças, adultos e adolescentes da comunidade local; participantes de outras regiões da cidade

Órgãos/Organizações responsáveis:

Instituto Lia Esperança

Parcerias:

Grupo Sol, Mulheres do Brasil, G10 das favelas, Theo Family Foundation, Teto para meu país, Sabesp, entre outros

Caravanas Agroecológicas do projeto “Agricultura Urbana Agroecológica, Direito à cidade e Promoção da Saúde: Intercâmbios para o fortalecimento de Práticas e Redes”

Localização:

Zona Norte e Leste do município de São Paulo

Ocorre desde:

Uma vez, em setembro de 2022.

Objetivos:

Fortalecer a Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas (RAPPA) por meio de intercâmbios entre as Agricultoras; produzir conhecimento sobre plantas medicinais e sobre o impacto da agricultura urbana na construção de territórios saudáveis.

Participantes:

É hora da horta; Autonomia ZN; Horta da UBS Jardim Guarani, Horta comunitária da vila Nancy; Viveiro Escola de Nova União (Mulheres do GAU); Horta da Dona Sebastiana.

Órgãos/Organizações responsáveis:

RAPPA, Fundação Oswaldo Cruz e Coletivo Nacional de Agricultura Urbana.

Parcerias:

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS).

No que diz respeito à relação entre mulheres e agricultura em regiões metropolitanas e nas periferias das cidades, este vínculo era, até pouco tempo, desconsiderado ou visto apenas como um processo residual, como parte de uma urbanização incompleta ou consequência da necessidade alimentar de populações empobrecidas, mas não como um componente de relevância para desenhar sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes. Isso significa que eram muito raros os levantamentos, análises e, ainda mais raro, a inserção de grupos de mulheres agricultoras/produtoras urbanas e periurbanas em grupos de diálogos para formulação de políticas.

Mais recentemente, podemos encontrar pesquisas que analisam de perto as dinâmicas de agricultura urbana, em especial aquelas voltadas para autoconsumo e circuitos locais nas cidades, que também mostram a importância do trabalho de produção e de articulação política feita por

mulheres. Esses estudos vêm evidenciando como essas ações também colaboram para o cuidado com os bairros, comunidades e suas populações e, ao mesmo tempo, para a promoção da segurança alimentar, sustentabilidade socioambiental, gerando renda e contribuindo para a autonomia das mulheres, da qualidade de vida das famílias e para a construção de laços de pertencimento comunitário, que incidem no enfrentamento a ciclos de violência de gênero⁶⁻⁹.

Isso ficou ainda mais visível durante a pandemia covid-19. Nesse percurso, o trabalho e a produção de mulheres – em hortas e espaços comuns, em redes de solidariedade ativa, especialmente em regiões periféricas e de maior vulnerabilidade social – foi de grande importância para garantir o acesso a alimentos e para sustentar redes de cuidado¹⁰.

As experiências que relataremos neste texto de forma breve são desenvolvidas na cidade de São Paulo, nas regiões Leste, Norte e Oeste. As trajetórias coletivas e pessoais que as compõem fazem parte de um contexto atual de emergência, de fortalecimento da práxis de mulheres agricultoras urbanas e de estudos acadêmicos que buscam entender, visibilizar e ir além: também buscam fortalecer, dialogar com os desafios e potenciais dessas práticas. É também parte do desafio maior de tentar fazer junto e com, de preferir errar tentando, do que não tentar. Por acreditar na política do cotidiano e do fazer conjunto, nas alianças, em que é indispensável criar comuns entre humano-natureza, campo-cidade, entre homens e mulheres, e entre mulheres, que a transformações dos sistemas alimentares com base na justiça socioambiental só pode ser feita em coletivo e junto às mulheres.

Instituto Lia Esperança

O Instituto Lia Esperança é localizado na Zona Oeste do Município de São Paulo, ao lado do Parque Estadual Jequitibá, no bairro do Butantã. O Instituto foi formalizado, em 2016, com o objetivo de garantir o acesso ao alimento natural, geração de renda, desenvolvimento comunitário, atendimento a crianças e adolescentes do local. Os participantes são mulheres e homens adultos, crianças, adolescentes e idosos.

A idealizadora e fundadora do Instituto é Maria de Lourdes Andrade de Souza, mais conhecida como Lia^V, nascida na cidade de Itaberaba, na Bahia, vindo para São Paulo, em 1994, fugindo de um marido opressor. Em 1996 conheceu seu atual marido, que a levou para Vila Nova Esperança, onde a mãe dele morava. Casados e morando em um pequeno apartamento, eles decidiram comprar um terreno na Vila Nova Esperança, mudando-se permanentemente para lá em 2003.

Disputas territoriais em franjas urbanas

Em 2006, Lia tomou conhecimento de um processo judicial encabeçado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) junto a um Promotor de Justiça, para a remoção de 600 famílias – por volta de 3 mil pessoas – que moram no local. A justificativa do Promotor é que se trata de uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) de Mata Atlântica, que os moradores descartam lixo de maneira irregular e depredam o local¹¹.

No entanto, as primeiras moradias da comunidade de Vila Nova Esperança existem desde a década de 1960, construídas em partes da então Fazenda Tizo, com escritura pública de cessão de direitos da propriedade concedida aos primeiros habitantes do local. Em 2001, a CDHU comprou a Fazenda Tizo para transformar o local em um Parque, chamado de Parque Jequitibá. Segundo Lia, a CDHU alega que as famílias estão na área do parque e que devem deixar suas casas. A comunidade então criou a Associação Independente da Vila Nova Esperança em 2009 para defender os interesses dos moradores.

Em 2010, Lia se tornou liderança local e começou a frequentar as audiências para elaboração Plano Diretor de 2014. Em maio de 2011, a CDHU conseguiu uma sentença de despejo e intimidou os moradores com a presença de policiais e maquinário de demolição de casas. O episódio foi registrado pelos moradores e por Lia, que encaminhou os registros visuais ao Tribunal de Justiça, que sentenciou que Vila Nova Esperança não pertencia ao Parque e que não havia motivo para o despejo. Apesar

V Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2023, no Instituto Lia Esperança.

dessa conquista, não houve processo de urbanização no local, pois não era considerada uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Durante a elaboração do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo de 2002, não houve participação dos moradores de Vila Nova Esperança, portanto, não foi considerada nem incluída como ZEIS¹²⁻¹⁴.

A luta por moradia e por (r)existência

Depois desse episódio, Lia começou a buscar apoio com movimentos de moradia, grupos, coletivos e militantes de moradia de outras regiões de São Paulo, que a apoiaram amplamente no processo de reconhecimento da área como ZEIS. A comunidade conquistou o reconhecimento e a área foi incluída pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB).

Mesmo com todas essas conquistas, em 2013, o Promotor de Justiça ainda insistia que a comunidade deveria ser removida devido à degradação ambiental na área. Procurando soluções, Lia fez um pedido de projeto de educação ambiental ao Promotor, para educar a população:

“Porque ao invés de tirar essas famílias que já estão estruturadas lá, que já têm uma vida, que têm uma raiz naquele espaço, por que o senhor não leva educação ambiental para aquele povo? Essas pessoas não estão ali porque elas querem, estão ali porque precisam de um lugar para morar, a ideia delas não é destruir o meio ambiente, mas ele não me deu ouvidos.”

A Horta de Vila Nova Esperança

Lia então decidiu trazer a educação ambiental por conta própria para o local. Ela chamou os moradores e fez uma proposta de horta para a comunidade. A maioria não aprovou a ideia, mas um grupo de 15 moradores gostaram e decidiram fazer a horta, mesmo sem ter nenhum conhecimento sobre horticultura. Um ano depois, ganharam prêmios, conforme relata Lia:

“Aqui não tem nenhum professor, ninguém que sabe tudo, a gente vai juntar a nossa sabedoria e montar essa horta. E pra minha surpresa, no primeiro ano de horta, a gente ganhou um prêmio em primeiro lugar, o Prêmio Milton Santos. No mesmo ano, a gente ganhou também o Prêmio Ouro, eles fizeram um levantamento no mundo, a gente ganhou um prêmio de Favela Verde, e isso, pra gente que não sabia fazer nada, que não sabia de nada, foi muito bom.”¹⁵.

O lugar que escolheram para fazer a horta era um lixão. O grupo de 15 moradores tirou todo o lixo, limpou o terreno e trouxeram outra terra para não correr riscos com a contaminação, juntamente com diversos benefícios, conforme explica Lia:

“A gente não usou a mesma terra, trouxemos outra terra e fizemos canteiros suspensos. E com essa horta a gente trouxe sustentabilidade, aprendemos o que é a segurança alimentar, o empreendedorismo e estimular que as pessoas fiquem aqui.”

A horta inicialmente teve a participação de 50 pessoas, atualmente são 6. A produção da horta era bastante requisitada, porém os moradores não queriam participar no trabalho:

“A ideia era plantar e dividir entre os moradores, mas os moradores só queriam a colheita, não queriam ajudar a plantar (...) E isso não é educar, não é dando de mão beijada que a pessoa aprende a valorizar.”

Moeda e empreendedorismo popular

Para contornar o problema de doação de alimentos sem retorno em forma de trabalho, Lia criou a Moeda Esperança, conforme explica:

“Até para dar tem que ter uma forma correta de dar, então a gente criou a Moeda Esperança, que tem uma cédula que ainda vai fazer e quem vem trabalhar voluntariamente ganha uma moeda e quem trabalha pode comprar na horta.”

Além da moeda, Lia iniciou a venda dos cultivos da horta para a comunidade a preços acessíveis e para pessoas de fora, que era retornado para a horta.

Instituto Lia Esperança

O local passou a ter muita visibilidade e Lia passou a ser convidada para diversos programas de TV aberta, jornais, rádios e para fazer cursos de horta em favela: “Eu ia em condomínio, escolas, em outras favelas.” Um juiz do Rio de Janeiro assistiu um desses programas e foi visitar a horta para conhecer Lia e então sugeriu a formação de um Instituto, formalizando o Instituto Lia Esperança. Mesmo com todas as dificuldades, sem recursos financeiros, mas com muitos colaboradores, amigos e parceiros, “parceiros de RG, não de CNPJ”, o Instituto cresceu.

Caravana Agroecológica: Agricultoras Urbanas construindo territórios saudáveis

O interesse crescente nas práticas agroecológicas protagonizadas por mulheres tem fomentado a criação de redes, projetos e atividades que fortalecem as atrizes e atores que estão no campo. Neste sentido, podemos exemplificar a criação da RAPP (Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas), em 2018, e o Projeto Agricultura Urbana Agroecológica, Direito à Cidade e Promoção da Saúde: Intercâmbios para o fortalecimento de Práticas e Redes¹⁵⁻¹⁸.

Neste projeto, ocorreram duas caravanas agroecológicas, uma na Zona Norte, onde foram visitadas as hortas É Hora da Horta, Agrofloresta Autonomia ZN, Horta da UBS Jardim Guarani e outra, na Zona Leste, onde foram visitadas a Horta Comunitária da Vila Nancy, o Viveiro Escola de Nova União - Mulheres do GAU e a Horta da Dona Sebastiana. As Caravanas de agroecologia são uma metodologia utilizada para a construção e diálogo de saberes entre agricultoras e técnicas por meio da troca de experiências. Neste projeto, o foco era avaliar as inter-relações entre saúde, gênero e raça. As organizações envolvidas eram a RAPP, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU).

A realização das Caravanas evidenciou como a saúde é tema relacionado diretamente à agricultura urbana. A produção de alimentos frescos e biodiversos e, nestes casos, sem o uso de agrotóxicos, em territórios periféricos, a manutenção de ambientes verdes na cidade capazes de escoar água da chuva, a redução da pobreza, o estímulo à atividade física, a integração das comunidades e o relacionamento entre os vizinhos são algumas das consequências da agricultura realizada nas cidades que dialogam com o tema da saúde a partir de uma abordagem mais ampla¹⁹.

Além destes temas, diversos relatos de agricultoras apontaram as hortas como espaços de cuidado coletivo. Pessoas que buscam as hortas para terem acesso a alimentos sem veneno por estarem em tratamento de câncer, a melhora da qualidade de vida, a diminuição de peso, entre outros. Em relação aos cuidados com a cidade, destaca-se o processo de compostagem realizado nas hortas, onde é possível, por um lado, analisar quais alimentos estão sendo consumidos, se as pessoas estão se alimentando menos (fator de fome) e, por outro, separar o lixo e, com isso, reduzir as doenças relacionadas à contaminação por resíduos orgânicos em decomposição e a presença de roedores.

Entretanto, é evidente como as mulheres ainda são as principais realizadoras do trabalho de cuidados e como isso afeta a sua saúde mental. As pesadas cargas de trabalho às quais as mulheres, sobretudo as mulheres negras, estão submetidas, extrapolam o lar e as cidades, tornando-se espaços de trabalho invisibilizado, reproduzindo a lógica patriarcal, racista e capitalista. Neste sentido, é fundamental o reconhecimento e a visibilidade do trabalho desempenhado pelas agricultoras nas periferias e a garantia dos seus direitos. A realização das Caravanas permitiu às mulheres se identificarem enquanto categoria de agricultoras e perceberem que há outras pessoas nos territórios com questões parecidas. Esta evidência demonstra a importância das redes no fortalecimento das mulheres e no desenvolvimento da agroecologia urbana.

Identidade e reconhecimento como agricultora urbana

A afirmação enquanto agricultoras em contexto urbano apareceu nas conversas como forma de resistência. “As pessoas não entendem

muito esse negócio de plantar na cidade”, afirmou Dona Sebastiana. Essa ‘falta de compreensão/consciência’ tensiona as relações nesses espaços, provocando conflitos e ameaças para as hortas. Embora as hortas sejam um espaço de cuidado coletivo da terra, da cidade e das pessoas, essa não é uma percepção dada para todas as pessoas do território. Apresentou-se como desafio às relações com as/os vizinhas/os seja pela invisibilidade (não conhecem a horta e acreditam nas mentiras espalhadas sobre elas) ou na acusação desse espaço como fator que “atrapalha” o cotidiano do imaginário urbano. Por isso, a afirmação e o reconhecimento delas como agricultoras é também uma maneira de resistir: “Esses dias eu fui ao médico e ele perguntou qual era a minha profissão, eu disse ‘agricultora’ e ele ficou me olhando... mas eu falei com orgulho, porque eu tenho orgulho de ser agricultora”, afirmou Jo, das Mulheres do GAU.

Auto-organização das mulheres

Os homens estão presentes nos processos das hortas, no entanto são as mulheres, sobretudo as mulheres negras, que se destacam como sujeitos que continuam e insistem nas hortas como um caminho de vida. O grupo Mulheres do GAU optou por seguir auto-organizado. As mulheres perceberam que juntas se sentiam mais fortalecidas enquanto grupo e afirmaram que as experiências com homens não foram frutíferas. A luta feminista articulada com as lutas da agricultura urbana demonstrou grande importância para o resgate das trajetórias das mulheres e das origens de seus territórios, assim como a participação delas em espaços públicos e em lugares de decisão. Nessa articulação também se evidencia a exigência das mulheres pelo caráter público dos espaços urbanos, que sejam de todas e todos, com uma gestão comunitária.

Produção

As hortas produzem muitos alimentos, diversos e ricos. Um dos maiores desafios da comercialização é a invisibilidade das hortas. Mesmo assim, a comercialização acontece, com preços abaixo do mercado e são feitas doações para as populações próximas às hortas. O preço dos alimentos faz parte da construção política das hortas e a comercializa-

ção tem como objetivo garantir a subsistência das/os agricultoras/es urbanos, além de promover saúde e cuidado, alimentando as pessoas da cidade com comida de qualidade.

“Lia Esperança” e “Caravanas de Esperançar”

As duas experiências ajudam a entender a formação e o desenvolvimento de redes de solidariedade ativa em questões de alimentação e saúde, a importância das mulheres e seu protagonismo, não apenas na produção de alimentos, mas na politização e temas mais amplos de cidadania em contextos urbanos. Na trajetória de Lia, percebemos como o processo que conduziu à formação do Instituto Lia Esperança e a formação dessas redes se estabeleceu durante o caminhar – conforme os problemas iam se apresentando e soluções sendo construídas – mostrando como uma liderança comunitária feminina é a agente central nas transformações comunitárias e territoriais. Já na realização das Caravanas Agroecológicas, percebemos uma intenção prévia da formação dessas redes entre diferentes grupos sociais e territórios e, ao mesmo tempo, uma abertura para relações de aprendizados que são cultivados durante o caminhar em coletivo. Também vemos a importância dos vínculos entre identidades coletivas distintas e já estabelecidas e as potencialidades de interações mutuamente benéficas com instituições públicas de ensino e pesquisa. Essa solidariedade ativa possibilitou não apenas a realização das Caravanas, mas de diversos projetos coletivos anteriores.

Essas experiências e histórias relatadas fazem parte de um contexto de potencialidade e desafios da agricultura urbana em São Paulo, que possui similaridades com diversas periferias de regiões metropolitanas do Brasil e de toda a América Latina. Ao focar essas experiências, vemos a capacidade de coletividades urbanas das periferias, marcadas por processos de racialização e feminilização, de protagonizarem ações para segurança e soberania alimentar, invertendo lógicas hierárquicas entre centro-periferia, entre mulheres-homens, negros/as-brancos/as, que perpetuam vulnerabilidades. Essas ações deveriam se multiplicar com apoio dos governos e de instituições de ensino e pesquisa, se quisermos efetivamente gerar e implementar soluções e políticas para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, que parecem urgentes na atualidade e

para o cenário futuro de emergência climática e alimentar^{20, 21}.

Nas periferias das cidades, espaços baldios e sem uso, muitas vezes sem vida e insalubres, “esperando” a especulação imobiliária, são espaços que agricultoras urbanas vêm ocupando com suas hortas, tornando-os novamente comuns e vivos, apesar dos enormes desafios, criando e mantendo territórios de esperar. São esses espaços e essas pessoas em ação-mobilização e solidariedade, que nos mostram alguns terrenos férteis para a produção de alimentos de forma agroecológica. São esses os caminhos que convergem com modelos de cidades que promovam o direito à terra, à vida digna e à felicidade.

Referências

1. OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. Gender and Food Systems: Overcoming Evidence Gaps; 2022.
2. Ferre Marta GR. Sustainable food systems and gender equality in the context of climate change and biodiversity conservation, National Research Council at INGENIO – CSIC - Universitat Politècnica de València [internet]. 2021 [acesso em 22 maio 2023]. Disponível em: < https://digital.csic.es/bitstream/10261/280515/1/Sustainable%20food_Rivera_ComCong2021.pdf.
3. Carvalho LM, Bógus CM. Gender and Social Justice in Urban Agriculture: The Network of Agroecological and Peripheral Female Urban Farmers from São Paulo. Soc. Sci.2020; 9(127): 1-12.
4. SOF - Sempreviva Organização Feminista [internet]. SOF; 2023 [acesso em 29 maio 2023]. Disponível em: <https://www.sof.org.br/>.
5. São Paulo (Município). Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável: Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2022 – 2030 [internet]. 2023 [acesso em 29 maio 2023]. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/plano%20rural%20final.pdf>.
6. Carvalho MR, Seidl RAS, Nascimento EL. Segurança alimentar nas periferias pelas mãos de agricultoras urbanas. Uberlândia: Editora Subsolo; 2021.
7. Chaves LS. Ecofeminismo e direito à cidade: as mulheres da agricultura urbana na Grande Florianópolis [dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2022.
8. Niemeyer CB, Silveira VCA. Da pandemia à agroecologia: redes de solidariedade na construção de um novo paradigma socioecológico. Saúde debate. 2022;

46 (spe2): p. 377-390.

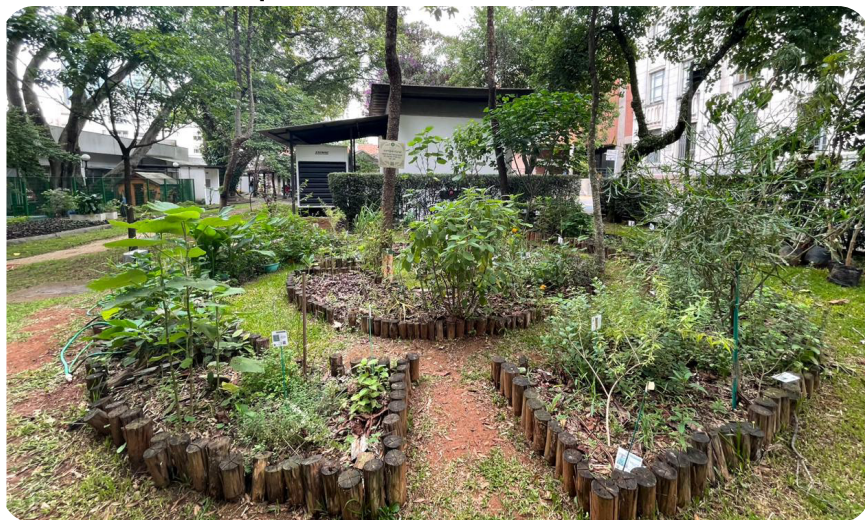
9. Weitzman R. Entre a roça e a cidade: um processo de invenção de práticas alimentares e agrícolas [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2011.
10. Nobre M. et al. Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista; 2021.
11. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo. Gestão Urbana: Zona especial de proteção ambiental [internet]. 2023 [acesso em 29 maio 2023]. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-especial-de-protECAo-ambiental-zepam/>.
12. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo. Gestão Urbana: Plano Diretor Estratégico [internet]. 2023 [acesso em 29 maio 2023]. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/>.
13. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo. Gestão Urbana: Zona especial de interesse social – ZEIS. 2023 [acesso em 29 maio 2023]. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-especial-de-interesse-social-zeis/>.
14. São Paulo (Município). Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002 [internet]. [acesso em 29 maio 2023]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf.
15. Garcia R. Palmas para a cidadania: prêmio Milton Santos reconhece projetos que tornam São Paulo melhor. Apartes, Revista da Câmara Municipal de São Paulo [internet]. 2015 [acesso em 20 maio 2023]; 8. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antecedentes/revista-apartes/numero-8-junho-julho2014/palmas-para-a-cidadania/>.
16. Carvalho LM. Agricultura Urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2021.
17. Carvalho LM, Tait MML. Agricultura na Cidade: O Cultivo de Alimentos e do Comum Pelas Mulheres. Campinas: Editora Ícone; 2022.
18. Camargo CR. Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política [tese]. São Paulo: Instituto de Energia e Ambiente da USP; no prelo; 2023.
19. Nakamura A, Ranieri G. Agricultura Urbana: Agroecologia, Alimentação,

Saúde e Bem-estar. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2021.

20. Oxfam Internacional. Tempo de cuidar [internet]. 2020 [acesso em 22 maio 2023]. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf.
21. Paim ES. Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente [internet]. 2020 [acesso em 22 maio 2023]. Disponível em: <https://rosalux.org.br/resistencias-e-re-existencias-mulheres-territorio-e-meio-ambiente/>.

Horta comunitária da Faculdade de Saúde Pública da USP

Cláudia Maria Bógus^I, Denise Eugenia Pereira Coelho^{II},
Mariana Tarricone Garcia^{III}, Adriana Fiorussi Higino^{IV}, Flávia Negri^V,
Samantha Marques Vasconcelos Bonfim^{VI}, Iris Hunnicutt Bazilli^{VII}



Crédito: Iris Hunnicutt Bazilli

- I Cláudia Maria Bógus é pedagoga, professora associada da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). claudiab@usp.br
- II Denise Eugenia Pereira Coelho é nutricionista e filósofa, mestre e doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. deepcoelho@gmail.com
- III Mariana Tarricone Garcia é nutricionista, mestre em Nutrição em Saúde Pública e doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. É Pesquisadora Científica no Instituto de Saúde (IS/SES-SP) e docente permanente do programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva do IS/SES-SP. mariana.garcia@isaude.sp.gov.br
- IV Adriana Fiorussi Higino é bióloga pelo Instituto de Biociências da USP, agente popular em agroecologia pelo Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pós-graduada em Vigilância Laboratorial em Saúde Pública pelo Instituto Adolfo Lutz. ahigino@alumni.usp.br
- V Flávia Negri é nutricionista, mestre em Saúde Pública e pós-graduanda em Gestão Pública em Saúde. É técnica colaboradora no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (InterSSAN/Unesp), e integra o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/SP). flangord@yahoo.com.br
- VI Samantha Marques Vasconcelos Bonfim é Técnica em Nutrição e Dietética pela Etec Mandaqui e graduanda em Nutrição pela FSP/USP. Membro do Projeto Horta Comunitária da FSP-USP e do Núcleo de Extensão da USP - Sustentarea. samantha.mbonfim@usp.br
- VII Iris Hunnicutt Bazilli é graduanda em Nutrição na FSP/USP. É bolsista na Horta Comunitária da FSP-USP. Já foi feirante na venda de produtos orgânicos da família e auxiliar na pesquisa "A adaptação transcultural de um instrumento para mensurar habilidades culinárias na APS" na FSP/USP. irishunnicuttbazilli@usp.br

Construção do Projeto

Em 2024, o Projeto Horta Comunitária da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP) completa dez anos. Ao longo de sua trajetória, o projeto tem se estabelecido como uma iniciativa de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Em 2013, a Superintendência de Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo (SGA-USP) lançou um edital para apoiar financeiramente projetos para o desenvolvimento de ações educativas e sustentáveis na área ambiental dentro da Universidade. Motivado por esta iniciativa, um grupo de docentes, funcionários e estudantes de graduação e pós-graduação da FSP-USP elaborou uma proposta de criação e implantação de uma horta para o cultivo de ervas e hortaliças dentro do espaço físico da faculdade. O projeto foi idealizado pelo Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (PSSAN).

O Grupo PSSAN, coordenado pela Professora Cláudia Maria Bógus, já desenvolvia projetos de pesquisa associados a hortas urbanas e periurbanas, além de seus integrantes, individualmente, terem diferentes experiências com horticultura. O grupo também dialogava e compartilhava saberes com outros projetos da FSP-USP, como a composteira, de interesse às temáticas de pesquisa do coletivo. A iniciativa do edital, atrelada à atuação e experiência do grupo, encorajou a elaboração de uma proposta para a criação e implantação de uma horta para o cultivo de ervas e hortaliças dentro do espaço físico da faculdade. A intenção era sensibilizar e mobilizar a comunidade universitária, docentes, funcionários, estudantes de graduação e pós-graduação da FSP-USP, a se aproximarem do cultivo de alimentos e a refletirem e agirem no cuidado com o ambiente. Buscava-se, também, o fortalecimento do próprio grupo de pesquisa, que naquele momento, ampliava suas ações na construção de caminhos para trabalhar com as questões socioambientais atuais.

A principal motivação do grupo era a ideia da horta como um laboratório didático vivo para o desenvolvimento de atividades teórico-práticas de caráter coletivo e colaborativo, em que poderiam ser abordados a produção e utilização de alimentos orgânicos, que contribuem para práticas saudáveis de alimentação, a interação com o meio ambiente de

Horta comunitária da Faculdade de Saúde Pública da USP

Localização: São Paulo - SP

Ocorre desde: 2014

Participantes: Comunidade da FSP/USP (estudantes, professores e funcionários)

Parcerias:

Sustentarea - Núcleo de Extensão da USP, Centro de Saúde Escola Paula Souza, Creche Saúde da USP, Equipe Ciência, Cultura e Comida da FSP/USP, Liga Acadêmica de Vegetarianismo (LAVeg), disciplinas de Promoção da Saúde e de Procedimentos e Técnicas Culinárias Aplicadas à Nutrição (graduação em Nutrição).

Órgãos/Organizações responsáveis:

Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos:

Ser um espaço de observação, pesquisa e ensino e utilizar a horta como um laboratório didático para abordar temas relacionados à produção e utilização de alimentos orgânicos para preparações alimentícias e à preservação da natureza e do ambiente por meio do uso consciente da água, do solo e do ar.

maneira sustentável e o estímulo à realização de trabalhos interdisciplinares, trazendo a intersecção do conhecimento acadêmico com a prática de manejo de hortas, caracterizando um espaço de observação e prática, com base no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Com esse propósito solicitamos e obtivemos, com o apoio da diretoria e da assistência administrativa da faculdade, autorização do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) para a instalação da horta comunitária nos jardins da Faculdade de Saúde Pública, que compõe o “Quadrilátero da Saúde”, um bem público tombado pelo Governo do Estado de São Paulo.

Para a construção da Horta, foram realizadas quinzenalmente, entre março e maio de 2014, oficinas coordenadas por dois educadores socioambientais e com a participação das pessoas da comunidade FSP-USP interessadas no Projeto Horta Comunitária. Nessas oficinas, foram discutidas as motivações e intencionalidades, formas de participação e envolvimento, uso dos espaços e recursos necessários, de forma a estabelecer consensos e também a operacionalização do projeto. Os primeiros dois canteiros foram construídos próximos ao Restaurante Universitário e à Creche, as mudas foram plantadas e a composteira foi iniciada. Definiu-se uma periodicidade mensal para a realização dos mutirões e de outras atividades de caráter educativo. É importante destacar que a construção dos canteiros da horta, a composteira e as atividades educativas foram desenvolvidas em acordo com os princípios da permacultura, um sistema

de *design* para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

Assim, os canteiros da Horta Comunitária da FSP-USP foram planejados em oficinas de agroecologia, construídos coletivamente, sendo plantadas diferentes espécies de plantas alimentícias, convencionais e não convencionais. As atividades desenvolvidas são planejadas em reuniões da equipe responsável pelo projeto, envolvendo os estudantes de graduação, bolsistas do projeto de extensão e estudantes de pós-graduação. Todas as atividades são abertas para a comunidade FSP e divulgadas na faculdade por meio das redes sociais da Horta Comunitária da FSP-USP.

Todas as etapas de implantação do Projeto Horta Comunitária da FSP-USP, incluindo sensibilização e mobilização, capacitação técnica, construção dos canteiros e as atividades desenvolvidas posteriormente aconteceram sob a perspectiva dos princípios da Promoção da Saúde: valorização da participação e autonomia dos envolvidos e da intersetorialidade e integralidade das ações, tendo em vista ambientes e territórios saudáveis e sustentáveis. Ao mesmo tempo, considerando e enfatizando o espaço da horta comunitária urbana localizada nos espaços públicos e equipamentos sociais como espaço de informação, de práticas, de participação e de convivência.

O *design* atual da horta corresponde a quatro canteiros que formam uma mandala e mais outros dois canteiros externos, todos diretos no solo, nos quais são cultivadas plantas alimentícias não convencionais (PANCs), ervas aromáticas e medicinais, um minhocário e uma composteira de folhas do manejo da horta. Para sua manutenção são utilizadas ferramentas de jardinagem, como pás, rastelos, escarificadores, ancinhos, enxadas, peneira, regador, tesoura, estilete e outros materiais recicláveis, como caixotes, copos plásticos descartáveis (para germinação de sementes), baldes, garrafas e sacos plásticos para realização de oficinas e de vasos para novas mudas. Para promoção da interação no espaço da horta, as espécies foram identificadas e categorizadas, sendo produzidos materiais didáticos com suas respectivas fotografias. A partir de então, foram confeccionadas placas físicas de identificação com QR Code, que direciona para informações sobre cada espécie, possibilitando o acesso a qualquer visitante da horta.

Desenvolvimento e Consolidação do Projeto

Desde 2014, o projeto cresceu, ganhou destaque por meio das parcerias estabelecidas e das atividades realizadas, criando vínculos importantes e fundamentais para o alcance dos seus objetivos e para sua continuidade. A aproximação e articulação entre diferentes projetos e iniciativas da FSP em torno da horta tem proporcionado uma enriquecedora troca de experiências e ideias entre estudantes, professores e funcionários. A autorização obtida junto ao Condephaat para a instalação da horta nos jardins da FSP permitiu a construção de dois novos canteiros em agosto de 2016.

Com apoio do 3º Edital Santander/USP/FUSP, para projetos de extensão universitária, ocorreu entre os meses de agosto e novembro de 2018 um ciclo de seis oficinas práticas que abordaram formas de manejo da terra e cultivo a partir dos princípios da permacultura. Nesses encontros, alguns canteiros foram realocados e o espaço da horta foi reorganizado para todos os canteiros ficarem mais próximos uns dos outros e possibilitar maior visibilidade do projeto. Também foi criado um viveiro para viabilizar o cultivo de mudas para abastecer a horta, além de mais uma composteira para disponibilizar substrato para sua adubação.

No intuito de aproximar a comunidade FSP do projeto, são feitos periodicamente mutirões para a manutenção dos canteiros, do minhocário, da composteira e para o plantio de novas mudas. Essas ocasiões também servem como espaço de troca de experiências e conhecimentos, em que os participantes levam para casa mudas, húmus e biofertilizante líquido extraído dos minhocários.

A Horta Comunitária da FSP-USP é compreendida como uma estratégia educativa que permite abordar os sistemas alimentares sustentáveis e a educação ambiental, alimentar e nutricional, por meio de atividades teóricas e práticas em que são trabalhados temas como: sustentabilidade; equilíbrio ambiental e espaços produtivos voltados à interação socioespacial; alimentação, nutrição e comensalidade como elementos da vida social; manejo de horta no espaço urbano; criação e manutenção de ecossistemas produtivos; sistema alimentar; reciclagem de resíduos

secos e compostagem; agroecologia; qualidade, preservação e uso consciente da água, solo e ar, com vistas à sensibilização e conscientização sobre sua relação com a saúde da coletividade e sustentabilidade do meio ambiente. São realizadas no espaço da horta, oficinas e rodas de conversa envolvendo, por exemplo, assuntos como a compostagem, hortas urbanas e domésticas, desperdício de alimentos e alimentação adequada e saudável.

As ações desenvolvidas na horta têm uma abordagem transdisciplinar e estimulam os alunos a refletirem sobre sistemas agroalimentares sustentáveis, segurança alimentar e nutricional e a importância de espaços urbanos que promovam a saúde por meio da alimentação, nutrição e educação ambiental. A horta proporciona aos participantes uma experiência diferenciada, permitindo uma aproximação com os ciclos da natureza e os processos envolvidos na obtenção dos alimentos. As atividades realizadas têm o objetivo de mobilizar a comunidade para uma experiência conjunta entre a horta e o ambiente acadêmico. Essa intersecção ocorre pela sua inserção em disciplinas do curso de graduação em Nutrição e pela presença em eventos e palestras, como no Dia Mundial da Alimentação, realizado na FSP.

Além disso, o manejo agroecológico utilizado na horta promove discussões sobre alimentação saudável, o papel da agricultura urbana, valorização da biodiversidade e alternativas para o cultivo livre de agrotóxicos e rico em biodiversidade. Essas temáticas permitem abordar questões relacionadas à sustentabilidade e ao papel social e nutricional dos alimentos, sendo uma rica estratégia para a Educação Alimentar e Nutricional. Agrega também a Educação Ambiental como elemento promotor da saúde na medida em que reconecta a natureza fragmentada de São Paulo e os participantes da Horta, geralmente residentes da área urbana. A sustentabilidade abordada pelo projeto permite a percepção da sociedade humana como componente do mundo natural, não estando à parte dele. Nesse sentido, fomenta discussões acerca de ações de curto, médio e longo prazo para manutenção e resgate da biodiversidade.

É importante destacar que foram produzidos materiais educativos e didáticos, como o *e-book* “Histórias da Horta”¹ e o vídeo “Colha à Vontade”², que são recursos que permitem expandir o conhecimento sobre

o Projeto Horta Comunitária da FSP-USP e potencializar sua visualização como um laboratório didático vivo. A integração do Projeto Horta com a comunidade externa e interna da Universidade também é realizada pela produção e divulgação nas mídias digitais de publicações de caráter informativo e educativo, que abordam temas relacionados à agroecologia, meliponicultura, polinização, entre outros. Essas publicações têm o intuito de sensibilizar, conscientizar e fortalecer a participação da comunidade, bem como ajudar a capacitar nos temas abordados no projeto.

Durante o período da pandemia de Covid-19, o Projeto Horta Comunitária da FSP-USP concentrou suas atividades no meio remoto, com o uso das redes sociais para realizar o compartilhamento de assuntos sobre agroecologia, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional e etc., isso fortaleceu a integração do Projeto Horta com a comunidade externa e interna da Universidade. Nesse período, além da manutenção da horta, respeitando todas as regras de segurança contra a Covid-19, aconteceram visitas individuais de voluntários da horta para obtenção de fotos e vídeos como materiais para divulgação. Desde então, o Projeto Horta Comunitária da FSP-USP tem procurado, além de divulgar suas atividades, transmitir informações e curiosidades sobre agricultura urbana e temas correlatos através das redes sociais Facebook (@horta.fsp) e Instagram (@hortafspusp). Atualmente, as postagens têm atingido grande público, contando com mais de 2.000 seguidores no Instagram. Essas postagens abordam informações relacionadas a espécies da horta, agroecologia, manejo sustentável da horta, e educação alimentar e nutricional. Também são utilizados os *stories* das redes para interagir com o público através de jogos de trivía relacionados aos tópicos supracitados e mostrar o cuidado com o espaço, como regas e manejos.

Caminhos mais recentes do Projeto e continuidade

O Projeto Horta Comunitária da FSP-USP vem consolidando importantes parcerias que ampliam a visibilidade e fortalecem a importância do projeto junto à comunidade interna e externa à FSP e à USP. Além disso, outras atividades desenvolvidas vêm contribuindo para ampliar o alcance do Projeto.

No ano de 2019, o Projeto Horta passou a tratar de questões relacionadas à meliponicultura de abelhas sem ferrão (ASF). Foram produzidos conteúdos didáticos para as redes sociais, tratando de educação ambiental, polinização e valorização da fauna nativa, sendo realizada uma oficina para confecção de iscas artesanais para a captura de ASF, em parceria com o projeto Melipobees. Nesta oficina foram capturadas 3 colônias de ASF: duas de Jataí e uma de Mandaguari tubuna. A transferência das colônias para caixas didáticas, feitas de estruturas de madeira e acrílico, que são mais espaçosas e adequadas para a instalação das espécies, foi uma atividade aberta ao público realizada em 2023, novamente com auxílio do Melipobees. Durante o manuseio das colônias foi possível observar, identificar e tirar dúvidas sobre o assunto.

Em dezembro de 2020, a parceria entre o Projeto Horta Comunitária da FSP-USP e o Laboratório e Cozinha Didática de Procedimento e Técnica Culinária Aplicada à Nutrição da FSP/USP, permitiu a readequação dos canteiros da horta para o formato de mandala – as espécies que antes eram, em sua maioria, cultivadas em caixotes, foram passadas para o solo e a disposição das plantas dispostas de acordo com alguma característica predominante, por exemplo, as de porte maior foram alocadas nos canteiros externos para proteger espécies mais sensíveis presentes nos canteiros internos. Ainda como parte dessa parceria, em 2022, foi realizada, no evento do Dia Mundial da Alimentação (DMA) da FSP, uma oficina chamada “PANCs e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”. Nessa atividade, a Cozinha Didática foi usada pelo Projeto Horta para expor folhas e flores de PANCs, encontradas na horta e na preparação e degustação de preparações feitas com PANCs e ervas, como bolo de capim-santo, refogado de folha de batata-doce, chá de erva-lúisa e chá de “mix de hortelãs” (hortelã maçã, hortelã comum e hortelã abacaxi), de modo a trazer discussões e reflexões sobre a importância nutricional, cultural e histórica das PANCs.

Em 2021, foi lançado o *podcast* “Cultivos da Horta”³, a fim de sensibilizar, conscientizar e gerar reflexão e ação sobre as temáticas trabalhadas na horta. A primeira temporada foi inspirada no *e-book* “Histórias da Horta”¹ que apresentou em cinco episódios o caminho percorrido pelo projeto na visão de pessoas que participaram dessa trajetória.

Ainda em 2021, a Horta recebeu um selo de projeto sustentável, promovido pelo Projeto Ligue os Pontos da Prefeitura de São Paulo, que tem por objetivo destacar projetos que trabalham com a temática da alimentação sustentável na cidade de São Paulo por meio de uma plataforma digital chamada Sampa+Rural⁴. O Sampa+Rural é uma plataforma aberta que visa congrega informações sobre desenvolvimento rural sustentável, turismo, meio ambiente e alimentação saudável para consulta relacionada a zonas rurais da cidade de São Paulo.

Em 2022, teve início uma parceria com o SESC Avenida Paulista, com a produção de publicações para o Instagram e para o site do SESC trazendo informações sobre espécies que existem na horta do SESC (projeto “Horta nas Alturas”), e a realização da atividade “Entre Hortas”, um passeio em que foram apresentados aos participantes a Horta nas Alturas do Sesc e, posteriormente, a Horta Comunitária da FSP-USP, no qual foram apresentados a horta, o minhocário, a composteira de folhas e as iscas das abelhas sem ferrão. Os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a diversidade das hortas localizadas no meio urbano e plantar algumas espécies na Horta da FSP, interagindo diretamente com o espaço.

Fruto da parceria entre o Projeto Horta Comunitária da FSP-USP e o Sustentarea, ambos do Núcleo de Extensão Universitária da USP, foi publicado em 2023 o e-book “Biodiversidade e sistemas alimentares: a contribuição (in)visível das abelhas sem ferrão”⁵. Além disso, em 2021, o Projeto Horta participou do episódio “Hortas Caseiras” do podcast “Comida que Sustenta” do Sustentarea⁶.

Como parte das atividades relacionadas ao ensino na Universidade, a equipe do projeto vem realizando visitas guiadas à horta para diferentes públicos, como: do curso de Nutrição da FSP-USP; da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e Atenção Primária e Residência em Medicina Preventiva; do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP; da Especialização em Saúde Pública Multiprofissional do Instituto de Saúde da SES-SP; dos alunos do Ensino Médio

Técnico Integrado em Nutrição e Dietética da Etec Santa Ifigênia. Além disso, o Projeto vem participando da Semana de Recepção aos Ingressantes da FSP-USP, que conta com a apresentação do projeto e atividades práticas.

Por fim, é importante destacar que a Horta participou de um levantamento de dados desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (GEAU-IEA-USP) e da Rede MIUC (Mapeamento de Iniciativas Urbanas Climáticas), que visa estimar a produção hortícola doméstica e comunitária na cidade de São Paulo, bem como aprofundar o conhecimento sobre a agricultura urbana. Em 2023, o projeto participou de uma atividade da Rede MIUC de apresentação de projetos que integram o mapeamento.

Um aspecto importante a ser destacado é a equipe que compõe e faz o projeto acontecer. Como mencionado, ele é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional, liderado pela professora Cláudia Maria Bógus, com a participação, de forma rotativa, de orientandas de graduação e de pós-graduação. Da graduação, destacamos os bolsistas que participam do Programa Unificado de Bolsas de Estudo para apoio à formação de estudantes de graduação (PUB) da USP, que é uma forma de financiamento indireto fundamental ao projeto, uma vez que são os bolsistas que ficam responsáveis pela condução das atividades no cotidiano e pelo acompanhamento da manutenção da horta, além de propor novas atividades e parcerias. O projeto não conta com outros recursos financeiros para apoio ao desenvolvimento das suas atividades.

A Horta é para o Grupo PSSAN como um quintal é para uma casa: a possibilidade de se estar ao ar livre, mas ainda dentro do lar, um espaço para encontros e de possibilidades para práticas diferentes, inclusive pedagógicas. Há um movimento que faz acontecer naturalmente a interligação entre fazer parte do PSSAN em qualquer projeto e se envolver com a Horta, talvez pelo fato de ambos terem surgido no mesmo tempo e contexto, mantendo-se unidos desde então, bem como pelo reconhecimento e prática da sinergia entre pesquisa, ensino e extensão.

Atividades desenvolvidas pelo Projeto Horta Comunitária da FSP-USP:

- Atividades da disciplina de Segurança Alimentar e Nutricional do curso de graduação em Nutrição da FSP/USP;
- Mutirões para a manutenção dos canteiros, do minhocário, da composteira e o plantio de novas mudas;
- Oficina de canteiros com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS);
- Oficina de compostagem doméstica;
- Oficina de construção de minhocários;
- Oficina de hortas domésticas;
- Oficina de hortas verticais;
- Oficina de instalação das Iscas de Abelhas sem Ferrão em parceria com a Meliponíbees;
- Oficina de vasos freáticos em garrafas PET;
- Oficinas sensoriais;
- Produção de materiais educativos;
- Recepção dos Calouros de Saúde Pública e Nutrição da FSP/USP;
- Rodas de conversa;
- Visita guiada à Horta da FSP para cozinheiras das escolas municipais de São Paulo.

Apresentações do Projeto Horta Comunitária da FSP-USP em eventos técnico-científicos:

- IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - 2019, Universidade Federal de Goiás;
- VII Simpósio de Pós-Graduação em Agroecologia - 2019, Universidade Federal de Viçosa;
- II Evento Aprendizado Baseado em Hortas - 2020, LabNutrir da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- II Sarau Virtual: Criar, Cultivar, Comer, Cativeiro - 2021, on-line. Projetos Counut, Cultivando o Jardim e Centro Acadêmico de Nutrição Semíramis Domene da Universidade Federal de São Paulo - Unidade Baixada Santista;
- 1º Congresso de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo - 2021, Universidade de São Paulo;
- V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - 2022, *on-line*.

Referências

1. Higino, AF et al. Histórias da horta da Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, 2018. [citado 29 de janeiro 2024]. DOI: Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/280>.
2. Horta da FSP-USP. Colha à vontade. [Internet]. São Paulo: FSP-USP; 2019 Abr 24 [citado em 2024 Fev 2]. Vídeo: 15 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqkw4OwSXBQ>.
3. Cultivos da Horta [Internet]. São Paulo: FSP-USP; 2023. [Podcast], Cultivos da Horta; 2023 [citado em 2024 Fev 2]. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/3KHZYFQCKeQk5I82zNPBPQ>.
4. Sampa+Rural [Internet]. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo; 2023 [cited 2024 Fev 2]. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/lugar/horta-da-faculdade-de-saude-publica-da-usp>.
5. Bertolini, AM et al. Biodiversidade e sistemas alimentares: a contribuição (in)visível das abelhas sem ferrão. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, c2023. [citado 29 de janeiro 2024]. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786588304228> Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1096>.
6. Comida que Sustenta [Internet]. São Paulo: FSP-USP; 2021. [Podcast], Bônus - Hortas caseiras; 2021 [citado em 2024 Fev 2]. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2iqPVRKJWj2ffwq3jy7HpI?si=fBHmIAbjT76GHSKISRsFgg>.

Índice Remissivo

A

Agenda 2030, 75, 77, 98, 174, 180, 225, 226

Agricultura

convencional, 163, 164, 301

familiar, 58, 74, 95, 100-102, 136, 140-143, 145, 188, 189, 216, 241, 279, 283, 288, 289, 333, 341, 344, 352, 356

urbana, 41, 42, 80, 122, 139, 141, 142, 146, 152, 153, 155, 157, 159, 164, 176, 177, 182, 189-191, 200, 201, 205-209, 211-215, 218, 219, 278, 280, 285, 307-312, 318, 321, 322, 325, 326, 329, 332-335, 352, 356, 357, 364, 365, 374, 375, 378

agroecológica, 162, 197, 305, 355

de base agroecológica, 275, 314

e periurbana, 34, 36, 122, 138, 140, 193, 212, 215, 227, 279, 329, 332, 356

Agriculturas, 91, 142, 155, 156

Agroecologia, 33, 39, 49, 52-62, 137, 138, 146, 153, 157, 163, 167, 193, 211, 212, 215, 252, 316, 317, 322, 326, 332, 333, 362, 372, 375

Agrofloresta(s), 161, 252, 269, 277, 329, 340, 341, 349

Alimentação escolar, 99, 168, 196, 210, 241, 242, 244, 245, 341, 343, 350

Alimentos

de base agroecológica, 34, 145, 146, 214, 283

orgânico(s), 58, 125, 143, 145, 214, 219, 265, 275, 281, 285, 288, 301, 304, 346, 370, 371

Ambiente(s)

obesogênico(s), 111

alimentar(es), 108, 109, 111, 112-121, 126, 175, 193

favorável(is) à saúde, 76, 80, 107, 199

Ativismo, 307-310, 312-315, 318

Autonomia, 33, 140, 159, 162, 166, 192, 198, 200, 242, 246, 310, 333, 358, 372

C

Cadeia(s)

de abastecimento, 175

curta(s)

de abastecimento, 141

de consumo, 179, 279

de produção, 140, 276

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), 110

Carta de Ottawa, 70, 107

Certificação orgânica, 156, 158, 159, 216, 264, 266, 301, 342

Ciência cidadã, 61

Classificação NOVA de alimentos, 119

Colonialidade alimentar, 95

Comportamento alimentar, 109, 112, 116, 175, 245

Compostagem/composteira, 164, 198, 230-232, 234, 235, 244, 264, 271-273, 363, 370, 371-374

Conferência

das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), 78

Internacional de Promoção da Saúde, 69, 70, 76, 107

Nacional de Saúde, 60

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 32, 208

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), 61, 99, 208

Corporações

agroindustriais, 135

alimentares, 88, 93, 189

D

Desenvolvimento

- de habilidades, 125, 192, 193
- pessoais, 73, 191, 194
- sustentável, 72, 76, 77, 166, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 188, 225, 322, 333

Deserto(s) alimentar(es), 35, 109, 110, 115, 139, 140, 281

Direito à cidade, 35, 41, 56, 80, 151-153, 168, 218

Direito Humano à Alimentação

- Adequada (DHAA), 31, 33, 40, 73, 74, 81, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 114, 151, 152, 155, 164, 166, 188
- Adequada e saudável, 115, 138, 139, 153, 166, 186, 190, 352
- e Nutrição Adequadas (DHANA), 103

E

Economia circular, 136, 140, 141, 265

Economia verde, 156

Educação

- alimentar e nutricional (EAN), 123, 136, 177, 178, 195, 198, 240, 241, 244, 245, 260, 278-280, 282, 283, 289, 290, 291, 373-375
- ambiental, 177, 178, 195, 198, 227, 241, 242, 251-253, 256, 258-260, 278, 279, 317, 360, 373, 374, 376

Empoderamento, 123, 136, 193, 195, 232

Equidade, 53, 57, 73, 76, 78, 79, 107, 116, 137, 139, 332, 333, 356

Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA), 79, 80

F

- Fome, 30-33, 42, 73, 74, 87, 95-100, 206, 208, 279-281, 285
- oculta, 97

G

Guia Alimentar para a População Brasileira, 74, 100, 119, 140, 163, 177, 188, 245

H

Horta(s)

- escolar(es), 123, 126, 192, 194-196, 198, 199, 201, 214, 239-246, 327
- comunitária(s), 36-39, 122, 123, 126, 159, 167, 176, 191, 193, 196, 198-201, 207, 209-215, 218, 226, 228, 231, 243, 249, 250, 261, 278, 285, 307-319, 323, 324, 370-372, 378
- doméstica(s), 122, 123, 126, 191, 209, 239, 311, 313, 374, 378
- urbana(s), 37, 38, 40, 41, 121-126, 139, 151, 176, 177, 179-183, 189, 192, 193, 197, 226, 227, 265, 275, 278, 279, 284-286, 288, 308, 311, 318, 374
- e periurbana(s), 147, 193, 370
- comunitárias, 152, 159

Horticultura, 296, 308-311, 313, 314, 319, 340, 341, 360, 370

I

Insegurança alimentar e nutricional, 29, 30, 32, 34-36, 40, 42, 51, 77, 87, 91, 95-100, 108, 124, 136, 139, 152, 206, 280-283, 288, 289, 291, 322

Integralidade, 39, 42, 73, 200, 230, 372

Intersetorialidade, 36, 40, 41, 71-74, 77-80, 99, 164, 200, 208, 230, 232, 325, 326, 332, 372

L

Lei

- da Alimentação Escolar Orgânica, 214, 219
- de Gestão Participativa de Praças, 214, 219, 314
- Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), 33, 99, 188, 280, 324

M

Mapa da Fome, 42
 Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREAN), 74, 189, 192, 245, 291
 Modernização ecológica, 156
 Movimento agroecológico, 61, 153, 154
 Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis, 41, 69, 75-77, 79-81

N

Nova Agenda Urbana, 75, 77, 78

O

Obesidade, 30, 31, 78, 79, 87, 96, 108, 111, 118, 120, 279
 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 75, 76, 98, 174-181, 183, 225, 226, 232, 236

P

Pacto de Milão sobre uma Política de Alimentação Urbana, 77
 Pandemia de COVID-19, 42, 87, 97, 99, 102, 141, 206, 234, 256, 260, 265, 268, 280, 282, 286-288, 358, 375
 Pântano(s) alimentar(es), 110, 111
 Participação social/popular/comunitária/cidadã, 39, 41, 71, 73, 77, 79, 80, 123-126, 136, 139, 152, 190, 191, 193-195, 197, 198, 200, 207, 209, 210, 220, 227, 229, 230, 234, 240, 246, 261, 317, 324, 345, 346, 364, 371, 372, 375
 Pequenos produtores, 140, 145, 296, 312
 Plano
 Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), 212
 de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 217
 de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, 213
 de Desenvolvimento Urbano Integrado

(PDUI), 219

Paulista de Segurança Alimentar e Nutricional, 212

Plano(s) Diretor(es), 40, 42, 77, 154, 212, 213, 218, 256, 259, 359, 360

Plantas alimentícias não convencionais (PANC), 177, 179, 180, 192, 196, 233, 234, 237, 241, 242-244, 253, 254, 264-266, 268, 270, 273, 274, 283, 289, 296, 310, 316, 372, 376

Política

 Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO/SP), 211

 Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (PEAU/MG), 324, 335

 Nacional

 de Agricultura Urbana, 208, 209

 de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), 101

 de Alimentação e Nutrição (PNAN), 40, 73-75, 188

 de Promoção da Saúde (PNaPS), 69, 71-75, 78, 81, 166, 187, 188, 192

 de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), 33, 34, 41, 72, 73, 75, 101, 188

Políticas públicas saudáveis, 73, 76, 197

Práticas

 agrícolas, 53, 136, 155, 206, 219, 297, 322, 332

 agroecológicas, 141, 193, 211, 264, 265, 362

 integrativas e complementares, 39

Princípios

 agroecológicos/da agroecologia, 55, 58, 60, 136, 138, 145, 193, 252, 286, 316, 317

 da Promoção da Saúde, 71-73, 191, 200, 372

Produção local, 140, 141, 189, 344

Programa

 Bolsa Família (PBF), 99

 de Aquisição de Alimentos (PAA), 99, 101, 296, 297, 305, 342

- Escola Estufa Lucy Montoro, 214
 Fome Zero, 206, 207, 212
 Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), 213-215, 250
 Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 99, 168, 244, 296, 297, 341-344, 348, 349, 352
 Sampa+Rural, 216, 217, 219, 377
 Projeto Ligue os Pontos, 215-217, 377
 Promoção
 da alimentação adequada e saudável (PAAS), 73, 74, 80, 124, 136, 188, 193, 226, 245
 da Saúde, 29, 33, 69-81, 107, 108, 146, 151, 155, 162, 164, 166, 177, 179, 187, 188, 190-192, 198-201, 227, 244, 245, 350-352, 372
- Q**
- Quintais produtivos, 156-159, 161, 327
- R**
- Regimes alimentares, 88, 89
 Região(ões) metropolitana(s), 118, 119, 141-145, 146, 147, 154-156, 159, 219, 357, 365
 Resíduos orgânicos, 182, 230, 235, 237, 326, 363
 Restaurantes Populares, 99, 326
- S**
- Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), 30-33, 36, 51, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 81, 94-96, 98, 99, 100, 103, 114, 122, 136, 137, 147, 151, 154, 162, 166, 176, 177, 179, 180, 188, 189, 191, 193, 196, 201, 205-207, 212, 245, 258, 280, 281, 308, 310, 322-326, 333, 334, 347, 349-352, 356, 358, 374
 Síndemia global, 92, 115, 116, 136, 279, 290
 Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), 33, 36, 99
- Sistema(s)
 agroalimentar(es), 51, 52, 55-58, 61, 62, 88, 89, 91-94, 100-102, 163, 200, 374
 agroflorestal(is) (SAFs), 269, 327, 340, 341, 342, 344, 349
 alimentar(es), 30, 74, 78, 87, 89, 90, 91-93, 95, 96, 101, 114-116, 122, 135-139, 141, 142, 153, 163, 175-179, 181, 183, 189, 194, 196, 206, 207, 243, 245, 246, 290, 291, 322, 326, 329, 332, 334, 356, 358, 373
 alimentar(es) descentralizado(s), 138, 140
 alimentar(es) sustentável(is), 78, 103, 136, 137, 140, 141, 176, 188, 289, 290, 373
 alimentar(es) saudável(eis), 91, 102, 103, 326, 355-357, 365
- Soberania
 Alimentar (SOBAL), 33, 39, 40, 52, 59, 61, 62, 94, 102, 365
 e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), 33-42, 73, 94, 154
- T**
- Territórios saudáveis e sustentáveis, 152, 153, 162, 168
 Transição agroecológica, 57, 264
- U**
- Unidade(s) Produtiva(s), 146, 328, 161, 167, 298, 326, 329
 Unidade(s) Produtiva(s) Coletiva e Comunitária, 159, 161, 327, 328, 368
- Z**
- Zonas Especiais de Produção Agrícola e Extração Mineral (ZEPAG), 213



INSTITUTO
DE SAÚDE

Secretaria da
Saúde



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS